



**VNiVERSiDAD
D SALAMANCA**

CAMPUS DE EXCELENCIA INTERNACIONAL

**A Ressocialização de Mulheres Presas por Meio das Relações Afetivas
Positivas: Uma Proposição Baseada no Sistema Prisional Feminino Brasileiro
e Espanhol.**

**La Resocialización de Mujeres Presas por Medio de las Relaciones Afectivas:
Uma Proposición Basada en el Sistema de Prisiones Femeninas Brasileño y
Español.**

Cibelli de Sá Pinheiro Nobre

Salamanca - España
2020

CIBELLI DE SÁ PINHEIRO NOBRE

A Ressocialização de Mulheres Presas por Meio das Relações Afetivas Positivas: Uma Proposição Baseada no Sistema Prisional Feminino Brasileiro e Espanhol.

La Resocialización de Mujeres Presas por Medio de las Relaciones Afectivas: Una Proposición Basada en el Sistema de Prisiones Femeninas Brasileño y Español.

Tesis presentada a la Comisión Académica del Programa de Doctorado en Ciencias Sociales, como requisito parcial para la obtención del Grado de Doctor em Ciencias Sociales por la Universidad de Salamanca

Director Adadémico: Prof. Dr. D. Ángel Baldomero Espina Barrio



Salamanca - España
2020

CIBELLI DE SÁ PINHEIRO NOBRE

A Ressocialização de Mulheres Presas por Meio das Relações Afetivas Positivas: Uma Proposição Baseada no Sistema Prisional Feminino Brasileiro e Espanhol.

La Resocialización de Mujeres Presas por Medio de las Relaciones Afectivas: Una Proposición Basada en el Sistema de Prisiones Femeninas Brasileño y Español.

Tesis presentada a la Comisión Académica del Programa de Doctorado en Ciencias Sociales, como requisito parcial para la obtención del Grado de Doctor em Ciencias Sociales por la Universidad de Salamanca

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. ...
Universidade de ..

Prof. Dr. ...
Universidade de ..

Prof. Dr. ...
Universidade de ..

Defesa em : XX de julho de 2020 em Salamanca - Espanha
Local : Sala de Grado, Edifício FES, Campus de Unamuno - USAL



Prof. Dr. D. Ángel Baldomero Espina Barrio (Director Adadémico)
Universidade de Salamanca -

As minhas filhas Ana Clara e Isabela, pelo carinho e momentos de descontração ao longo de toda esta trajetória.

Ao meu marido, cúmplice e fiel escudeiro Ricardo, por ter me incentivado e apoiado em vários momentos.

AGRADECIMENTOS

Foram inúmeras as pessoas que cruzaram o meu caminho e que, de uma forma ou de outra, me ajudaram ao longo de toda esta árdua, mas prazerosa caminhada.

Primeiramente, agradeço à Deus pela força, coragem e determinação. Foram vários momentos em que precisei que Ele me ajudasse, através de seus anjos, removendo os mais diversos obstáculos e não me deixando abater frente aos grandes desafios que surgiram ao longo de todo o tempo de pesquisa.

Ao meu pai (*in memoriam*), meu espelho de honestidade e hombridade, que me ensinou que tudo é possível por meio da perseverança e do esforço pessoal. Nunca deixarei de amar, nem de lembrar dos nossos momentos de alegria, cuidado e cumplicidade. Ao meu Pai, o meu amor eterno.

Ao meu esposo e amigo de todas as horas, Ricardo, pela ajuda e por suportar meus momentos de ansiedade e estresse, e as minhas queridas e amadas filhas Ana Clara e Isabela, que souberam entender os momentos de minha ausência até a conclusão desta fase, e que, por várias vezes me acompanharam em vários congressos, seminários e aulas na Universidade de Salamanca.

A minha mãe e irmãos, Ana, Leo e Eveline (*in memoriam*), ao meu sobrinho Miguel e minha cunhada Thycine que me deu a felicidade de ser madrinha deste meu lindo e inteligente sobrinho e, a toda minha família que, com muito carinho, acompanham, ajudam e ficam na torcida pelo meu êxito.

Ao Ilustre e querido Professor Ángel Baldomero Espina Barrio que, acima da figura de orientador, representa uma referência ímpar de inspiração. Obrigado Prof. Angel pelas suas inúmeras orientações e por me guiar nesta estrada do conhecimento, acreditando no meu desempenho e na minha proposta. Ao ilustre mestre minha eterna gratidão.

Minha gratidão também aos colegas salamantinos que iniciaram este sonho em 2015, Larissa, Rosana, Luciana, Patrícia, Alexsandra e Ismael pelos inumeros

momentos que passamos juntos nos bancos das salas de aula de Salamanca e Vaiadoli, e pelos momentos de descontração e compartilhamento de conhecimentos e aprendizado. Naquele 2015 nasceu uma amizade que quero cativar para sempre.

Aos amigos, Daniel Valério, Racquel, Renato e Júnior que abriram as primeiras portas neste novo mundo, incentivando, acolhendo e me ensinando todos os caminhos necessários ao êxito nesta grande jornada.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo, torcida e pelo apoio constante.

Com vocês, queridos, divido a alegria desta conquista através de minha gratidão. Meu muito obrigado a todos.

“O pior cárcere não é o que aprisiona o corpo, mas o que asfixia a mente e algema a emoção. Sem liberdade, as mulheres sufocam seu prazer. Sem sabedoria, os homens se tornam máquinas de trabalhar”

Augusto Cury

RESUMO

No Brasil, as últimas décadas foram caracterizadas por um aumento acentuado da taxa de criminalidade, acompanhado pelo crescimento da população carcerária, pelo fortalecimento de facções criminosas que atuam nas instituições correcionais e pela ineficiência da máquina estatal no combate ao crime. Além disso o Brasil não investe em políticas que visem a ressocialização. Neste cenário catastrófico estão as prisões femininas, que apresentam características semelhantes as instituições masculinas, como a precariedade nas instalações, violência, além de questões vinculadas ao gênero. Contraposto a isto temos o sistema prisional espanhol que se caracteriza pela vertente humanitária e de respeito aos direitos sociais de seus prisioneiros. Contudo, em ambos os sistemas prisionais, os aspectos ligados aos relacionamentos afetivos são comuns, fazendo parte do dia a dia das prisioneiras. Desta forma, este trabalho objetiva identificar as relações afetivas desenvolvidas e mantidas pelas prisioneiras e que possam ter impacto no processo de reabilitação e ressocialização das detentas, tendo como objeto de estudo o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa e Centro Penitenciário de Topas, caracterizando, assim, como um estudo de caso múltiplo, com natureza analítico-descritiva, de abordagem qualitativa, sendo utilizado de entrevistas e de análise documental, adotando-se a análise de conteúdo de Bardin, além da utilização de outras técnicas. A partir das observações, entrevistas e revisão literária propomos a criação de uma sistemática de identificação das relações afetivas das prisioneiras, tendo esta forte relação com os visitantes e com os direitos sociais garantido a elas dentro da instituição. Neste contexto propomos também a criação de uma estrutura hierárquica para segmentação dos mais diversos tipos de relações afetivas, baseadas na mobilidade e na periodicidade de atualização, cuja responsabilidade é atribuída ao setor de assistência social em conjunto com o setor de segurança. Durante a pesquisa também constatamos que o sistema de visitas do presídio brasileiro é ineficiente em relação ao papel de prover meios de ressocialização e recuperação das presas quando comparado ao espanhol. Neste contexto, identificamos pontos que podem melhorar a qualidade do sistema de visitas brasileiro. Também verificamos que as ações atuais focadas nos direitos sociais das presas, como trabalho, educação, lazer, entre outros, não cumprem sua função dentro do sistema prisional brasileiro, em contraponto ao sistema espanhol. Isso se deve em grande parte ao modelo de cumprimento de sentença estabelecido pelo Brasil, onde não há a devida separação dos presos com base no tipo de crime cometido, grau de perigo, duração da sentença e outros fatores. Isso acaba transformando as prisões brasileiras em verdadeiras "universidades do crime", fato comprovado pelos altos índices de reincidência criminal. Assim, verificamos que o processo de ressocialização poderia ser mais eficaz se houvesse uma reformulação das políticas de execução criminal, principalmente separando efetivamente os presos através de alguns elementos discriminatórios, como a periculosidade. Essa separação poderia ser usada para aplicar ações mais efetivas direcionadas àquela parte da massa prisional, contribuindo para a diminuição da taxa de reincidência criminal.

Palavras-chaves: Prisión femenina; Relaciones afectivas; Reincidencia criminal; Derechos sociales; Régimen de visitas.

RESUMEN

En Brasil, las últimas décadas se caracterizaron por un fuerte aumento en la tasa de criminalidad, acompañado por el crecimiento de la población carcelaria, el fortalecimiento de las facciones criminales que operan en instituciones correccionales y la ineficiencia de la maquinaria del estado para combatir el crimen. Además, Brasil no invierte en políticas destinadas a la resocialización. En este escenario catastrófico se encuentran las cárceles de mujeres, que tienen características similares a las instituciones masculinas, como instalaciones precarias, violencia y problemas de género. Opuesto a esto tenemos el sistema penitenciario español, que se caracteriza por el aspecto humanitario y el respeto por los derechos sociales de sus prisioneros. Sin embargo, en ambos sistemas penitenciarios, los aspectos relacionados con las relaciones afectivas son comunes y forman parte de la vida cotidiana de las mujeres encarceladas. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo identificar las relaciones afectivas desarrolladas y mantenidas por las mujeres encarceladas y que pueden afectar el proceso de rehabilitación y re-socialización de las reclusas, con el objeto de estudio del Instituto Criminal Femenino "Desembargadora Auri Moura Costa" y el Centro Penitenciario de Topas, caracterizando, así, como un estudio de caso múltiple, con una naturaleza analítica-descriptiva, con un enfoque cualitativo, utilizando entrevistas y análisis de documentos, adoptando el análisis de contenido de Bardin, además del uso de otras técnicas. Con base en observaciones, entrevistas y revisión literaria, proponemos la creación de una identificación sistemática de las relaciones afectivas de las mujeres encarceladas, en relación con los visitantes y con los derechos sociales garantizados dentro de la institución. En este contexto, también proponemos la creación de una estructura jerárquica para segmentar los tipos más diversos de relaciones afectivas, basada en la movilidad y la actualización periódica, cuya responsabilidad se atribuye al sector de asistencia social junto con el sector de seguridad. Durante la investigación también encontramos que el sistema de visitas de la prisión brasileña no es ineficiente en relación con el papel de proporcionar medios de rehabilitación y recuperación de los prisioneros en comparación con los españoles. En este contexto, identificamos puntos que pueden mejorar la calidad del sistema de visitas brasileño. También descubrimos que las acciones actuales centradas en los derechos sociales de las mujeres encarceladas, como el trabajo, la educación, el ocio, entre otros, no cumplen su función dentro del sistema penitenciario brasileño, a diferencia del sistema español. Esto se debe en gran medida al modelo de cumplimiento de sentencias establecido por Brasil, donde no existe una separación adecuada de los presos en función del tipo de delito cometido, el grado de peligro, la duración de la condena y otros factores. Esto termina transformando las cárceles brasileñas en verdaderas "universidades del crimen", un hecho probado por las altas tasas de reincidencia criminal. Por lo tanto, descubrimos que el proceso de re-socialización podría ser más efectivo si hubiera una reformulación de las políticas de ejecución criminal, separando principalmente a los prisioneros de manera efectiva a través de algunos elementos discriminatorios, como la peligrosidad. Esta separación podría usarse para implementar acciones más efectivas dirigidas a esta población, contribuyendo a la disminución de la tasa de reincidencia criminal.

Palabras-chaves: Cárcel de mujeres; Cultura interna; Prisionalização; reincidencia delictiva.

ABSTRACT

In Brazil, the last few decades have been characterized by a sharp increase in the crime rate, accompanied by the growth of the prison population, the strengthening of criminal factions that operate in correctional institutions, and the inefficiency of the state machine in fighting crime. In addition, Brazil does not invest in policies aimed at re-socialization. In this catastrophic scenario are female prisons, which have characteristics similar to male institutions, such as precarious facilities, violence, as well as issues related to gender. Opposed to this we have the Spanish prison system, which is characterized by the humanitarian aspect and respect for the social rights of its prisoners. However, in both prison systems, aspects related to affective relationships are common, forming part of the prisoners' daily lives. Thus, this work aims to identify the affective relationships developed and maintained by the prisoners and that may have an impact on the inmates' rehabilitation and resocialization process, having as object of study the Female Criminal Institute Desembargadora Auri Moura Costa and Topas Penitentiary Center, characterizing, thus, as a multiple case study, with an analytical-descriptive nature, with a qualitative approach, using interviews and document analysis, adopting Bardin's content analysis, in addition to the use of other techniques. Based on the observations, interviews, and literary review, we propose the creation a systematic of identification of the prisoners' affective relationships, having this strong relationship with the visitors, and with the social rights guaranteed to them within the institution. In this context, we also propose the creation of a hierarchical structure for segmenting the most diverse types of affective relationships, based on mobility and updating periodicity, the responsibility of which is attributed to the social assistance sector together with the security sector. During the research, we also found that the visiting system of the Brazilian prison is inefficient in relation to the role of providing means of rehabilitation and recovery of prisoners when compared to the Spanish. In this context, we identify points that can improve the quality of the Brazilian visit regime. We also found that current actions focused on the social rights of prisoners, such as work, education, leisure, among others, do not fulfill their function within the Brazilian prison system, as opposed to the Spanish system. This is largely due to the sentence compliance model established by Brazil, where there is no proper separation of prisoners based on the type of crime committed, the degree of danger, the length of the sentence, and other factors. This ends up transforming Brazilian prisons into true "universities of crime", a fact proven by the high rates of criminal recidivism. Thus, we found that the re-socialization process could be more effective if there were a reformulation of the criminal execution policies, mainly separating the prisoners effectively through some discriminatory elements, such as dangerousness. This separation could be used to apply more effective actions directed at that part of the prison mass, contributing to the decrease in the rate of criminal recidivism.

Keywords: Female prison; Affective relationships; Criminal recidivism; Social rights; Visits regime.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
RESUMEN.....	viii
ABSTRACT.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE TABELAS.....	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 <i>Justificativa</i>	24
1.2 <i>Objetivos</i>	27
1.2.1 Objetivo geral.....	27
1.2.2 Objetivos específicos.....	28
1.3 <i>Produção científica</i>	28
1.4 <i>Organização do trabalho</i>	30
2 MATERIAL E MÉTODOS.....	31
2.1 <i>Estudo de caso múltiplo</i>	31
2.1.1 Método qualitativo.....	35
2.1.2 Técnica da observação.....	35
2.1.3 Observação participante.....	36
2.1.4 Observação estruturada.....	36
2.1.5 Amostra dos dados.....	37
2.2 <i>Caracterização dos objetos de pesquisa</i>	42
2.2.1 Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa.....	42
2.2.1.1 A estrutura atual do IPF.....	42
2.2.2 Centro Penitenciário de Topas.....	45
2.2.2.1 A estrutura atual do CTP.....	46
3 A SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XXI.....	51
3.1 <i>A inversão de valores e a cultura do “Jeitinho”</i>	52
3.2 <i>A criminalidade e a violência no Brasil</i>	56
3.3 <i>Os homicídios no Brasil</i>	62

3.4	<i>Enfraquecimento do Estado e o fortalecimento das organizações criminosas</i>	68
4	HISTÓRICO SOBRE AS PRISÕES (DO OCIDENTE AO CEARÁ)	78
4.1	<i>Histórico do sistema penitenciário no ocidente: a criação das prisões (séculos XVI – XIX)</i>	78
4.2	<i>América Latina: As primeiras prisões (1800 - 1940)</i>	85
4.3	<i>As prisões no Brasil</i>	95
4.4	<i>O nascimento das prisões no Ceará (1830 a 1940)</i>	106
4.5	<i>Um breve histórico das prisões femininas no Brasil</i>	112
5	OS SISTEMAS PRISIONAIS BRASILEIRO E ESPANHOL	116
5.1	<i>O sistema prisional brasileiro em números</i>	116
5.2	<i>O sistema prisional espanhol em números</i>	128
5.3	<i>A ressocialização prisional no contexto brasileiro</i>	132
5.4	<i>Os Módulos de Respeito no sistema prisional espanhol</i>	136
6	A CULTURA PRISIONAL E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE PRISIONALIZAÇÃO	141
6.1	<i>O processo de prisionalização</i>	141
6.2	<i>A Comunidade, a cultura e a Identidade na perspectiva prisional</i>	143
6.3	<i>O impacto da cultura prisional no processo de ressocialização das detentas</i>	147
7	PF E TOPAS: OBSERVANDO E DISCUTINDO A REALIDADE	153
7.1	<i>A questão da mulher no cárcere</i>	153
7.2	<i>As relações afetivas na prisão</i>	157
7.3	<i>Peculiaridades e rotinas</i>	166
7.3.1	<i>O IPF</i>	167
7.3.2	<i>O Centro Penitenciário de Topas</i>	174
7.4	<i>Direitos sociais: trabalho, lazer e educação</i>	178
7.4.1	<i>A Lei de Execuções Penais brasileira e os direitos sociais relacionados ao trabalho, educação e lazer</i>	179
7.4.2	<i>Os direitos sociais das prisioneiras em Topas</i>	188
7.5	<i>O regime de visitas</i>	191

7.5.1	As características do sistema de visitas do IPF.....	192
7.5.2	As características do regime de visitas do Centro Penitenciário de Topas..	197
7.5.3	Pontos a serem melhorados no regime de visitas	199
8	CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS	202
8.1	<i>Trabalhos futuros</i>	207
	REFERÊNCIAS.....	208
	APENDICE A – OFICIO DE AUTORIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO NO CENTRO	
	PENITENCIÁRIO DE TOPAS	231
	APENDICE B – TERMO DE ANUENCIA DA SEJUS	234
	APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	235
	APENDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS PRISIONEIRAS.....	239

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Instituto Prisional Desembargadora Auri Moura Costa	43
Figura 2 – Foto área do IPF mostrando a estrutura predial e suas divisões	44
Figura 3 – Foto da entrada do IPF	45
Figura 4 – Visão externa do Centro Penitenciário de Topas	46
Figura 5 – Localização do Centro Penitenciário de Topas	47
Figura 6 – Foto área do CPT mostrando a estrutura predial e suas divisões	48
Figura 7 – Foto interna do CPT	49
Figura 8 – Corredor interno que conduz as celas do CPT	50
Figura 9 – Mapa dos homicídios no Brasil. Variação entre 2006 a 2016, por Estado	65
Figura 10 – Taxa de óbitos causados por homicídio no Brasil no ano de 2016	66
Figura 11 – Planta da penitenciária de Lima de 1865	92
Figura 12 – Antiga Casa de Correção de Fortaleza, criada em 1835	107
Figura 13 – Antiga Cadeia Pública de Fortaleza	109
Figura 14 – População Carcerária brasileira em 2019, segmentada por regime prisional	117
Figura 15 – Variação da taxa de aprisionamento entre 2000 a 2018	120
Figura 16 – Evolução da taxa de aprisionamento do Brasil de 2000 a 2019	121
Figura 17 – Variação da taxa de aprisionamento dos 4 países com maior população prisional do mundo entre 2008 a 2018	121
Figura 18 – Evolução da população prisional, do número de vagas e do déficit de vagas - 2000 a 2019	122
Figura 19 – Evolução da população prisional no período de 2000 a 2019, segmentada por gênero	123
Figura 20 – Distribuição das unidades prisionais no Brasil até junho de 2014	125
Figura 21 – Distribuição das unidades prisionais no Brasil por gênero	125
Figura 22 – Estabelecimentos prisionais no Brasil por gênero	126
Figura 23 – População reclusa condenada segundo o grau de tratamento, por sexo	130
Figura 24 – Visita ao berçário do IPF	170
Figura 25 – Plateia que participada do evento cultural e artístico dentro do IPF	173
Figura 27 – Evento cultural e artístico realizado pelas detentas, dentro do IPF	173
Figura 27 – Distância percorrida pelo visitante para acesso ao IPF	194
Figura 28 – Distância percorrida pelo visitante para acesso ao Centro Penitenciário de Topas	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas privadas de liberdade no Brasil em junho de 2019.....	118
Tabela 2 – Dados prisionais dos vinte países com maior população prisional do mundo ...	119

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou de 2004 a 2013 por um período de
5 expansão, com uma taxa de crescimento anual médio de 4%, sendo este
crescimento acompanhado pela melhoria de vida da população de baixa renda
(Paula & Pires, 2017). Contudo, a partir de 2014, o Brasil entrou em uma crise
econômica caracterizada por uma forte e prolongada recessão que perdura até os
dias atuais, acompanhada pela piora de vários indicadores sociais. Segundo Costa
10 (2008, p. 499), “a crise travou as instituições, fez o PIB despencar de um
crescimento anual de 7,6% em 2010 para 0,1% em 2014, menos 3,8% em 2015,
menos 3,6% em 2016, e 1% em 2017, consumiu os empregos formais e endividou
as famílias”. Em meio a tudo isso o país foi envolto em crises políticas, culminando
no impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016, além de ter seus mais
15 altos representantes políticos envolvidos com crimes.

Acompanhando esta crise econômica, tem-se uma crise social sem
precedentes na história recente do Brasil. Todos os dias são noticiados pela
imprensa brasileira e internacional, casos que envolvem violência, corrupção,
impunidade, miséria e inversão de valores dentro da sociedade brasileira. Raros são
20 os casos em que o Brasil tenha sido destacado por um fato positivo relevante.

Neste contexto, crescem o número de desempregados e o número de
pessoas expostas às condições de extrema miséria (Quadros, 2019), aumentam o
número de crimes e prisões, ao mesmo tempo em que o país se vê dominado por
facções criminosas, com abrangência em todo o território nacional e, sem exageros,
25 internacional.

Segundo a organização Segurança, Justiça e Paz (organização de
sociedade civil mexicana), que, anualmente, faz o levantamento das taxas de
homicídios por 100 mil habitantes, o Brasil é o país com maior quantidade de
cidades entre as 50 áreas urbanas mais violentas do mundo.

30 Os dados são realmente alarmantes. Entre os anos de 2001 a 2015
houve 786.870 homicídios. Só em 2016, este número superou a casa dos 60 mil em
um ano. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada [IPEA] e o Fórum
Brasileiro de Segurança Pública [FBSP] (2018) em 2016 foram 62.517 assassinatos
colocando o Brasil em uma situação crítica. Este número é 30 vezes maior do que
35 todos os homicídios acontecidos no continente Europeu. Para se ter uma idéia do

que este número representa, esta taxa de homicídios equivale a ter uma queda de um avião Boieng 747 lotado, diariamente (IPEA & FBSP, 2018). Este número representa 10% das mortes registradas no país, atingindo, principalmente, homens jovens, com idade entre 15 e 19 anos. De uma forma geral, estes números são
 5 ainda mais preocupantes quando os comparamos com os grandes conflitos internacionais deste século. Para uma breve comparação o conflito sírio, que iniciou em março de 2011, matou 330.000 pessoas, enquanto a guerra do Iraque, desde 2003, contabiliza 268.000 mortes. No Brasil, o número de homicídios nos últimos 15 anos equivale à população das cidades de Frankfurt ou Sevilha. Assim, o Brasil, com
 10 uma população de 210 milhões de habitantes, é o país que mais mata em todo o século XXI (El Pais, 2017).

De um modo geral, a quantidade de crimes praticados no Brasil cresceu bastante nas últimas décadas. Uma das consequências foi o aumento vertiginoso de sua população carcerária, levando o Brasil a ocupar, em 2018, a terceira posição na
 15 lista dos países relação aos países com maior população carcerária do mundo, ultrapassando 746 mil presos, incluindo nesta contagem os presos provisórios, ou seja, aqueles que ainda aguardam julgam (ICPR, 2020).

Dados do Departamento Penitenciário Brasileiro (DEPEN) mostram que a população carcerária feminina também não para de crescer. De 2000 a 2016 o
 20 número de mulheres presas aumentou mais de 657%, mais que duplicando a representatividade da participação das mulheres no total de pessoas encarceradas no Brasil, saltando de 2,4%, em 2000, para 5,83%, em 2016 (DEPEN, 2017).

Este crescimento pode ser explicado pela maior participação da mulher na sociedade, em especial, no mercado de trabalho, bem diferente do que ocorria no
 25 início século XX, onde os crimes perpetrados pelas mulheres estavam vinculados aos costumes morais e à religião. Neste período a mulher era punida por não se enquadrar nos preceitos e ideais de família e de religião e vida cristã então estabelecidos, cingindo-se a esfera dos crimes atrelados à sexualidade (Martins, 2009).

Os avanços sociais que vieram durante o decorrer do século XX colocaram as mulheres em posição de destaque no cenário social e também como elemento crucial nas condutas criminais, principalmente aquelas vinculadas ao tráfico de drogas. Nesse contexto, elas ocupavam, num primeiro momento, um lugar
 30 de secundário, sendo submissas às ordens masculinas, exercendo tarefas

secundárias como o transporte de drogas. Isso resultou no aumento da quantidade de mulheres aprisionadas (Soares & Ilgenfritz, 2002; Salmasso, 2004; Souza, 2009). Contudo, este cenário de atuação secundária da mulher no crime vem cedendo espaço ao protagonismo. Elas passaram a atuar como líderes de algumas organizações criminosas, principalmente na substituição de seus companheiros quando estes são encarcerados ou mortos.

Não obstante a este fenômeno, o aumento da criminalidade e do encarceramento feminino continua sendo pouco pesquisado e analisado, resultando no baixo número de publicações acerca de temas que envolvam o cárcere feminino. De fato, a mulher, enquanto objeto de estudo científico, encontra-se em uma posição de inferioridade (Belenky, Clinchy, Goldberger & Tarule, 1997). Primeiro estuda-se o gênero masculino, para só depois explorar o universo feminino. No contexto prisional, isso pode ser explicado, em parte, devido ao tamanho da população carcerária feminina, quando comparada com a masculina.

Uma evidência desse fato pode ser verificada nos relatórios emitidos pelo DEPEN que contém as informações penitenciárias do Brasil, um publicado em 2015 (DEPEN, 2014a) e outro em 2017 (DEPEN, 2017). Ambos os relatórios apresentavam dados generalizados sobre a população carcerária brasileira, havendo uma ausência generalizada sobre as informações referentes às mulheres presas. Este problema só foi corrigido, no caso do primeiro relatório, cinco meses depois, porém as informações apresentadas neste relatório ainda continham informações imprecisas e incompletas (Lima, Fonseca e Braga, 2016). Já o segundo relatório só foi corrigido no ano de 2018 (DEPEN, 2018). Este também continha os mesmos problemas apontados por Lima, Fonseca e Braga (2016) com relação às imprecisões e lacunas nos dados.

Podemos explicar, em parte, este fenômeno, no âmbito do sistema prisional, levando em consideração o tamanho da população carcerária feminina, uma vez que esta representa apenas 6% do total de presos brasileiros (DEPEN, 2017, 2018).

Apesar da escassez de informações dentro do sistema prisional brasileiro é possível traçar um perfil das mulheres encarceradas dentro deste sistema. Elas são, em sua maioria, jovens (com idade entre dezoito e trinta anos), com baixa escolarização e profissionalização, afrodescendentes e solteiras (DEPEN, 2019). A maioria trabalhava na informalidade e poucas relatam histórico de emprego

regularizado. Existem aquelas que eram moradoras de ruas e que, quando menores de idade, passaram por abrigos ou sofreram medidas socioeducativas. Segundo Gomes, Santos, Neri, Oliveira e Uziel (2009), também é possível encontrar relatos de maus-tratos e de episódios de abuso sexual cometidos principalmente por padrastos.

Para agravar a situação as prisões brasileiras podem ser consideradas um dos piores lugares do mundo, sendo constantes rebeliões, fugas e violência, assim como a proliferação de facções criminosas dentro de instituições correcionais.

Tal situação na verdade é resultado de anos de utilização de um sistema que se mostrou ineficaz no que se refere à punição e a ressocialização dos presos. Em verdade, a falta de políticas públicas eficientes de combate ao crime, a adoção de um sistema punitivista do século XIX, a escassez e a ineficácia dos programas de ressocialização, além do pacto de mediocridade e de omissão de diversos atores sociais criaram um ambiente favorável para o aparecimento e o fortalecimento de organizações criminosas dentro das instituições prisionais. Hoje as instituições correcionais brasileiras são incapazes de cumprir seu duplo papel: punir e ressocializar os presos. De fato, elas acabam servindo como verdadeiras “universidades do crime”, na medida em que os detentos acabam se aperfeiçoando ainda mais com relação às práticas delituosas. Isso se deve a diversos fatores, dentre eles: um sistema de execução penal que não faz a devida separação dos detentos a partir dos delitos cometidos, grau de periculosidade, pertencimento ou não a algum grupo criminoso, dentre outros; a pouca abrangência de programas e ações eficazes que envolvam educação e trabalho um vez que estes envolvem apenas 10% da população carcerária; a ineficácia ou mesmo inexistência de programas e ações que foquem a questão do aperfeiçoamento profissional dos encarcerados (o que se constata é a utilização das habilidades e conhecimentos já existentes nos prisioneiros para as atividades laborais desenvolvidas dentro das instituições correcionais, não os preparando para outras atividades que possam ser uteis quando do regresso destes para o convívio social).

No tocante ao cárcere feminino o aprisionamento produz consequências de diversos aspectos, entre as quais se destaca a perda ou fragilização das relações afetivas, dentre elas, as relações familiares. Outra consequência grave está relacionada à vulnerabilidade dos filhos das presas, na medida em que estes se aproximam da criminalidade, seja como vítimas ou como criminosos. Neste sentido,

o modelo de família que ainda consta no imaginário da sociedade brasileira contrasta com a vida das mulheres encarceradas que se encontram, junto com seus filhos, em situação de extrema vulnerabilidade social (Gomes *et al.*, 2009).

Devemos considerar que estas mulheres, apesar de estarem encarceradas, ainda apresentam um vínculo familiar muito forte. Neste contexto, são comuns as queixas de presas com relação à solidão, tristeza e abandono, principalmente aquelas relacionadas ao distanciamento em relação a sua família, principalmente dos filhos, uma vez que o aprisionamento dificulta a manutenção dos vínculos entre mãe-detenta e seus filhos (Salmasso, 2004; Nery & Oliveira, 2010).

Devemo levar em consideração que este rompimento deste vínculo, por vezes instatâneo e tramumático, é vivenciado pelas prisioneiras através de um sofrimento intenso, pois ao mesmo tempo em que ela não consegue corresponder ao que é esperado socialmente dela, também não consegue exercer seu papel de mãe (Cunha, 1989). Muitas delas preferem permanecer em uma cadeia pública, insalubre, superlotada e inabitável, porém com a possibilidade de receber a visita de seus familiares e filhos, do que serem conduzidas para uma penitenciária distante, onde poderiam ter acesso a cursos de profissionalização, além de outros benefícios legais oriundos da atividade laboral ou educativa, como, por exemplo, a remição da pena, além de encontrar melhores condições de habitabilidade (CEJIL, 2007).

Para Nobre, Barrio e Nobre (2017, p.3),

Este distanciamento familiar é um dos aspectos negativos mais incidentes nas vidas das mulheres presas, o que leva ao estabelecimento de novos vínculos afetivos, diferente da realidade vivenciada pelos homens presos, os quais, em geral, mantêm seus vínculos familiares durante o período de encarceramento.

A diminuição das visitas ou mesmo o abandono dos familiares e amigos da prisioneira constitui uma forte barreira que impede a manutenção dos vínculos afetivos anteriores ao encarceramento. Isto se dá, em parte, devido a distância das instituições correcionais para o local onde moram os familiares e amigos da priioneira, como também pelo estigma social imposto a esta pela sociedade. Geralmente os companheiros são os primeiros a abandoná-las, seguidos pelos familiares e amigos mais próximos. Os motivos para isso são diversos. Uma parte deste não tem meios ou mesmo não querem enfrentar uma longa e fatigante jornada de deslocamento para visitá-las, outros não querem se submeter a vistorias

vexatórias e constrangedoras para ingresso na unidade prisional (CEJIL, 2007). Outros motivos para a diminuição das visitas ou abandono está relacionado a restrição dos horários de visita, bem como o acesso restrito e escasso a comunicação através de telefone público. Todos estes fatores acabam por contribuir para o desfazimento das relações de afeto que existiam antes do seu aprisionamento.

No ambiente prisional as detentas perdem sua individualidade, sua identidade, sua autoestima, além dos vínculos sociais. Esta modificação é tão profunda que altera a essência do seu ser, transformando-as para a vida além do cárcere (Foucault, 2014). De fato, as prisioneiras têm a sua cultura modificada em face à cultura interna dos presídios, desenvolvendo novos hábitos de comer, vestir, dormir, trabalhar e de relacionar com seus familiares, amigos e colegas da instituição, adotando o linguajar institucional e assimilando uma série de conhecimentos informais sobre como a instituição está organizada, seu funcionamento, suas regras e suas punições.

O cárcere pode ser visualizado, independente de qual gênero ali segregado, como uma micro-sociedade, com suas próprias regras, sendo muitas delas criadas pelos próprios prisioneiros, em face às restrições ao quais são submetidos, aos grupos éticos que constituem a massa carcerária e a cultura interna dos presídios. No cárcere, a impressão de que tem é de que as relações sociais são produzidas apenas dentro deste ambiente. Clemmer (1958), Foucault (2014) e Goffman (2018) focalizaram essencialmente as relações prisionais e os processos identitários criados dentro da prisão como um hiato social e temporal.

Sobre o processo identitário Hall (2019) afirma que as identidades são moveis e que podem ser redirecionadas, sendo possível a utilização do termo identificação ou mesmo o termo processo identitário para melhor compreensão de todas as representações que venham a formar e a transformar os sujeitos, as culturas e os espaços. De uma forma resumida Hall (2019) nenhuma identidade é imóvel, ou seja, fixa além do fato do ser humano não ser capaz de nenhuma verdade absoluta em relação as identidades, sendo estas compreendidas como identidades culturais. Dessa forma, fica evidente que o ser humano é constituído por representações, sendo essencial à compreensão do mundo por esse prisma, em que diversas mudanças acontecem, de que há mistura de culturas e de não há certezas absolutas.

No presídio este processo tem como características ser lento e gradual, iniciando-se por uma conversão ao anonimato. Nele os novos membros das instituições de privação total de liberdade se aculturam, perdendo seu status de indivíduo, transformando-se em figuras anônimas dentro de um grupo ao qual está subordinado, devendo adotar os costumes, tradições, valores, comportamentos e a cultura interna das instituições correcionais.

Neste cenário, temos um ambiente social bem diverso do vivenciado pelo homem comum, com regras de convívio delimitadas pelos próprios detentos, onde vigora a lei do mais forte. Neste ambiente adverso ainda subsiste as relações afetivas carregadas com amor, paixão, solidariedade, companheirismo, amizade e outros sentimentos. Somado a isto temos situações vinculadas à família, a sociedade, a religião, dentre outras. Desta forma, o cárcere afeta, fortemente, a vida dos detentos, principalmente em prisões femininas, atuando como agente modificador das relações afetivas, familiares, religiosas, sexuais, educacionais e culturais.

No ambiente do cárcere feminino, estas situações se potencializam, principalmente pela cultura brasileira e pela própria natureza do gênero. Essas relações afetivas tornam-se importantes na medida em que possuem implicações na vida das detentas dentro do presídio e fora dele.

A consequência da interrupção, por exemplo, do vínculo afetivo da detenta com sua família leva ao desenvolvimento de uma relação de dependência da prisioneira com a instituição correcional, seja através das outras detentas, dos funcionários ou de outras pessoas. Há a reiteração da sua situação de vulnerabilidade dentro da lógica do sistema prisional, mais uma vez diferenciando, de forma negativa, a experiência vivida pelas mulheres daquela experimentada pelos prisioneiros masculinos.

Estas mulheres, que deveriam apenas sofrer limitações ao seu direito de liberdade, estão, devido à negligência, descaso e omissão do próprio Estado, sujeitas a toda ordem de violações. O Estado, que deveria construir espaços produtivos, saudáveis, que propiciassem um ambiente de recuperação e de resgate da auto-estima e da cidadania da mulher, só tem feito ecoar para dentro dos presídios femininos, com uma força ainda maior, a discriminação e a violência de gênero.

Por conta disso, é importante conhecer as relações de afetividade que as prisioneiras mantêm e desenvolvem dentro do cárcere, seja com familiares ou amigos, seja com os agentes das instituições de correição, seja com as próprias detentas através de vínculos de amizade, paixão, amor ou mesmo pela constituição de uma nova família. Devemos lembrar que tais indivíduos não perderam a sua condição humana, estando ainda inserida em um contexto social, bem mais restrito do que os que tinham antes do encarceramento, porém com igual ou superior importância.

Estas relações afetivas podem ter impactos, positivos ou negativos, em vários aspectos da vida carcerária, no processo de reabilitação e de ressocialização, além de afetar sua reinserção na vida em sociedade após sua libertação, inclusive podendo interferir na prática ou não de novos crimes.

Neste sentido, a ressocialização tem o objetivo fazer com que a detenta obtenha novamente sua autoestima e dignidade e, além disso, que seja capaz de absorver e se conduzir através das regras sociais impostas a todos os cidadãos.

Devemos sempre, ao analisar este assunto, lembrar que o Brasil não adota a prisão de caráter perpetuo e nem a pena de morte. Assim, os atuais prisioneiros, retornaram a sociedade após o cumprimento de sua pena privativa de liberdade. Neste contexto, o Brasil deveria investir no processo de reabilitação e reinserção dos presos à sociedade. Contudo, o Brasil optou por uma política criminal puramente punitiva e ultrapassada, típica do século XIX, que tem como verdade a premissa de que o direito penal e a pena de prisão são ferramentas eficazes no combate ao crime além de serem capazes de ressocializar os criminosos condenados. Isso acaba refletindo no alto índice de reincidência criminal. Segundo o IPEA (2015), cerca de 70% dos presos no Brasil voltam a cometer novos crimes após serem postos em liberdade. Em verdade, as instituições correcionais brasileiras são incapazes de recuperar os prisioneiros, pelo contrário. Nos anos de encarceramento os presos têm sua capacidade delitiva aperfeiçoada, além de ampliarem sua rede de relacionamento criminal (*criminal networking*). Isso se deve a diversos fatores, dentre eles um sistema de execução penal que contraria a própria Lei de Execuções Penais (LEP), uma vez que permite que presos provisórios convivam no mesmo ambiente com presos já condenados, além de não fazer a devida separação com relação aos tipos de delitos, grau de periculosidade dos prisioneiros e seu envolvimento com organizações criminosas.

De uma maneira geral, o processo de reabilitação dos prisioneiros deveria ser iniciado desde o momento da inserção daqueles no cárcere, perpassando e indo além deste, inclusive após a saída destes da instituição correcional. No ambiente carcerário, o indivíduo encarcerado é levado, muitas vezes, a situações de vida que não guardam qualquer correlação em relação as condições vivenciadas por um ser humano adulto livre. Os prisioneiros acabam sendo privados de uma diversidade de coisas que um indivíduo livre faz ou deve fazer, sendo a eles impostas limitações que, em sua grande maioria, desconhece. Trata-se, em muitas das vezes, de atos simples como ver televisão, beber, manter relações sexuais, enviar ou receber cartas, comunicar-se usando o telefone, etc.

O encarcerado vai aos poucos se sentindo abandonado, ao mesmo tempo em que vai perdendo sua autoestima, ocasionado pela perda de privacidade de espaço e de sua identidade cultural.

Do lado oposto ao sistema prisional brasileiro está o espanhol, que é considerado um modelo a ser seguido no que se refere a reabilitação e reinserção de seus encarcerados. Neste contexto encontra-se a população carcerária feminina da Espanha que, no início de 2014, correspondia a 7,78% do total da população carcerária espanhola (Espanha, 2014).

De uma forma geral, este sistema prisional guarda grandes diferenças quando comparado ao sistema prisional brasileiro, principalmente em relação ao seu caráter humanitário e por proporcionar uma melhor infraestrutura, além de possuir um conjunto de ações e programas focados na reabilitação e ressocialização de seus prisioneiros. Indubitavelmente o sistema prisional espanhol é um modelo a ser tomado como exemplo por todos aqueles países que pretendam melhorar o seu sistema prisional, principalmente no tocante a reabilitação e a ressocialização, com a consequente diminuição dos índices de reincidência criminal de seus egressos.

Apesar das diferenças, há alguns problemas bem similares ao sistema prisional brasileiro, principalmente aqueles relacionados às relações afetivas das detentas, como, por exemplo, a relação desenvolvida com os filhos menores, com os familiares ou com a própria instituição.

Daí nasce a necessidade de conhecermos melhor a realidade do sistema prisional espanhol e mais, de realizarmos um cotejamento entre os sistemas, principalmente em relação ao conjunto de ações que favoreçam a manutenção e fortalecimento das relações afetivas que podem contribuir, positivamente, para o

processo de ressocialização das detentas. Através da análise das situações encontradas, poderemos sugerir ações e programas que possam contribuir positivamente para o processo de reabilitação e ressocialização das detentas no sistema prisional brasileiro, vindo, por conseguinte a diminuir o alto índice de reincidência criminal no Brasil.

Neste cenário, o presente trabalho propõe-se a analisar esta questão a partir de um estudo de caso no instituto correcional feminino Desembargadora Auri Moura Costa, que fica localizado na cidade de Aquiraz no Estado do Ceará, localizado em uma das regiões mais pobres do Brasil, e no Centro Penitenciário de Topas, uma instituição correcional mista, localizada na província de Salamanca, na comunidade autônoma de Castilla y León.

1.1 Justificativa

O ambiente prisional é um espaço no qual se misturam pessoas de várias classes, raças, credos, ideologias e, em geral, de um conjunto de particularidades que identificam e individualizam o preso a um certo grupo social. Dentre este conjunto de elementos o único que possui a capacidade de diferenciar as pessoas encarceradas é o elemento sexual, tendo em vista que, no Brasil, o sistema prisional atual não permite que haja mistura de gêneros dentro do mesmo ambiente prisional. Assim, é extremamente importante que o encarceramento feminino seja interpretado levando em consideração a perspectiva de gênero.

Conforme já afirmarmos, ao se analisar a situação das mulheres encarceradas é nítido que as prisões femininas exprimem e revelam, de forma clara, as desigualdades entre os gêneros, principalmente devido à falta condições adequadas de assistência para as prisioneiras que estão ali abrigadas, remontando, conforme veremos, ao papel de submissão imposto as mulheres no decorrer da história. Vejamos, como exemplo disso, a construção dos espaços prisionais femininos, que tem como fundamento as edificações prisionais masculinas, sem levar em consideração as necessidades femininas. Nesse sentido, a mulher encarcerada não vê suas peculiaridades de gênero reconhecidas, estando sujeita a tratamentos que tentem a inferiorizar ainda mais estas características. Evidentemente, por conta de sua condição genética, não podemos esquecer que as

mulheres possuem necessidades, demandas e características específicas, e que por vezes são agravados pelo histórico de violência dentro da própria família ou por outras razões como a maternidade, o uso de drogas, dentre outras razões.

É evidente que o cárcere produz em seus habitantes sentimentos e efeitos bastante similares, independente do gênero. Apesar disso, no contexto prisional, os homens e as mulheres são socializados e formam sistemas sociais bem diferentes um dos outros. De uma forma geral, tem-se a sensação de que, no cárcere feminino, o processo de aprisionamento parece ser ainda mais complexo e duro. Assim, a maneira e os vínculos com que os homens estabelecem em suas relações familiares e também o seu envolvimento com crime é, geralmente, bem diferente em relação as mulheres encarceradas (DEPEN, 2014b).

A estigmatização da mulher encarcerada é algo que permeia toda a sua história, conforme veremos em seções subsequentes. Sobre as mesmas eram atribuídos adjetivos pejorativos ao seu gênero e a sua condição de criminosa que acabavam contribuindo para manutenção de sua condição de submissão. A mulher que praticava algum crime era vista como uma pessoa vil, desonesta, que possuía muita maldade e, acima de tudo, pecaminosa.

Assim, as mulheres, ao entrarem no mundo do crime e, posteriormente, da prisão, acabam por serem excluídas da vida na sociedade livre. Elas são vistas e, por vezes, tratadas com uma menor empatia do que os prisioneiros masculinos, uma vez que a sociedade, ainda patriarcal e machista, espera que estas se comportem de acordo com a sua natureza feminina, impondo sobre aquelas que violam tais comportamentos, sanções morais as vezes mais severas do que aquelas impostas pelas normas jurídicas.

Esta realidade traz, por sua vez, diversos impactos, dentre eles a deterioração das relações afetivas anteriores ao cárcere, tendo como uma de suas consequências o abandono familiar, sendo este compreendido como processo de desamparo e também de descaso impelido a uma pessoa por um ou vários indivíduos de sua própria família (Santa Rita, 2006). Este rompimento traz diversos impactos negativos para a vida do recluso, diminuindo sua qualidade de vida no cárcere, distanciando-o da ressocialização e o aproximando-o cada vez mais das facções criminosas.

Este abandono da família ou dos amigos pode ter origens diversas como as dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelos familiares ou amigos das

presidiárias, a distância das prisões femininas, o constrangimento causado pelas revistas vexatórias que precedem a entrada no ambiente prisional, a ausência de ambiente apropriado para que os visitantes possam esperar ou mesmo realizar a visita, além do tempo diminuto para as visitas. Ademais, acrescentem-se as questões de gênero, uma vez que, no contexto do encarceramento feminino, a questão do abandono por parte da família e de amigos é recorrente, diferenciando-se da realidade experimentada nos presídios masculinos, uma vez que estes recebem mais visitas e apoio familiar durante todo o tempo em que permanecem presos.

Sabe-se também que o apoio familiar é essencial para que se mantenha a qualidade de vida dos prisioneiros, mas também para a recuperação daqueles que se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade, seja esta mental, física ou social (Hermeto, Sampaio & Carneiro, 2010). Não obstante a isso, entendemos que as relações afetivas, sejam elas advindas da relação de parentesco ou de proximidade, podem ter influência, positiva ou negativa, no processo de recuperação dos prisioneiros.

Em verdade, a partir do exato momento em que estas prisioneiras são afastadas das suas atividades cotidianas e das pessoas do seu convívio social inicia-se o processo de prisionalização, na qual a cultura interna do presídio começa a interferir e a modificá-las, iniciando-se pela perda de suas individualidades, evoluindo continuamente para a perda da identidade, da autoestima, dos vínculos sociais, chegando ao ponto de modificar a essência do seu ser, transformando-a, para além da vida dentro da instituição correcional.

Soma-se a isto o despreparo que os presídios e demais institutos correccionais femininos brasileiros possuem, bem com a ineficiência das leis brasileiras no tocante a proteção da mulher que se encontra em situação de privação de liberdade. Este cenário favorece, em sua generalidade, a quebra ou diminuição dos vínculos afetivos anteriores ao cárcere, com a desconstituição da família e das suas relações sociais fora do cárcere.

De certa forma, a prisão atua como agente direto de modificação das relações de afetividade, por vezes substituindo-as por outras criadas dentro do cárcere ou em razão deste. Novas famílias são criadas, relacionamentos desconstituídos, vínculos afetivos fragilizados ou efetivamente destruídos.

Apesar da importância deste tema, o Brasil tem investido, basicamente, em duas grandes frentes dentro do processo de ressocialização: o estudo e o trabalho. Apesar dos esforços, conforme já afirmamos, estes tipos de iniciativas não envolvem mais do que 10% da massa carcerária. É necessário, portanto, visualizar o problema sob um novo prisma, buscar novas formas de reabilitação e ressocialização da massa carcerária que não seja apenas pelos meios convencionais. Neste sentido, o ideal é conhecer a realidade de outros sistemas prisionais que estejam conseguindo obter êxito em suas ações de ressocialização, bem como conhecer outros prismas de análise para o problema que não sejam focados apenas em estudo e trabalho.

Como já frisamos, um destes sistemas é o espanhol, que tem atuado principalmente nos chamados “Módulos de Respeito”, cuja característica principal é a livre participação dos diversos atores, sejam eles prisioneiros ou não. Assim, cotejar a realidade entre os dois sistemas pode trazer subsídios e caminhos a serem seguidos para a melhoria do sistema prisional brasileiro, que sejam focadas nas relações afetivas positivas das prisioneiras, que vão desde características individuais como a autoeficácia, autoestima e a perspectiva de futuro até a criação de uma rede de apoio social, construída com base nas relações comunitárias, capaz de promover as condições necessárias para a expansão das ações de ressocialização e a diminuição das vulnerabilidades.

Diante deste cenário, constitui-se como uma das principais motivações para este trabalho a construção de uma proposição com foco nas relações afetivas criadas, alteradas ou mantidas no cárcere que favoreça o processo de ressocialização de mulheres encarceradas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

A presente tese tem por objetivo comparar os dois sistemas prisionais e, a partir disso, propor uma sistemática de identificação das relações afetivas mantidas pelas prisioneiras que possa ser utilizada na melhoria ou na construção das ações e

programas focados nos processos de reabilitação e ressocialização das mulheres encarceradas.

5 1.2.2 Objetivos específicos

Para obtenção de resultados teóricos e práticos que validem essa abordagem, o presente projeto terá os seguintes objetivos específicos:

10

a) Realizar um levantamento bibliográfico acerca dos temas centrais desta tese, sempre levando em consideração os aspectos que expliquem a situação atual dos dois sistemas prisionais avaliados nesta pesquisa;

15

b) Levantar o perfil da população carcerária feminina no presídio Auri Moura Costa, no Ceará/Brasil e no Centro Penitenciário de Topas em Salamanca;

c) Conhecer as ações e programas que são desenvolvidos em ambos os presídios que estão relacionadas ao processo de ressocialização.

20

d) Identificar as relações de afetividade que as prisioneiras mantêm em ambos os presídios, propondo alguma forma de segmentá-las, levando em consideração sua utilidade para o processo de ressocialização das detentas;

e) Descrever os ambientes prisionais com relação ao atendimento das condições necessárias a sobrevivência das detentas e seus impactos na criação, manutenção e ampliação relações afetivas positivas;

25

f) Discutir os resultados à luz de autores contemporâneos, sempre cotejando as realidades existente nos dois presídios;

g) Propor mudanças nas ações e programa para a redução da reincidência criminal com base nas relações afetivas das detentas.

30

1.3 Produção científica

A produção científica oriunda desta tese resultou na aceitação ou na publicação de artigos de revistas catalogados na base Latin Index, além de outras catalogadas na base Qualis.

35

Base Latin Index:

1. Nobre, C., Nobre, R., & Barrio, A. (2018). Dónde estamos errando? Una comparación del sistema de visitas en las prisiones brasileñas y españolas. *Revista Euroamericana de Antropología*, 8(1), 114-130.
- 5 2. Nobre, C., Barrio, A., & Nobre, R. (2020). La Criminalidad y el Sistema Penitenciario brasileño a Principios del Siglo XXI. Analysis. [Artigo aceito para publicação em 29 de maio de 2020]

Base Qualis:

- 10 3. Nobre, C., Nobre, R., & Barrio, A. (2019). Los Derechos Sociales y su papel en el proceso de resocialización de los presos en Brasil. *Revista Diálogos Possíveis*, 18(1), 44-55.

Além das publicações em revistas participamos de congressos e
 15 seminários apresentando parte dos resultados desta tese, conforme apresentamos abaixo:

- 20 4. Nobre, C., Barrio, A., & Nobre, R. (2018). Los Derechos Sociales y su Papel en el Proceso de Resocialización de los Presos en Brasil. In: XXI Congreso Internacional de Historia de los Derechos Humanos de la Universidad de Salamanca. Salamanca, España.
- 25 5. Nobre, C., Barrio, A., & Nobre, R. (2017). O regime de visita e seus impactos: Uma comparação entre as prisões brasileiras e espanholas. In: III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. Recife, Pernambuco.
- 30 6. Nobre, C., Barrio, A., & Nobre, R. (2016). A cultura intra-muros e seus efeitos nas relações inter e intrapessoal de mulheres reclusas no Instituto Prisional Feminino Desembargadora Auri Moura Costa. In: 8 Congreso Internacional – Salamanca 2016. Salamanca, España.

1.4 Organização do trabalho

O trabalho está dividido em 8 Seções. A Seção 1 apresenta uma breve introdução da temática da pesquisa, a problemática a ser investigada, a importância do estudo do tema, os objetivos e as hipóteses a serem verificadas no decorrer da pesquisa.

As outras seções estão organizadas conforme a seguinte estrutura: A Seção 2 apresenta a metodologia adotada, além da caracterização dos objetos de pesquisa. Na Seção 3 discutiremos a sociedade brasileira no século XXI, de maneira a entender seu contexto cultural, além da criminalidade e violência no Brasil. Na seção seguinte apresentaremos um histórico sobre as prisões, incluindo o contexto das prisões femininas. Na Seção 5 nós focamos nos sistemas prisionais brasileiro e espanhol, ressaltando o contexto da ressocialização no Brasil e a iniciativa espanhola através dos Módulos de Respeito. A Seção 6 apresentamos o processo de prisionalização, a cultura prisional e o impacto da cultura prisional no processo de ressocialização dos presos. Já na Seção 7 trazemos, de forma mais profunda, uma análise sobre a realidade vivenciada pelas prisioneiras nos dois presídios pesquisados, ressaltando suas principais características e as ações e programas por ele mantidos, comparando-os e apresentando, sempre dentro da perspectiva construtivista, sugestões de melhoria, baseadas em uma proposta da utilização de relações afetivas para fortalecer a reabilitação e a ressocialização das detentas. Por fim, a Seção 8 resumimos as principais contribuições e conclusões desta tese, além de perspectivas de prosseguimento desta pesquisa.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da
5 Universidade de Fortaleza, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação
Ética, obdendendo aos critérios da resolução 466/12, onde as entrevistadas foram
esclarecidas sobre o objetivo e benefícios do estudo e assinaram o Termo de
Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A fim de resguardar o anonimato dos
sujeitos da pesquisa foram utilizados pseudônimos de forma a não identificar ou
10 expor qualquer participante.

Para termos acesso livre a instituição correcional brasileira, tivemos que
solicitar a devida autorização, bem como atendimento as exigências para a
concessão da mesma. Esta autorização foi aprovada pelo governo Brasileiro, aqui
representado pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará através do
15 Termo de Anuência expedido em julho/2016.

No tocante às formalidades necessárias à realização de pesquisa em
presídios espanhóis, foi expedido ofício referente à autorização de investigação em
27 de fevereiro de 2017, pelo Ministério do Interior do Governo da Espanha. Neste
ofício ficou estabelecido que a colaboração dos internos participantes seria
20 voluntária, além da garantia do anonimato de cada participante.

2.1 Estudo de caso múltiplo

25 O trabalho se dará através do estudo de caso múltiplo, consistindo na
pesquisa de uma situação específica de forma a compreender uma relação de causa
e efeito, com o espaço de atuação delimitado (Malheiros, 2011), tendo como objeto
os Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), pertencente ao
30 sistema penitenciário do Estado do Ceará, no Brasil e o Centro Penitenciário de
Topas em Salamanca/Espanha.

Segundo Yin (2015, p.32), “o estudo de caso é uma investigação empírica
de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os
limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definido”. Este autor
35 ainda enfatiza que o estudo de caso é o método mais utilizado quanto o pesquisador

possui pouco controle sobre os eventos aos quais ele está pesquisando e ele precisa responder a perguntas do tipo “como” e “por quê” (Yin ,2015).

Trata-se de um método que procura olhar a realidade social da forma como ela acontece. Neste sentido o estudo de caso “não é uma técnica específica, é um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado” (Goode & Hatt, 1979, p. 421-422).

Não obstante ao conceito que melhor define o estudo de caso, faz-se necessário identificar as características deste método. Desta forma, apresento a seguir quatro características deste método enumeradas por Wimmer, Dader e Dominick (1996, p. 161):

1. Particularismo: o estudo se concentra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;
2. Descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido a indagação;
3. Explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que se submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;
4. Indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo segundo o qual os princípios e generalizações emergem da análise dos dados particulares. Em muitas ocasiões, mais que verificar hipóteses formuladas, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos.

Assim, segundo Yin (2015), os estudos de caso não pretendem generalizado os resultados, mas sim permitem compreender e também interpretar fatos e fenômenos específicos de uma forma mais profunda. Evidentemente este tipo de abordagem não permite a generalização do fato ou fenômeno estudado, muito embora os resultados obtidos possam possibilitar a disseminação do conhecimento através de proposições teóricas ou genearilizações que possam surgir do estudo.

Neste cenário, estudar fenômenos contemporâneos exige, em muitos casos, que o pesquisador tenha uma visão e uma participação dentro do próprio contexto onde o fenômeno está ocorrendo. Segundo Carneiro (2018, p.314),

[...] Fatos da vida real, vividos em seu contexto, não são passíveis de inserção em ambientes controlados e tampouco nos asseguram um vetor predominante de previsibilidade. Nesse sentido o estudo de caso visa compreender fenômenos sociais e psicológicos complexos, em que múltiplas variáveis intervêm.

Yin (2015) afirma que para se definir qual o método de pesquisa é mais adequado faz-se necessário que o pesquisador analise as questões que serão investigadas. O que diferencia o estudo de caso dos demais métodos de pesquisa reside na capacidade que o mesmo tem de “lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (Yin, 2015, p.27).

Desta forma, este método permite a investigação de um fenômeno empírico que segue um conjunto pré-definido de procedimentos, podendo ser utilizado, em especial, para estas finalidades:

1. Explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos;
2. Descrever uma intervenção e o contexto da vida real em que ocorreu;
3. Ilustrar determinados tópicos dentro de uma avaliação, às vezes de modo descritivo ou mesmo de uma perspectiva jornalística;
4. Explorar situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados (Yin, 2015, p.34-35).

A escolha de mais de um caso para esta pesquisa não visou a replicação, mas a possibilidade comparativa. Desta forma, o estudo dos dois objetos possibilitou criar linhas de convergência e divergência sobre a temática principal desta investigação. Assim, ao optarmos por esta estratégia, não queremos avaliar a incidência dos fenômenos ali existentes, mas justamente tentar elucidar o contexto na qual eles foram produzidos. No entanto, segundo Verztman (2013), comparar casos geralmente gera controvérsias além de grandes questionamentos, uma vez que as diferenças e as semelhanças entre os contextos são muito importantes e, as vezes, levam ao incomparável. Apesar disso, o próprio autor afirma que “comparar modelos, abstrações que servem para dar alguns parâmetros à nossa prática, não é o mesmo que comparar sujeitos” (Verztman, 2013, p. 75) sendo, portanto, factível a sua utilização, sempre levando em consideração estes problemas. Assim, esta estratégia é geralmente usada quando os pontos de interesse da pesquisa “[...] referem-se ao como e ao porquê; quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos; e quando o foco se dirige a um fenômeno contemporâneo em um contexto natural” (Alves-Mazzotti, 2006, p.643). Também optamos por esta estratégia pois ela é útil quando a pesquisa tem a intenção de aprofundar os conhecimentos sobre uma realidade para a construção de uma proposição teórica (Benbasat, Golsdstein & Mead, 1987).

A escolha dos objetos de pesquisa deveu-se ao fato da proximidade da pesquisadora com o objeto de estudo, tendo em vista ter trabalhado na Secretaria de Justiça no ano de 2010, período no qual foram realizadas diversas visitas as instituições correcionais, dentre elas ao IPF (única penitenciária exclusivamente feminina no Estado do Ceará), bem como seu projeto de mestrado na Universidade de Salamanca, na Espanha, ao qual lhe propiciou acesso ao Instituto Prisional Feminino Auri Mora Costa.

Conforme já afirmamos, não poderemos generalizar todos os resultados encontrados neste estudo, uma vez que cada instituição correcional possui suas próprias especificidades, seus problemas específicos, suas próprias características e sua cultura interna. No entanto, algumas ações, programas e fatores que geraram os achados desta pesquisa podem ser verificados, analisados e estudados, dando subsídios para compreender como estes elementos interagem para que determinados resultados ocorram.

Esta pesquisa trata-se de um estudo antropológico descritivo e analítico, primando por uma abordagem de cunho qualitativa, sendo utilizada a técnica da etnografia, uma vez que faremos uma imersão dentro da realidade vivenciadas por mulheres encarceradas. Optamos por esta abordagem por entendermos que não é suficiente apenas entrevistar as pessoas. Temos a necessidade de observar o que estas pessoas, a maneira como elas fazem, o que elas utilizam e como elas se relacionam, tanto entre si, quando com pessoas que com elas se relacionam. Isto é factível se for levado em consideração que parte do comportamento das pessoas é baseado no conhecimento tácito, ou seja, no conhecimento não-falado.

Os procedimentos de coleta de dados incluíram o uso de caderno de anotações de campo, observação, registros audiovisuais, fazendo uso também de entrevistas e questionários.

Faremos uso de diversos tipo de apresentação como textos, quadros, tabelas e gráficos, sendo os resultados das entrevistas e documentos analisados pela abordagem da análise de conteúdo de Bardin (2018).

2.1.1 Método qualitativo

Também utilizamos a abordagem qualitativa, uma vez que os dados
5 colegados são de difíceis de serem quantificados, tendo em vista que nossa
pesquisa se tratar de um estudo na qual a profundidade e a contextualização são
importantes para o entendimento do fenômeno estudado, além da impossibilidade
de previsão de todas as variáveis envolvidas com o problema que etamos
pesquisando.

10 Assim, busquei descrever a reação de cada participante segundo as suas
percepções, sem ter como foco a contabilização única e exclusiva dos dados. O
resultado apresentado é, portanto, a descrição do comportamento destes, suas
percepções e contexto que envolve sua dinâmica dentro do ambiente prisional.

Durante as entrevistas utilizamos questionários com estruturação pouco
15 rígida, sendo os mesmos constituídos por perguntas abertas, pertitindo que o
entrevistado tivesse uma certa liberdade em relação as suas respostas. Desta
maneira eles podem desenvolver, de forma livre, o seu discurso, sem que o
pesquisador imponha qualquer limitação. A expectativa é que nesta abordagem
emerjam assuntos e aspectos relacionados à vivência dos entrevistados que reflitam
20 suas emoções e anseios sem que haja a máscara do racionalismo, tão presente em
resposta pré-estabelecidas.

2.1.2 Técnica da observação

25 Como já afirmado anteriormente, nesta pesquisa foram utilizadas algumas
técnicas, dentre elas a entrevista em profundidade, a observação participante, além
da análise de documentos, buscando compreender as relações inter e intrapessoal
dos indivíduos estudados, com ênfase nas relações afetivas e nos seus impactos,
30 tanto em relação ao ambiente prisional, bem como em relação a reincidência
criminal dos egressos dos sistemas prisionais.

Pelo fato de termos utilizado entrevistas dentro de um estudo de caso
tivemos uma interação direta com os entrevistados, no qual utilizamos, em geral, um
35 conjunto de perguntas abertas, com o objetivo de descobrir algumas características
e fatos vinculados às experiências pessoais dos entrevistados, sendo adotado, por

consequente, um diálogo que levava em consideração um alto grau de liberdade independência destes, além de uma maior profundidade temática.

Para garantir o anonimato visando a integridade e preservação dos direitos básicos das prisioneiras, a identificação das mesmas, quando necessária, será feita através de pseudônimos. Assim, nos trechos das entrevistas com as prisioneiras, utilizaremos como identificação o nome de uma flor, seguido da idade, tempo de aprisionamento e de outras informações necessárias para o melhor entendimento do contexto em que as informações estão sendo analisadas.

Também serão preservadas as imagens das detentas, sendo o seu rosto distorcido de maneira a dificultar a identificação. Não serão apresentadas fotos internas das instituições, com exceção de áreas comuns, de acesso público, e outros locais destinados a encontros, eventos e recreação, como quadras esportivas, piscinas, dentre outras. O fundamento deste tipo de abordagem se justifica na preservação do sigilo necessário à manutenção da segurança interna das instituições correcionais.

2.1.3 Observação participante

Este tipo de observação tem como característica o fato do observador participar ativamente na vida do grupo que é objeto desta investigação, inclusive com interações com os grupos observados, sempre com a perspectiva de colher dados buscando a essência dos fatos. Esta técnica de investigação tem sido cada vez mais utilizada, quer como ferramenta exploratória, quer como técnica principal de coleta de dados.

Neste ponto, os entrevistados serão informados sobre o objetivo da pesquisa e como ela será conduzida.

2.1.4 Observação estruturada

Utilizei a observação estruturada tendo em vista que as ações foram executadas de forma planejada, com o objetivo de atender a critérios preestabelecidos, mantendo-se o mais objetivo possível, de maneira a eliminar, por

completo, sua interferência sobre os fenômenos estudados, limitando-se a somente descrever informações precisas em relação aos fatos em questão.

Para a realização da pesquisa foi utilizado um plano previamente elaborado, que fornecia os subsídios necessários à análise da situação.

5 Este plano estava guiado pelos objetivos e hipóteses do trabalho e continha as atividades e os documentos a serem analisados, bem como artefatos a serem construídos ou empregados durante a pesquisa. Dentre este estão os questionários abertos que foram usados nas entrevistas com as presas, com a assistente social, com a diretora e com os outros agentes participantes do estudo.

10

2.1.5 Amostra dos dados

15 Trabalhamos com uma amostra intencional de prisioneiras das instituições correcionais objeto de estudo, cujos critérios de seleção serão apresentados adiante. A escolha de se trabalhar com amostras deveu-se ao contexto envolvido, em específico ao problema relacionado a logística de segurança necessária a coleta das informações relacionadas a cada detenta, levando em consideração a localização
20 destas, o seu deslocamento, além do aparato de segurança para a realização das entrevistas de cada prisioneira. Também devemos considerar, neste contexto, o desconforto que este tipo de abordagem pode gerar dentro do ambiente carcerário, devendo-se evitar a geração de qualquer incidente de maior gravidade.

Com base na estrutura da abordagem qualitativa, optamos por um
25 processo de amostragem com base na saturação das informações, ou seja, as informações são coletadas até o momento em que se verifica que não houve acréscimos de novos elementos que possam ser utilizados para subsidiar a nossa teorização.

A restrição a grupos amostrais pequenos e de certa forma homogêneos
30 permite um maior controle das fases da pesquisa, estando também adequado aos meios técnicos e financeiros disponíveis, dado que grupos maiores necessitariam de uma equipe maior para realização do procedimento. Outro ponto é que a opção por um grupo reduzido de pessoas conduz a uma pesquisa que propicia um contato mais próximo e prolongado com as detentas entrevistadas, permitindo uma maior
35 profundidade em contraponto a representatividade.

As detentas escolhidas foram previamente convidadas a participar da pesquisa, sendo expostos, neste momento, os objetivos e a forma de realização da entrevista. Cada participante só foi entrevistado após dar permissão para a realização da pesquisa através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Utilizamos como instrumento para coleta de dados um questionário sócio-demográfico para caracterizar os sujeitos da pesquisa e uma entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram realizadas individualmente, sendo toda a entrevista gravada em áudio para evitar interrupções e para possibilitar posteriores revisões de modo a elucidar algumas dúvidas, além de propiciar um meio eficaz para a realização das respectivas transcrições. Após as entrevistas passaremos para a etapa das transcrições, seguida das respectivas análises de conteúdo, através da abordagem proposta por Bardin (2018). Nesta abordagem utilizamos a modalidade categorial temática, onde as falas das entrevistadas são integralmente transcritas e, posteriormente, classificadas por temas centrais presentes nos relatos. De uma maneira geral, realizaram-se as três fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2018): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

No tocante a escolha das prisioneiras a serem entrevistadas, nós adotamos uma estratégia em que a seleção fosse representativa em relação aos diversos grupos sociais existentes dentro de cada instituição correcional, além de termos feito uma análise prévia do perfil comportamental das mesmas. Cumpramos esclarecer que esta seleção e análise foi realizada em conjunto com as assistentes sociais dos respectivos presídios. Para que a seleção fosse a mais adequada possível foram adotados os seguintes critérios:

- a) Baixa periculosidade: este critério busca diminuir a ocorrência de quaisquer anomalias e incidentes durante o processo de localização, busca e realização das entrevistas;
- b) Representatividade: visamos, neste critério, entrevistar indivíduos de grupos sociais distintos, sendo estabelecidos os seguintes grupos: homoafetivas; heteroafetivas; trabalhadoras; estudantes; gestantes; religiosas; depressivas; com filhos pequenos. Estes grupos foram selecionados tomando como base a relação criada por Nobre, Barrio e Nobre (2016).

- c) Tempo de aprisionamento diferente: este critério tem como objetivo obter percepções diferentes das prisioneiras a partir do tempo em que estão submetidas as normas e a cultura interna dos presídios. Adotamos 3 grupos: detentas com tempo de prisão entre 6 meses a 1 ano; detentas com tempo de encarceramento entre 2 a 4 anos; e, por fim, detentas com tempo de aprisionamento maior ou igual a 5 anos.

Para a realização das entrevistas com as detentas foi elaborado um planejamento prévio para a sua realização, com datas e horários predefinidos, recursos e material de apoio necessários, atividades a serem realizadas e a ordem em que elas ocorreram, sendo este planejamento submetido à diretoria dos presídios para aprovação e ajustes. Neste plano alguns cuidados foram tomados, tendo em vista toda a problemática envolvida por se tratar de um ambiente carcerário que possui presas condenadas por crimes graves e de alta periculosidade, além dos normativos internos de cada instituição, que deveriam ser seguidos, sendo eles:

- a) Não realização das entrevistas nos dias de visita ou com detentas que estavam recebendo visita;
- b) Sala de entrevista localizada na parte administrativa do presídio, garantindo assim a privacidade e a segurança, bem como evitando contatos ou intromissão de outras presas durante a entrevista que pudessem comprometer o processo de coleta das informações;
- c) Disponibilização, com antecedência, das perguntas básicas que seriam abordadas nas entrevistas com as detentas, para a assistente social e diretoria do presídio, visando uma clareza sobre os objetivos da pesquisa perante aquela instituição. Este item também tinha como objetivo evitar especulações ou geração de obstáculos por parte da direção dos presídios ou dos órgãos governamentais responsáveis pela autorização de acesso e da pesquisa junto aos institutos correcionais;
- d) Realização da entrevista na presença da assistente social, de forma a garantir lisura e evitar alegações infundadas das detentas sobre a integridade das mesmas e violações de seus direitos básicos. Esta

abordagem também foi necessária por conta de regras internas da instituição;

- 5 e) Presença de agente penitenciário nas proximidades da sala de entrevista, de forma a coibir qualquer tipo ação lesiva das detentas entrevistadas, além de tentativas de fugas ou outro evento que gerasse algum tipo de perigo.

Uma vez aprovado o planejamento pelas direções e autoridades governamentais foi dado início as atividades inerentes as entrevistas. Para cada
10 detenta foram realizadas as seguintes etapas:

- 1) Autorização da assistente social para a realização da entrevista previamente agendada. Caso houve-se algum empecilho que impedisse a sua realização, um novo agendamento de entrevista era montado para aquela detenta, ou uma nova seleção era realizada
15 para substituir aquela prisioneira de acordo com os critérios de escolha já estabelecidos.

- 2) Uma vez obtida a autorização a autoridade responsável pela segurança interna determinava a localização da detenta através dos agentes penitenciários. A localização se operacionalizava através de busca a detenta nas áreas de convívio. Cabe ressaltar que cada uma das presas selecionadas foi comunicada previamente sobre a realização das entrevistas, dos motivos e objetivos da pesquisa, do dia e horário de realização, o que acabava por facilitar a sua localização.

- 25 3) Localizada a presa, esta era conduzida por um agente penitenciário até o local das entrevistas. A escolta da presa do setor carcerário até a sala de entrevista seguia todos os rigores necessários, o que chegava, em alguns casos, a uma revista antes e depois de sair da sala de entrevista. O rigor era necessário para evitar possíveis desvios e coibir quaisquer tentativas de práticas delitivas. No presídio brasileiro este processo de traslado era realizado por escolta armada, sendo a presa submetida a passagens nos pórticos detectores de metais, além da realização de revistas individuais.
- 30

4) Já dentro da sala de entrevista a presa era informada novamente dos objetivos da pesquisa e novamente questionada sobre o consentimento na participação da pesquisa. Neste ponto ressaltamos que nenhuma das presas escoltadas até a sala de entrevista desistiu de sua participação.

Durante a entrevista a presa era mantida em uma posição que lhe garantisse o maior conforto possível e tratada com toda a cordialidade necessária para que esta se mantivesse calma. Esta abordagem visava criar um ambiente mais favorável a coleta das informações.

As perguntas foram feitas seguindo uma sequência lógica de ideias, deixando as prisioneiras livres para responderem segundo seu entendimento. Algumas perguntas adicionais foram feitas dependendo das respostas apresentadas, de maneira a compreendermos melhor todo o contexto envolvido.

As expressões e gestos produzidos pelas detentas durante as entrevistas foram traduzidos em novas perguntas de modo a entender o comportamento e os sentimentos que as presas estavam demonstrando.

5) Após a entrevista a presa era escoltada de volta ao setor carcerário. No presídio brasileiro a presa passava novamente por uma revista quando de sua saída do setor administrativo e entrada no setor de convívio das detentas.

Conforme já mencionamos, além destas entrevistas com a população carcerária, também realizamos entrevistas ao corpo técnico das instituições correcionais envolvendo diretores, assistentes sociais e alguns agentes prisionais, além dos parentes, amigos e demais pessoas que visitavam as detentas. Lembramos que estas entrevistas também foram precedidas do Termo de Livre Consentimento, além de serem expostos os motivos da pesquisa. A questão referente ao anonimato também foi aplicada aos parentes, familiares e amigos das prisioneiras, e, também aos funcionários dos presídios. As entrevistas conduzidas com as direções e com as assistentes sociais dos presídios não puderam usufruir deste artifício, dada a singularidade peculiar a estes cargos dentro das instituições.

2.2 Caracterização dos objetos de pesquisa

2.2.1 Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa

5

O Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), primeiro e único presídio feminino para presas em regime fechado no Estado do Ceará/Brasil, foi inaugurado em 22 de agosto de 1974, no antigo prédio do Convento da Congregação do Bom Pastor, na Praça do Liceu, em Fortaleza.

Esta estrutura cumpriu sua finalidade até o fim do século XX, momento no qual a estrutura antiga deu lugar a uma nova construção, criada especificamente com a finalidade de encarceramento e, em uma região fora da Capital Fortaleza. Esta mudança deveu-se a um novo cenário social, no qual crescia a participação da mulher nas mais diversas áreas sociais, ao mesmo tempo em que aumentava os índices de criminalidade feminina. Era necessária a construção de um ambiente mais adequado a esta realidade em termos de número de vagas, como também que trouxesse uma nova forma de tratar a mulher dentro do ambiente prisional.

20

2.2.1.1 A estrutura atual do IPF

O novo prédio do IPF foi inaugurado no dia 31 de outubro de 2000. Localizado no Município de Itaitinga, na BR-116, km 27 (Figura 1), sendo contruído para ser um presídio exclusivamente feminino, contando inicialmente com 134 vagas. A finalidade de construir um novo presídio deveu-se, principalmente, devido ao crescimento da massa carcerária feminina, bem como pela necessidade de criar um ambiente mais adequado ao gênero feminino, tratando, adequadamente, as características peculiares a este gênero. Embora essa fosse uma de suas finalidades isso não foi de fato alcançado, uma vez ela seguiu os parâmetros de construção de uma instituição correcional masculina, o que levou a uma manutenção de uma cultura prisional bastante masculina e punitiva.

Esta nova localização do IPF trouxe alguns benefícios como a possibilidade de ampliação física do prédio, diminuição da insegurança nas regiões próximas, dado que o prédio está distante das zonas residências, além de outras vantagens. Porém, alguns aspectos advindos desta mudança foram negativos, pois

35

o presídio foi levado para uma região relativamente distante do centro urbano da Capital do Estado, o que acaba dificultando os acessos aos meios de transporte e, por conseguinte, interferindo negativamente na realização de visitas por parte de parentes, familiares e amigos das detentas.

5

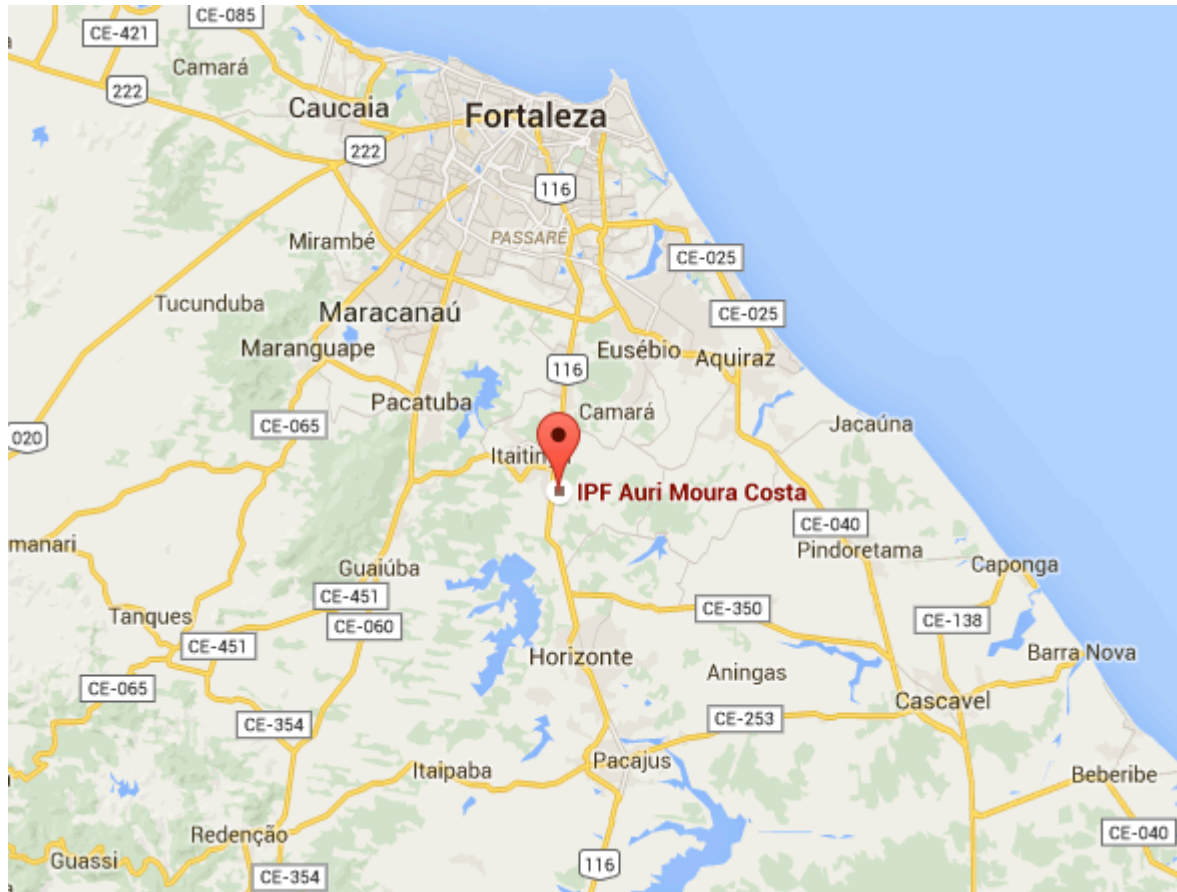


Figura 1 – Localização do Instituto Prisional Desembargadora Auri Moura Costa

Fonte: Obtida pela própria autora utilizando o Google.

10 Em dezembro de 2005, foi realizada uma reforma sendo criadas mais duas alas (D e E), ampliando a capacidade da unidade prisional para 374 vagas.

O prédio do IPF é bem ventilado e relativamente bem dividido (Figura 2). O presídio lembra uma antiga fortaleza, com um muro de mais de cinco metros de altura que o cerca, além 11 guaritas de segurança, localizadas estrategicamente ao
15 logo de toda a muralha.

Na entrada do presídio, do lado direito, em frente ao estacionamento de funcionários, fica o prédio que abriga a creche para internas com filhos. Trata-se de uma construção ampla e independente, que abriga quartos para as mães-detentas e

bebês, banheiros, cozinha, consultórios médicos e um jardim, podendo abrigar até 15 internas com seus respectivos filhos de até 6 meses de idade.



5 **Figura 2 – Foto área do IPF mostrando a estrutura predial e suas divisões**

Fonte: Obtida pela própria autora utilizando o Google.

Logo na entrada do prédio existe um estacionamento, seguido da recepção e, logo após um grande portão de ferro, há uma escada que leva ao andar superior, onde estão às salas da administração do lado direito e, do lado esquerdo, alojamentos dos policiais militares. Em seguida, um largo corredor separa os pavilhões onde ficam as celas.



Figura 3 – Foto da entrada do IPF

Fonte: Registrada pela própria autora.

As dependências internas do IPF têm como característica a relativa limpeza, destoando dos antigos depósitos de presas, geralmente instalados em prédios adaptados para servirem de presídios de mulheres, como também está distante daquele antigo modelo dos conventos, seja pelo aspecto físico de antes - silente e asséptico - seja pelo antigo ar submisso das presas, que já não existe.

Logo no primeiro pavilhão temos algumas estruturas administrativas. De um lado desta estrutura ficam as salas das equipes que fazem o acompanhamento da saúde das internas e, do outro, ficam existem diversas salas para advogados, defensores públicos, assistentes sociais, psicólogos, além da sala utilizada para a realização da identificação de detentas que estão ingressando naquela instituição correcional, além do parlatório. Adentrando ainda mais no IPF teremos à frente, “a padaria, cozinha e salas onde funcionam um ateliê de costura, artesanato, bordado e outros cursos profissionalizantes, além do almoxarifado. Em seguida, temos as cinco alas de convivência, intermediadas por amplos e arejados corredores” (IPECE, 2017).

2.2.2 Centro Penitenciário de Topas

Assim como os outros centros prisionais da Espanha, o Centro Penitenciário de Topas (CPT) possui uma tipologia modular (Figura 4). Isso favorece a criação de espaços que contribuem para o cotidiano na prisão, além de

favorecerem a dupla função das instituições correcionais: lugar da custódia dos prisioneiros e espaço propício à reabilitação.



5 **Figura 4 – Visão externa do Centro Penitenciário de Topas**

Fonte: Registrada pela própria autora.

De uma forma geral, os centros prisionais da Espanha foram idealizados para possibilitarem, de forma eficiente, a educação e a reintegração de seus prisioneiros, sendo assegurada a segurança e cumprimento de sentenças por parte destes.

2.2.2.1 A estrutura atual do CTP

O Centro Penitenciário de Topas está localizado no final do município de Topas, em um lugar conhecido como Las Abrigadas, entre as cidades de Salamanca e Zamora e a linha férrea Plasencia-Artorga (Figura 5).



Figura 6 – Foto área do CPT mostrando a estrutura predial e suas divisões

Fonte: Obtida pela própria autora utilizando o Google.

5 O Centro Penitenciario de Topas possuem uma estrutura interna que facilita a classificação correta de seus internos, de acordo com a legislação espanhola vigente. O CTP ainda possui oficinas produtivas onde são desenvolvidas diversas atividades como carpintaria de madeira, artes gráficas, dentre outras, quadras poliesportivas, áreas de serviço com lavanderias, padarias, cozinhas, etc.,
10 além de um edifício sócio-cultural e outro destinado às comunicações, onde serão realizadas as comunicações com familiares, visitas íntimas e áreas de comunicações gerais e aquelas destinadas à comunicação com os advogados.

Toda esta estrutura ocupa uma extensa área de aproximadamente 27 hectares, onde se primam pelos os espaços abertos e jardins, que geram um
15 clima mais ameno e menos sombrio (Figura 7).



Figura 7 – Foto interna do CPT

Fonte: ACAIP (2020).

5 Toda a administração do CPT é realizada por um diretor-geral apoiado por quatro subdiretores, evidenciando todo o cuidado e o aspecto profissional empregado pelo Estado com relação à administração prisional.

Há um investimento massivo em atividades vinculadas ao labor e a educação (Espanha, 2014). Também há um investimento em áreas ligadas à saúde
10 e à assistência social dos encarcerados. Merecem especial destaque a excelente infraestrutura de suas instalações (Figura 8) e o nível de atendimento dos funcionários que trabalham naquela instituição correcional.

Dentro do CPT as prisioneiras têm a disposição diversas atividades, dentre elas aquelas relacionadas à cultura, através da estação de rádio interna e do
15 teatro, ao esporte, com a realização de diversas atividades como futebol, musculação, etc. Também são desenvolvidas atividades laborais como o artesanato, alimentação, limpeza, dentre outras, além daquelas destinadas às ações educacionais. A prisão dispõe também de um anfiteatro, onde são realizados diversos eventos culturais. Convém salientar que, como no sistema prisional
20 brasileiro, as detentas no sistema prisional espanhol não são obrigadas a trabalhar.



Figura 8 – Corredor interno que conduz as celas do CPT

Fonte: ACAIP (2020).

5

Já o parlatório do CPT é composto por dezenas de baias, devidamente equipadas por sistema de áudio, cuja separação é realizada através de vidro translúcido. Ele é utilizado no estágio inicial do cumprimento da pena para a comunicação do preso com seus parentes e advogados. A partir de um certo momento os contatos passam a ser diretos, sem haja qualquer barreira física entre o preso e seus visitantes. Estes encontros são realizados no pavimento superior do prédio, onde há sala apropriadas para isso.

10

Com certeza, o Centro Penitenciário de Topas é um dos mais perfeitos complexos prisionais do mundo. Nele a reabilitação e função ressocializadora da pena são executadas com seriedade.

15

20

3 A SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

Numa sociedade bem organizada os bons
devem servir de modelo e os maus de
exemplo.

Louis Bonald

O Brasil está passando, nas últimas duas décadas, por uma das maiores deteriorações sociais da sua história. Todos os dias são noticiados na imprensa nacional e internacional, casos que envolvem violência, corrupção, impunidade, miséria e inversão de valores. Raros são os casos em que o Brasil tenha sido destacado por um fato positivo relevante. Envolto em uma crise econômica, social e moral o povo brasileiro tem vivenciado, com muita passividade, a exposição de casos de corrupção, lavagem e desvio de dinheiro público envolvendo políticos, funcionários e agentes públicos, além de grandes empresas nacionais e internacionais. Neste contexto, crescem o número de desempregados e o número de pessoas expostas as condições de extrema miséria, aumenta-se o número de crimes e prisões, ao mesmo tempo em que o país se vê dominado por facções criminosas, com abrangência em todo o território nacional e, sem exageros, internacional.

Além disso, o brasileiro passa por uma crise de identidade, na medida em alguns valores vem sendo substituídos de maneira abrupta, fruto, principalmente, da omissão do Estado, em face aos poderes paralelos. Não se trata do processo natural que modifica os valores sociais, baseados em uma mudança cultural advinda da aceitação de novas relações e práticas sociais, mas sim, uma imposição dura e não refletida, muitas vezes midiática, sobre aquilo que a sociedade entende como correto e justo. A sociedade brasileira vive em um momento em que o mérito é suplantado pela incompetência, o justo pelo corrupto, o certo pelo errado. Porém tal situação não é algo intrínseco aos dias atuais, tendo origens nos tempos colônias. Rui Barbosa, jurista e político brasileiro, de renome internacional, conhecido pela alcunha de “Águia de Haia”, proferindo discurso no Senado Federal brasileiro, ainda no século XIX, externalizou sua indignação contra a corrupção que permeia a sociedade brasileira, a qual transcrevo em partes:

[...]

A falta de honestidade, senhores senadores, é o grande mal da nossa terra, o mal dos males, a origem de todas as nossas infelicidades, a fonte de todo nosso descrédito, é a miséria suprema desta pobre nação.

A sua grande vergonha, diante do estrangeiro, é aquilo que nos afasta os homens, os auxílios, os capitais.

A injustiça, senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vêm nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade, promove a relaxação, insufla a cortesia, a baixeza, sob todas as suas formas.

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto (Barbosa, 1914, p. 86-87)

Nas subseções seguintes abordaremos as raízes da crise da sociedade brasileira no século XXI.

3.1 A inversão de valores e a cultura do “Jeitinho”

Para Wachelke e Prado (2017, p.146), “a ideia do que é ser brasileiro implica uma série de características, práticas e imagens, símbolos de toda ordem associados à cultura nacional”, tendo como uma destas características a cordialidade. Segundo Holanda (2015, p.11):

(...) somos vistos como pessoas hospitaleiras e receptivas, nossas relações pessoais e íntimas se confundem com as relações públicas. Nós tratamos o que é público como uma ‘extensão de nossa casa, de nossa família’ e assim, conseguimos escapar das formalidades e burocracias existentes.

Neste contexto, segundo Barbosa (2006), identifica o “jeitinho brasileiro” com um dos traços mais marcantes da identidade brasileira, referindo-se, neste caso, a um modo especial que os brasileiros têm de fazer as coisas. A experiência relacionada ao dia a dia e algumas pesquisas empíricas como as desenvolvidas por Barbosa (2006), Pilati, Milfont, Ferreira, Porto e Fischer (2011), Smith, Huang, Harb e Torres (2011), Smith *et al.* (2012), Almeida (2012) e, por fim, Torres, Alfinito, Galvão e Tse (2015) confirmam que o “jeitinho brasileiro” é algo amplamente conhecido, havendo, porém, uma certa divergência na literatura das ciências sociais no Brasil e uma ambiguidade na linguagem popular quanto ao que ele representa.

Segundo Duarte (2006), o “jeitinho” é um mecanismo social que é intrínseco e característico da cultura brasileira. Ele envolve o descumprimento de leis, regras ou padrões, tendo como objetivo tratar de problemas enfrentados no mesmo instante em que estes ocorrem. Trata-se de um processo informal para resolver situações e problemas imediatos, mesmo sem respeitar as normas e leis existentes. Nas palavras de Wachelke e Prado (2017, p.146-147), “o jeitinho pode ser definido como uma prática associada aos brasileiros que implica a utilização de estratégias pautadas em relacionamentos – simpatia, redes de conhecidos... – e criatividade para obter vantagens pessoais”.

Segundo Souza (2015), o jeitinho brasileiro envolve o processo de ativação das relações sociais privilegiadas, ou seja, da utilização e do apelo a contatos sociais que possuem influências em diversos setores públicos e privados, permitindo resolver problemas, em sua maioria, de modo ilegal ou imoral.

Assim, este mecanismo é uma forma particular, utilizado por alguns brasileiros, para resolverem seus problemas sem a alteração do seu *status quo*, sem questionamentos e sem alterar a ordem estabelecida (Motta & Alcadipani, 1999).

Apesar de existirem trabalhos que denotam os aspectos positivos do “jeitinho” brasileiro, como em Souza (2015) e Fonseca e Castor (2005), há trabalhos que enfocam o prejuízo que este tipo de prática pode causar dentro da sociedade. Essas vantagens são frequentemente consideradas indevidas, uma vez que desrespeitam as regras, normas ou leis sociais. Assim, de uma maneira generalizada, o jeitinho brasileiro está vinculado ao suborno, à corrupção, ao comportamento antiético, dentre outros (Dennis & Stroh, 1997).

Ao associar essa prática ao brasileiro, realiza-se uma homogeneização dessa sociedade, contribuindo para o estereótipo de seu povo. Isso acrescentaria aspectos positivos e negativos à identidade nacional. Do lado positivo, estabelecem-se uma suposta igualdade e justiça social ao resolver imbróglios burocráticos não razoáveis, e características como alegria, cordialidade e simpatia do brasileiro. Porém, do lado negativo, há uma imposição de uma grade de leitura estrangeira proveniente de países desenvolvidos que desqualifica a sociedade brasileira, pois esta parece não se adequar ao funcionamento impessoal e individualista das instituições ocidentais: um país “que não é sério”, “que não tem jeito”, em que leis não funcionam (Wachelke & Prado, 2017, p.149).

Conforme Barbosa (2006, p.41): “(...) o jeitinho é sempre uma forma “especial” de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de conciliação, esperteza

ou habilidade”. Desta forma, o jeitinho aplica-se na resolução de um problema usando de uma ação legal ou ilegal, e não necessariamente uma ação de desrespeito a lei. Da mesma forma Rega (2000) aduz que o “jeitinho” pode retratar a flexibilidade e criatividade do povo brasileiro em lidar e resolver problemas, mas também como uma postura negativa, sempre tentando “levar vantagem em tudo”, “uma forma de corrupção”. Se o indivíduo age de modo errado, e for punido, dificilmente repetirá o ato, ao contrário se for recompensado. Tais posturas acabam por servir de parâmetro pelos demais, sendo tomadas como modelo e frequentemente, como um hábito.

Esta inversão de valores tornou-se gritante, sendo principalmente amplificada pelas mídias de comunicação que distorcem tais valores, quando ressaltam casos que envolvem desvios de condutas, por exemplo, em detrimento daqueles indivíduos que cumprem fielmente a lei ou quando vitimizam um criminoso ou ressaltam uma ação criminosa, em detrimento ao resultado provocado pelas condutas lesivas que aqueles agentes provocaram. Este enaltecimento da figura do criminoso ou de condutas ou de suas ações lesivas, mesmo que mínima, gera no inconsciente coletivo o sentimento de desmotivação para a prática da conduta socialmente correta e esperada.

O sentimento do brasileiro proveniente do seu histórico de nação explorada e trapceada mistura-se com a imagem passada pela mídia que expõe, diuturnamente, um cotidiano carregado de promiscuidade e corrupção, cujos principais atores são políticos, funcionários públicos de alto escalão e alguns grandes empresários, brasileiros ou estrangeiros, todos envolvidos em atos ilícitos e que geralmente envolvem o desvio de dinheiro público. Tudo isso provoca no cidadão brasileiro o sentimento de desforra, de querer participar de atos ilícitos, principalmente pelo sentimento e pela visão de impunidade. Monteiro (2016), exemplifica este fenômeno utilizando a metáfora de um filho ressentido pela rejeição e que passa a lesar o pai, ao invés de contestar e cobrar seus direitos.

Esta inversão de valores remonta ao Brasil colonial, na qual a cordialidade deu lugar ao favorecimento, conchavos e troca de favores em detrimento a obediência as regras, normas e leis. Monteiro (2016) explica esta inversão de valores:

Ao Brasil faltou uma fundação bem-sucedida, que instituísse uma ordem fálica capaz de sustentar um significante nacional. Faltou-nos o significante paterno, aquele que opera como referência simbólica na estrutura do sujeito. Como pode o brasileiro obedecer às leis, se ele é a falta da lei? Quando a filiação fracassa, a contravenção e o crime se instauram como arremedo da função paterna. Colonização e criminalidade, corrupção e gozo, exploração e ressentimento.

Evidentemente, não podemos incorrer no erro da generalização e rotular todos os brasileiros como indivíduos sem ética, sem moral, que idolatram o “jeitinho brasileiro” em sua forma negativa. Tão pouco podemos fazer o mesmo julgamento a todos profissionais da comunicação e de mídia de promoveram a violência como postura digna de aplausos e glorificação.

Monteiro (2016), ao debater a tendência do brasileiro de ser condescendente com atos antiéticos, como jogar lixo na rua, descumprir regras simples de trânsito, sonegar impostos, ou depredar monumentos históricos, de querer levar vantagem em tudo, remonta ao período do descobrimento do Brasil pelos portugueses:

No século 15, os europeus estavam em busca de riquezas e preciosidades, do luxo e do supérfluo. Contudo, somos filhos de uma relação de interesses (o português engravidava a Índia para se aproximar dos que aqui viviam e detinham informações). Ser moderno é substituir o ser pelo ter, cumprimos a profecia mercantilista da acumulação primitiva do capital. A formação do capitalismo revela em sua estrutura uma eterna insatisfação. A ambição que lançou Ulisses ao mar, Colombo à América, era diferente da que encontramos na farra dos políticos com o dinheiro público. Descobrir, querer construir um novo mundo é diferente de apropriar, dominar para explorar.

Estudos realizados por Barbosa (2006), Pilati *et al.* (2011) e Almeida (2012) atestam que o reconhecimento do jeitinho, por parte do povo brasileiro, como prática social implica que o desrespeito as normas sociais é algo corriqueiro e generalizado no Brasil.

Monta-se, neste contexto, o estereótipo do brasileiro, que, na melhor das hipóteses, seria alguém que, de forma inventiva, tenta sobreviver a leis burocratas e ilógicas que geram empecilhos desarazados, forçando-o a prática de procedimentos escusos e ilegais no intuito de facilitar o seu cotidiano e, na pior delas, seria um indivíduo egoísta que busca, de forma deliberada, levar vantagem sobre todos, ignorando ou burlando as leis e as regras. Para ambos os casos, sempre ocorrem o favorecimento de quem utiliza o jeitinho em prejuízo aos demais indivíduos.

Segundo Wachelke e Prado (2017, p.157):

5 Um cidadão brasileiro qualquer deveria escolher, portanto, entre ignorar o atalho do jeitinho e suas vantagens, correndo o risco de adotar uma postura vista como ingênua, já que todos empregariam a prática, ou incorrer no jeitinho, seja com algum peso na consciência por saber se tratar de algo repreensível, seja minimizando com a justificativa de seu uso generalizado ou pela ineficácia, inadequação ou ilegitimidade atribuídas às leis.

10 Um estudo realizado por Köbis, van Prooijen, Righetti e Van Lange (2015), aponta que as pessoas, ao perceberem ou serem informados que um ato corrupto tenha se tornado majoritário tendem a praticar mais atos corruptos e criminosos que os demais. Em parte, isso é gerado pela impunidade advindas da omissão ou conivência do Estado, mas também pela deterioração de valores morais
15 dentro da própria sociedade.

3.2 A criminalidade e a violência no Brasil

20 A civilização é marcada por muitos tipos e formas de violências, sendo que o seu impacto pode ser visto, em várias formas, em todas as partes do mundo. A cada ano, “mais de um milhão de pessoas perdem a vida e muitos mais sofrem ferimentos não fatais, como resultado de violência auto-infligida, interpessoal
25 ou coletiva” (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p.3). De uma forma geral, a definição de violência é ampla e bem complexa, existindo várias definições sobre este termo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como:

30 [...] o uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug *et al*, 2002, p.5).

35 Conforme Durkheim (1960), a conduta criminosa é algo normal dentro da sociedade, posto que em todas elas existiram pessoas portadoras de comportamentos antissociais que produzem crimes. Desta forma, “o crime é normal porque seria inteiramente impossível uma sociedade que se mostrasse isenta dele” (Durkheim, 1960, p. 64). Assim, a criminalidade pode ser utilizada como um
40 indicador da estabilidade de uma sociedade, na medida em que se há algo de

errado ocorrendo nela, isso será refletido na criminalidade, ou seja, quando a criminalidade atinge níveis alarmantes, capaz de colocar em risco a ordem social, como é o caso brasileiro, é porque há alguma perturbação grave ocorrendo dentro da sociedade. No caso da sociedade brasileira, com origens ligadas a desigualdade social, racial e econômica.

A Economia do Crime possui como um dos seus principais pressupostos a premissa de que o comportamento de um criminoso ou de um potencial criminoso está vinculada às recompensas financeiras que o mesmo irá auferir em contraponto aos custos relacionados à realização de um crime. A investigação econômica sobre a criminalidade iniciou nos Estados Unidos através dos trabalhos de Fleisher (1963, 1966); Smigel-Leibowitz (1965) e Ehrlich (1967). Contudo, a investigação econômica ganhou conotações teóricas através dos estudos conduzidos por Becker (1968) e Ehrlich (1973). Estas investigações econômicas do crime tinham como propósito melhor entendê-lo para delinear e propor políticas públicas, de maneira a melhorar os aspectos ligados à prevenção e o combate ao crime. A hipótese de que as condições econômicas afetam a criminalidade é bastante plausível, porém, segundo Sachsida, Mendonça, Loureiro & Gutierrez (2009), não tem sido fácil evidenciar como estas variáveis promovem o crime, tendo em vista que não há um consenso sobre o efeito da maioria delas.

Segundo Becker (1968) os agentes econômicos são racionais, de tal sorte que o indivíduo comete o crime caso a utilidade esperada por este seja compensatória, incluindo nesta racionalização a punição pela prática criminosa, mesmo sendo esta eventual e incerta, em relação à utilização deste tempo em outras atividades legais. De uma maneira geral, Becker (1968) estabelece que a oferta de crimes é representada por uma função matemática, sendo que esta tem como variáveis a possibilidade de punição do criminoso, o tipo e o grau de severidade desta punição, como também a renda obtida através das atividades legais ou ilegais, dentre outras variáveis. Por sua vez, Ehrlich (1973) traz um avanço ao modelo de Becker (1968) ao propor um modelo que levasse em consideração a alocação do tempo. Neste modelo o indivíduo poderia fazer uma escolha entre alocar seu tempo para a prática criminosa ou para a realização de uma atividade legal. Neste modelo a atividade criminosa não possui, necessariamente um benefício monetário.

O modelo de Becker (1968) indica que o custo de oportunidade para que um indivíduo ingresse no mercado de crimes diminui quando os salários são baixos, a taxa de desemprego é alta e a possibilidade de prisão é pequena. Nestas condições a oferta de criminosos potenciais aumenta. Em outro sentido, há redução da oferta de criminosos, quando há diminuição da tolerância social com o crime e o Estado é eficiente na prisão e punição dos criminosos.

Após os trabalhos de Becker (1968) e Ehrlich (1973), iniciou-se diversos estudos empíricos na qual o crime foi relacionado com variáveis econômicas, sociais e, até mesmo, demográficas, tendo como base à teoria da escolha racional. Dentre estes, destacam-se os trabalhos de Wolpin (1978), Fajnzylber, Lederman e Loayza (1998).

No trabalho de Wolpin (1978) foi realizada uma análise temporal acerca de seis tipos criminais, no período de 1824 a 1967, ocorridos na Inglaterra e no País de Gales, utilizando-se as taxas de esclarecimento do crime, de condenação, de aprisionamento, de multa, de reconhecimento, além do tempo médio de condenação, como variáveis de dissuasão judicial em relação à prática criminal.

Por sua vez, Wong (1994) tentou explicar a taxa de crimes cometidos na Inglaterra e no País de Gales, durante a segunda metade do século XIX, utilizando como variáveis a probabilidade do criminoso ser preso e condenado, a severidade da punição, o risco de atividade econômica legal, os ganhos que estes poderiam obter na prática de atividades legais e ilegais, além do impacto do aumento do nível educacional da população. Este estudo aponta que os participantes de atividades ilícitas respondem a incentivos, sobretudo aqueles vinculados a mudança nos benefícios legais e ilegais. Wong (1994) também encontrou nos seus resultados uma relação indicando que o aumento da prosperidade econômica reduz as taxas de crime.

Em estudo publicado em 1994, Cornwell e Trumbull (1994) utilizaram dados de 90 municípios da Carolina do Norte (Estados Unidos), referentes ao período de 1981 a 1987. Neste estudo a taxa de criminalidade foi avaliada sendo o número de crimes por pessoa a variável dependente e, como variáveis explicativas, a probabilidade de ser pego, de ser condenado, de cumprir alguma pena restritiva de liberdade, além da duração média da sentença cumprida e do o número de policiais que cada município possui. Os resultados encontrados por este estudo indicaram uma relação negativa entre a taxa de criminalidade e a probabilidade de ser preso,

de ser condenado e, por fim, de ser aprisionado. A pesquisa também apontou um efeito positivo com relação ao aumento de policiais, indicando que 1% de aumento no efetivo policial em um município representaria um aumento de 0,4% na taxa de crimes em 0,4%. A explicação apresentada pelos autores é de que o aumento do
5 efetivo de policiais representaria uma maior confiança por parte da população com relação à punição, e por consequência, mais pessoas passaram a registrar e denunciar crimes.

Outros autores como Greenwood, Petersilia e Chaiken (1977), Kelling, Pate, Dieckman e Brown (1974), Spelman e Brown (1984), Nagin, Solow e Lum
10 (2015) e Braga e Barao (2019) também buscaram correlacionar o aumento do efetivo policial e a prática criminal. O que podemos extrair destes estudos é que não há como comprovar que o aumento do efetivo de policiais poderia levar ao aumento do aprisionamento e nem tão pouco à diminuição da criminalidade.

Por sua vez, Levitt (1996) realizou um estudo levando em consideração os
15 dados obtidos de 12 estados americanos, entre os anos de 1971 a 1993, utilizando as prisões em litígio, ou seja, aquelas prisões que tinham enfrentado algum processo judicial por conta da superlotação, como variável explicativa para a taxa de criminalidade. Os resultados do estudo mostraram que a libertação de um único preso devido à superlotação das instituições correcionais levava ao acréscimo de 15
20 crimes por ano. Isso demonstrava que a impunidade, proveniente da não aplicação da sentença punitiva referente a pena restritiva de liberdade, servia de incentivo à prática criminosa.

Ainda sobre a criminalidade, também devem ser levados em consideração os elementos criminógenos, dentre os quais destaca-se a demanda
25 por drogas ilícitas e por armas de fogo. Em seu trabalho Goldstein (1985) afirma que existe uma relação entre a violência e as drogas, sendo a mesma realizada através de três canais: o primeiro deles é o farmacológico, compreendendo os crimes praticados por pessoas que estão sob o efeito psicotrópicos das drogas; o segundo é o econômico, que envolve crimes relacionados à propriedade e que são
30 praticados por usuário de drogas que, uma vez esgotados seus próprios recursos para sustentar seu vício, passam a praticá-los com o objetivo de obter meios para financiar a aquisição das mesmas; e, por fim, o canal sistêmico, que capta a violência em relação à ilegalidade pertinente ao mercado de drogas. A renda

econômica oriunda deste comercio acaba incentivando uma intensa e violenta disputa entre organizações e traficantes rivais.

Benson e Rasmussen (1991), discutem os efeitos mediatos que favorecem para o aumento da violência, indicando que a violência oriunda dos fatores sistêmicos acaba por deslocar o aparato e o efetivo policial para o combate as atividades relacionadas ao tráfico de drogas. Desta forma, menos recursos são orientados para a prevenção e controle dos outros tipos de crimes, resultando na diminuição da probabilidade de aprisionamento destes criminosos. Outro ponto de destaque é a corrupção dos próprios agentes públicos do sistema de justiça, financiados através da renda obtida pela atividade do tráfico de drogas. Isso pode se dá indiretamente, por exemplo, através de atos de omissão, com o recebimento de propinas ou diretamente, quando o próprio agente é parte ativa na prática do tráfico.

No Brasil destacam-se alguns trabalhos empíricos que estão relacionados aos determinantes da criminalidade vinculados aos homicídios, como os desenvolvidos por Andrade e Lisboa (2000), Mendonça (2001), Araújo Junior e Fajnzylber (2001), Santos (2008), Sachsida *et al.* (2009) e Shikida, Shikida, Araújo Junior e Pereira (2014).

No estudo realizado por Andrade e Lisboa (2000) foram utilizados dados de homicídios do Ministério da Saúde dos três maiores Estados brasileiros em número de habitantes (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), entre os anos de 1991 a 1997. Os resultados deste estudo identificaram que um aumento real do salário e a diminuição da desigualdade são capazes de reduzir a taxa de homicídio. Os autores também identificaram a existência de inércia nas taxas de homicídio. Segundo eles, as gerações jovens que possuem uma alta taxa de homicídio tendem a ter altas taxas de homicídio durante toda a sua existência. Concluindo os autores afirmam que "(...) se as variáveis econômicas induzem uma alta taxa de homicídio entre os jovens em determinado ano, essa taxa tende a permanecer elevada para a geração durante seu ciclo de vida independente do comportamento posterior da economia" (Andrade & Lisboa, 2000, p.1).

Mendonça (2001), utilizando os dados do Ministério da Saúde relacionados de homicídios, ocorridos no período de 1985 à 1995, analisou um modelo de criminalidade para o Brasil, focando esta em relação ao efeito de renda sobre as taxas de criminalidade. O autor constatou que o fator mais importante, tanto do ponto de vista da significância quanto estatisticamente, com relação à taxa

de criminalidade foi a taxa de urbanização, acompanhado da desigualdade de renda e do desemprego. Os resultados encontrados pelo estudo "mostraram que quando se leva em consideração questões ligadas a heterogeneidade existente entre os Estados brasileiros, a desigualdade expressa pelo índice de Gini¹ é um fator que

5 acentua a criminalidade" (Mendonça, 2001, p. 16).

Santos (2008), por sua vez, fez uma análise em relação aos estudos econômicos pertinentes a criminalidade brasileira, enumerando as principais controvérsias, evidências e dificuldades existentes nas pesquisas empíricas. Para Santos (2008, p.343) “a desigualdade de renda e os retornos do crime parecem ser

10 fatores de incremento da criminalidade”, além de existirem fortes evidências “de que a criminalidade está sujeita aos efeitos regionais ou espaciais, em que é possível haver um efeito de transbordamento da criminalidade de uma região para outra”.

Araújo Junior e Fajnzylber (2001) aplicaram um modelo econômico para determinar as taxas de homicídios nos Estados do Brasil, explorando dados

15 coletados no período de 1981 a 1996, a partir dos fatores econômicos e demográficos. Os autores utilizaram com variáveis determinantes da variação da taxa de crime o valor médio da renda familiar *per capita*, a taxas de desemprego, os indicadores de desigualdade de renda, a desorganização social e a taxa do contingente policial. Os resultados encontrados por este estudo sugerem que

20

[...] o problema da criminalidade é mais acentuado entre os jovens. Além das taxas de homicídios serem maiores em faixas etárias reduzidas, notou-se que são nestas faixas etárias encontrados os maiores efeitos de algumas das variáveis sociais e econômicas, notadamente a renda e o desemprego

25 da coorte e a chefia feminina de família. Desta forma, o trabalho sugere que para conter o crime violento, além de oferecer melhores oportunidades no mercado de trabalho legal e restringir as possibilidades de atuação dos indivíduos nos setores marginais, os governantes deveriam ter extrema atenção para com as camadas mais jovens da população (Araújo Junior &

30 Fajnzylber, 2001, p. 60).

De acordo Araujo Junior e Fajnzylber (2001) o aspecto ligado a economia é, em parte, culpada pela criminalidade existente na sociedade brasileira, havendo uma diferenciação dos efeitos das variáveis econômicas em relação a faixa etária

35 considerada. Neste contexto, as relações são mais fortes nos indivíduos mais jovens, havendo a necessidade de uma diferenciada através da elaboração e

¹ O índice de Gini mede o grau de concentração da renda, indicando, em última análise o grau de desigualdade em termos de renda da sociedade.

execução de programas desenhados para a redução da criminalidade, conforme preconiza Andrade e Lisboa (2000).

Há uma grande dificuldade de provar se variáveis do tipo renda são capazes de promover o crime, isso porque não há consenso entre o efeito destas (Sachsida *et al.*, 2009). Há, portanto, uma carência de estudos em relação as análises que avaliem o impacto assimétrico e a condição de estacionariedade oriundas das séries econômicas e de criminalidade, de tal sorte que tais análises poderiam ajudar a evidenciar a existência ou não, bem como o tipo de relação que ocorre entre variáveis econômicas e criminais.

Com base no estudo realizado por Levitt (1996), Shikida *et al.* (2014) realizaram uma análise sobre o efeito do encarceramento em relação as taxas de homicídios no Brasil, abrangendo os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal. Este estudo procurava descobrir se existe algum efeito positivo entre o encarceramento e os homicídios. Ao contrário de Levitt (1996), que encontrou fortes e robustos resultados para os Estados Unidos, os resultados de Shikida *et al.* (2014), para o Brasil, não foram conclusivos, ou seja, não foi possível encontrar uma relação negativa significativa entre encarceramento e taxa de homicídios. Uma das explicações, inclusive apontada pelos autores refere-se as sentenças mais severas aplicadas nos Estados Unidos, que variam da prisão perpétua à pena de morte. Outra explicação se refere ao menor grau de desigualdade econômica existente nos Estados Unidos quando comparado ao Brasil.

3.3 Os homicídios no Brasil

Recentes pesquisas de opinião pública têm revelado que a criminalidade se tornou um dos maiores problemas e preocupações para a sociedade brasileira. Estudos produzidos no Brasil apontam que as maiores taxas de homicídios estão concentradas nas áreas de maior vulnerabilidade social. Dentre estes estudos encontramos Beato e Souza (2003) que analisaram o aumento dos homicídios, a partir de 1998, na cidade de Belo Horizonte. Segundo Beato e Souza (2003), nestas regiões as populações são mais jovens, com idade média próxima a 25 anos, em contrapartida ao valor da taxa de ocupação no mercado formal que é maior em outras regiões da cidade do que naquelas com elevado número de homicídios. O

estudo ainda aponta que as crianças morrem em maior proporção nestas regiões, além de existir um maior número de analfabetos, o índice de infraestrutura urbana ser cinco vezes inferior e, de maneira geral, o índice de proteção social ser aproximadamente um terço das outras regiões daquela cidade.

5 Crutchfield e Pitchford (1997) evidenciam que jovens adultos empregados são mais propensos a se envolver em crimes do que aqueles em empregos mais estáveis. A perda dos empregos além de empobrece as famílias, afeta a estrutura delas e, por consequência, o relacionamento dos jovens com os pais. Isso pode ter impacto direto no desempenho escolar dos jovens, desempenho este que talvez seja
10 uma das pouquíssimas saídas destes da pobreza e desesperança.

Os resultados indicam que o tempo fora da força de trabalho está positivamente relacionado ao envolvimento criminal, e que quando os trabalhadores esperam que o seu emprego atual seja de duração mais longa, eles são menos propensos a se envolver em crimes. Também descobrimos que a interação entre a quantidade de tempo que os trabalhadores gastam fora da força de trabalho e a taxa de participação no mercado de trabalho da população em seu município de residência está significativamente relacionada à criminalidade (Crutchfield & Pitchford, 1997, p. 93).

Segundo Silva (2014), há, em regiões socialmente degradadas, os ingredientes necessários para a prática de crimes. Desta forma, as taxas criminais, estariam altamente relacionadas com os níveis de desordem existentes na
25 vizinhança. Também podemos explicar o crime e a desordem através de um terceiro conjunto de fatores inerentes à, como uma alta taxa de pobreza, de instabilidade residencial e também de heterogeneidade étnica.

Observamos, nas últimas décadas, um aumento significativo nos indicadores de outros tipos de crime, em todo o Brasil, contudo, este crescimento é
30 bem mais forte nas maiores cidades brasileiras. É assustador a quantidade de crimes de homicídios praticados, chegando a cifra de mais de 62 mil mortes só no ano de 2018 (IPEA & FBSP, 2018).

Uma estimativa realizada por Carvalho, Cerqueira, Rodriques e Lobão (2008) determina que o prejuízo derivado das mortes por homicídio custou ao país,
35 no ano de 2001, mais de nove bilhões de reais em relação à redução no estoque de capital humano.

Conforme vimos, o número de crimes, dentre eles os homicídios, são resultado de uma série de variáveis, dentre elas a desigualdade racial existente no

Brasil, onde 71,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas (IPEA & FBSP, 2018). Também chama a atenção o impacto das armas de fogo devido aos seus níveis elevados no país.

5 [...] no começo da década de 1980 a proporção de homicídios com o uso da arma de fogo girava em torno de 40%, esse índice cresceu ininterruptamente até 2003, quando atingiu o patamar de 71,1%, ficando estável até 2016 (IPEA & FBSP, 2018, p. 5).

10 Apesar dos números alarmantes em nível nacional, a disparidade entre os Estados brasileiros chama mais atenção ainda. Enquanto os Estados do Sudeste brasileiro apresentaram uma redução da taxa de homicídios na última década como em São Paulo (-46,7%), Espírito Santo (-37,2%) e Rio de Janeiro (-23,4%), os Estados do Norte e Nordeste apresentaram um crescimento na taxa de homicídios
15 bastante elevada como no Rio Grande do Norte que é de 256,9%, no Maranhão de 121,1%, em Tocantis de 119,0%, no Acre de 93,2% e no Ceará de 86,3%, conforme mostra a Figura 9.

Podemos verificar que estas diferenças também ocorrem a nível regional. Em 2016, a taxa de homicídios no Sudeste ficou próximo a 20 e no Sul próximo a
20 25, patamar bem distante no Nordeste e Norte, valor que chegou a 45 mortes para cada 100 mil habitantes.

Assim, podemos verificar o deslocamento da criminalidade para as regiões Norte e Nordeste do país, oriundo do fortalecimento das fações criminosas nestas regiões e no combate as mesmas nas Regiões Sul e Suldeste do Brasil.

25 Em alguns períodos da análise é possível perceber uma redução na taxa de homicídios, porém isso não significa uma tendência de queda constante em todos os Estados. O Rio de Janeiro, por exemplo, cresceu a taxa de homicídios em 18,8% entre 2015 e 2016. O Ceará, por sua vez, apesar de ter aumentado a taxa de homicídios em 86,3% no período de 2006 a 2016, conseguiu uma diminuição de
30 13,1% nesta taxa no ano de 2016 (IPEA & FBSP, 2018).

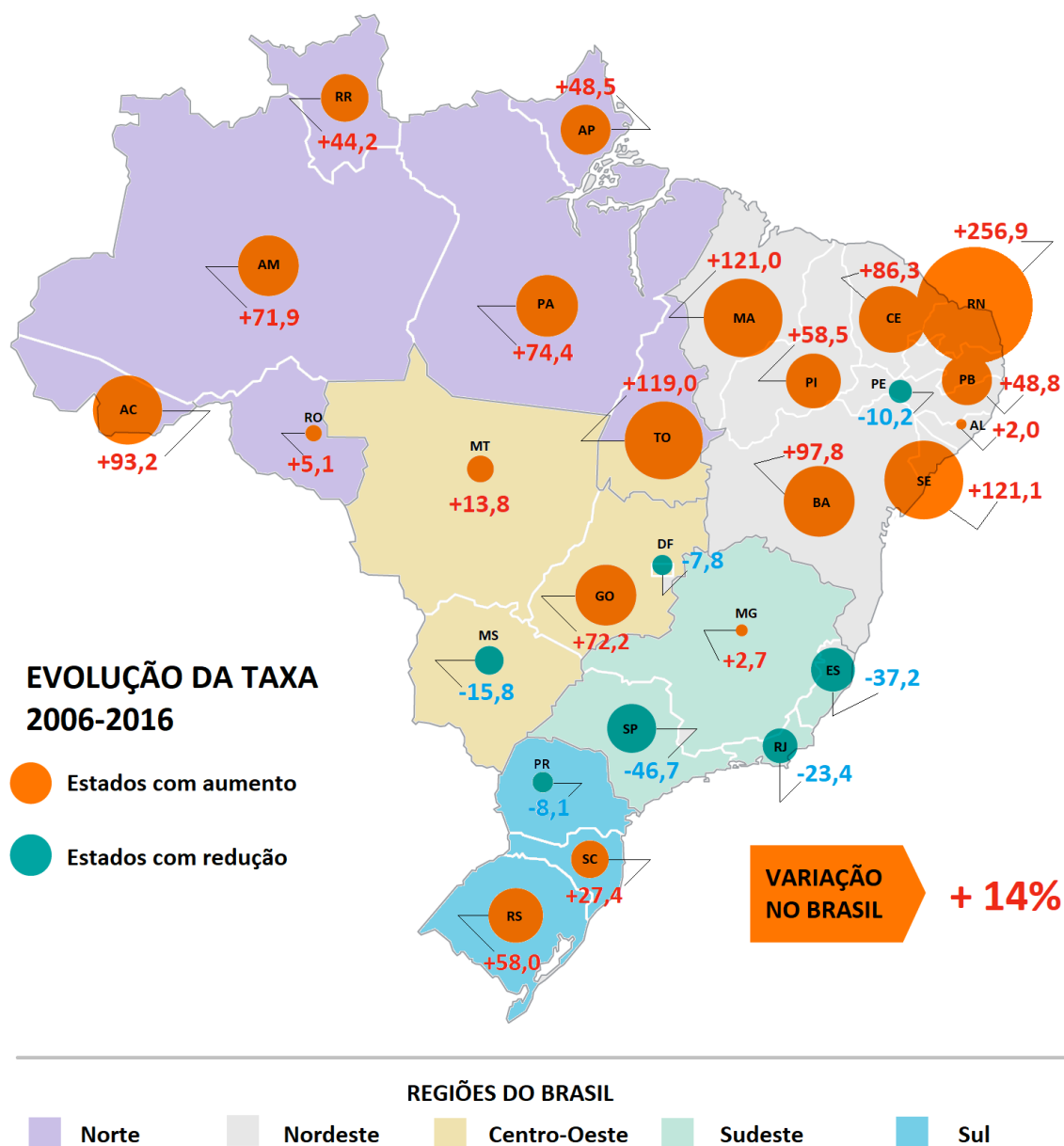


Figura 9 – Mapa dos homicídios no Brasil. Variação entre 2006 a 2016, por Estado

Fonte: Adaptado de IPEA e FBSP (2018).

- 5 A análise dos dados aponta que a maioria são jovens (53,7%, ou seja, 33.690 mortes). Deste grupo, 94,6% são homens (IPEA & FBSP, 2018). O homicídio figura como uma das principais causas de morte entre jovens de 15 a 24 anos (Figura 10).

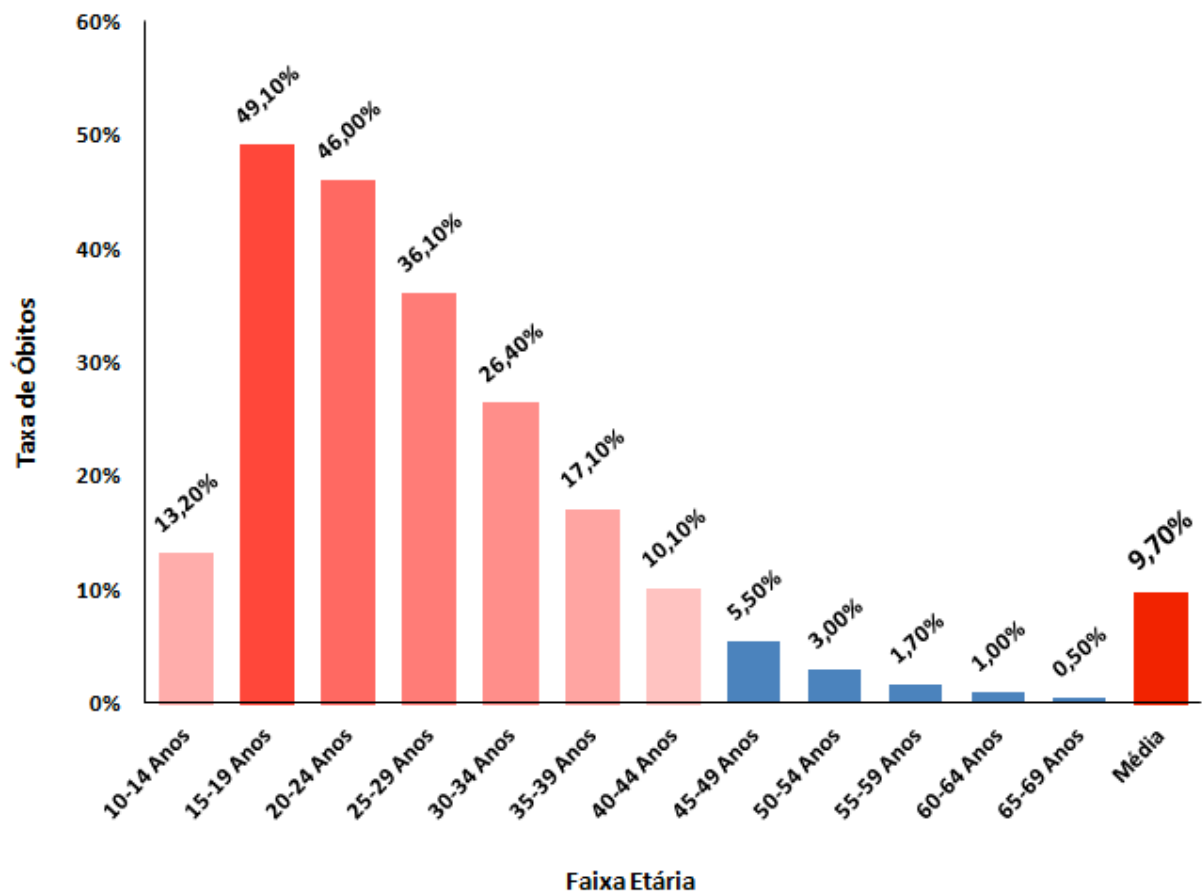


Figura 10 – Taxa de óbitos causados por homicídio no Brasil no ano de 2016

Fonte: Construído a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

5 Do total de homicídios cometidos 71,1% são realizados através do uso de armas de fogo. Convém salientar que o Brasil em 2003 criou o Estatuto do Desarmamento (Lei 10826 que proíbe a posse e o porte de arma de fogo sem a devida autorização pelo poder público). Não obstante, o Brasil deixou de ocupar uma posição próxima aos seus vizinhos Chile (37,3%) e Uruguai (46,5%) para se

10 aproximar de números assustadores como os de El Salvador (76,9%) e de Honduras (83,4%). Para ser ter uma ideia sobre o que representa este número em termos gerais, na Europa, a média é 19,3% homicídios cometidos com o uso de arma de fogo.

Para Quintela e Barbosa (2015), a política do desarmamento:

15

É uma lei que tira as armas apenas das pessoas de bem – aquelas que se dispõem a cumprir leis, por mais cretinas que sejam – e não adiciona nenhuma dificuldade à obtenção de armas por criminosos. Foi na verdade um estímulo ao contrabando e ao comércio ilegal de armas que, sem o combate efetivo por parte do aparato policial do Estado, cresceu a ponto de

20

fornecer peças de uso supostamente exclusivo das Forças Armadas a qualquer traficante pé-de-chinelo (Quintela & Barbosa, 2015, p. 55).

Podemos inferir que o desarmamento não afetou de forma alguma os criminosos, na medida em que o contrabando e o tráfico de armas continuam abastecendo o mercado ilegal ao longo de todos os estados brasileiros, principalmente as comunidades e Estados carentes e as favelas do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo. Dessa maneira, é preciso um trabalho conjunto entre as forças de segurança para combater este comércio ilegal, como também é preciso de alterações legais. Tomemos como exemplo o Japão, citado como um modelo de país que adotou esta política, além de possuir uma lei extremamente rigorosa no controle de entrada e saída armas. Naquele país, houve uma redução para 1,2 homicídios por 100 mil habitantes. Contudo, estes números não estão vinculados apenas ao desarmamento, mas também ao rigor das leis, principalmente em relação aos crimes hediondos, que preveem, até mesmo, pena de morte. Neste contexto está o sistema penitenciário japonês, extremamente eficiente, com normas e regras que são cumpridas rigorosamente pelos presos.

Apesar desse cenário catastrófico, o Brasil registrou 57.341 homicídios em 2018, uma queda de 10,4% no recorde de homicídios atingido em 2017, ano caracterizado pela disputa entre as várias facções criminosas que dominam as prisões brasileiras. Esse número de assassinatos é o mais baixo já registrado desde 2013 e também representa a menor taxa de homicídios (27,5 mortes por 100.000 habitantes) desde 2011. Essa queda no número de homicídios ocorreu genericamente em todo o Brasil, atingindo 23 das 27 unidades da federação brasileira (G1, 2019).

No geral, dois fatores principais contribuíram para a melhoria desses números: a acomodação das forças criminosas que lutam no espaço e a eficácia aprimorada das políticas públicas de segurança pública.

Os dados fornecidos pelo governo federal brasileiro apontam para o declínio contínuo dos homicídios em 2019. Em outubro de 2019, o Brasil registrou uma queda de 22% no número de mortes violentas em comparação a 2018, representando a maior taxa de homicídios queda nos últimos 11 anos (G1, 2019). Uma diferença significativa em relação a 2018 é que a redução no número de mortes ocorreu em todos os estados brasileiros, apresentando as maiores reduções nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Roraima.

Os principais motivos para esses resultados podem ser obtidos a partir de ações realizadas em estados que apresentaram as maiores reduções no número de assassinatos, a saber:

- 5 (...) ações mais estritas nas prisões, como a constante operação de revistas e a implementação do regime disciplinar diferencial (RDD); isolamento ou transferência de líderes de grupos criminosos para prisões de segurança máxima; criação de um secretário exclusivo para lidar com a administração penitenciária; criação de uma delegacia especializada para investigar casos de homicídio; integração entre as forças de segurança e justiça; aumento do investimento em inteligência policial; adoção de programas de prevenção social (G1, 2019).
- 10

Quanto aos números que representam a queda no número de crimes, os do Estado do Ceará merecem destaque. Nesse estado, houve uma queda de 53% no número de assassinatos. Cabe destacar que, em 2017, em face de uma guerra entre facções criminosas, o Ceará registrou 5.133 homicídios. Diante desse cenário catastrófico, medidas mais duras foram tomadas para combater criminosos, especialmente aqueles que já estavam na prisão, mas que continuavam a comandar facções criminosas. Se, por um lado, o Estado começou a investir em ações e políticas mais eficazes para combater o crime, por outro, houve um tipo de acordo entre as facções criminosas que passaram a ter o Estado como inimigo, evitando brigas entre eles. .

15

20

A queda no número de homicídios foi seguida pela queda em outros índices de criminalidade, o que implica que as políticas públicas adotadas pelos governos estaduais e também pelo governo federal tenham tido o efeito desejado.

25

No entanto, apesar de toda a euforia resultante da queda nas taxas de criminalidade, enfatizamos a necessidade de documentação e reforço das ações que estão funcionando, além de corrigir as que deram errado. O risco é o retorno de altas taxas criminais, uma vez que não se sabe o que está ou não contribuindo para a melhoria dessas taxas.

30

3.4 Enfraquecimento do Estado e o fortalecimento das organizações criminosas

35

O Código Criminal brasileiro de 1830 regulamentava diversas penas como as de trabalho forçado, prisão perpétua ou temporária, além das penas de

banimento e de morte (Foucault, 2014). Após o surgimento do Código Penal de 1890, a pena de morte foi extinta e a pena restritiva de liberdade adquiriu característica de ressocializadora e corretiva.

5 Acredita-se que, no Brasil, as primeiras organizações criminosas tenham surgido com os jagunços no sertão nordestino e com os capangas de grandes fazendeiros. Os cangaceiros, por exemplo, tinham o apoio dos fazendeiros e políticos corruptos que lhes forneciam armas. Estes criavam e aplicavam suas próprias regras, fazendo uso da Lei de Talião (*lex talionis*) que consiste na rigorosa reciprocidade do crime e da pena — apropriadamente chamada retaliação (Silva, 10 2015).

As décadas de 1960 e 1970, no Rio de Janeiro e São Paulo, conforme Caldeira (2001), foram marcadas por um intenso e desordenado processo de urbanização, recessão econômica, crise no modelo industrial e aumento do desemprego. Isso faz com que a instabilidade socioeconômica levasse a um 15 aumento muito significativo da violência, produzindo uma segregação social ainda mais acentuada.

Nesse contexto, as políticas públicas endureceram o combate ao crime, não na condição de reestabelecer a ordem até então perdida, mas sim como um catalizador da violência, gerando um clima de guerra na qual criminoso passa a ser 20 visto como um inimigo do Estado. Neste período, ações que levam a morte ou ao desaparecimento do criminoso são exemplos do desejo social. Neste ambiente de hostilidade os criminosos passam a assumir o estigma de descartáveis para a sociedade. Para se resguardarem eles passam a se unir. Isso tem dupla função: uma estratégia voltada a sobrevivência; e uma forma de assegurar sua 25 territorialização nas bases das ações criminais.

Nas décadas de 70 e 80 os presídios brasileiros do Rio de Janeiro, já se caracterizavam pelo grande número de prisioneiros e o descuido com a manutenção do próprio sistema, o que resultava em um cenário desordenado extremamente degradantes. A insalubridade e a superlotação das penitenciárias acabaram por 30 refletir a violação dos direitos humanos, vindo a favorecer o aparecimento das primeiras organizações criminosas.

Segundo Manso e Dias (2017), uma rebelião ocorrida em 1992 no presídio de Carandiru resultou em um episódio marcado pela violência extrema perpetrada pelo Estado. Na ocasião, as forças policiais intervieram com força

excessiva resultado na morte de 111 prisioneiros. Este fato ajudou a fortalecer a ideia da união entre os detentos contra o sistema prisional brasileiro.

Segundo Gomes e Cervini (1997), esse tipo de organização criminosa acaba criando um Estado com funções paralelas, em que as atividades desenvolvidas são variadas e ilegais, sendo concebidas e gerenciadas de dentro das prisões brasileiras.

Estes grupos criminosos que atuam na prisão agem da mesma forma que as gangues organizadas ou mesmo os grandes cartéis, aproveitando-se da oportunidade oferecida pelo próprio Estado, diante da sua omissão ou incompetência na segurança pública, permitindo que poderes paralelos atuem livremente, impondo suas regras e ampliando o seu alcance a aqueles menos favorecidos (Herkenhoff, 1998).

Assim, o crime organizado se faz presente nas comunidades de forma variável, sendo, muitas vezes, aceito pela própria comunidade, uma vez que parte de suas práticas tem nascedouro nos precedentes da própria sociedade, fazendo com que suas ações pareçam normais e aceitáveis culturalmente. Um dos exemplos para ilustrar esta afirmação são as comunidades que aceitam a proteção da facção criminosa que domina aquele território ocupado pela comunidade diante de outras facções. Isso tem origem na incompetência do Estado em oferecer segurança pública à sua população.

Dentre as principais que atuam ou atuaram no Brasil estão o Primeiro Comando da Capital (PCC), no Estado de São Paulo; o Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando, no Rio de Janeiro; a facção Paz, Liberdade e Direito (PLD) no Distrito Federal; em Minas Gerais, a facção Primeiro Comando Mineiro (PCM); no Maranhão, o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e o Bonde dos 40 (Anjos, 2003).

Essas organizações criminosas buscam, de forma incansável, criar e consolidar suas áreas de influência dentro do território brasileiro, possuindo estruturas de poder autônomas e regramentos evidentemente conflitantes com as normas jurídicas que regem o Estado brasileiro. Prosperam, principalmente, devido à incompetência, conivência e omissão dos governantes brasileiros.

Podemos citar a facção criminosa PCC como um dos exemplos deste crescimento vertiginoso. Esta facção criminosa estendeu seu domínio em boa parte do sistema carcerário brasileiro, passando a controlar as atividades criminosas

realizadas dentro e fora das instituições correcionais. Além disso, esta facção passou a ser a provedora de um conjunto de bens e de serviços básicos para alguns prisioneiros e seus familiares, além de ter se imposto como uma instância reguladora e mediadora das relações sociais dentro dos presídios brasileiros.

- 5 Passou a exercer uma espécie de liderança, mesmo que usando da violência, exercendo o papel de juiz, determinando suas decisões nos mais diferentes conflitos sociais. Desta forma, o PCC começou a interferir, direta e fortemente, no processo de formação da cultura interna das prisões, na medida em que criou regras diferentes das já existentes, impôs uma série de rituais, além de segmentar as
- 10 prisões entre aqueles que faziam ou não parte daquela organização criminosa. Ele também passou a participar direta ou indiretamente do gerenciamento das unidades correcionais, inclusive determinando, junto com outras facções, que presídios seriam destinados a cada facção, como uma forma de evitar conflitos entre os seus membros. O poder que é exercido por estas facções dentro das unidades é tão forte
- 15 que elas chegam a escolher quem são os prisioneiros que devem ocupar os pouquíssimos postos de trabalhos existentes na instituição ou mesmo de interceder junto à direção para os relacionados a prática de abuso de poder pelos funcionários. São comuns os noticiários que relatam o poder destas facções dentro dos presídios, tendo força suficiente para impedir que políticas mais duras de combate ao comando
- 20 destas organizações prosperem. Elas fazem uso da violência para fazer valer seus interesses, dentro e fora das prisões.

Segundo Balandier (1999), estas facções, para garantir o seu domínio, utilizam-se da produção de imagens, da dominação, da hierarquia, dos símbolos e dos rituais. Na fundação do PCC, por exemplo, a entrada de novos membros e as

25 formas de execução de seus inimigos e traidores são bastantes carregadas de elementos simbólicos e ritualísticos. Estes elementos se tornaram essenciais dentro do processo de consolidação do poder desta facção, além de justificar a violência por ela praticada.

Hoje as facções criminosas exercem um amplo controle sobre toda a

30 dinâmica prisional. Nada ocorre nos presídios ou na administração prisional sem que tenha, mesmo que indiretamente, a aprovação por estas facções. Isso ocorre porque o Estado, em diversos momentos, foi conivente ou omissivo no seu papel de prover a segurança ou de se impor e fazer valer sua vontade perante os criminosos, abrindo

espaço para que estas organizações passassem a dominar as prisões e, logo após, permitiu que estas ampliassem sua dominação para além dos muros do cárcere.

Pela abordagem de Foucault (2014) podemos ter uma compreensão positiva das relações existentes a população carcerária e o PCC, na medida em que este último exerce o poder para obter vantagens políticas, uma vez que a obediência imposta ao seus integrantes garante a hegemonia e a consolidação do domínio da facção, constituindo elemento de barganha para acordos e negociações com o Estado e, vantagens econômicas uma vez que possui uma massa de pessoas submissas que trabalham em diferentes negócios comandados por esta facção criminosa.

Para Foucault (2014, p. XVI), o poder dominante não tem interesse de expulsar os homens da vida em sociedade, mas “sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para seja possível e viável utilizá-los ao máximo”. Da mesma forma, o PCC, ao ter seu domínio devidamente consolidado, pode realizar a gestão e o controle da massa carcerária impondo uma violência menos ostensiva e visível. Assim, ele consegue consolidar ainda mais seu poder, na mesma medida em que atinge seus objetivos a partir de um discurso focado na responsabilidade da facção em reduzir as mortes, rebeliões, motins e a violência dentro do sistema prisional.

Atualmente o PCC ocupa uma posição de destaque na rede de poder que permeia o sistema prisional, o que lhe permite o “governo dos homens pelos homens” (Foucault, 2014, p. 385).

Para Dias (2009, p.12),

[...] um dos traços dessa racionalidade intrínseca a dominação exercida pelo PCC é a redução dos aspectos simbólicos e mais visíveis da violência imposta pela facção àqueles que a ela são submetidos e a conformação de um discurso que procura descaracterizar a natureza despótica desta dominação e construir uma imagem de uma organização pautada por formas democráticas e voluntária de participação dos presos. A realidade, no entanto, é complementemente diferente.

Desta forma o PCC não precisa mais demonstrar sua força e poder dentro das instituições correcionais, uma vez que seu domínio está bem consolidado e consistente que é desnecessário e contraproducente eliminar as outras facções, inimigos ou adversários. De uma forma geral, o PCC não precisa mais publicizar a violência uma vez que a mesma já é implícita dentro e fora do contexto prisional,

estando cada vez mais forte. Assim, para se manter na gestão, o PCC só precisa realizar simples, múltiplos e silenciosos processos de controle dentro da prisão, não sendo mais necessária as demonstrações de afirmação de poder explosivas de força bruta que tinham o propósito de afirmação do poder.

5 Desta forma, podemos compreender que o aumento do número de rebeliões e homicídios no período de 1994 a 2006, além da diminuição destes mesmos números, em meados de 2006, devem ser compreendidos como um resultado do processo de reconfiguração do poder dentro do contexto carcerário.

10 Independentemente da atividade que uma organização criminosa venha a atuar, todas possuem em comum o objetivo principal da máxima obtenção do poder e da riqueza. Segundo Michael (2011), as parcelas mais lucrativas do crime organizado estão nas drogas e no tráfico de armas, e a partir destes, consequentemente, estão a comercialização de órgãos, a prostituição e a mão-de-obra escrava. Todas as atividades do crime organizado se dão através da corrupção
15 e da lavagem de dinheiro

 O surgimento, fortalecimento e o papel exercido pelos crimes organizados dentro das prisões e na sociedade em geral é um desafio para as autoridades da segurança pública. Dias, Marques, Bianchini, Gomes (2013), reconhece que durante décadas assistiu-se um processo de expansão do crime organizado de dentro para
20 fora das prisões, estabelecendo uma conexão articulada nunca vista anteriormente.

 Manso e Dias (2017), discutem que o quadro atual de violência no Brasil exige respostas urgentes para se compreender a ampliação das redes criminais e a incapacidade das ações de segurança pública e da justiça diante da problemática. Mesmo diante das dificuldades, a associação dos acontecimentos com uma reflexão
25 sociológica oferece uma possibilidade para que haja uma discussão do processo histórico que produziram os fatos atuais.

 Em um país em que a eficácia da segurança pública se baseia no número de pessoas presas através das ações policiais, apenas acentua a disparidade social, evidenciando a injustiça de se considerar que a criminalidade está ligada à pobreza,
30 e essa forma de pensar e viver o sistema de segurança é que faz surgir a raiz da criminalidade.

 De acordo com Oliveira (2011), o Brasil mantém a ideologia do sistema prisional como um instrumento de exclusão, voltado para as baixas classes sociais, na tentativa de solucionar os problemas da segurança pública através do

encarceramento da comunidade mais pobre, por sua vez, desacompanhados e desrespeitados pelas políticas públicas do país.

Essa concepção do sistema prisional como um dispositivo para a exclusão social, como se a questão da violência fosse exclusivamente econômica, mostra a ineficiência de uma política pública, que trata desigualmente seus cidadãos, privilegiando quem detém o poder econômico e o status social e trata de forma negligente aqueles que não têm recursos para se defender, e mesmo assim, focando somente nos sintomas da insegurança pública que aflige o país e não se mostrando capaz de tratar as causas reais que geram a violência.

A prisão como punição para que o indivíduo, a partir da privação da sua liberdade, possa se ressocializar não condiz com a realidade, uma vez que as condições subumanas, precárias e sem incentivo impedem qualquer tipo de interesse ou possibilidade de retorno saudável ao convívio social.

Na verdade, a necessidade de sobrevivência nesse meio insalubre promove o surgimento de novos grupos com interesses em comum, seja com intuito de recuperação, para voltar a pertencer à sociedade, seja com a permanência da mentalidade transgressora, tornando-se assim uma associação criminosa, muitas vezes até especializada. Assim, a precária condição do sistema prisional brasileiro torna o cárcere a ambiência perfeita para a propagação das chamadas organizações criminosas, que focam no lucro ilegal, através da transgressão das normativas jurídicas e de convívio social.

Essa realidade leva à necessidade de repensar a política criminal enquanto política pública, pois esta deve se apresentar como uma ferramenta que represente a função estatal frente às demandas sociais, inclusive como uma política ligada à saúde, educação e segurança e não apenas continuar a tratar as instituições correccionais (presídios, cadeias públicas, manicômios judiciais, etc.) como um local de despejo para os marginalizados.

Os graves problemas enfrentados pelo Brasil na segurança pública não serão vencidos enquanto não houver uma reformulação na forma de se pensar e compreender a segurança, em especial, a política criminal. Na área policial, faltam investimentos, principalmente, na preparação e na qualificação técnica dos funcionários, na modernização dos laboratórios de criminalística e outras ferramentas necessárias ao combate da criminalidade, o que, de fato, acaba por comprometer o resultado das investigações. Tudo isso cria situações surreais no

cotidiano brasileiro, como investigações que duram 10 anos e não chegam a nenhum resultado, ou mesmo investigações que nem começam, por falta de recursos ou de pessoas especializadas. O fato é que, enquanto o foco do sistema prisional brasileiro for a prisão e enquanto as leis não puderem ser cumpridas com relação ao seu papel finalístico devido a superlotação carcerária, a um sistema judiciário lento, a uma infraestrutura insuficiente e precária e a escassez ou mesmo ausência de recursos humanos, a realidade da violência não mudará. O que estamos afirmando é que pensar em segurança pública não é ponderar apenas entre dois atores - polícia e bandido – mas também de tratar as causas da violência, como os problemas relacionados à educação, acesso à saúde, desemprego, lazer, acesso aos bens de consumo, enfim, de todos os problemas que impeçam as pessoas de obter condições dignas de vida e cidadania.

Visualizando esta questão do ponto de vista do processo judicial podemos verificar outras evidências com relação a deficiência da legislação brasileira. Uma destas evidências está relacionado ao fato do conjunto de normas legais brasileiras não está alinhada a contemporaneidade social, criando um hiato entre a realidade vivenciadas pelas pessoas e as situações regulamentadas pelas leis. Outra evidência é a reconhecida ineficiência legislativa brasileira, o que leva a produção de um acervo normativo detalhista, muito confuso e, por vezes, conflitante entre si. Estas duas evidências, em síntese, acabam por propiciar um ambiente favorável à produção de normas legais cheia de brechas e lacunas que, quando bem exploradas, permitem ao acusado a possibilidades de escapar ou mesmo de retardar ao máximo a condenação. Já a execução da sentença penal brasileira que transitou em julgado é um capítulo totalmente à parte desta discussão que estamos fazendo. Esta fase, que consiste no efetivo cumprimento da pena pelo anteriormente acusado, agora definitivamente, criminoso e que deveria causar temor a estes, de fato não chega a assustá-los. Isso se deve a alguns fatores, a começar pelo fato da maioria daqueles condenados a pena de prisão em regime fechado, já levar em conta os benefícios da progressão para o regime semiaberto, que pode ser solicitada após o cumprimento de apenas 1/6 dela, seguindo de futuras progressões até chegar ao regime aberto. Outros fatores estão relacionados aos inúmeros benefícios legais concedidos aos prisioneiros durante o cumprimento da pena, como as saídas temporárias, que são amplamente facilitadas e que, por vezes, propiciam a fuga dos criminosos.

É inegável que o Brasil possui um sistema penal extremamente leniente, viciado e com pouca capacidade coercitiva quando visualizamos os altos índices de criminalidade. Entretanto, a situação pode ser agravada cada vez mais se enveredarmos para um caminho de limitação irrestrita e irracional da função punitiva do Estado, endosando, por exemplo, teses que visem a redução drástica das penas de encarceramento ou mesmo a extinção dos presídios. Data vênia, estas ideias devem ser refutadas quaisquer que sejam os argumentos utilizados para sustentá-las, por mais nobres que sejam, uma vez que estes argumentos só escondem os problemas reais ao invés de resolvê-los. Devemos ter sempre em mente a dupla função, da pena: punir e ressocializar. Esquecer ou esvaziar a função punitiva pode ter consequências sociais devastadoras, afinal, para que seguir a lei se não haverá punição?

É necessário romper com estes discursos falsos e inconsistentes que desconsideram que o Brasil passa por um evidente descompasso em seu projeto de desenvolvimento social, no qual, de um lado tem-se uma sociedade cada vez mais violenta e do outro um sistema jurídico que tende a ser cada vez menos punitivo. Ao reduzir a capacidade coercitiva do Estado estamos abrindo espaço para que as organizações criminosas expandam suas ações, poder e força, que passaram, a cada dia, a controlar mais áreas. Tal assertiva baseia-se na Teoria das Janelas Quebradas (*broken windows theory*), segundo a qual a ausência de um elemento de força, notadamente, o Estado, capaz de manter a ordem e de reparar o dano, através da punição dos infratores, pode gerar desordem e, por conseguinte, criminalidade (Wilson & Kelling, 1982). Também devemos levar em consideração que a falta de assertividade do Estado no combate à violência elevaria o sentimento de impunidade por parte da sociedade, podendo levar o Brasil a uma quase barbárie, na qual seus cidadãos poderiam realizar quaisquer atos sem ter receio do poder punitivo do Estado, ou mesmo de querer realizar a justiça que o Estado foi incapaz de fazê-lo.

Assim, a questão da segurança pública perpassa por questões sensíveis, que vão desde do investimento na infraestrutura necessária e adequada a investigação criminal, com profissionais capacitados, bem remunerados e em número suficiente, até as instituições correcionais, também levando em consideração o processo legislativo através da criação leis condizentes à realidade do país e que possam ser efetivamente aplicadas. De uma maneira geral, todas

essas medidas fazem parte do conjunto de ações necessárias para que a segurança pública possa ser compreendida como uma temática multidisciplinar, que exige mudanças significativas na cultura e na própria forma de se relacionar com a segurança coletiva, chegando de fato à raiz da criminalidade.

- 5 Reconhecer as falhas no sistema penitenciário atual torna-se primordial para tentar minimizar os problemas relacionados à segurança pública, pois a atual crise de insegurança no Brasil aflige a toda a população. Também devemos considerar que os conflitos instalados entre as organizações criminosas dentro e
- 10 ruas, expondo a sociedade ao medo e, aumentado ainda mais a descrença com relação à capacidade do governo de garantir proteção a seus cidadãos.

4 HISTÓRICO SOBRE AS PRISÕES (DO OCIDENTE AO CEARÁ)

Quando eu saí em direção ao portão que me levaria a liberdade, eu sabia que, se eu não deixasse minha amargura e meu ódio para trás, eu ainda estaria na prisão.

Nelson Mandela

Nos últimos meses a sociedade brasileira tem vivenciado, de forma perplexa, os mais odiosos e chocantes episódios de violência orquestrados por organizações criminosas existentes dentro dos presídios, em especial no Ceará. Ainda que a violência, homicídios e toda sorte de crimes tenham se tornado comuns em alguns estados e também na maioria dos presídios brasileiros, eles ainda chocam pela brutalidade. Nos presídios as execuções chegam a ser filmadas e divulgadas através de aparelhos celulares dos próprios presos.

Este é o retrato de uma sociedade em crise, refém da criminalidade, cujo comando e execução de crimes advém de prisioneiros pertencentes a alguma facção criminosa.

Nas subseções seguintes abordaremos o histórico das prisões no ocidente e em especial do Brasil e no Ceará. Também abordaremos o surgimento das prisões femininas no Brasil.

4.1 Histórico do sistema penitenciário no ocidente: a criação das prisões (séculos XVI – XIX)

A prisão enquanto unidade de ressocialização de criminosos teve origem no final do século XVI com a criação das chamadas Casas de Correção, tanto para os homens quanto as mulheres (Almeida, 2009). A primeira destas casas foi a *House of Correction* criada em 1553, na Inglaterra, através da transformação do Castelo de Bridewell em uma prisão. Na Holanda foi criada a prisão de Rasp-huis, em 1596, tendo como público os delinquentes do sexo masculino. Posteriormente, em 1957, foi criada a prisão Spinhis, só para as mulheres. Segundo Almeida (2009), o objetivo destas prisões era de dar abrigo aos vadios, prostitutas e mendigos.

No século XVI, em razão da queda dos salários que ocorreu em virtude do processo inflacionário que atingiu a Europa Ocidental entre a segunda metade do

século XVI e primeira metade do século XVI, houve uma série de distúrbios sociais na Alemanha, França e Flandres. Por conta disso houve um aumento substancial das casas de correção principalmente devido ao aumento de punições relacionadas às greves e ao abandono dos postos de trabalho (Melossi & Pavarini, 2006). O sistema de encarceramento, baseado na caridade privada e religiosa, já não estava mais suportando a quantidade de presos. Nesta época, em Paris, a quantidade dos até então denominados de “vagabundos” representavam um terço da população total daquela cidade. Era necessário que Estado coordenasse essa assistência pública, assumindo o papel de custódia destas pessoas.

Neste contexto, diversos países tomaram medidas para que fossem retiradas das mãos privadas as assistências fornecidas aos pobres. Assim, dos séculos XVII à XIX, diversos países europeus criaram prisões com a objetivo de realizar o internamento, porém com trabalho. Dentre estes os que ganharam maior destaque foram as prisões inglesas conhecidas como *workhouses*.

Na segunda metade do século XVII, devido à forte influência religiosa e também ao desenvolvimento capitalista ocorrido em algumas regiões como nos Países baixos, Flandres e no norte da Alemanha, o internamento foi generalizado. Segundo Melossi e Pavarini (2006), isso ocorreu por conta das religiões protestantes e do calvinismo, uma vez que elas acabaram por fornecer uma visão holística do mundo e da vida, em comparação com a religião católica, tendo como base o emprego da ética no labor e também a religião a favor do capital, dando forma às primeiras instituições correcionais.

O fato dessas prisões terem como objetivo a “ressocialização” não implicou na extinção das penas de suplício. Pelo contrário, os Tribunais de Santo Ofício continuavam a aplicá-las em larga escala. Para Foucault (2014), o sofrimento provado pelo suplício era tão intenso que era possível medir, apreciar, comparar e, até mesmo, hierarquizar. Neste contexto, a prática de violência extrema contra os criminosos fazia parte da “glória da justiça”, estando o corpo do criminoso submetido a suplica inserido dentro do cerimonial judiciário que buscava, desta forma, trazer a verdade sobre o crime.

Foucault (2014) apresenta quatro aspectos importantes no que se refere às execuções públicas dos suplícios na França, ocorridas entre o final do século XVIII e o início do século XIX. O primeiro destes aspectos está relacionado ao reconhecimento público da culpa pelo condenado. Este reconhecimento ocorria pela

prática de diversos atos, como a confissão que os criminosos faziam na porta das igrejas, a leitura pública do próprio documento que trazia a sua condenação, além de diversos outros.

A confissão é o segundo aspecto e tem como finalidade trazer ao conhecimento de toda a verdade plena sobre os fatos, principalmente aos olhos da sociedade. Caso a confissão fosse bem-sucedida ela indicaria que a condenação imposta foi justa, assim como todo o suplício imposto ao corpo do condenado. Assim, os últimos momentos que antecedem à condenação são utilizados pelo criminoso para que ele apresente toda a verdade, inclusive, sendo possibilitado ao condenado solicitar mais um tempo para fazer outras revelações, dentre elas, indicar eventuais cúmplices da prática criminosa.

Foucault (2014) apresenta como terceiro aspecto a realização de um ritual na qual o condenado é submetido a um castigo intimamente relacionado com o ato praticado contra a vítima. O intuito é que a forma de execução simbolize, de alguma forma, a natureza do crime praticado: “(...) fura-se a língua dos blasfemadores, queimam-se os impuros, corta-se o punho que matou (...). Enfim, encontramos às vezes a reprodução quase teatral do crime na execução do culpado: mesmos instrumentos, mesmos gestos” (Foucault, 2014, p. 45).

Por fim, chegamos ao quarto aspecto das execuções públicas dos suplícios, que aborda a questão da lentidão do suplício, estando relacionada com o julgamento dos homens. Segundo Foucault (2014, p.46), todo o sofrimento anterior é apenas preparatório, havendo chance para a salvar o condenado da morte, porém, “agora a morte é certa, trata-se de salvar a alma”.

Desta forma, devemos entender que o suplício judiciário é um ritual político, através do qual se manifesta a vontade e o poder de impor a justiça feita pelo Estado. Para Foucault (2014), o que sustentava esta prática era “política do medo”. Assim o objetivo deste suplício não era restabelecer a justiça, mas sim de reativar o poder do Estado.

No final do século XVIII, países como a Inglaterra, França e Estados Unidos, inspirados nos ideais liberais advindos da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, iniciaram uma série de modificações em suas leis, códigos criminais e em suas prisões. Neste contexto, o conjunto de normas jurídicas que visavam proteger os direitos básicos da pessoa -

direitos humanos - passaram a atuar como um dos fatores para determinação de todas as penas, o que levou a extinção, ainda no século XIX, das penas de suplício.

Conforme já afirmamos, as instituições correcionais tiveram sua origem no século XVI, porém, elas só se consolidaram em relação a qualidade de locais
5 destinados a abrigar os condenados à pena restritiva de liberdade no século XVIII, através da Revolução Industrial e do surgimento de uma sociedade baseada no capitalismo. Neste momento, surge o direito penal moderno e, com ele, são introduzidos alguns princípios norteadores de todo o sistema penal, como o princípio da proporcionalidade e o princípio da legalidade. Também foi estabelecida, através
10 da criação de leis, a supremacia da pena de detenção, diminuindo, por conseguinte, o arbítrio dos juízes. Para Melossi e Pavarini (2006), devemos entender que isso ocorreu tendo em vista a luta da burguesia para suplantar e tomar o poder até então existente na mão do estado absolutista, configurado na figura dos reis. Nestes eram constantes os ataques às prisões tendo como finalidade a libertação de prisioneiros
15 políticos, de bandidos importantes e de chefes populares, mas que, motivados pelo instinto de defesa da classe prisioneira, acabava por libertar todos os outros delinquentes.

Ainda de acordo com Melossi e Pavarine (2006), o declínio do salário real começou desde o início do desenvolvimento do capitalismo, tendo como fatos
20 geradores o acentuado crescimento da população de desempregados, além da extrema miséria existente naquele período. Tudo isso acabou por levar ao aumento da criminalidade e da violência, bem como as formas primitivas de lutas entre classes, dentre estas destacamos, como exemplo, a revolta contra as máquinas.

Isso fez com que diversos governos na europa, já nos primeiros decênios
25 do século XIX, fossem obrigados a procurar soluções para resolver os problemas relacionados ao sistema carcerário. De fato, a França, em 1810, através da criação do Código Civil Francês, conhecido como Código de Napoleão ou Código Napoleônico, iniciou um movimento relacionado a doutrina penal, que culminou na promulgação do Código Penal Francês.

30 Em essência, o Código Penal Francês prevê a utilização três tipos de sanções para punir os criminosos.

35 [...] a pena de morte, os trabalhos forçados e a casa de correção. A pena de morte não é, de modo algum, uma medida excepcional, como tendia a ser configurada na legislação revolucionária precedente, mas se aplica a quase

todas as classes de delitos contra a segurança do Estado, falsificação de moeda, roubo qualificado, incêndio doloso, golpeando assim, de um lado, todo tipo de subversão que tenha uma repercussão político-militar imediata e, por outro, os dois delitos típicos das classes subalternas das cidades e do campo (Melossi & Pavarini, 2006, p.94).

Para aqueles crimes considerados menos graves, por exemplo, os casos da vagabundagem, a pena era cumprida nas denominadas, casa de correção, que tinham a incumbência de aplicar obrigações vinculadas ao trabalho forçado. O cumprimento deste tipo de pena tinha como principal objetivo a diminuição dos salários que eram pagos aos trabalhadores externos ao sistema prisional. “De acordo com chamado princípio *less eligibility*, um trabalho livre externo era sempre preferível ao cárcere” (Melossi & Pavarini, 2006, p.94). Já para os pobres que se encontram presos, o cárcere assegurava o mínimo para a sobrevivência destes, tornando-se, desta forma, como um ambiente bem melhor do que a vida livre na sociedade.

Criou-se, naquela época, uma situação na qual os criminosos de classes subalternas que estavam presos possuíam melhores condições de vida do que os trabalhadores, tanto do campo quanto das cidades. Neste contexto, segundo Béranger (2012), as prisões deixariam de possuir os efeitos dissuasivos e, desta forma, aquelas pessoas que se encontravam em liberdade poderiam ser induzidas a cometer crimes tendo como única intenção serem encarcerados e, com isso, obter uma condição de sobrevivência melhor do que a que teriam se estivessem em liberdade.

Segundo Rusche e Kirchheimer (2004), o relatório apresentado em 1825 sobre prisão de Waad expôs que a mera privação da liberdade seria suficiente, enquanto punição, para as classes sociais inferiores, além de indicar que o retorno dos criminosos à sociedade deveria ter como condição essencial a total submissão deste às autoridades, ou seja, ao Estado. De uma maneira geral ele indicava que o ambiente carcerário deveria destinar valores bem menores a manutenção das necessidades dos prisioneiros, quando comparados ao padrão de vida existente para a população livre das classes inferiores. O problema primordial é que os salários pagos as pessoas livres, na primeira metade do século XIX, estavam bem abaixo do necessário para a sobrevivência.

Para Beumont e Tocqueville (2019), as atividades laborais desenvolvidas dentro do ambiente carcerário não deveria criar qualquer tipo de

prejuízo ao trabalho realizado pela população livre. Não obstante a isso, as Casas de Correção continuavam oferecendo o trabalho realizado pelos detentos para as grandes indústrias, pagando a estes salários compatíveis com o seu trabalho e com os salários pagos ao cidadão livre, ou então dando-lhes participações nos lucos
5 obtidos. A punição só era imposta aos presos que comitiam alguma falha na execução do trabalho ou em razão de displicência. Convém lembrar que as casas de correção surgiram em uma situação social na qual o mercado de trabalho era favorável as classes subalternas. Porém, a demanda por trabalhadores foi satisfeita e, por consequência, surgiu um excedente. Os proprietários das fabricas “não mais
10 necessitavam laçar homens” (Rusche & Kirchheimer, 2004, p. 126). A fábrica substituiu a casa de correção, sendo que esta última requeria altos investimentos tanto em administração quanto em disciplina. Assim, a casa de correção caiu em decadência uma vez que outras fontes melhores de lucro foram encontradas (Rusche & Kirchheimer, 2004). Desta forma alguns presos deixaram de realizar
15 atividades laborais, ficando totalmente entregues ao ócio. Para estes a pena tinha apenas o objetivo repressivo.

Na Inglaterra, havia um imenso exército de pessoas desempregadas, resultando no aumento das taxas de pobreza. Assim, “mais e mais as massas de empobrecidos eram conduzidas ao crime. Delitos contra a propriedade começaram a
20 crescer consideravelmente em fins do século XVIII” (Rusche & Kirchheimer, 2004, p. 137).

Neste contexto surgiu a necessidade de métodos mais duros sendo o costume liberal de encarceramento, até então praticado, duramente criticado. Havia a ideia generalizada de que o sistema penal havia se tornado uma farsa. Era preciso
25 combater o crime com o emprego de punições mais severas. O cárcere tornou-se a principal forma de punição a partir do momento em que o fundamento econômico da casa de correção foi destruído pelas mudanças industriais (Rusche & Kirchheimer, 2004).

Sugiram diversos programas reformadores. Um destes programas foi o de
30 Pearson, cuja finalidade era fazer das prisões meios racionais e eficientes de dissuasão das classes subalternas para o crime, que não permitiriam ao condenado perecer, mas que o marcariam pelo medo e pelo temor (Rusche & Kirchheimer, 2004, p. 158). Este programa possuía algumas características, como a privação do sono, endurecimento das condições carcerárias, padronização das vestimentas,

dentre outras. Webb e Webb (1968, p. 161 e 162) apresentaram algumas das características do programa proposto por Pearson:

5 Eu proponho (...) uma restrição do sono para 7 horas. Não há nada que um preso mais deseje do que o estado de sonolência, ociosidade e fantasia, aquele limiar entre o sono e a vigília, quando se vive, como é o caso, no mundo da imaginação. Não há nada que possa ser pensado melhor para
10 fixar num homem suas paixões, permitindo, e não forçando, um homem a permanecer no cálido leito durante 10 horas, entre cobertas aconchegantes, lendo, da forma como temos notícias. Para domesticar essas feras animais, nos valem da privação do sono, e não existem criminosos que não sintam maior repugnância dessa vida monótona que o redizem a uma pequena cota de sono e o obrigam a observar estritamente as horas prescritas. Proponho (...) que em lugar de uma cama macia se lhe dê uma cama dura.
15 Proponho que se o alimente com pão e água (...) Proponho que ele seja vestido com um uniforme multicolorido de preso; não sinto simpatia pelas pessoas que apiedam dos sentimentos de um criminoso quando recusam um uniforme carcerário; é necessário por segurança, é necessário para distingui-lo e, a meu juízo, é uma das exigências de um sistema correto de
20 disciplina carcerária, que o condenado seja vestido com roupa adequada a sua condição.

Desta forma, o trabalho passou de um meio de reinserção social do preso para um método de tortura, com longas horas de duração e realizado da maneira
25 mais cansativa possível. O trabalho agora tinha o condão de punir o preso. “Os prisioneiros carregavam pedras pesadas de um lugar para outro e, então, traziam-nas de volta; cavavam poços de onde a água refluía de volta para a fonte, ou moviam moinhos sem função alguma” (Rusche & Kirchheimer, 2004, p.159). Este tipo de abordagem foi visto como um sucesso a época, pois possibilitava um método
30 barato e fácil de forçar os presos ao trabalho, mas também “porque ele dissuadia as pessoas que poderiam ver a prisão como um lugar para o seu último refúgio” (Webb & Webb, 1968, p. 97).

Estas propostas também atraiu a atenção fora da Inglaterra, como na Alemanha. Além disso, os juízes não estavam preocupados em diferenciar os
35 diferentes graus de encarceramento ou até mesmo de fixar a duração da pena de acordo com princípios definidos (Rusche & Kirchheimer, 2004). Havia uma total indiferença dos legisladores e juízes com relação as condições do cárcere. Para eles a fome, os açoites e o trabalho duro faziam sua parte durante o cumprimento da pena e de que não existiram sequer uma pessoa tão pobre e miserável que não
40 temesse e tivesse vergonha de estar preso.

Na segunda metade do século XIX, devido à prosperidade econômica da época, houve uma tendência de substituir a pena privativa de liberdade das classes

subalternas por outras formas de punição, como a fiança e a liberdade vigiada, além de melhorar as condições sociais responsáveis pela criminalidade (Rusche & Kirchheimer, 2004). A nova política visava manter tantos delinquentes quanto possível fora da prisão.

5

10

O problema dos métodos punitivos não era mais visto como um problema de manutenção de uma proporção justa entre o crime e a pena; ele era agora examinado a partir do ponto de vista do futuro do criminoso, a expectativa de reabilitação e as precauções que deveriam ser tomadas. [...] os criminosos que não necessitam de correção e supervisão deveriam ser mantidos fora das prisões através do uso extensivo de penas alternativas [...] (Rusche & Kirchheimer, 2004, p. 199).

O encarceramento irracional de indivíduos tornou-se indesejável e totalmente desarrazoado para aquela época, uma vez que todos são considerados produtores responsáveis. Assim, encurtar os dias de um cidadão ou prolongar seu encarceramento irracional sem uma forte razão constituiria uma perda de forças para a sociedade daquela época (Rusche & Kirchheimer, 2004). Neste momento surge a ideia dos primeiros programas assistências e o pensamento de que o crime poderia ser combatido por uma política social adequada.

20

O resultado desta nova política foi a diminuição no uso de punições mais severas, com o declínio da população carcerária no final do século XIX e início do século XX. Este fenômeno foi verificado na Inglaterra, na França, na Bélgica e na Alemanha (Rusche & Kirchheimer, 2004).

25

A melhoria geral na condição de vida da população trouxe melhoras nas condições carcerárias. Várias prisões foram construídas e aquelas consideradas inadequadas foram abandonadas. A superlotação foi em parte eliminada. A alimentação melhorou e houve uma atenção aos problemas relacionados à saúde. A mortalidade também foi reduzida (Webb & Webb, 1968).

30

4.2 América Latina: As primeiras prisões (1800 - 1940)

35

Com relação ao estudo da história das prisões na América Latina existem dois grandes obstáculos: o primeiro refere-se a escassez da bibliografia sobre o assunto (Aguirre, 2017); o segundo reside no fato de que os países que compõem a

América Latina terem aspectos econômicos e sociais distintos, além de possuírem trajetórias políticas diferentes (Cesar, 2015).

Assim, o estudo sobre a história das prisões, no contexto da América Latina, torna-se bastante complexo. Apesar destas dificuldades é possível
5 estabelecer um contexto geral, identificando a estrutura e o funcionamento do cárcere, os castigos empregados, as formas de resistência do preso em face as prisões, bem como o contexto da relação existente entre o Estado e a sociedade através regimes penais estabelecidos para cada país.

No período colonial as instituições correcionais não constituíam espaços
10 que pudessem receber elogios referente a sua organização, segurança, higiene ou que gerassem efeitos positivos sobre os seus prisioneiros. De fato, as prisões não tinham muita relevância dentro dos esquemas punitivos criados pelas autoridades coloniais. Elas serviam apenas para acomodar, precariamente, os criminosos até que eles fossem definitivamente julgados, não fazendo parte do processo inerente
15 ao cumprimento da pena. Desta forma, os motivos que levaram os países da América Latina a implementação dos modelos penitenciários são diferentes em relação a aqueles que subsidiaram os modelos europeu ou norte-americano.

Neste contexto, conforme já afirmamos, no período colonial não se adotada as prisões como mecanismos de controle social e de castigo como um dos
20 seus elementos essenciais.

O castigo, de fato, se aplicava muito mais frequentemente por meio de vários outros mecanismos típicos das sociedades do Antigo Regime, tais como execuções públicas, marcas, açoites, trabalhos públicos ou destierros.
25 (Aguirre, 2017, p. 38).

A maioria das cadeias do período colonial estava localizadas em edifícios fétidos, inseguros e com uma estrutura bastante precária. Não existiam registros dos prisioneiros, o motivo da prisão, a sentença condenatória, a data de entrada e de
30 saída. Havia diversos tipos de centros de aprisionamento, que em conjunto formavam as instituições punitivas e de confinamento, sendo elas:

[...] cadeias municipais e de inquisição, postos policiais e militares, casas religiosas para mulheres abandonadas, centros privados de detenção como padarias e fábricas – onde escravos e delinquentes eram recolhidos e
35 sujeitados a trabalhos forçados – ou cárceres privados em fazendas e plantações nos quais eram castigados os trabalhadores indóceis. Ilhas como Juan Fernández, no Chile, San Juan de Ulúa, no México, ou San

Lorenzo, no Peru, e presídios situados em zonas de fronteira eram também utilizados para deter e castigar delinquentes considerados altamente perigosos. Ainda assim, algumas cidades como México, Lima, Buenos Aires ou Rio de Janeiro podiam mostrar algum nível de organização na logística carcerária (incluindo regulamentos escritos e visitas à prisão levadas a cabo regularmente pelas autoridades coloniais) (Aguirre, 2017, p.38).

Assim, a finalidade do encarceramento neste período foi uma prática social regulamentada mais pelos costumes do que pelas leis, sendo destinada apenas ao armazenamento dos prisioneiros, sem que haja qualquer tipo de ação implementada por este regime punitivo que buscasse a reforma dos delinquentes (Aufderheide, 1976).

No início do século XIX, a maior parte dos países da América Latina tiveram seu processo de independência² realizado. Logo após o encerramento dos regimes coloniais, os novos países deram início um longo e complicado processo destinado a formação de seus Estados. Na maioria dos casos este processo foi construído seguindo os ideais importados da Revolução Francesa e da Independência dos Estados contrapondo-se a realidade das estruturas sociais que existiam a época naqueles países e que, de uma forma geral, eram racistas, autoritárias e altamente excludentes. Assim, mesmo em face aos direitos individuais advindos e promovidos pelo liberalismo, as elites locais, que tomaram o poder do Estado, acabaram por privarem estas pequenas vantagens das populações indígenas e negras (Aguirre, 2017). Em termos gerais, havia novas repúblicas legalmente estabelecidas, porém constituídas de sociedades profundamente hierárquicas e discriminatórias (Pinheiro & Gama, 2016).

A permanência da escravidão e de outras formas de controle laboral, racial e social – a peonagem, o tributo indígena, o recrutamento militar forçado e as leis de vadiagem, para mencionar só algumas – contradizia flagrantemente o sistema de igualdade perante a lei e a cidadania universal que a maioria das constituições da hispano-américa prometiam (Mallon, 1992, p. 35).

² Cuba e Porto Rico tiveram sua independência em relação à Espanha declarada pelo Tratado de Paris, firmado em 10 de dezembro de 1898. Neste tratado a Espanha cedeu aos Estados Unidos os territórios de Cuba e Porto Rico. A ocupação americana de Cuba se prolongou desde o primeiro dia de janeiro de 1899 até 20 de maio de 1902, período em que os governadores gerais John Brooke e Leonard Wood tentaram adaptar a ilha às políticas econômica e cultural que então prevaleciam nos Estados Unidos.

Em 1901 foi promulgada uma constituição a que os americanos agregaram a chamada emenda Platt, pela qual se reservavam o direito de intervir na ilha em determinadas circunstâncias e de supervisionar seus

Neste período de transição do colonialismo à independência houve críticas de alguns dirigentes políticos acerca das péssimas condições carcerárias da época colonial. Garcia Basalo (1954) apresenta o relato de horror general José de San Martín ao visitar as cadeias de Lima, logo após proclamar a independência do Peru. As péssimas condições dos cárceres levaram San Martín a ordenar a libertação imediata de alguns detentos além de aprovar, pouco tempo depois, uma série de medidas legislativas buscando melhorar as condições das prisões, transformando-as em espaços onde os prisioneiros pudessem ser recuperados “por meio de um trabalho útil e moderado, de homens imorais e viciosos, em cidadãos laboriosos e honrados” (García Basalo, 1954, p. 59). Esta atitude de transformar o discurso em prática não foi uma conduta geral adotada no período pós-independência. Havia muitas promessas para tentar corrigir os problemas existentes, buscando implementar uma série de práticas para melhorar as condições do cárcere, tornando o ambiente mais seguro e humanitário, porém não passavam de retórica dos novos governantes. A prática e o discurso sobre a necessidade de controle do conjunto de indivíduos indisciplinados e imorais, através de mecanismos de punição severos, acabavam prevalecendo. Assim, várias formas extrajudiciais de castigo, além de práticas tradicionais de punição determinadas em lei como execuções, açoites e desteros continuaram a ser praticados por várias décadas após o período colonial (Aguirre, 1998).

Por conta das sérias limitações econômicas e, de uma constante situação de desordem política, a maioria dos países acabavam por não implementar reformas institucionais no sistema carcerário que representasse uma mudança efetiva na forma de tratar a questão dos criminosos e das prisões, como aquelas que estavam ocorrendo no continente europeu. Para Aguirre (1998), os países acabavam de serem criados e ainda se encontravam numa situação de fragilidade, com fragmentação interna, guerras civis, atraso econômico e divisões políticas. Além disso, a elite governante estava convencida de que os investimentos públicos e o capital político empregado nas construções de edifícios e instituições correcionais poderiam não ser mais eficazes que os métodos tradicionais e informais de castigo. Assim, as ações e os esforço que levassem a qualquer reforma do sistema prisional, em especial, das prisões eram praticamente inexistentes.

tratados internacionais, assim como sua política econômica e de assuntos internos. Além disso, a nova República de Cuba cedeu aos Estados Unidos as bases navais de Baía Funda (devolvida em 1913) e Guantánamo.

Convêm relatar que logo no início do século XIX a Europa e o Estados Unidos passaram a adotar a penitenciária como modelo penitenciário constituindo um novo padrão de encarceramento. Ela tinha um desenho arquitetônico, uma rotina de trabalho e instrução altamente regulada, além de um sistema de vigilância permanente sobre os presos. Somando a isso o modelo proposto ainda possuía um tratamento supostamente, mais humanitário e religioso (McGowan, 1995; Rothman, 1995).

A partir de 1830, as autoridades da América Latina começaram a discutir sobre a possibilidade da realização de uma reforma carcerária baseada em algumas ideias relacionadas à prisão e ao castigo, provenientes dos intensos debates penais que estavam ocorrendo nos Estados Unidos e também na Europa. As primeiras penitenciárias modernas na América Latina foram construídas em meados do século XIX e tinham como objetivo, dentre outros: ampliar o poder de intervenção do Estado enquanto garantidor da paz e do controle social; proporcionar às elites uma maior sensação de segurança; eliminar algumas formas de castigo; projetar perante o restante do mundo uma imagem de modernidade baseada em modelos estrangeiros como o Europeu; e, ainda, adotar práticas que possibilitassem a transformação dos presos em cidadãos cumpridores da lei. Como bem ressalta Aguirre (1998, p.39), “a fundação destas penitenciárias não significou, necessariamente, que tais objetivos tenham sido uma prioridade para as elites políticas e sociais”. Assim, a construção das penitenciais ocupou um lugar secundário e marginal em relação aos mecanismos gerias de controle e de castigo que existiam a época.

Em 1834, iniciou-se no Rio de Janeiro, a construção da Casa de Correção. Tratava-se da primeira penitenciária da América Latina. Esta construção só foi finalizada em 1850, o que denotou todas as dificuldades financeiras e políticas enfrentadas pelos precursores reformistas. Já em 1844, foi iniciada em Santiago, no Chile, a construção de sua penitenciária, que seguia o modelo celular ou modelo da Filadélfia³, começando a funcionar parcialmente em 1947 quando passou a receber

³ Este modelo prisional ficou conhecido por este nome por ter sido adotado no presídio da cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1790, por William Penn. Ele tem como principal característica a reclusão isolada do preso de todas as pessoas durante o cumprimento da pena. Segundo Rusche e Kirchheimer (2004), o modelo da Filadélfia se baseava na idéia de que a religião era a única e suficiente base da educação. Desta forma, a reclusão isolada dos presos aliada à leitura da Bíblia - único objeto permitido dentro das celas - poderia levá-los a uma reflexão e ao arrependimento de seus pecados.

alguns detentos. Somente em 1856 passou a funcionar plenamente (León León, 2003).

5 Entre os anos de 1860 e 1876, a penitenciária teve quatro regulamentos que ajudaram, não só a definir seus espaços internos, como serviram de exemplo para os outros estabelecimentos penais que foram construídos no país. Em 1864, outro fator marca a história do cárcere no Chile: depois de
10 passar por uma reformulação, o governo chileno entrega a administração da Casa Correccional de Mujeres à Congregação do Bom Pastor. A Casa Correccional abrigava, em péssimas condições, 104 mulheres entre 16 a 75 anos (Pinheiro & Gama, 2016, p. 172).

Já em Lima, no Peru, a construção de sua penitenciária iniciou-se em 1856. Ela seguia não seguia o modelo da Filadélfia, mas sim o modelo de Auburn⁴
15 ou “congregado”, terminando em 1862 (Aguirre, 1996). Na década seguinte duas novas penitenciárias foram construídas: a penitenciária de Quito, concluída em 1874, no Equador; e a de Buenos Aires, concluída em 1877. Podemos destacar alguns elementos presentes nesta primeira fase da reforma do sistema carcerário que estava ocorrendo na América Latina. O primeiro destes está relacionado a
20 adoção do desenho e dos regulamentos dos modelos de instituições penitenciárias de Auburn e Filadélfia. O segundo é que a construção destas penitenciárias não foi capaz de influenciar o restante do sistema carcerário de cada país (Aguirre, 2017). Assim, embora elas representassem um prelúdio de mudança nos esforços de cada país para controlar a criminalidade e reformar os criminosos, acabavam por estarem
25 isoladas dentre de um conjunto de outras instituições correcionais que ainda continuavam a utilizar os antigos modelos e que não tinham passado por qualquer alteração ou reforma. Desta forma, o impacto que tais reformas tinham sobre a população carcerária total era bastante limitado (Aguirre, 2017). Por fim, as penitenciárias construídas enfrentaram sérios problemas financeiros e
30 administrativos, além de serem bastante criticadas por não cumprirem suas promessas de proporcionar um ambiente mais humanizado, com melhores

⁴ Segundo Jesus (2015, p. 250) a origem do modelo de Auburn “[...] prende-se a construção da penitenciária na cidade de Auburn, do Estado de New York, em 1818[...]”. Este sistema deixou de lado o confinamento absoluto do preso por volta do ano de 1824, desde então, segundo Bitencourt (2000, p. 95) “[...] se estendeu a política de permitir o trabalho em comum dos reclusos, sob absoluto silêncio e confinamento solitário durante a noite”. A diferença mais nítida entre o modelo de Filadélfia e o Modelo de Auburn, está relacionada à segregação; no modelo da Filadélfia a segregação era durante todo o dia, já no modelo de Auburn era possível o trabalho coletivo por algumas horas. Em ambos, porém, havia a necessidade de separação dos detentos para impedir a comunicação e o isolamento noturno acontecia em celas individuais.

condições de higiene, além de não reabilitar o delinquente. Como relatou Aguirre (2017), os recursos eram escassos, havia superlotação, não havia uma separação dos detentos por idade, graus de periculosidade e sexo acabou prejudicando a experiência reformista.

5

10

Os abusos contra os detentos desmentiam as promessas de trato humanitário, e as limitações econômicas impediam as autoridades de oferecer aos presos comida, assistência médica, educação e trabalho adequados. Apresentando condições mais seguras de confinamento, estas penitenciárias impunham rotinas mais severas aos presos e exerciam um nível de controle sobre estes que teria sido virtualmente inimaginável nos cárceres preexistentes. Ainda assim, não conseguiam alcançar as expectativas e promessas de quem as havia construído (Aguirre, 2017, p. 42-43).

15

20

Segundo Silva (2015) as dificuldades financeiras que limitaram a reforma das prisões e a manutenção do modelo penitenciário podem ser consideradas também como expressões da oposição das elites, uma vez que estas controlavam o Estado e tinham à sua disposição outros meios para manter a ordem social de acordo com os seus interesses.

25

O Uruguai, por sua vez, criou em 1888 o primeiro regulamento destinado a *Cárcel preventiva, correccional y penitenciaria*. Em 1897 foi construída uma unidade correccional para abrigar mulheres e crianças, o *Cárcel Correccional de Mujeres y Menores* que tinha capacidade para 500 pessoas (Pinheiro & Gama, 2016). Um ano depois, em 1898, foi construído o *Cárcel de Mujeres*, que, em semelhança ao que tinha acontecido no Chile, teve a administração entregue à Congregação do Bom Pastor⁵.

30

Na Colômbia as mudanças reformistas no sistema penal só começaram a aparecer a partir de 1934, através da instalação de algumas penitenciárias e de uma colônia agrícola. Já na Venezuela as alterações somente começaram a ser implementadas após a saída de Juan Vicente Gómez⁶, sendo iniciada a construção da penitenciária modelo de Caracas em 1940 (Salvatore & Aguirre, 1996).

⁵ A Congregação do Bom Pastor é “uma congregação católica que está presente em mais de 76 países e possui a missão de orientar mulheres, jovens e crianças que tiveram seus direitos violados” (Pinheiro & Gama, 2016, p. 172)

⁶ Ditador da Venezuela durante o período de 1908 a 1935.

No Peru e Chile, as penitenciárias foram idealizadas e construídas usando as idéias do panóptico, proposto por Jeremy Bentham⁷, porém, estas possuíam pavilhões retangulares sendo formado por fileiras de celas. Estas tinham origem no observatório e nos gabinetes administrativos, bem diferente do pavilhão circular. Ainda havia uma torre de observação no centro da construção, proposta por Bentham (Figura 11).

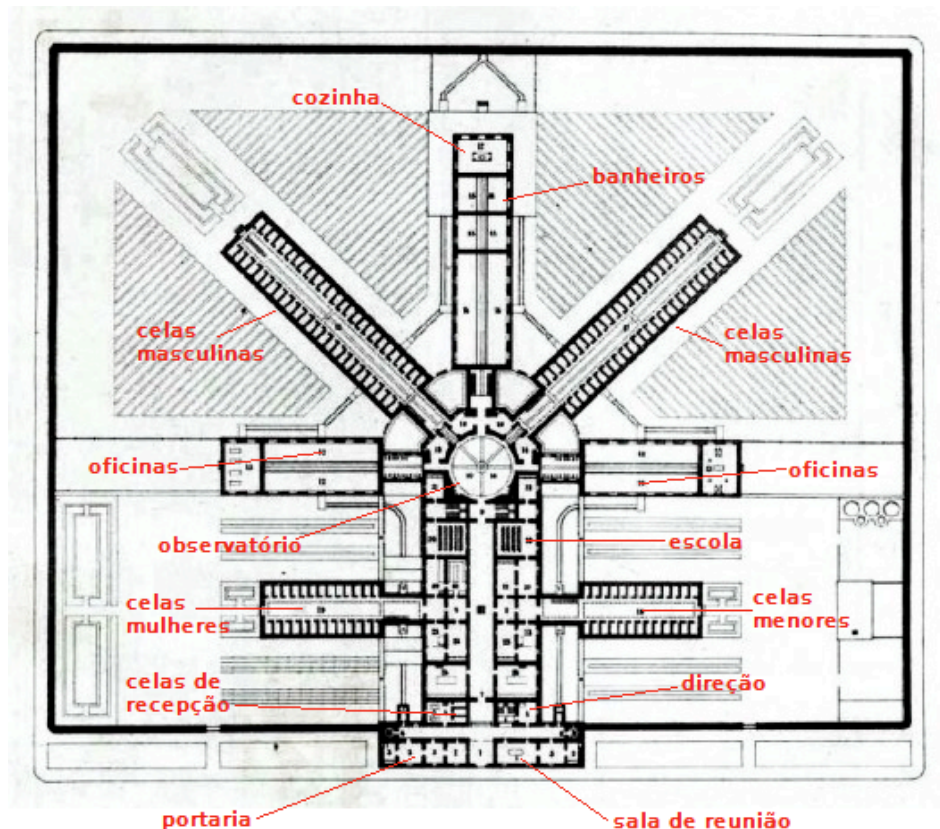


Figura 11 – Planta da penitenciária de Lima de 1865

Fonte: Adaptada de Paz Soldán (1865).

O trabalho figurava como elemento central no funcionamento destas penitenciárias, sendo visto como elemento de regeneração dos criminosos, fazendo parte da terapia punitiva e, também, como fonte de receita, utilizada para financiar os custos de manutenção daquelas instituições correcionais. O trabalho, desta forma, transformou-se em um elemento de diferenciação no interior das prisões,

⁷

O modelo panóptico proposto por Bentham, na realidade, não pode ser considerado como um exemplo de penitenciária como o de Auburn e Pensilvânia, e sim um arquétipo que poderia ser, e foi, adotado por outras prisões que seguiam os modelos de Filadélfia e de Auburn, por se tratar mais de um modelo de arquitetura do que um sistema prisional em si

uma vez que os prisioneiros vislumbravam a possibilidade de auferir alguma remuneração, enquanto os empresários e as autoridades se beneficiavam com aquela mão-de-obra barata (Aguirre, 2017).

Assim, o tempo de aprisionamento fora concebido não só para punir o criminoso, mas também para que o mesmo pudesse ressarcir a sociedade por um crime que este cometeu, e também como um meio de introduzir, nos prisioneiros, aqueles valores que fossem congruentes com o pensamento capitalista e liberal. Segundo Dumm (1987) e Meranze (1996), as novas formas de castigo tiveram uma atuação importante e decisiva para o desenvolvimento dos regimes democrático-liberais na América Latina, da mesma forma que as penitenciárias eram elementos centrais dentro dos sistemas de democracia e de liberdade nas sociedades ocidentais do século XIX.

A ideia dos reformadores era que as prisões modernas poderiam ser utilizadas para treinar as massas de indisciplinados, tornando-os cidadãos produtivos e cumpridores das leis. Contudo, estas expectativas foram suplantadas pelos modelos sociais existentes que estavam pautados na exclusão política e social de uma grande parte da população. O liberalismo na América Latina servia para sustentar os regimes sócio-políticos autoritários e excludentes que restringiam a população indígena e rural ao gozo dos direitos básicos da cidadania (Mallon, 1992). No Chile e na Argentina, por exemplo, os direitos e práticas associadas ao liberalismo ficavam restritos a população urbana (Aguirre, 2017). Esta exclusão econômica e social, acabou produzindo o extermínio das populações indígenas e a repreensão contra a população rural.

No Brasil, a escravidão e a monarquia impediam a criação dos regimes punitivos defendidos pelos reformadores. Os prisioneiros eram vistos pessoas inferiores, irrecuperáveis e bárbaras. Pessoas que jamais se tornariam cidadãos honestos e cumpridores das leis, que poderiam ter os mesmos direitos civis daqueles que eram de classes sociais superiores. Segundo Aguirre (2017, p. 45),

O que atraiu as autoridades do Estado para o modelo penitenciário não foi a promessa de recuperar os criminosos por meio de mecanismos humanitários, e sim a possibilidade, muito mais tangível e realizável, de reforçar os mecanismos de controle e encarceramento já existentes. Essa foi, de fato, a maneira pela qual as autoridades do Estado concebiam, geralmente, a “modernidade” de seus projetos sociais.

Embora as construções de penitenciárias modernas durante este período tenham sido consideradas grandes conquistas sociais, devemos pontuar novamente que se trataram de casos pontuais. Métodos tradicionais de castigos continuavam a ser empregados nas demais instituições correcionais, como os castigos corporais brutais, aplicados à base de ferros, chicote e diversos outros maus-tratos.

Para Foucault (2014), embora a reforma prisional tivesse fracassado, o mesmo não iria ocorrer com a pena de privação de liberdade. A sociedade, a partir de então, tornou-se mais disciplinadora e passou a utilizar as prisões, modernas e velhas, enquanto o Estado buscava a primazia pela execução do castigo penal. Segundo César (2013, p. 42) a sociedade daquela época “exigia mecanismos amplos e ao mesmo tempo capilares para atender ao que veio a ser um dos seus maiores rechaços: as imagens públicas de sofrimento humano”.

Soma-se a isso o fato de que as práticas legais existentes acabam representando um enorme obstáculo à implementação de formas modernas de punição, além de criar uma enorme diferença dentro do processo judicial. De fato, os menos abastados careciam de proteção legal, tendo seu acesso aos meios de defesa bastante limitados, sendo comuns também à corrupção e os abusos nas mais diversas instâncias do processo. Neste contexto, ainda temos grande parte das instituições carcerárias à margem da regulamentação e fora do âmbito de atenção do Estado (Pinheiro & Gama, 2016).

Muito embora o modelo penitenciário continuasse a atrair o interesse das autoridades e dos reformistas em diversos países, predominava um sentimento de pessimismo advinda do fracasso de impor disciplina sobre os detentos, principalmente pelos críticos que demandavam um sistema mais punitivo e não mais tolerante. Era frequente a aprovação de leis que objetivavam a construção de novas instituições correcionais ou a melhoria das existentes, porém, devido aos altos custos ou a natureza ambiciosa das mudanças, estes projetos terminavam inacabados (Aguirre, 2017).

Nas palavras de Aguirre:

[...] o sistema carcerário operava como um mecanismo institucional mais pelo fato de que o desejo das elites de abraçar a “modernidade” se via acompanhado (e subvertido) por sua vontade de manter formas arcaicas de controle social, racial e laboral. Por um lado, se poderia dizer que as cadeias serviam somente para satisfazer a necessidade de manter sob custódia suspeitos e delinquentes, de modo que as classes decentes da

sociedade pudessem se sentir seguras; por outro lado, as cadeias reproduziam e reforçavam a natureza autoritária e excludente destas sociedades, convertendo-se em peças de um esqueleto maior orientado a manter a ordem social (Aguirre, 2017, p. 47).

Conforme Pinheiro e Gama (2016), somente no início do século XX é que começaram a aparecer as mudanças mais significativas no relacionamento entre o Estado e a sociedade advindos do crescimento da economia e da participação política da população.

4.3 As prisões no Brasil

No Brasil, as prisões localizadas no Rio de Janeiro, até então capital do Brasil, estavam localizadas nas diversas unidades militares existentes na baía de Guanabara, dentre elas se destacavam a Fortaleza de Santa Bárbara, a ilha das Cobras e a Fortaleza de Santiago. Além destas se destacavam como prisões civis a Cadeia do Tribunal da Relação, a Cadeia Pública e o Calabouço, sendo este último cárcere utilizado para abrigar aqueles escravos que haviam tentado fugir, bem como aqueles que eram entregues pelos seus donos para ser aplicado algum castigo (Araújo, 2017).

Segundo Florentino (2014), a população da cidade do Rio de Janeiro, em 1790, era de aproximadamente 170 mil pessoas, sendo a metade composta de escravos. Com o aumento desta população, durante o século XVIII, os governantes passaram a enfrentar problemas da superlotação carcerária. Uma contagem realizada pelo Conde de Resende⁸, em 1799, revelou que 23.798 da população carcerária eram de negros, pardos e mulatos, número superior ao de pessoas brancas presas, que, de acordo com a contagem era de 19.578. Para o Conde de Resende estes números revelavam que o controle social urbano estava cada vez mais difícil (Pinheiro & Gama, 2016).

Naquela época o sistema prisional aplicado na capital do vice-reinado do Brasil tinha como características, em linhas gerais, a carência de vagas, as altas taxas mortalidade e de enfermidade, provenientes das precárias condições

⁸ José Luís de Castro - o Conde de Resende, foi nomeado em março de 1790 o novo Vice-rei do Brasil, tendo como missão manter a dominação portuguesa e sanear a economia colonial que passava por uma grave crise de arrecadação.

sanitárias das estruturas até então existentes, além das constantes fugas, uma vez que a estrutura de segurança destas instituições correcionais serem escassas e ineficientes (Araújo, 2017). Segundo Edmundo (2000, p. 454), “[...] o preso, no regime colonial, não era mantido pelo estado, senão pelas suas famílias, seus
 5 senhores, patrões ou seus amigos. Os que não tinham tais esteios, que tratassem de esmolar para não morrer de fome”. Também havia corrupção entre os guardas responsáveis por manter a vigilância dos presos. Estes acabavam se corrompendo, facilitando as fugas de presos e, por vezes, participando de negociações espúrias e ilícitas entre habitantes da cidade e os prisioneiros daquelas instituições (Araújo,
 10 2017). Isso acontecia, em parte, devido à falta de pagamento e aos baixos salários recebidos pelos carcereiros.

Em todas as prisões, com exceção do Calabouço, cujo objetivo era apenas de abrigar os escravos, não havia distinção entre os prisioneiros, fossem eles marinheiros, autoridades ou criminosos que tinham sido presos por crimes
 15 grandes ou pequenos. As precárias condições do cárcere levavam muitos presos à morte. Para os senhores de escravos a prisão de um escravo representava uma ‘morte econômica’ uma vez que deixavam de auferir as rendas provenientes do trabalho daquele, durante o tempo em que estes permaneciam presos. Araújo (2017, p. 45) destaca ainda que os senhores de escravos “ainda tinham que conviver com o
 20 uso de sua propriedade pelo poder público sem nenhuma compensação por isso”.

Havia uma preocupação do Império português, desde meados do século XVIII, em construir uma prisão para todos os criminosos, especialmente os escravos, distanciando-os e mantendo em segurança a sociedade. Nasce neste momento a ideia da construção de uma Casa de Correção na cidade do Rio de Janeiro,
 25 devendo a mesma ser

[...] bem projetada para se reprimir o vício, promover o trabalho, e tirar da ociosidade uma espécie de lucro e de ganho em utilidade daqueles mesmos que o desprezam. Por isso sendo impossível fazer-se esta regulação sem haver um edifício próprio que admitisse as seguranças, que lhe são precisas
 30 [...] (ANRJ, 1860, p. 26)

Até o final do século XVII as prisões ainda não tinham passado por uma reforma. O motivo estava relacionado ao fato de que as Ordenações Filipinas⁹ consideravam o cárcere apenas como abrigo provisório, destinado aqueles que estariam aguardando suas sentenças. As Ordenações Filipinas só deixaram de
5 vigorar em 1830, quando da criação do Código Criminal do Brasil.

Conforme relatamos, as instituições penais no Brasil durante o período colonial, bem como na América sobre o domínio espanhol (América espanhola), existiam apenas para punir e isolar. Contudo, a conjuntura política do início do século XIX estava bem diferente daquela existente na última década do século XVIII.
10 Os grandes reinos absolutistas estavam bastante apreensivos com os ideais revolucionários advindos dos sucessos da campanha de Napoleônica na Europa além das independências que tinham ocorrido na vizinha América Espanhola. Por sua vez, a dominação de Portugal sobre o Brasil já dava sinais claros de enfraquecimento.

Em 1808, a corte portuguesa foge de Portugal e se estabelece no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, agora sede do governo português. Este fato provocou profundas transformações “jamais ocorridas em nenhuma colônia americana” (Araújo, 2017, p. 55). Era o fim dos Vices Reis no Brasil. Neste contexto, foi necessário implantar novas estruturas de poder e isso demandou um grande e
15 dispendioso investimento, custeado, à época, pelos “ricos vassalos coloniais” (Araújo, 2017, p. 62). Foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que seguia os moldes daquela existente em Portugal, sendo a ela atribuída a responsabilidade das prisões.

A corte portuguesa desalojou diversos habitantes e suas casas e prédios
25 passaram a servir a esta grande comitiva lusitana. Dentre estes estava a Cadeia Pública, localizada, a época, no andar térreo do edifício do Senado (Azevedo, 1862). Contudo, conforme Araújo (2017), as prisões já estavam superlotadas e a solução encontrada foi à transferência dos presos da Cadeia Pública para a prisão eclesiástica Aljube, pertencente à igreja. Este evento deu início a uma nova etapa no
30 sistema prisional daquela cidade. Contudo, após um ano depois, já não era mais

⁹ As Ordenações Filipinas são um conjunto de compilações jurídicas resultantes da reforma do código manuelino, feita pelo rei Filipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), durante o domínio castelhano sobre Portugal.

possível a realização das missas naquele local devido à superlotação. Assim, até mesmo a única capela daquele local passou a ser ocupada pelos presos.

As punições que eram aplicadas aos criminosos durante este período eram as mesmas do século XVIII, ou sejam, açoites, trabalhos forçados com correntes, baraço e pregão¹⁰, penas de morte, degredos ou a mera detenção. No Brasil, houve uma intensificação do modelo que primava pela aplicação de penas corporais, principalmente em relação aos escravos, contrapondo-se aos avanços que ocorriam na Europa, onde já se discutia a superação e a supressão das penas que tinham como objeto o corpo dos criminosos, bem como as várias alternativas para substituir este modelo.

Qualquer que fosse a punição dada a criminosos e desordeiros na Corte, a sua passagem pelas cadeias era certa. Condenados ao degredo aguardavam seu envio nas prisões. Escravos que recebiam castigos a mando de seus senhores passavam uma temporada no Calabouço, assim como os fugidos capturados nos quilombos e cativos condenados a trabalhos forçados. Todos os sentenciados, inclusive os condenados a morte, e prisioneiros detidos pelos mais variados crimes ficavam no Aljube (Araújo, 2017, p. 95).

Contudo, a aplicação de penalidade em público passou a não ser bem vista, principalmente para a Capital da corte portuguesa. Desta forma, iniciou-se um processo, ainda no período joanino¹¹, que visava afastar os criminosos e suas penas para longe dos olhos da sociedade. Punições como o açoitamento público começaram a ocorrer em locais com menor fluxo de pessoas. Um exemplo disso aconteceu com a prisão do Calabouço, que, em 1813, foi transferida do Forte de Santiago para o morro do Castelo, lugar distante da maior parte da população. Assim, os escravos podiam ser castigados, longe dos olhares de todos (Araújo, 2017). Em 1831, o ministro da Justiça da Regência Provisória, tendo em vista o estado deplorável em que se encontrava a prisão do Calabouço, ordenou que vários escravos fossem vendidos (Holloway, 1997).

A chegada da família real portuguesa, em 1808, e a posterior independência do Brasil ocorrida em 1822, fomentou a implementação várias

¹⁰ Baraço é o laço de apertar a garganta, enquanto pregão era a descrição da culpa e da pena do criminoso.

¹¹ O Período Joanino refere-se ao momento da história da colonização brasileira marcada pela presença da família real portuguesa no Brasil, iniciando em 1808 com a chegada da Corte portuguesa e do rei D. João VI ao Brasil, e terminando em 1821 com o retorno deste rei à Portugal.

reformas a partir de diversas ideias liberais acerca do processo legal e do império da lei. As principais motivações eram abolir alguns tipos de punição que estavam associados a aspectos de crueldade e barbaridade, característicos da época do Brasil colonial e também a implementação de uma nova concepção de punição, cujo
5 objetivo final era a reintegração do criminoso, agora recuperado, à sociedade (Holloway, 1989).

Logo após a Independência do Brasil alguns políticos, juristas e intelectuais brasileiros já começavam a se orgulhar pelos avanços alcançados na área da legislação criminal. De fato, conforme ressalta Salvatore e Aguirre (1996), o
10 Código Criminal e o Código do Processo Criminal Brasileiro de 1830 e 1832, respectivamente, serviram como modelo para toda a América Latina.

O Código Criminal Brasileiro de 1830 instituiu a pena restritiva de liberdade e também a prisão com trabalho para um conjunto de condutas criminosas que antes não eram imponham o encarceramento ao criminoso, ficando patente o
15 interesse do Estado no controle sobre a população livre, além da ampliação do seu poder, principalmente em relação à justiça penal (Pinheiro & Gama, 2016). Conforme César (2013), em contraponto a esta ampliação das condutas criminosas passíveis de prisão, muitos ministros e presidentes de províncias relatavam que não houve o aumento da quantidade de vagas dentro do sistema prisional, de forma a
20 suportar todos os criminosos que estivessem gozando de livramento ou mesmo aqueles que tinham sido condenados à prisão simples.

Conforme afirmamos, havia um comprometimento naquela época, mesmo que abstrato, com o devido processo legal. Contudo, havia diferenças entre os direitos outorgados aos cidadãos, na medida em que as classes mais abastardas
25 tinham melhores condições de defesa, através da contratação de advogados, interposição de recursos e outros meios legais, em comparação com aquelas pessoas que não tinham uma condição financeira e social para evitar, através dos meios legais, o encarceramento (Fischer, 1989). A situação tornava-se pior ao se analisar a situação dos escravos presos, onde era possível notar a patente
30 discrepância e as graves contradições existentes dentro da legislação brasileira daquela época.

As prisões deixaram de ser, logo na primeira metade do século XIX, lugares de transição, onde o preso esperava a definição de sua sentença. Houve uma modificação com relação às penalidades, sendo estas partes de um processo

que definiu os padrões de civilização das diversas sociedades modernas, contrapondo-se ao poder soberano dos monarcas (Elias, 2018).

A ideia era que as prisões no Brasil fossem transformadas em lugares fechados, e que tivessem propiciassem aos seus prisioneiros uma boa alimentação e condições de higiene, em conformidade com o “ideal de civilização” (Sant’anna, 2017). A realidade, retratada nos relatórios de inspeção realizados a época, mostrou um cenário diverso. Sant’anna (2010, p. 35), transcreve um trecho destes relatórios.

O estado atual da maior parte das prisões e estabelecimentos de caridade na Corte, guardam um justo meio entre a barbaridade dos séculos que passaram e a civilização que corre. Sumiram-se esses calabouços horrendos, onde pela maior parte das vezes gemiam a inocência e o saber, a par do crime, e da ignorância, mas não existem ainda esses asilos que a moderna filosofia prepara para fustigar o ócio, e corrigir o vício. O pobre, o desvalido não perecem ao desamparo curtidos de fome, de nudez e de miséria, mas entretanto não existem ainda essas casas d’onde foge o ócio onde o verdadeiro necessitado se abriga, certo do pão e pano, que ele já não pode haver por si!

Muitos debates foram produzidos acerca da aplicação da penalidade aos criminosos e dos lugares em que isso ocorreria. O propósito básico por trás destas discussões era manter aproximar-se das ideias liberais europeias no que fosse referente ao aprisionamento, além de defender um sistema penitenciário adaptado à ordem interna vigente (Araújo, 1844).

Conforme podemos depreender as prisões significaram somente lugar de punir. Isso se tornava pior ao visualizarmos o Brasil escravocrata, no qual o modelo de prisão moderna e a racionalidade em torno da proporcionalidade da pena a ser aplicada, eram percebidos como um melhoramento difícil de ser explicado e aceito pelos estadistas brasileiros. Segundo Sant’anna (2010, p. 36), “para os escravos, sobrava em muitos casos a pena de açoites”.

Ainda na década de 1830 ocorreram as primeiras manifestações que tinham como objetivo a construção de uma Casa de Correção na cidade do Rio de Janeiro, principalmente com a preocupação relacionada a manutenção da ordem social e política do país após a abdicação do reino brasileiro por D. Pedro I em 1831, em favor de seu filho, posteriormente coroado, D. Pedro II. Segundo Sant’anna (2017), o Ministro da Justiça Diogo Antonio Feijó foi o primeiro a afirmar que a falta de uma Casa de Correção era “extremamente danosa” ao Brasil, em 1831. De fato, a construção de uma penitenciária que levassem em consideração todas as

inovações trazidas pela nova lei brasileira, principalmente o Código Criminal de 1830, era fundamental. Foi nos encontros da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional¹² que foram dados os primeiros passos para a construção Casa de Correção (Sant'anna, 2017).

5 Foi neste contexto de modernização do sistema de justiça criminal Brasileiro que o governo regencial iniciou, em 1833, a construção da Casa de Correção, na então capital do Império, constituindo-se, conforme já afirmamos, na primeira instituição penal moderna da América Latina (Abreu, 2013).

10 As obras principais da penitenciária ocorreram no período compreendido de 1833 à 1850. A previsão inicial era uma construção com oito raios divididos entre celas e oficinas de trabalho, contudo, ao final, haviam sido construídos dois prédios: a Casa de Correção, constituída de 200 celas individuais, dispostas em quatro andares; e a Casa de Detenção, finalizada em 1856, destinada a presos provisórios ou que tinha sido condenados a penas mais curtas (Sant'anna, 2002).

15 Inicialmente estas construções foram financiadas por meio de doações provenientes das paróquias das cidades, bem como de algumas famílias cariocas. Contudo, devido aos altos custos da obra houve a necessidade de que o Ministério da Justiça encampasse o processo de arrecadação da quantia de dinheiro necessária ao processo de construção e de compra dos terrenos onde seria
20 construída a penitenciária. Para diminuir o alto custo da construção foi empregada mão de obra tanto dos escravos quanto dos próprios presos que, mais adiante, seriam enviados para serem confinados naquela prisão (Sant'anna, 2017).

Na metade do século XIX, os cárceres brasileiros já eram tidos como símbolos de mudança no que se refere a punição, uma vez que era capaz de
25 transformar os criminosos em indivíduos trabalhadores e disciplinados. Para Salla (2006, p.24):

30 A construção da civilização passava necessariamente pela modernidade penal, pela construção de prisões que recuperassem o indivíduo, que o reconduzissem, pela disciplina, pelo trabalho, pelo arrependimento, como ser útil, para a sociedade. A intensidade com que foram formulados os debates e as divergências sobre o maior ou menor papel regenerador da

¹² Tratava-se de uma agremiação política que foi instalada no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1931. Ela foi bastante ativa no início do período regencial, possuindo uma vertente teórica liberal moderada estando preocupada com a sobrevivência do Império e com a ordem pública desestruturada naquele momento na capital Rio de Janeiro.

prisão, sobre as suas condições mais duras ou penosas de atingir os condenados, nada mais representou do que a clara aceitação, junto a diversos grupos, da relevância da questão prisional no próprio contexto da organização da sociedade (brasileira), ao longo de todo o século XIX e parte do XX.

5

A Casa de Correção dividia seus presos por classes, sendo a divisão pautada no comportamento dos presos. Como afirma Foucault (2014), era fundamental as instituições correcionais do século XIX realizar a separação dos presos por idade, sexo e tipo de crime cometido. O objetivo desta separação visava “destruir qualquer comunidade, a impedir qualquer forma de sociabilidade, a fim de submeter o recluso às influências exclusivas do alto e impedir ‘o contágio do vício’” (Perrot, 2017, p.226). Havia um minucioso planejamento para separar os presos, além de regulamentos que impunham diversas regras de conduta, além de horários e tarefas bem rígidos. Isso acabava por gerar um ambiente extremamente monótono onde tais regras não seriam cumpridas. Nestas instituições o silêncio, o isolamento e o mutismo são impostos como disciplina máxima, contudo, por maior que seja a vigilância, isso acaba sendo impossível de ser obtido. De fato, os presos acabavam encontrando meios de se comunicar uns com os outros, pois “silêncio é impossível se obter entre os condenados” (Pinto, 1858, p. 446). A prisão implica em um ambiente de constante interação social que ocorre entre os presos, bem como entre estes e os guardas e demais funcionários, inclusive a direção. É um erro considerar que a vida dos prisioneiros esteja limitada única e exclusivamente a si, isolando-o do contato com outras pessoas. Neste contexto, Goffman (2018) e Sykes (2007) demonstraram que havia uma troca cultural entre os presos confinados dentro daquelas instituições.

20

25

Ocorre, segundo Goffman (2018), um processo de modificação do “eu”, iniciado no instante em que o indivíduo é admitido em uma “instituição total”¹³, como

¹³ Goffman (2018) divide as instituições totais em cinco grupos. No primeiro estão inseridas as instituições que tem por objetivo cuidar de pessoas inofensivas ou incapazes, dentre elas citamos as casas destinadas a abrigar idosos, indigentes, órfãos ou pessoas portadoras de alguma deficiência. O segundo grupo são os locais destinados aos incapazes que são considerados uma ameaça à sociedade, como os sanatórios para tuberculosos e os hospitais para doentes mentais e leprosários. No terceiro grupo estão os estabelecimentos de proteção da sociedade contra os perigos intencionais. Aqui estão as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração. O quarto grupo está voltado a lugares onde os internos devem realizar alguma tarefa de trabalho, como é o caso dos quartéis, navios, escolas internas, colônias, dentre outros. No último grupo estão os estabelecimentos que servem como refúgio do mundo e como locais de instrução para os religiosos, tais como os mosteiros, os conventos e as abadias.

é o caso da prisão, que impõe uma barreira ao mundo exterior, que além de física também é social, e que também leva a um processo de deterioração destes indivíduos com respeito a sua identidade. Assim, o prisioneiro tem a sua identidade reconstruída a partir de sua vivência e dos processos culturais existentes dentro do grupo prisional ao qual o mesmo se vinculou, além, é claro das normas coletivas e institucionais em que o mesmo está inserido.

A instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (Goffman, 2018, p.11).

Segundo Goffman (2018), no processo de mortificação do “eu” os novatos chegam a estas instituições totais trazendo consigo uma concepção de si mesmos, criada e moldada a partir de algumas disposições presentes no seu meio social. Ao serem inseridos dentro de uma instituição eles recebem um conjunto de humilhações, rebaixamentos e degradações do “eu”, que se mortifica e os despoja do apoio dado por aquelas disposições.

A questão do trabalho era uma das mais controvertidas dentro das Casas de Correção, sendo esta um dos principais pressupostos para o processo de reforma das instituições correcionais do século XIX. De fato, várias nações da Europa criaram, desde o começo da época moderna, suas Casas de Correção como forma de garantir mão de obra para as fábricas ou mesmo para trabalhos públicos.

Segundo Melossi e Pavarini (2006), a criação, a partir do século XVI, destas Casas de Correção no continente europeu tinham suas origens relacionadas ao surgimento da própria sociedade capitalista. Devemos lembrar que esta mesma sociedade acabava enfrentando diversos problemas oriundos do excesso da massa de trabalhadores que migravam do campo para as cidades em busca de emprego. Contudo, essa população de desempregados não era absorvida pelas manufaturas, gerando uma massa de desvalidos que acabavam por perambular nas ruas, mendigando e cometendo crimes. No Brasil, também havia uma forte valorização do trabalho, além do combate à ociosidade, o que acabava gerando muita preocupação entre os juristas brasileiros e os demais grupos que pertenciam às elites políticas daquela época. Havia o entendimento de que a falta de trabalho

era considerada um tipo de vadiagem e, portanto, um crime. Diante disso, somente a atuação da polícia e a consequente prisão impediriam a formação de grupo de vadios que poderiam por em risco a vida e a propriedade de cidadãos honestos e trabalhadores.

5 Seguindo o regime de Auburn, a reforma moral necessária a reconstituição do indivíduo só seria alcançada através do trabalho disciplinado e rígido, na qual o seu corpo seria submetido a labuta contínua e diária. Conforme podemos depreender, a ideia básica é de que o trabalho representaria o “antídoto”, a “antítese” e o contraponto ao ócio, à vadiagem e ao crime. Desta forma, os
10 prisioneiros deveriam aprender algum ofício, fosse este qualificado ou não, que deveria ser executado, diária e silenciosamente, fora de sua cela, dentro dos horários definidos pela instituição correcional, e que os garantisse o retorno digno e frutífero ao seio social (Salla, 2006).

 Este regime também foi adotado por outras Casas de Correção
15 construídas na segunda do século XIX, nos estados de São Paulo, Bahia, Porto Alegre, entre outros (Sant’anna, 2017). A partir da segunda metade do século XIX as Casas de Correção estavam espalhadas por diversas e importantes cidades no Brasil, e representavam uma exceção em relação a maior parte das prisões Brasileiras. De uma forma geral, elas davam cumprimento ao Código Criminal
20 Brasileiro de 1830, uma vez que as mesmas tinham sido construídas com a finalidade especial de possibilitar o cumprimento da pena de prisão com trabalho.

 Em verdade, outros regramentos legais tiveram impactos nesta mudança, como o decreto 774 que, em 1890, revogou as penas de morte, galés e açoites e o Código Penal brasileiro 1890, que instituiu as penas de prisão celular, reclusão,
25 prisão com trabalho e prisão disciplinas, além dos regimes penitenciários; sem fazer modificações internas nos estabelecimentos penais. Apesar disso, as Constituições brasileiras não tiveram mudanças muito significativas no tocante aos direitos de liberdade, exceto no caso da liberdade religiosa, que passou a vigorar com a Constituição de 1891. Segundo Bastos (2006), houve um recuo na luta pelos
30 direitos, pois correspondiam a um retrocesso nas liberdades e garantias individuais trazidos pelas constituições de 1937 e 1967/69, além de uma restrição aos direitos subjetivos.

 O Código Penal do Brasil de 1890 só foi substituído em 1940. Apesar de ter sido elaborado em 1940, o atual Código Penal Brasileiro só entrou em vigor dois

anos depois, após amplos debates sobre diversos temas em que fazia referência. Embora extenso, este novo código não esgotou todas as questões penais previstas na legislação brasileira, ainda existindo uma quantidade surpreendente de leis penais especiais.

5 Com relação ao Código de Processo Penal este foi primeiramente reformado em 1832, pelo Padre Diogo Feijó, um dos fundadores do Partido Liberal (Pinheiro & Gama, 2016). Um novo código foi redigido em 1941, durante o período do Estado Novo¹⁴. Com o advento da atual constituição brasileira, Constituição Federal do Brasil de 1988, vários dispositivos legais daquele código se tornaram
10 incompatíveis frente a nova ordem legal proveniente da nova Constituição. Vários ajustes foram realizados ao longo do tempo no atual Código de Processo Penal do Brasil, porém os legisladores brasileiros, julgando as alterações insuficientes, criaram uma comissão com o propósito de elaborar um novo código que, até então, encontra-se em processo de discussão nos órgãos legislativos brasileiros.

15 Dentre as várias leis que compõem a legislação criminal está a Lei de Execução Penal – LEP (Lei 7210/84). A LEP foi criada em 1984 com o propósito de tornar efetivo as disposições da sentença ou decisão criminal além de proporcionar condições para a efetiva e harmônica reabilitação e reintegração social do prisioneiro. Neste ponto a LEP apresenta dois aspectos inerentes ao sistema
20 prisional Brasileiro: a punição e a ressocialização. Apesar dos Estados que compõem a federação brasileira¹⁵ possuírem autonomia para administrar suas instituições como delegacias, penitenciárias e cadeias, a LEP através do Art. 86, parágrafo 1º determinou a criação do Sistema Penitenciário Federal, sendo este responsável pelo isolamento dos prisioneiros identificados como de alta
25 periculosidade. De uma maneira geral, os estabelecimentos penais federais brasileiros têm a obrigação de promover a execução administrativa das medidas de

¹⁴ Denomina-se Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas compreendido entre 10 de novembro de 1937 à 31 de janeiro de 1946. Tinha como principais características a centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. Na história brasileira este período também é conhecido como Era Vargas.

¹⁵ A República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul e da região da América Latina, sendo constituído pela união indissolúvel dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos seus mais de 5570 municípios. Os Estados e municípios brasileiros possuem autoadministração, autogoverno e auto-organização, ou seja, elegem seus líderes e representantes políticos e administram seus negócios públicos sem interferência de outros municípios, Estados ou da União (ente que representa o Brasil).

restrição de liberdade tanto em relação aos presos provisórios como para aqueles já condenados, bem como de abrigar os prisioneiros que estão sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, conforme está previsto na LEP.

5 Mais adiante detalharemos o sistema prisional brasileiro, sendo apresentas suas principais características além de sua estrutura.

4.4 O nascimento das prisões no Ceará (1830 a 1940)

10

A primeira constituição brasileira (Constituição de 1824) trazia diversas normas com relação a segurança, a higiene e o arejamento das cadeias, além de definições legais relacionadas a triagem classificatória dos encarcerados levando em consideração a natureza dos seus crimes (Maia, 2002). Apesar disso, alguns de
15 seus dispositivos se constituíam em norma sem aplicação prática, como os incisos 19 e 21 do artigo 179. Conforme já expomos na seção anterior, as prisões da Corte e das províncias são temas importantes para seus dirigentes, fazendo parte, frequentemente, dos relatórios ministeriais da Regência. No Ceará, por exemplo, o relatório provincial confeccionado por José Martiniano de Alencar, em 1836, registra
20 a criação de postos de trabalho para o setor administrativo da Casa de Correção desta província (Maia, 2002).

Nesta cadeia (Figura 12) os presos deveriam prestar serviços à comunidade, utilizando-se do trabalho dos presos como forma de controle social. Contudo, o edifício não foi projetado para este propósito, mesmo depois de
25 reformas. Entre o início de abril e o final de junho de 1841 a Casa de Correção comportava 18 presos, sendo oito mulheres, sete destas condenadas por assassinato e uma por ferimentos. Estes fatos denotavam que a violência na província não era praticada somente pelos homens. Este número significativo de mulheres dava indícios para a necessidade de espaços específicos destinados ao
30 gênero feminino.



Figura 12 – Antiga Casa de Correção de Fortaleza, criada em 1835
Fonte: García (2017).

5 Findo o período da Regência¹⁶, inicia-se no Segundo Império a
persecução de um sistema judiciário cujo objetivo era o que Brasil ficasse alinhado à
conduta moral existente nas nações civilizadas. Neste contexto, a administração da
Justiça passou a ser exercida pela administração imperial incorporando o que outras
nações ocidentais tinham colocado em prática, como Inglaterra, França e Estados
10 Unidos. Assim, o Brasil visou regulamentar a situação dos senhores rurais com
relação aos seus excessos de mando e também das populações das classes menos
favorecidas, especialmente em relação aos escravos e à população livre. Neste
contexto, a província cearense empenha-se em controlar e repreender os
comportamentos dos brancos pobres, dos mestiços e também dos indígenas,
15 criando um sistema judiciário focado na punição daqueles que caíram na barbárie do
crime.

¹⁶ Período regencial é como ficou conhecido o decênio de 1831 a 1840 na História do Brasil, compreendido entre a abdicação de D. Pedro I e a "Declaração da Maioridade", quando seu filho D. Pedro II teve a maioridade proclamada, dando início ao Segundo Império.

As prisões, até então, se caracterizavam por serem poucas e inseguras. Em geral, tratavam-se de casas adquiridas a muito custo e que não eram apropriadas para serem prisões, ou seja, não eram construções projetadas com a finalidade de confinar criminosos.

5 Nesta época havia uma preocupação do poder instituído com a vinculação da imagem da província cearense à criminalidade, uma vez que "a província estava sendo alvo de comentários e notícias que a incluíam num cenário marcado por homicídios e violências" (Maia, 2002, p. 65). De fato, os diversos relatórios provinciais apresentados traziam relatos sobre a regularidade da
10 ocorrência de crimes na província alencarina, principalmente de agressões físicas, ferimentos, tentativas de homicídios e de homicídios, bem como furtos e roubos, uso de armas, injúrias, calúnias, estupros, danos, fugas de presos, dentre outros (Maia, 2002).

 A realidade do homem do campo era bem pior do que aqueles que
15 habitavam a zona urbana. Para os primeiros imperava a faca e o chicote. Os homens de origem africana e os afrodescendentes sofriam castigos e constrangimentos a mando dos seus senhores, longe dos olhares de todos, sem a intervenção do Estado monárquico-escravista.

 Em 1851 inicia-se a construção do que inicialmente foi denominado de
20 Casa Penitenciária e, posteriormente, de Cadeia Pública. Antes mesmo de ter sido concluída, fato que só ocorreu em 1866, a Cadeia Pública (Figura 13) já tinha recebido em 1855 presos provenientes da antiga Casa de Correção. Sua construção utilizou orçamento próprio além da mão de obra dos prisioneiros que tinham sido condenados a pena de trabalho forçado. Nela foi adotado o regime prisional norte-
25 americano de Auburn (Lima Filho, 1931). Hoje esta estrutura abriga um centro de compra e venda de artesanato local.



Figura 13 – Antiga Cadeia Pública de Fortaleza

Fonte: Obtida pela própria autora utilizando o Google.

5 O encarceramento punitivo em Fortaleza, antes da criação da Cadeia Pública desta cidade, era realizado através de duas estruturas: a Cadeia do Crime e a Casa de Correção. A primeira localizava-se em galpões do quartel de polícia (esta construção abriga hoje à 10ª região militar) sendo destinada, exclusivamente a aqueles criminosos que não tinham perspectivas de reabilitação, ressocialização e
10 reinserção social. Por sua vez, a Casa de Correção não possuía uma definição penal precisa em relação aos seus encarcerados. Havia ainda uma nítida distinção entre as penas impostas aos escravos e pobres em comparação com aqueles que possuíam melhores condições financeiras.

Por sua vez, as cadeias do interior provincial, em sua grande maioria,
15 parecem ser provenientes dos trabalhos que foram realizados pela Comissão de Socorros Públicos, durante a seca que ocorreu entre os anos de 1877 a 1880¹⁷. Algumas destas cadeias oitocentistas ainda podem ser encontradas em pequenas cidades do interior cearense como em Quixeramobim e Crato. Elas são caracterizadas por terem largas paredes, quase todas fechadas, existindo apenas
20 uma janela gradeada, sendo muito diferente das prisões do tipo celular e da visibilidade panóptica das prisões mais modernas existente no século XIX. Outro aspecto é que as verbas destinadas a estes estabelecimentos eram incertas, além de estarem sujeitas a desvios (Oliveira, 1996).

¹⁷ A Grande Seca, ou a seca no Nordeste brasileiro de 1877–80, foi o mais devastador fenômeno de seca da história do Brasil, ocorrido no Segundo Império tendo dizimado entre 400.000 à 500.000 pessoas.

As 13 comarcas que compunham a província cearense, em 1859, poucas tinham prisões com condições mínimas tanto de manutenção quanto de segurança, conforme relatos dos próprios administradores provinciais. Eram estas: cadeia de Fortaleza¹⁸, cadeia de Aracati (no litoral, a leste de Fortaleza), cadeia de Sobral (a oeste), cadeia de Quixeramobim (no centro da província), cadeia de Icó e cadeia de Crato (ambas no sul provincial). As demais cadeias, conforme já afirmamos, eram casas particulares improvisadas e sobre estas era menor ainda o controle da administração em relação aos seus recursos e ao trânsito anual de presos. Fortaleza possuía a melhor cadeia em relação ao tamanho, divisão e condições higiênicas, podendo conter até 250 presos (Maia, 2002). Boa parte dos presos advinha de comarcas do interior da Província, devido, principalmente, a falta de segurança das respectivas cadeias. Por conta disso, conforme relata Maia (2002), a prisão da Capital cearense encontrava-se quase sempre superlotada, sendo os seus recursos insuficientes:

A prisão era já problemática neste momento, agravando a deficiência de uma força pública dependente quase toda ela do recrutamento forçado e brutal que corria toda a extensão do território para formar a Guarda Nacional. Controlar os presos debaixo de um exíguo orçamento começava a ser um problema. O transporte deles era constante, porém feito sob circunstâncias precárias, sob a responsabilidade da Guarda. Decorria aí um grande número de fugas e tiradas de presos (Maia, 2002, p.69).

A Casa Penitenciária de Fortaleza nasceu com diversas deficiências em sua estrutura física, principalmente a falta de recursos para sua ampliação, havendo constantes superlotações devido aos prisioneiros que chegavam de diversas províncias, dentre elas a província do Piauí, do Rio Grande do Norte e da Paraíba; além daqueles provenientes do interior da província cearense, sendo estes, em grande parte, envolvidos com cangaceiros e justiceiros. Mesmo com estes problemas esta cadeia era considerada segura sendo o principal destino daqueles presos por crimes relacionados ao banditismo (Victor, 1943).

Durante o passar dos anos a Cadeia Pública de Fortaleza foi sendo modificada utilizando uma mistura de diversos elementos utilizados em várias penitenciárias, algumas destes, provenientes das instituições correcionais europeias, não ficando restrito ao modelo de Auburn. A intenção era realizar o isolamento

¹⁸ Fortaleza é um município brasileiro, sendo atualmente, a capital do Estado do Ceará.

completo do prisioneiro que, segundo os administradores, era essencial ao processo de reabilitação e de regeneração dos valores cristãos e morais. O principal problema advindo da adaptação e da tradução no uso destas tecnologias é que sua adoção era baseada apenas no bom êxito prático, carecendo, desta forma, de uma teoria sólida sobre a prisão provenientes de reflexões sobre a realidade local.

Para Maia (2002, p. 70):

Longe de ser talvez um padrão autônomo, a Cadeia Pública de Fortaleza institucionalizou, entretanto, o nível mais aprimorado de boa cadeia para a realidade provincial, estando na origem do sistema penitenciário cearense: ela foi eficaz nas adaptações que fez das experiências exteriores. A melhor cadeia era, então, cheia de vícios, de soluções improvisadas e marcava emblematicamente o subdesenvolvimento das instituições punitivas no Ceará.

Com o passar das décadas de 1850 a 1870, a Cadeia Pública acumulou inúmeras e diferentes deficiências em relação ao seu objetivo de “recuperação” social. A escacez de orçamento permitia apenas a manutenção de uma estrutura que estava longe de ser uma penitenciária. Eram comuns, nos relatórios provinciais, os relatos a respeito das péssimas condições daquela Cadeia, principalmente as sanitárias.

O saneamento foi um dos principais problemas enfrentados pelos chefes de polícia da Cadeia Pública de Fortaleza. Eles estavam preocupados pelo fato da cidade estar passando pelo processo de higienização urbana e também porque o crime e medicina estavam muito relacionados no século XIX (Darmon, 1991). Algumas destas preocupações estavam relacionadas a higiene e saneamento dentro da cadeia, sendo uma destas relacionadas a ventilação. Nesta época acreditava-se que grande parte das doenças eram transmitidas pelos ares contaminados, dentre elas a tuberculose (Ponte, 2014). Contudo, como bem frisa Maia (2002), estas questões estão mais relacionadas ao aspecto sanitário do que humanitário.

A partir de 1880, o trabalho foi genelarizado dentro desta cadeia, também sendo permitido que os prisioneiros masculinos realizassem atividade laborais dentro de suas celas, tais como chapelaria, cestaria e charutaria. Os valores obtidos pela venda destes produtos permitiam que os presos auxiliassem no sustento de suas famílias. Assim, o trabalho anteriormente incorporado ao ambiente carcerário como um meio hábil para o preso conquistar a sua reintegração social, foi resignificado dentro do carcere, tornando-se meio de sustento para a própria Cadeia.

Como podemos perceber os trabalhos relacionados a história das prisões no Brasil e no Ceará são escassos. Neste contexto, é louvável a iniciativa de Porfírio de Lima Filho, major da Força Policial que desempenhou o cargo de diretor da Cadeia. Porfírio traz relatos sobre a vida na prisão, mostrando sua perplexidade e perturbação em relação aos diversos tipos de punição utilizadas no sistema penal do Ceará naquela época. Em seus textos, Porfírio mostra o seu profundo descontentamento e resignação, além de denunciar como aquela instituição foi utilizada ao longo do tempo e de que a mesma estava longe de ter um caráter humanitário. De forma despretensiosa, Porfírio teve o cuidado de registrar sua passagem à frente da Cadeia Pública do Ceará, no período de 1931-1941 (Maia, 2002).

4.5 Um breve histórico das prisões femininas no Brasil

Para iniciarmos nossa narrativa dos primeiros presídios femininos brasileiros, precisamos antes compreender a história, o funcionamento e missão da Irmandade Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d' Angers que foi responsável pela administração daqueles institutos correccionais.

Começaremos tratando da fundação do Instituto Bom Pastor de Angers que foi criado na cidade francesa de Angers, no ano de 1829, tendo como o objetivo cuidar de “jovens, que o mundo, de alguma forma, seduziu” (Poinset, 1968, p. 73). Alguns de seus lemas eram a doação ao próximo, o enfrentamento de dificuldades, o sacrifício para a salvação, a superação dos obstáculos e a ideia de que a misericórdia divina era obtida através do desapego, da doação e do sacrifício (Angotti, 2018). A Ordem recebeu definitivamente o nome de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d' Angers no ano de 1838 e tinha como principal missão “salvação das almas” e a “cura moral” das meninas e mulheres que estavam em estado de abandono tanto material quanto moral, devendo, as Irmãs que faziam parte da Ordem, ajudar na reeducação e reabilitação das mulheres “desafortunadas”, através da moral cristã. Assim, a irmandade dava suporte não só as mulheres em conflito com a lei, mas também as mulheres que se encontravam em situação de desamparo social, sem família, sem proteção, sem trabalho honesto, bem como as prostituídas e as “perdidas”.

Em verdade, a Irmandade aparece como um contraponto as prisões existentes até então para as mulheres da época, oferecendo um ambiente de acolhimento e cuidado, e não de trancafiamento e opressão.

Como uma entidade religiosa, elas utilizavam dos dogmas da fé para promover uma mudança na vida das mulheres que tinham se “desviados”. A noção de penitência, de sofrimento pelo outro, da doação extremada das irmãs e das prisioneiras constituía uma busca incessante pela redenção de seus pecados. O discurso de salvação destas almas perdidas rapidamente se expandiu fazendo com que a congregação se multiplicasse em várias partes da Europa e em outros continentes (Angotti, 2018).

Em Santiago, no Chile, foi construída em 1857 a primeira Casa do Bom Pastor d’Angers da América Latina. Em 1860, foi inaugurada a segunda casa naquele mesmo país, em Valparaíso. No Brasil, a primeira Casa foi fundada em 1891, no Rio de Janeiro. A segunda Casa foi fundada na Bahia em 1892. Novas Casas foram criadas, uma no ano de 1897 em São Paulo e outra na cidade de Juiz de Fora, em 1902. Nas décadas seguintes foram abertas várias Casas em outras localidades do Brasil como em Recife, Pelotas, Belo Horizonte, Petrópolis e também no Ceará (Campos, 1981).

A experiência da Congregação em relação ao trato com as mulheres em confronto com a lei era um importante elemento e acabava servindo de justificativa para a entrega dos cuidados das prisões femininas brasileiras àquela irmandade. Neste ambiente, a Congregação do Bom Pastor d’Angers assumiu a função de administração das instituições prisionais femininas no Brasil chegando a perdurar, em alguns deles, por mais de trinta anos. Os penitenciarios brasileiros aproveitaram a experiência e a facilidade de delegar o cuidado com as presas às Irmãs da congregação, bem como o alinhamento entre a função do aprisionamento feminino em relação ao discurso de recuperação.

A primeira penitenciária feminina brasileira foi criada em 1937, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, coincidindo com um acordo realizado entre o Governo daquele Estado e a Congregação. A entrega da administração deste presídio a Congregação foi justificada a época:

[...] a finalidade maior da Ordem não é propriamente a que tem exercido nesta capital: serviço carcerário ou guarda a mulheres criminosas. Muito mais complexa, a finalidade do seu trabalho em todo o mundo consiste em

reconduzir à vida social, pela assistência e pela educação, as mulheres abandonadas e as mulheres decaídas. No mais amplo sentido, usando termos da Ordem, seu trabalho é a regeneração da mulher que foi jogada ou se lançou à margem da sociedade e da família (APS, 1942, pp.160 e 161).

5

Segundo Angotti (2018), a opção de entregar a administração dos presídios femininos brasileiros se deveu ao fato de não haver no Brasil qualquer outro grupo de mulheres que fosse capaz de se dedicar a aquele tipo de trabalho. Outro ponto que merece destaque para que a administração prisional feminina fosse entregue a irmandade diz respeito ao custo mais barato, quando comparado a uma administração laica. Além disso a administração religiosa não era opositora ao regime penitenciário existente, “estando subordinadas ao Estado, as Irmãs responderiam ao Conselho Penitenciário, órgão ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, não havendo, a priori, entraves para a entrada do Conselho” (Angotti, 2018, p. 153).

10

15

20

25

Nos anos seguintes outros presídios femininos passaram a ser administrados pelas Irmãs, como o de Bangu, no Rio de Janeiro, em 1942 e o de Carandiru, em São Paulo, em 1946. Apesar disso, resguardava-se ao diretor geral dos complexos penitenciários a administração superior de todos os presídios, devendo as irmãs submeter relatórios de forma regular, relatando a situação de cada um dos presídios aos quais elas estavam encarregadas, denotando, desta forma, que a Congregação era auxiliar do poder governamental. Assim, a palavra final em termos jurídicos e de aplicação da disciplina pertencia única e exclusivamente ao Estado e não a Congregação (Lima, 1983).

30

35

Neste contexto, a religião se fazia presente, não só no ambiente das escolas, hospitais, orfanatos, mas também dentro dos presídios. De fato, os penitenciários, por diversas vezes, fazem menções à religião e aos seus benefícios, uma vez que estes visualizavam a salvação dos criminosos através dos ensinamentos religiosos. De certa forma, apesar deles terem uma forte ligação com as ciências e com as teorias criminológicas, como a Antropologia Criminal, eles também recorriam à religião como ferramenta de transformação da moral do condenado. Para muitos deles este recurso não atrapalhava as ações e programas existentes, pelo contrário, complementava-o. Segundo Angotti (2018, p.160), “[...] cumprir a pena não bastava, era necessário se arrepender e ser perdoado, pois era a recuperação moral uma importante garantia contra a reincidência e o retorno ao

mundo do crime”. De acordo com o penitenciário Lemos Britto, a igreja e seus métodos de cura dos criminosos foram muito importantes na transformação positiva das mulheres encarceradas.

5 (...) a grande maioria delas ainda conserva a crença e o temor do supremo
artífice do universo, tendo a religião uma influência decisiva sobre seu
espírito, valendo por um freio a suas paixões e por um tônico maravilhoso
10 para suas almas aflitas, nas quais mantem acesa a lâmpada da fé num dia
mais límpido e mais feliz. De um certo modo poder-se-ia dizer que
democracia é o cristianismo aplicado às relações do Estado e da Sociedade
(Lemos Britto, 1943, p. 25).

Conforme podemos depreender, a presença do cristianismo católico em
instituições vinculadas ao Estado brasileiro não beneficiou apenas a igreja, na
15 medida em que propiciava a construção de uma sólida base de fieis, mas também o
próprio Estado. A presença da Congregação e o seu papel ao custodiar as
“desviadas” acabou por favorecer a própria implantação dos presídios femininos no
Brasil. Devemos entender que naquele momento, a transgressão traduzia-se como
um ato pecaminoso e, portanto, o tratamento mais adequando a cura da alma
20 pecadora seria através dos ensinamentos religiosos, figurando-se este, como um
antídoto a elas prescrito. Segundo Angotti (2018, p.162), "a prostituta, a vadia, a
criminosa reincidente, e toda sorte de mulheres criminosas deveria ser levada a
conter a sua sexualidade e a canalizá-la para a reprodução de uma família cristã",
sendo este ‘caminho’ ensinado pelas freiras.

25 Com o transcorrer do tempo a relação entre o Estado e a Congregação foi
sendo desgastada, tendo como foco as disputas políticas que envolviam diversos
interesses relacionados ao poder e ao controle dos estabelecimentos prisionais,
culminando na saída gradativa da Congregação em relação à administração
prisional.

30 De uma forma geral é importante conhecermos a vinculação da origem do
sistema prisional feminino brasileiro ao contexto religioso tendo em vista que seus
reflexos ainda se fazem presentes nos dias atuais.

5 OS SISTEMAS PRISIONAIS BRASILEIRO E ESPANHOL

5 Ah! Toda a Alma num cárcere anda presa,
soluçando nas trevas, entre as grades
do calabouço olhando imensidades,
mares, estrelas, tardes, natureza.

10 Tudo se veste de uma igual grandeza
quando a alma entre grilhões as liberdades
sonha e sonhando, as imortalidades
rasga no etéreo Espaço da Pureza.

15 Ó almas presas, mudas e fechadas
nas prisões colossais e abandonadas,
da Dor no calabouço, atroz, funéreo!

20 Nesses silêncios solitários, graves,
que chaveiro do Céu possui as chaves
para abrir-vos as portas do Mistério?!.
Cruz e Souza

25 Nesta seção traremos informações pertinentes aos sistemas prisionais
brasileiro e espanhol, procurando caracterizá-los através de alguns indicadores,
além de apresentamos questões ligadas ao processo de ressocialização brasileiro e
espanhol.

30 5.1 O sistema prisional brasileiro em números

Segundo o Departamento Penitenciário Brasileiro (DEPEN), o sistema
prisional brasileiro tinha, em 2019, 748.009 presos, segmentados como mostra a
35 Figura 14:

A este número ainda devem ser acrescentados os prisioneiros que se
encontram em encarcerados em delegacias públicas, que somam 7.265 (DEPEN,
2020a). Estes dados mantém o Brasil entre os três países com a maior população
carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos que possui uma população
40 carcerária com mais de 2 milhões e 121 mil prisioneiros e da China, com mais de 1
milhão e 700 mil presos.

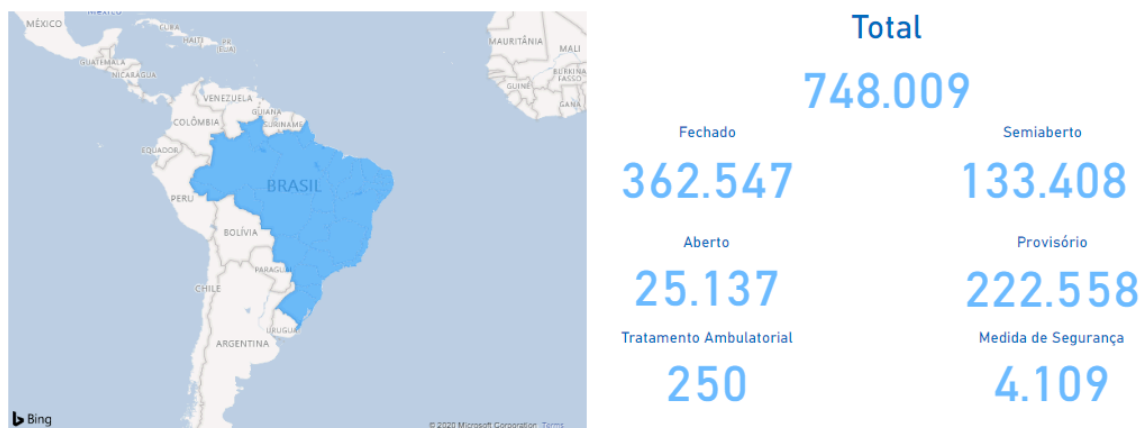


Figura 14 – População Carcerária brasileira em 2019, segmentada por regime prisional
 Fonte: DEPEN (2020a)

Estes números são resultados do aumento da criminalidade, conforme já explanamos, bem como de uma política criminal ultrapassada, oriunda do século XIX, na qual a prisão era a principal resposta que o Estado deveria impor aos criminosos. Havia, naquela época, a ideia de que o afastamento do criminoso da sociedade, através do seu encarceramento, representava a forma ideal de reformar o comportamento delinquente, sob o pensamento de que o mero encarceramento, ao mesmo tempo que punia o preso através do aprisionamento, também reabilitaria o criminoso para regresso a vida em sociedade.

Neste contexto, faz-se necessário que o Brasil reveja sua política criminal tendo em vista que o modelo até então adotado não ter surtido o duplo efeito desejado: punir e ressocializar seus prisioneiros. De fato, o sistema prisional brasileiro não oferece qualidade, oportunidade e, muito menos, as condições de reabilitação do apenado à vida em sociedade, ao mesmo tempo em que não pune adequadamente os criminosos. Ao contrário, este sistema omisso, violento, conivente e, por vezes, opressor, não cria condições de ressocialização social aos apenados, servido, muitas das vezes, apenas para reforçar valores negativos, para o aperfeiçoamento delitivo ou como ambiente favorável a cooptação dos prisioneiros como novos membros para as organizações criminosas.

Segundo dados extraídos do ICPR (2020) a taxa de aprisionamento do Brasil é de 366 presos para cada 100 mil habitantes, colocando na posição 21 do ranking da taxa de aprisionamento. Este número é absolutamente alto, principalmente se levarmos em consideração os países vizinhos como o Equador cuja taxa de aprisionamento é de 224, a Argentina com 230, o Peru com 292. Se

compararmos com alguns países europeus este número é ainda mais discrepante, como a Alemanha 77, a Itália 90, a França 104, Portugal 110 e a Espanha 124. Evidentemente, há países com números mais altos que os brasileiros, como, por exemplo, os EUA com 665, El Salvador com 590, Cuba com 510, Rússia com 475 e Ruanda com 492.

Os números de aprisionamento brasileiros são ainda bem maiores se forem levados em consideração os presos que cumprem pena privativa de liberdade em prisão domiciliar, que em 2014 era de 148 mil presos (CNJ, 2014).

A situação torna-se ainda mais preocupante ao se analisar estes números a luz do número de vagas disponíveis no sistema prisional brasileiro, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Pessoas privadas de liberdade no Brasil em junho de 2019

Brasil – 2019	
População Prisional	755.274
Sistema Penitenciário	748.009
Secretaria de Segurança/ Carceragens de Delegacias	7.265
Vagas	442.349
Déficit de vagas	312.925
Taxa de ocupação	170%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do DEPEN (2020b).

Nesta tabela podemos perceber a situação de superlotação das prisões brasileiras que, em média, em um ambiente criado para abrigar apenas 10 pessoas, tem que suportar 17. Esta superlotação nas prisões tem diversos reflexos práticos, como escassez de recursos humanos (agentes penitenciários, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, etc.) para custodiar estes prisioneiros, condições precárias de habitação, higiene e limpeza, além de outros.

Contudo, para uma melhor compreensão destes dados deve-se comparar a realidade brasileira com a de outros países, de forma a entendermos melhor a realidade do sistema prisional brasileiro (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados prisionais dos vinte países com maior população prisional do mundo

País	População prisional	Taxa de população carcerária para cada 100.000 habitantes	Taxa de ocupação (%)	Taxa de presos sem condenação (%)
Estados Unidos	2.121.600	655	99,80	22,50
China	1.710.000	121	0,00	0,00
Brasil	755.274	366	170,00	29,75
Rússia	511.030	354	72,80	19,30
Índia	466.084	34	117,60	69,40
Tailândia	375.148	541	144,80	16,50
Turquia	286.000	344	130,60	43,10
Irã	240.000	294	153,00	25,10
Filipinas	215.000	200	463,60	75,10
Indonésia	210.693	78	158,30	23,30
México	198.384	158	90,10	39,20
África do Sul	154.437	259	137,40	29,30
Vietnã	123.697	128	54,00	12,40
Etiópia	113.727	127	0,00	14,90
Colômbia	112.864	255	139,50	28,50
Egito	106.000	116	0,00	9,90
Argentina	103.209	230	122,10	45,90
Peru	96.870	292	241,30	37,70
Mianmar	92.000	171	139,40	15,10
Bangladesh	88.084	52	215,10	81,30

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do DEPEN (2020b) e do ICPR (2020).

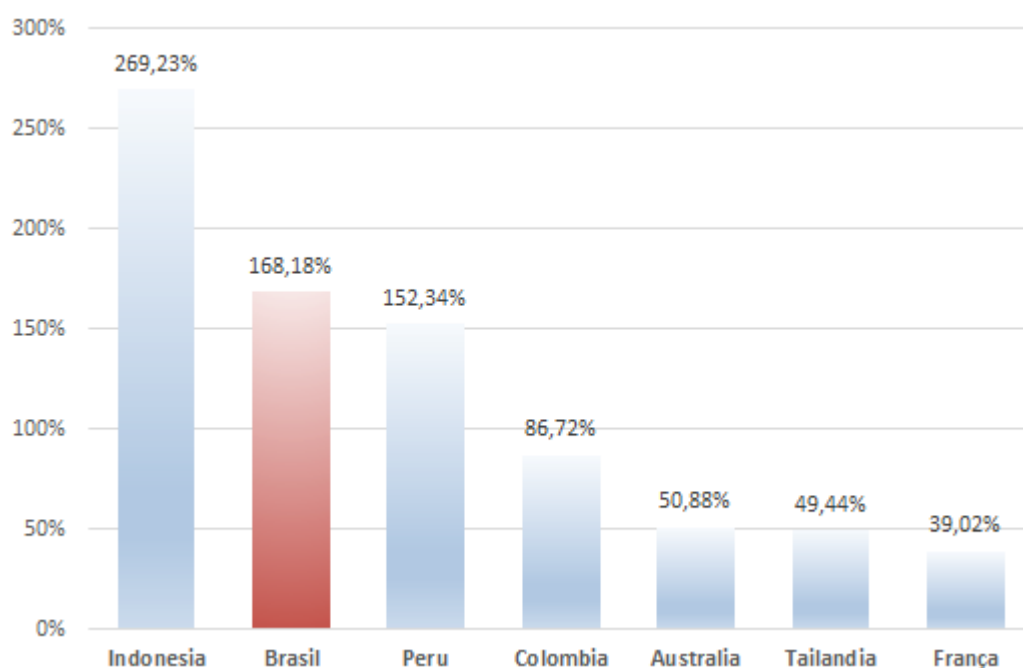
5 Analisando as informações da Tabela 2 constata-se que o Brasil além de ter a terceira maior população prisional do mundo, bem como que também ocupa a terceira posição em relação à taxa de aprisionamento e a quarta posição em relação a taxa de ocupação prisional entre as vinte maiores populações carcerárias mundiais.

10 Um dado preocupante está relacionado a taxa de presos sem condenação, indicando que a cada 10 pessoas presas, 3 ainda não foram devidamente julgadas. Neste contexto, as causas podem ser múltiplas e diversas, sendo um indício de acúmulos de processos judiciais, morosidade da justiça,

inadequação da infraestrutura judiciária a realidade criminal, ineficiência processual causada pelo acúmulo de recursos protelatórios, dentre outros, além de aspectos ligados a persecução criminal, como morosidade do inquérito policial, muitas vezes causadas por falta de recursos conforme já relatamos anteriormente quando

5 tratamos do aumento da criminalidade brasileira.

A variação da taxa de aprisionamento do Brasil mantém taxa de crescimento superior a 168% entre 2000 a 2018 conforme mostra a Figura 15.



10 **Figura 15 – Variação da taxa de aprisionamento entre 2000 a 2018.**

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do ICPR (2020).

Convém ressaltar que embora a indonésia apresente a maior variação nesta taxa ela tem uma população carcerária, uma taxa de ocupação e uma taxa de

15 presos encarcerados sem condenação menor que a brasileira.

De fato, a taxa de aprisionamento no Brasil só cresce ao longo dos anos (Figura 16), fruto, conforme já frisamos de uma política prisional equivocada além da profunda desigualdade social.

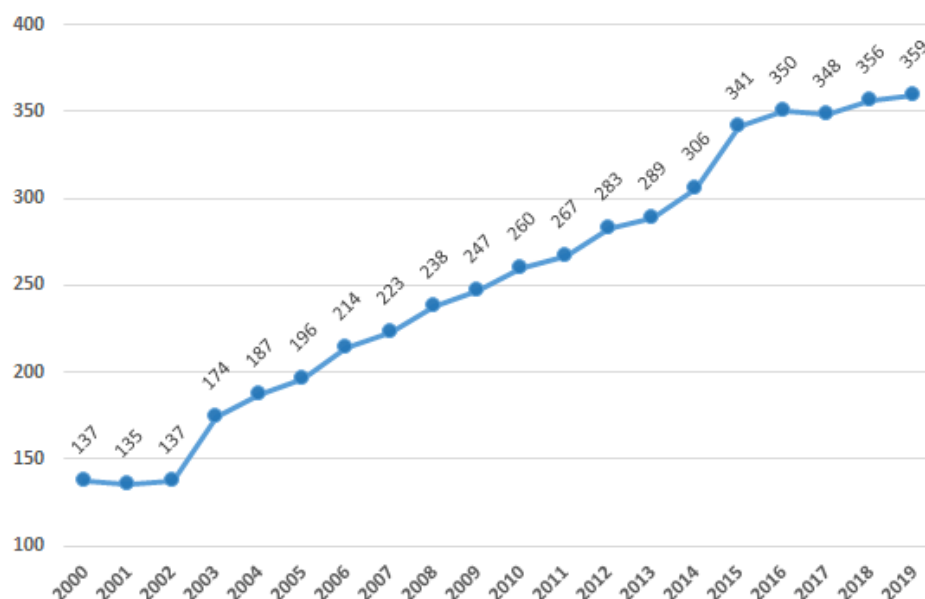
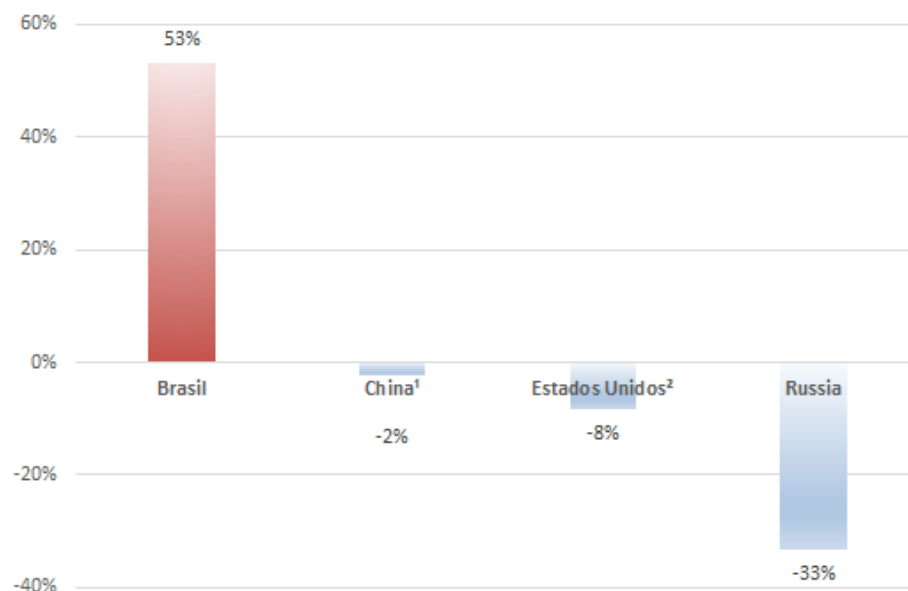


Figura 16 – Evolução da taxa de aprisionamento do Brasil de 2000 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do DEPEN (2020a).

- 5 Em relação as 4 maiores populações prisionais do mundo o Brasil é o único que apresenta uma variação positiva com relação a taxa de aprisionamento entre os anos de 2008 a 2018, conforme mostra a Figura 17.



- 10 **Figura 17 – Variação da taxa de aprisionamento dos 4 países com maior população prisional do mundo entre 2008 a 2018¹⁹**

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do ICPR (2020).

¹⁹

(1) - Os dados da China são de 2008 a 2016; (2) - Os dados dos Estados Unidos são de 2008 a 2014.

Uma vez que o Brasil apresenta uma alta taxa de encarceramento, é de se esperar que isso seja de alguma forma refletido na quantidade de vagas disponíveis dentro do seu sistema prisional, causando, por exemplo superlotação. De fato, podemos observar isso ao analisar a evolução do número de vagas disponíveis e de seu déficit ao longo dos anos (Figura 18).

Apesar do número de vagas no sistema brasileiro ter mais que triplicado no período analisado, o déficit também triplicou no mesmo período. Isso se deve ao fato da população carcerária ter crescido linearmente nesta mesma proporção.

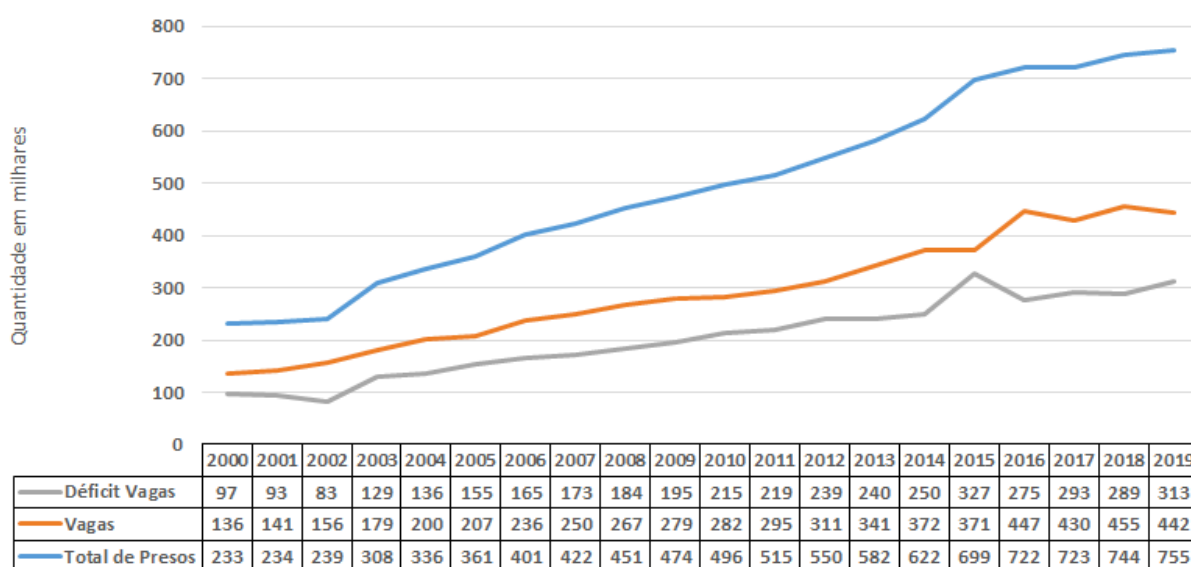


Figura 18 – Evolução da população prisional, do número de vagas e do déficit de vagas - 2000 a 2019

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do DEPEN (2020a, 2020b).

A consequência disso é um sistema com superlotação, incapaz de separar os presos conforme determina a lei. Além disso, as prisões brasileiras podem ser consideradas um dos piores lugares do mundo. As celas são sujas, com estruturas deterioradas, as condições de higiene são péssimas e a comida é de má qualidade (Nobre, Barrio & Nobre, 2016). Segundo o Instituto Avante Brasil (Avante, 2012) esta realidade é semelhante em praticamente todos os estados que constituem a federação brasileira. Nesse contexto, rebeliões, fugas e violência são constantes, assim como a proliferação de facções criminosas dentro de instituições correcionais. Os presos acabam vivendo em condições subumanas e que nada contribuem para o processo de ressocialização.

Segundo Langeani e Ricardo (2016, p.4),

[...] o crescimento do número de presos não cumpriu sua promessa de contenção da violência. Ao contrário, a superlotação, a violação de direitos e a falta de ambientes e atividades propícias à ressocialização levam a um acirramento da violência e crescimento de facções criminosas em presídios.

5

Ao analisarmos o crescimento da população por gênero, conforme mostra a Figura 19, verificamos que a população carcerária feminina cresceu 564%, no período de 2000 a 2019, enquanto a população masculina cresceu 216%, correspondendo a 5.601 presas em 2000, para 37.200 em 2019 (DEPEN, 2019).

10

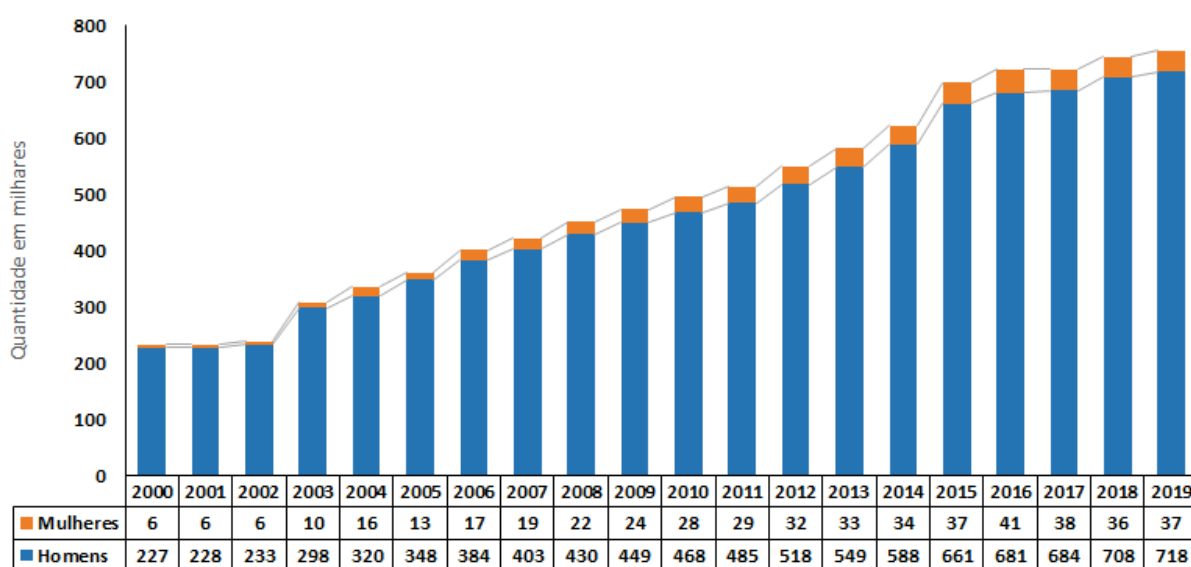


Figura 19 – Evolução da população prisional no período de 2000 a 2019, segmentada por gênero

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do DEPEN (2020a, 200b).

15

Apesar do forte crescimento da população carcerária brasileira ao longo do tempo, em ambos os gêneros, ainda existem problemas relacionados aos dados disponibilizados. Eles são, geralmente, defasados, incompletos e, por vezes, incorretos e conflitantes. De certa forma, a falta de dados e as dificuldades de acesso ao ambiente prisional podem ser subterfúgios para esconder como a execução das penas vem sendo conduzidas, escamoteando a verdadeira realidade existente no cárcere, que, por vezes, temos um breve vislumbre das violações de direitos quando da eclosão de uma rebelião. Custódio e Canderoni (2016), ressaltam esta problemática.

25

Até hoje as penitenciárias – locais da punição penal por excelência – são verdadeiras caixas-pretas. A falta de dados e a dificuldade de acesso às unidades prisionais são exemplos da névoa de sigilo que encobre a execução da pena contemporânea. Por trás desse sigilo se escondem gravíssimas violações de direitos. A pena de prisão, apesar de ter sido concebida para restringir apenas um direito da pessoa – o de ir e vir – acaba por violar diversos outros (Custódio & Canderoni, 2016, p.6).

De fato, os diversos problemas existem perpassam pela condensação dos dados, metodologia de coleta, frequência com que estes são publicados, falta de regularidade nas publicações, a impossibilidade de cruzar informações, além de outras. Isso acaba impedindo que tenhamos um retrato real e completo do sistema carcerário brasileiro. Para Custódio e Canderoni (2016, p.6), “sem um mapeamento sério do que se passa do lado de lá das grades é impossível problematizar e debater questões centrais”.

Assim, questões simples ficam sem uma resposta adequada e objetiva, o que compromete, por vezes, uma avaliação assertiva sobre as realidades vivenciadas nas prisões brasileiras, enviesando decisões e gerando obstáculos a criação de políticas públicas corretas.

Cito aqui, como exemplo, a questão da quantidade de prisões distribuídas dentro do território brasileiro. Se levarmos em consideração os últimos dados apresentados pelo DEPEN (2020-b) o Estado do Ceará teria apenas 33 unidades prisionais, dentre elas cadeias públicas, presídios, casa de privação provisória de liberdade, dentre outras, situação bem diferente do relatório do DEPEN de 2014, que informava a existência de 158 unidades prisionais. Tal discrepância, de tão gritante e incoerente, nos leva a questionar o porquê deste tipo de situação. Diante disso, cabe ao pesquisador a perspicácia e a atenção para detectar tais fatos, de forma a conformar à realidade dos fatos frente aos equívocos apresentados.

Assim, por razões óbvias, optamos pelos dados de 2014, que, apesar de estarem defasados, tem uma propensão ao erro bem menor do que dos dados disponibilizados em 2020 pelo DEPEN. Neste contexto, as unidades prisionais estão distribuídas ao longo de todo o território brasileiro conforme mostrado na Figura 20.

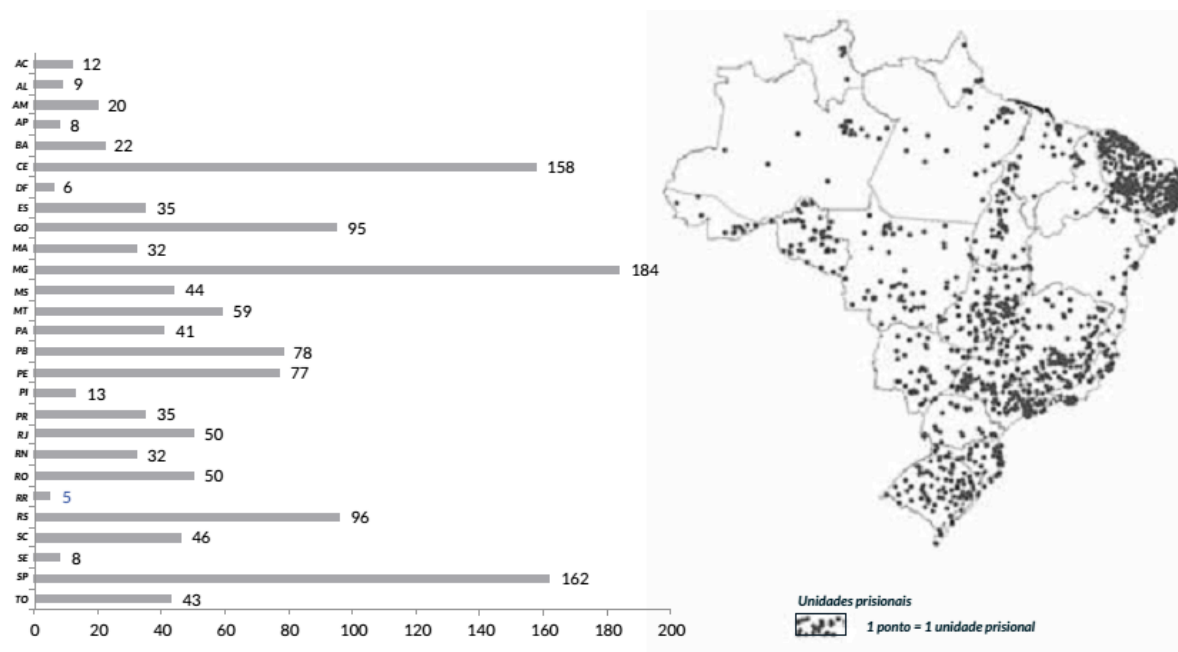


Figura 20 – Distribuição das unidades prisionais no Brasil até junho de 2014

Fonte: DEPEN (2014a).

- 5 Ao examinar esta figura podemos perceber que o Estado do Ceará está em terceiro lugar em relação a quantidade de unidades prisionais em todo o Brasil, com 158 prisões. Contudo, apenas uma destas instituições é destinada especificamente ao gênero feminino, conforme mostra a Figura 21.

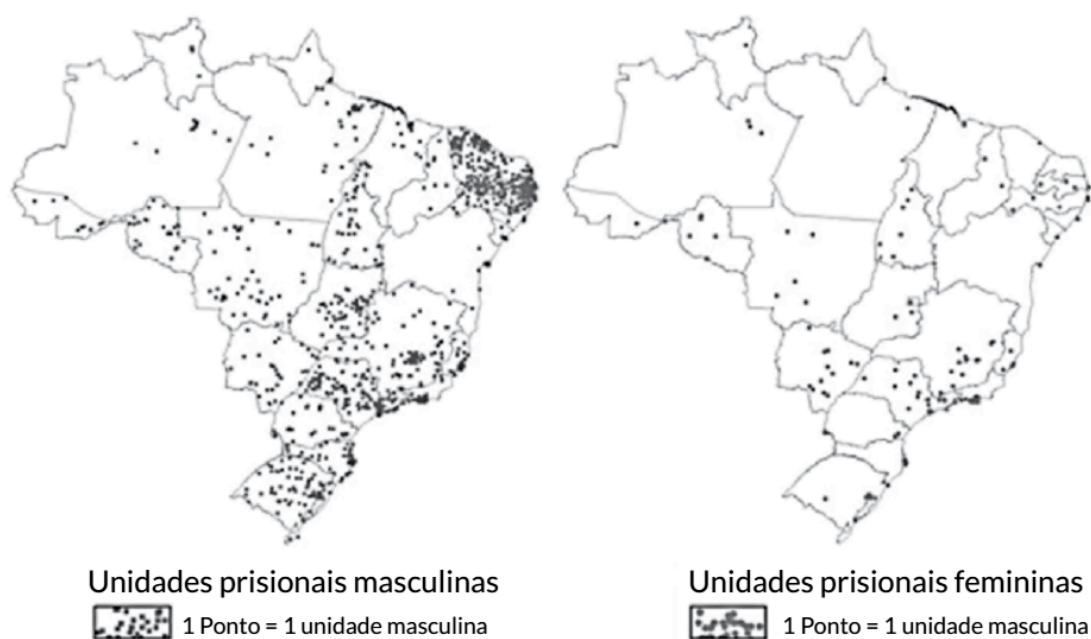
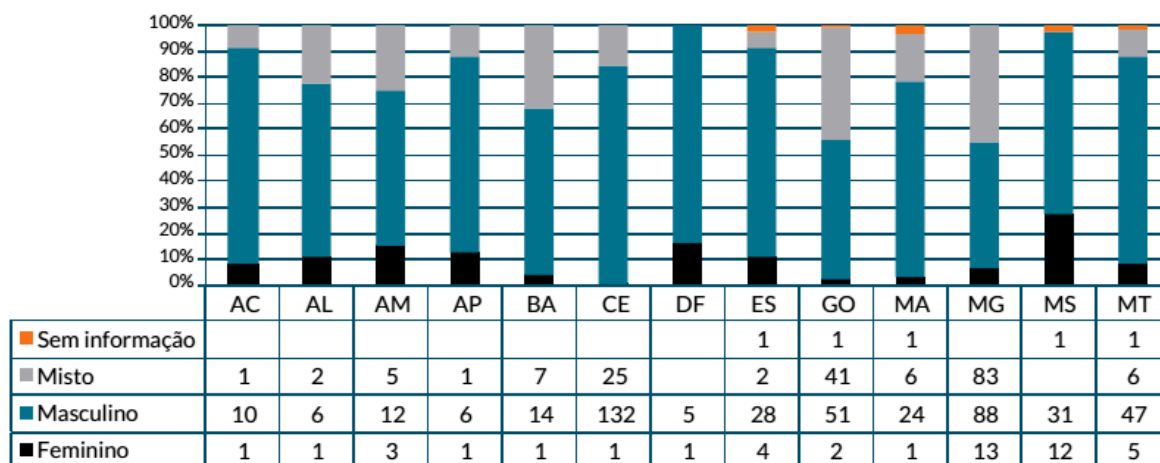


Figura 21 – Distribuição das unidades prisionais no Brasil por gênero

Fonte: DEPEN (2014a).

Evidentemente existem unidades mistas, que no Ceará totalizam 25 unidades (Figura 22).



5 **Figura 22 – Estabelecimentos prisionais no Brasil por gênero**

Fonte: DEPEN (2014a).

Conforme já salientamos as prisões brasileiras são locais inóspitos e impróprios, estando superlotadas e sem dar condições dignas de vida e muito menos de ressocialização para os seus prisioneiros. Nesta realidade, os encarcerados não se sentem, muitas vezes, estimulados ao processo de reabilitação e muito menos com autoestima necessária ao seu processo de ressocialização e reintegração a sociedade. Isso acaba implicando em um alto índice de reincidência criminal, muita das vezes, com a prática de crimes muito piores do que os cometidos anteriormente.

As potencialidades destrutivas do cárcere brasileiro ainda são mais cruéis com o gênero feminino, fruto principalmente para o “olhar” enviesado daqueles que criam as políticas públicas prisionais, que não visualizam as características próprias femininas. Aqui me refiro as características ligadas a afetividade e o peso destas relações dentro do ambiente prisional. Neste contexto, a sensação de abandono e de repulsa da sociedade faz-se sentir de maneira mais evidente no cárcere feminino, ainda fruto de uma visão poética sobre o “gênero de Vênus”. Somasse a isto o aspecto machista presente na sociedade brasileira, que visualiza a mulher-denteta como criminosa e maculadora da família, além todas as repercussões que isso pode causar sobre as mesmas, incluindo as dificuldades relacionadas ao distanciamento dos filhos, parentes e companheiros.

A superlotação carcerária, a gestão incapaz, a ausência de técnicas eficazes de ressocialização, a privação de objetivos específicos, o atendimento médico e jurídico insuficiente, a violência entre os presos, o conflito entre associações que influenciam as instituições, a situação sanitária rudimentar e a insatisfatória assistência social e de educação, são situações diversas que exemplificam, de forma clara, a inaptidão que o poder público demonstra ao gerenciar o sistema penitenciário.

A atual situação de degradação em que se encontra o sistema penitenciário do Brasil, que transgredir os direitos fundamentais do homem e que inflige através da vida no cárcere em condições precárias acaba por provocar cenários de extrema violência que eclodem através de rebeliões, mortes e cenas de barbárie, muitas das vezes transmitidas, sem qualquer filtro, pelos veículos de comunicação.

Em verdade, o encarceramento massivo que ocorre no Brasil não gerou, conforme já frisamos, qualquer impacto positivo nos índices de criminalidade e violência. Muito pelo contrário. Quando verificamos a taxa de encarceramento dos Estados Unidos, China e Rússia, percebemos que estes países vêm reduzindo sua taxa de aprisionamento. No contra fluxo está o Brasil, que amarga um impressionante aumento de 33% de sua taxa de aprisionamento (Figura 17), chegando, em 2019, a 366 pessoas presas para cada cem mil habitantes. Porém, esta enorme massa carcerária, não é a única causa para o lastimável estado em que encontra o sistema penitenciário do Brasil.

Um outro motivo para esta situação periclitante está relacionado, conforme já salientamos, ao fato do Brasil ter optado por uma política criminal puramente punitiva e ultrapassada, típica do século XIX. Assim, a instituição prisão visa com o isolamento, a ressocialização e a reinserção daquele que cometeu um delito.

Assim, na próxima sessão discutiremos um pouco sobre a ressocialização de prisioneiros dentro do sistema penitenciário brasileiro e os eixos principais que norteiam.

5.2 O sistema prisional espanhol em números

Na Europa, a Espanha desponta como um país digno de interesse em
5 relação ao seu sistema penitenciário. Desde 2010, a população penitenciária
espanhola mostra uma diminuição constante, como resultado do uso de penas
alternativas e da utilização limitada das prisões preventivas. A Espanha é também
precursora de diversas práticas inovadoras, sendo estas progressivamente adotadas
em outros países da Europa, tais como os *Módulos de Respeto* (Módulos de
10 Respeito) e as *Unidades de Madre*.

Apesar disso, a Espanha tem uma alta taxa de encarceramento, além de
fazer uso de métodos de contenção que questionam o respeito à integridade física
dos internos. Há também aspectos negativos relacionados ao regime de
monitoramento de certos presos, uma vez que estes violam os direitos mais básicos
15 de privacidade e um sistema de saúde prisional que deixa o que desejar.

Na Espanha, o órgão encarregado da gestão das instituições
penitenciárias é a Secretaria Geral das Instituições Penitenciárias, subordinada ao
Ministério do Interior. Uma exceção ocorre na Catalunha, uma vez que eles têm uma
administração própria, a Direção Geral de Serveis Penitenciaris, que administra os
20 centros deste território, subordinada ao Departamento de Justiça da Generalitat de
Catalunya. Os regulamentos prisionais são os mesmos para ambas as
administrações, sendo estes a Ley Orgánica 1/1979 General Penitenciaria e o
Reglamento Penitenciario (Real Decreto 190/1996), contudo, cada uma das prisões
tem regulamentos internos que afetam, em muitos casos, questões substanciais e
25 não apenas organizacionais.

Os estabelecimentos penitenciários são arquitetonicamente concebidos
como um núcleo urbano independente, o que permite a separação interior e a
classificação penitenciária da população que abriga.

O sistema prisional espanhol tem, atualmente, 69 presídios, entre os
30 quais existem 32 Centros de Inserción Social (CIS), 21 Secciones Abiertas, 3
Unidades de Madres e 2 Centros Psiquiátricos, além de unidades de serviços de
gestão de pensa e medidas alternativas. Além dos presídios existem ainda 14
centros prisionais que estão na Catalunha. A maioria destes centros são
polivalentes, distribuídos em módulos, embora ainda existam algumas prisões
35 antigas com outro tipo de distribuição arquitetônica.

Segundo dados do Governo espanhol, em dezembro de 2019, a população carcerária era de 58.517 pessoas (já incluindo a população carcerária da Catalunha). Desta população 92,5% eram homens e 7,5% eram mulheres. Cerca de 16,15% dos encarcerados são presos preventivos, enquanto 81,61% são presos condenados, 0,98% estavam cumprindo medidas de segurança, aplicadas as pessoas inimputáveis e 1,26% são presos provisórios (Espanha, 2020).

Segundo o IPCR (2020), apesar de os níveis de criminalidade da Espanha estarem entre os mais baixos da Europa, a taxa de população prisional é de cerca de 124 por 100.000 habitantes, uma das taxas mais altas no continente europeu. Isto se deve, principalmente, ao fato de que a sentença média na Espanha ser de 17,5 meses, enquanto o tempo médio de condenação na Europa é de 9,5 meses (Aebi, Tiago, Berger-Kolopp, & Burkhardt, 2017).

O sistema penitenciário espanhol é um sistema de individualização científica composto de três graus de classificação e a liberdade condicional, que é definido, nos regulamentos penitenciários espanhóis, como um quarto grau (Pastor Seller & Torres Torres, 2017).

É um sistema mais evoluído que os sistemas progressivos e, teoricamente, goza de maior flexibilidade que estes, além de ser regido por critérios subjetivos e de evolução pessoal, ao oposto aos critérios rígidos e objetivos, como os existentes nos antigos sistemas progressistas.

Segundo Pastor Seller e Torres Torres, (2017) os graus são assim definidos:

- **Primeiro grau:** pertencem a este grupo todas as pessoas com periculosidade extrema ou com um manifesto e grave inadequação para os outros graus;
- **Segundo grau:** aqui estão incluídas todas as pessoas que podem desenvolver uma coabitação normal com outros detentos, mas que ainda não tem a capacidade de viver em semiliberdade;
- **Terceiro grau:** neste grupo estão aqueles presos que podem viver em semiliberdade. É um regime que permite que as saídas realizem atividades, sejam elas de trabalho ou tratamento, voltadas para a reeducação e reinserção social, além de desfrutar de saídas de fim de semana e autorizações comuns.

Segundo os dados do Governo Espanhol, dos 47.761 presos condenados na Espanha, sendo 44.160 homens e 3.601 mulheres. Deste total de 47.761 prisioneiros, 905 pertenciam ao primeiro grau (1,89%), 35.520 ao segundo grau (74,37%) e 8.047 no terceiro grau (16,84%), enquanto 3.289 presos não estavam classificados (Espanha, 2020). A Figura 23 mostra que as mulheres têm, proporcionalmente, um comportamento estatístico parecido com os presos masculinos nos grupos de primeiro grau e naquele em que não há informação sobre a classificação. Também podemos observar que o gênero feminino tem uma tendência maior a semiliberdade.

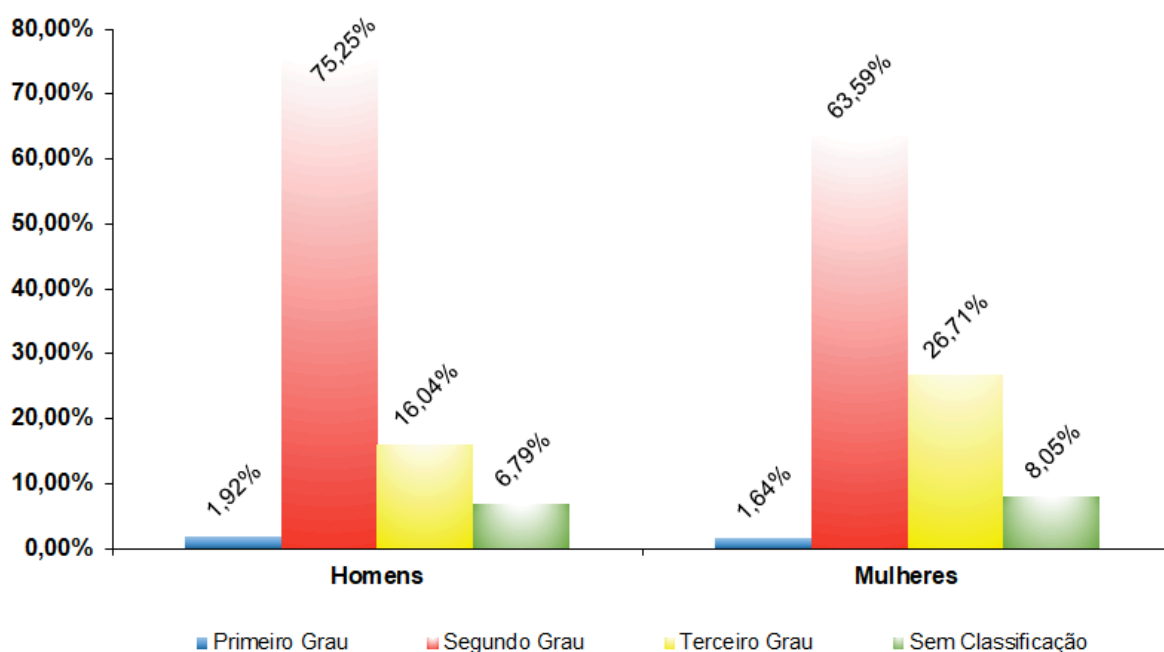


Figura 23 – População reclusa condenada segundo o grau de tratamento, por sexo

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Espanha (2020).

Normalmente, no primeiro grau aplicam-se as regras do regime fechado, no segundo as do regime ordinário (que também se aplicam a pessoas sem classificação já detidas e aos presos provisórios) e, no terceiro, aos presos do regime aberto, embora, como já afirmamos, o sistema espanhol permita flexibilizar estas normas e combinar regras de diferentes regimes.

O regime fechado é o mais difícil e mais rigoroso, onde há maior vigilância e controle. Nele os presos são separados do resto dos presos e demais pessoas da

unidade, em células individuais. Há grande limitação das atividades em comum e além da possibilidade de restrição de suas comunicações com o exterior.

Dentro deste regime encontramos dois tipos de vida: os centros fechados ou módulos fechados para aqueles presos caracterizados por manifesta e grave inaptidão ao sistema penitenciário e os departamentos especiais para os extremamente perigosos. No primeiro caso, a pessoa desfrutará de 4 horas de convívio com pelo menos 5 outros presos, com a possibilidade de aumentar mais 3 horas a mais nas atividades programadas. No caso de departamentos especiais, o prisioneiro pode desfrutar de 3 horas no pátio, que podem ser aumentadas para em mais 3 horas para atividades programadas, porém com, no máximo, duas pessoas juntas. No restante do tempo, o prisioneiro ficara isolado em sua cela, isto é, 20 ou 21 horas de absoluta solidão (Prison-Insider, 2018).

No regime ordinário é que estão a maioria dos reclusos. O objetivo deste regime é conseguir uma coexistência entre os presos e que possam ser desenvolvidas as atividades de tratamento, formação ou de trabalho. Nos últimos anos, dentro do regime ordinário, estão sendo criados módulos especiais:

- Terapêutico (tratamento medicamentoso);
- UTE (Unidade Terapêutica e Educacional);
- Módulos de respeito.

20

Destes o principal são dos Módulos de Respeito. Eles surgiram em 2001, no Centro Penitenciário de Mansilla de las Mulas, com o objetivo de criar um clima de convivência e de máximo respeito entre os participantes deste módulo através de um programa de educação em valores positivos. O ingresso no módulo é voluntário, tanto por parte do preso quanto por parte dos funcionários.

Já o regime aberto é aquele que permite maior contato do preso com o mundo exterior. Nele há uma considerável atenuação do controle e um compromisso com a auto-responsabilidade por parte do próprio preso. Trata-se de favorecer a integração social, evitando a desestruturação familiar, além de fortalecer e aprimorar as relações com a sociedade livre. Este regime pode ser atendido em Centros Abiertos ou CIS (Centros de Inserción Social), Secciones Abiertas (dentro de um centro penitenciário polivalente) Unidades Dependientes (habitação em um núcleo urbano) ou Comunidades Extrapenitenciarias (geridos por instituições externas para tratamento de desintoxicação).

30

Este regime ainda se subdivide em duas modalidades: O regime aberto próprio e o regime aberto restrito. No regime aberto próprio, o prisioneiro terá que passar 8 horas no centro penitenciário (geralmente à noite, embora haja possibilidades de outros horários) e o tempo necessário para a realização das atividades programadas pela Junta de Tratamiento. Além disso, os prisioneiros terão permissões de saída todo final de semana. Há possibilidade de ficar fora mais tempo, através de um controle telemático. Já no regime aberto restrito, esses tempos de saída podem ser limitados. Dos quase 50 mil condenados, apenas 8.047 estavam no terceiro grau, a maioria deles também cumprindo o regime aberto restrito (Espanha, 2020).

Outro ponto de destaque é que a liberdade condicional se tornou uma espécie de suspensão probatória da última parte da sentença, através da reforma de 2015 na qual a Lei Orgânica 1/2015 alterou a lei até então vigente (Lei Orgânica 10/1995, do Código Penal Espanhol). Assim, o preso pode passar a maior parte do tempo fora dos centros prisionais, embora estejam sujeitos a uma série de condições e regras de conduta.

Segundo Prison-Insider (2018), um dos maiores problemas do sistema prisional espanhol é o pouco uso das formas mais abertas de cumprimento: o regime aberto e a liberdade condicional, uma vez que esta última somente foi concedida a 6.704 presos em 2016, último ano no qual houve publicação de dados a cerca disto.

Outro ponto de destaque é que nesta prisão há prisioneiros de todos os lugares do mundo, porém com um quantitativo bem maior de estrangeiros, com uma composição próxima a 70%, incluindo alguns brasileiros. Também destacamos que a maioria dos crimes que levaram ao encarceramento está ligada ao tráfico de drogas e aos delitos patrimoniais, assemelhando-se ao mesmo cenário existente no Brasil.

5.3 A ressocialização prisional no contexto brasileiro

Apesar do Brasil prender um grande número de pessoas não há investimento em estabelecimentos prisionais que promovam o processo de ressocialização. As instituições correcionais brasileiras tornam-se verdadeiros ‘espaços de ninguém’, onde os prisioneiros têm seus direitos desrespeitados, constantemente, pelo próprio Estado (Fonseca, 2018). Eles são subjugados por

facções criminosas além de não desenvolver nenhuma atividade útil capaz de contribuir para a sua reabilitação e para o processo de ressocialização. Segundo Lima, Fonseca e Braga (2016), o aumento do número de presos no Brasil não cumpriu sua promessa de conter a violência, ao contrário, levou a um crescimento
5 dessa violência e a um crescimento de organizações criminosas dentro das prisões.

Neste contexto é necessário compreender que o processo de ressocialização deve iniciar logo após o encarceramento, evitando os males advindos do processo de aprisionamento.

Vejamos o que afirma Mirabete (2004, p. 40) acerca da formação de
10 estereótipos após o aprisionamento.

Estudos sociológicos e psicológicos recentes demonstram que a prisão, em virtude da construção entre condenados de um mundo próprio de valores e normas, conduz a um divórcio entre essa “subcultura” carcerária e as regras
15 sociais da vida em liberdade, colaborando diretamente na formação de estereótipos negativos do sentenciado, o que leva, quando posto em liberdade, a uma completa marginalidade da vida comunitária.

O fracasso desse sistema, que utiliza a punição como elemento definitivo
20 e efetivo para o processo de reabilitação e ressocialização do prisioneiro, está devidamente comprovado, principalmente considerando a alta taxa de reincidência crimina que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), gira em torno de 70% (IPEA, 2015). Segundo Assis (2007, p. 77-78):

Essa realidade é um reflexo direto do tratamento e das condições a que o condenado foi submetido no ambiente prisional durante o seu encarceramento, aliada ainda ao sentimento de rejeição e de indiferença sob o qual ele é tratado pela sociedade e pelo próprio Estado ao readquirir sua liberdade. O estigma de ex-detento e o total desamparo pelas
25 autoridades faz com que o egresso do sistema carcerário torne-se marginalizado no meio social, o que acaba o levando de volta ao mundo do crime, por não ter melhores opções.

De uma forma geral, as penitenciárias deveriam servir como meios de
35 reabilitação e de ressocialização, realizando uma transformação na vida dos detentos para além das grades, capacitando-os e fornecendo condições ao seu retorno a vida livre em sociedade. Há, portanto, a necessidade de uma autorreflexão por parte do próprio Governo de maneira que ele perceba que é um dos principais responsáveis pelo alto índice de criminalização no Brasil e de que possui a
40 obrigação de criar um sistema penitenciário que garanta meios e fatores eficazes

para a reabilitação e ressocialização dos prisioneiros, garantindo aos mesmos os seus direitos, em toda a sua plenitude.

Assis (2007) considera que a alta taxa de reincidência criminal nada mais é do que um reflexo do tratamento ao qual o condenado é submetido dentro da prisão. Ressalta ainda que o preconceito existente com os ex-detentos se torna um dos fatores determinante da marginalização destes, tendo em vista que a ausência de oportunidades quando da sua saída do sistema carcerário, os coloca em situação de vulnerabilidade a prática criminosa, onde muitos voltam a delinquir.

Segundo Thompson (2009, p. 21-22):

[...] o significado da vida carcerária não se resume a mera questão de muros e grades, de celas e trancas; ele deve ser buscado através da consideração de que a penitenciária é uma sociedade dentro de uma sociedade, uma vez que nela foram alteradas, drasticamente, numerosas feições da comunidade livre" e que, como um sistema social, a penitenciária representa uma "tentativa de criação e manutenção de um grupamento humano submetido a um regime de controle total.

Ao serem presas as pessoas perdem mais do que o seu direito de liberdade. Ela tem outros direitos cerceados, o que leva a perda de sua personalidade e dignidade. O ideal era que o sistema prisional oferecesse as condições mínimas necessárias de suporte para que estes criminosos, quando postos em liberdade por terem cumprido sua pena, voltassem ao convívio social devidamente preparados para uma vida ordeira, devidamente reabilitados e ressocializados.

O Brasil, segundo Oliveira (2011), ainda mantém na prática a ideologia do sistema prisional como um instrumento de exclusão, voltado para as baixas classes sociais, na tentativa de solucionar os problemas da segurança pública através do encarceramento da comunidade mais pobre, desacautelados das políticas públicas e desrespeitados pela administração socioeconômica do país.

Atualmente, as principais ações direcionadas ao processo de reabilitação dos prisioneiros estão pautadas em ações e programas educacionais e laborais, conforme afirma Julião (2010), que analisou o impacto que a educação e o trabalho têm no processo de reinserção social de presos no Rio de Janeiro e o de Pires e Palassi (2008), que analisam a questão do trabalho com relação às empresas que propiciam estas frentes de trabalho dentro de presídios, como também em relação ao preso. Para eles as inserções destas frentes de trabalho nas prisões:

[...] ocupam o tempo ocioso dos presos, retiram-nos do ambiente das celas, contribuem financeiramente para os presos e suas famílias, estimulam a readaptação aos ambientes de trabalho, mas deixam a desejar no que diz respeito à formação de profissionais qualificados para a competição por (re)colocação no mercado de trabalho (Pires & Palassi, 2008, p.14)

De fato, conforme podemos extrair das afirmações anteriores, os principais eixos do processo de ressocialização estão vinculados ao estudo e ao trabalho. Neste sentido, citamos outros trabalhos existentes que também abordam estes dois eixos: Costa (1999a), Pastore (2001), Português (2001), Ribeiro e Cruz (2002), Julião (2003; 2006; 2009), Craidy (2010), Oliveira (2013).

Embora estes dois pilares sejam elementos importantes e que contribuem para o processo de reabilitação e ressocialização eles não podem ser visualizados como únicos e suficientes. Devemos lembrar que a pessoa encarcerada está isolada e sofrendo uma forte interferência do ambiente carcerário. Neste contexto, o seu contato social externo torna-se ínfimo e que suas relações afetivas advindas, por exemplo, da família estão em constante modificação em face as diversas restrições impostas pelo cárcere.

Nesse momento, como afirma Julião (2011), não é possível atribuir apenas disciplinas criminais à responsabilidade pela reabilitação, ignorando outros programas e meios de controle social, como família, escola, religião, entre outros. Assim, são necessárias ações baseadas em direitos sociais e, se bem utilizadas, podem tornar-se um meio eficaz para o processo de reabilitação de criminosos.

[...] a readaptação social abrange uma problemática que transcende os aspectos puramente penal e penitenciário, ou seja, não se pode atribuir às disciplinas penais a responsabilidade exclusiva de conseguir a completa ressocialização do delinqüente, ignorando-se a existência de outros programas e meios de controle social de que o Estado e a sociedade devem dispor com objetivo ressocializador, como a família, a escola, a igreja, etc. (Julião, 2011, p. 165).

Assim, de nada adianta a profissionalização, o trabalho e a escolarização se o indivíduo não se sente motivado socialmente a fazê-lo, ou seja, o faz apenas como meio para obter as vantagens aferidas pela lei, como a remissão penal. É necessário compreendermos que o preso é privado das interações mais comuns na vida social, e sofre, além da pena privativa de liberdade, a pena privativa da sociedade, da afetividade, do seio familiar. O contato social, familiar e afetivo torna-

se ínfimo, restrito, convalido. Neste contexto, um indivíduo desprovido destas relações tende a se tornar mais ríspido e egocêntrico, além de ser menos emotivo e empático. Segundo Nobre, Barrio e Nobre (2017, p. 6), estes indivíduos passam “a nutrir um desejo maior pela delinquência, pelo crime, uma vez que as amarras éticas, morais e religiosas estão diminutas”.

Neste cenário é importante compreender as alterações ligadas a religiosidade, a família, a maternidade, além dos aspectos ligados propriamente a afetividade como amizade, compaixão, amor que estão intimamente ligados a vida social destes presos e como estes interferem no processo de ressocialização dos presos.

Assim, tão importante quanto a análise de como a cultura inter e intrapessoal do preso é afetada pela cultura interna do presídio também é importante analisar como esta cultura interfere no processo de ressocialização dos presos, de maneira a identificar mecanismos que podem ser utilizados para evitar a criminalidade, ou para ajudar no processo de ressocialização das detentas, diminuindo, por conseguinte, o alto índice de reincidência criminal.

5.4 Os Módulos de Respeito no sistema prisional espanhol

Durante as duas legislaturas que abrangem o período de 2004 a 2011, as autoridades penitenciárias do então governo socialista, lideradas por Mercedes Gallizo, introduziram um conjunto de medidas no sistema penitenciário espanhol, a fim de avançar em direção a uma maior aplicação dos atuais regulamentos penitenciários. De um modo geral, as ações implementadas foram orientadas para três áreas principais: primeiro, a promoção do tratamento, lançando programas de intervenção direcionados a grupos específicos da população carcerária. Nesta área, as iniciativas foram elaboradas por meio de um trabalho coordenado com universidades, especialistas e profissionais, e foram promovidos programas que estavam sendo desenvolvidos em determinados centros penitenciários, como os Módulos de Respeito (MdR) ou as Unidades Terapêuticas e Educacionais (UTE).

Em segundo lugar, foi feito um esforço para tornar visível o trabalho das entidades do terceiro setor no contexto penitenciário espanhol e foi criado o Conselho Social Penitenciário (juntamente com os conselhos locais de cada

instituição correcional), um órgão consultivo e de relacionamento entre associações e ONGs e Instituição Penitenciária. Por fim, foi feita uma tentativa de promover o ambiente aberto, promovendo saídas programadas e promovendo Centros de Integração Social (CIS), entre outras iniciativas (Ballesteros & Almeda, 2015).

5 Um dos programas que teve maior expansão durante esse período foi o chamado Módulos de Respeito. Essa iniciativa surgiu em 2001, na prisão de Mansilla de las Mulas (León) para a população carcerária masculina e, conforme afirmado no Manual de Módulos de Respeito da Secretaria-Geral das Instituições Penitenciárias é definida como uma unidade de separação interior de um centro
10 penitenciário (Cendón, Belinchón & García, 2011), isto é, em princípio, cada Modulo de Respeito seria implantado autonomamente no espaço físico que hoje representa um módulo penitenciário em uso.

O objetivo primordial dos módulos de respeito é alcançar um clima de coexistência comparável ao de qualquer grupo social normalizado em termos de
15 regras, valores, hábitos e formas de interação. Para isso, ele cria um sistema "artificial" que permite a reprodução de esquemas padronizados de controle social dentro da microsociedade prisional.

Seus princípios operacionais giram em torno de um eixo triplo de ação:

- 20 1. Um sistema de organização em grupos, que são responsáveis pela limpeza e manutenção de áreas comuns;
2. Um procedimento imediato de avaliação, usando um sistema de imposição negativa que afeta as tarefas que o grupo executa semanalmente;
- 25 3. Uma estrutura de participação de presos, através de órgãos que se reúnem com diferentes periodicidades, entre as quais se destacam uma assembleia diária, uma assembleia de gestores e determinadas comissões.

O modelo de grupo parte da ideia de que o contato constante com vários
30 grupos com normas e costumes respeitados e conhecidos por seus membros e cuja não conformidade é sancionada por reforço e punição social constitui uma característica essencial de uma situação social normalizada, comum durante a vida em liberdade.

Cada "Grupo de Tarefas" se responsabiliza, semanalmente, pela manutenção e operação de uma área do Módulo. As cargas de trabalho são assimétricas e são escolhidas pelos Grupos com base nas avaliações obtidas individualmente por seus membros durante a semana. Assim, a avaliação de cada
5 sujeito determina a tarefa que todos os membros de seu grupo terão que realizar durante a semana seguinte.

A participação é, em princípio, voluntária, a partir da assinatura de um "contrato terapêutico", o que implica a aceitação das regras do módulo pelos prisioneiros. Essas normas regulam as seguintes áreas: pessoal, quanto à higiene,
10 aparência, roupas e cuidados com as células; cuidado do meio ambiente (tarefas do módulo) relacionadas ao uso e manutenção de espaços comuns; relações interpessoais, incluindo todas as interações do sujeito com outras pessoas internas, com funcionários, terapeutas e pessoal externo, e atividades, nas quais a programação das atividades de cada pessoa interna é regulada, independentemente
15 das tarefas do módulo que correspondem ao grupo obrigatório, que inclui todos os dias da semana e todas as horas do dia, que determinam quais atividades devem ser realizadas a qualquer momento e são planejados os horários de lazer (Cendón, Belinchón & García, 2011).

Além disso, os membros do grupo têm a obrigação de exigir o
20 cumprimento das regras de uso de sua área por todos os internos do Módulo e também devem estar dispostos a reconhecer a legitimidade e o direito dos outros de exigir deles que o uso correto de sua área de responsabilidade. Essa obrigação é um dos pontos mais importantes de conflito entre o sistema de relações sociais em grupos normalizados e o sistema de relações próprio de grupos sem liberdade.

Um importante efeito do sistema de grupo é que ele gera o chamado
25 "grupo de pressão positiva". De uma maneira geral, os grupos estão encarregados das tarefas de limpeza de uma área e da manutenção das áreas comuns do módulo e cuja seleção é feita semanalmente, estando vinculados às avaliações individuais obtidas pelos membros do grupo. Em outras palavras, o grupo cujos membros
30 acumulam um número maior de avaliações negativas terá que realizar as tarefas mais onerosas do módulo. Da mesma forma, os membros dos diferentes grupos têm a obrigação de exigir que as regras de uso das diferentes áreas sejam cumpridas pelo restante das pessoas no módulo. Assim, esta avaliação serve para provocar e

justificar a pressão por parte do grupo sobre cada um de seus membros e também para evitar avaliações ruins.

Segundo Cendón, Belinchón e García (2011), a avaliação adota várias modalidades (diárias, semanais etc.) e sistemas de classificação (negativos, favoráveis, desfavoráveis, etc.), embora seu elemento mais característico seja o negativo ou "evitá-lo", ajustando as regras e planejando o módulo. O objetivo é que o preso se sinta autorizado a exigir dos outros o cumprimento das regras relacionadas à área de responsabilidade de seu grupo. Além desse objetivo, o sistema de avaliação permite obter informações para a tomada de decisões sobre os prisioneiros e a elaboração de relatórios para outras instâncias, entre outras funcionalidades.

Os objetivos gerais que este programa estabelece incluem a criação de um clima social normalizado que serve como marco para os programas de tratamento, a quebra da dinâmica das prisões por meio da modificação de relacionamentos em grupo e o desenvolvimento de programas de tratamento dos hábitos, valores e atitudes.

Além desses objetivos gerais, também são identificados um conjunto de objetivos específicos, estruturados de acordo com as áreas mencionadas, dentre as quais se destacam: o desenvolvimento e manutenção de hábitos de higiene pessoal; a promoção do cuidado e da organização do espaço pessoal; o envolvimento em cuidar do meio ambiente; o estabelecimento de responsabilidades e o desenvolvimento de hábitos de participação e diálogo e a erradicação da violência e da agressividade e a resolução de problemas e conflitos por canais socialmente aceitáveis.

Os principais pontos fortes desse tipo de programa estão relacionados a sua utilidade e flexibilidade de implementação, adaptando-se às necessidades de cada centro prisional, muito embora eles também apresentem pontos fracos como a necessidade do envolvimento dos profissionais e o aumento da carga de trabalho dos mesmos. Outro ponto de destaque é que ele se concentra em um tipo de reclusos com características específicas e que possuam motivação para participar do programa, não tendo aplicação na totalidade dos prisioneiros.

Apesar dos excelentes resultados, devemos ressaltar que os centros de detenção de mulheres na Espanha, no âmbito de um sistema heteropatriarcal, têm sido marcados, desde suas origens, pela aplicação de um regime de vida

caracterizado por forte disciplina, domesticidade e moralização (Almeda, 2002), com o objetivo de punir as mulheres por sua dupla transgressão: não apenas do direito penal (desvio criminal), mas também das normas que regulam a condição feminina (desvio social) (Almeda, 2002), muito semelhante ao que ocorre no sistema prisional brasileiro.

Como já foi corretamente apontado por Almeda (2002, 2003), a explicação foucaultiana (2014) da mudança nas formas de punição a partir do século XVIII, caracterizada pela transição do castigo físico e corporal para a vigilância disciplinar, é insuficiente para explicar o castigo no caso das mulheres, considerando que, para elas, a privação de liberdade havia sido constante durante o antigo regime, e a forma que esse castigo assumiu, com disciplina e controle como eixos essenciais, não supunha grandes novidades.

Conforme Ballesteros Pena (2017), os módulos de respeito, com ênfase na limpeza, manutenção do meio ambiente, a persistência de conotações sexistas na oferta de trabalho, o ímpeto de uma programação diária completa atividades e tarefas, o controle e monitoramento de comportamentos, a correção de comportamentos, bem como a ênfase na submissão e na dependência baseada em práticas infantilizadoras, permitem traçar uma linha de continuidade com os fatos historicamente evidenciados no encarceramento feminino. No entanto, no âmbito do MdR, essas diretrizes tradicionais adquirem, em certos casos, algumas conotações específicas.

Desta forma, através da dicotomia a ser estabelecida entre as mulheres que fazem parte do Módulo de Respeito e aquelas que não fazem, reforçadas pela ameaça de expulsão do Módulos de Respeito, o sistema penitenciário espanhol acaba exacerbando e redefinindo o modelo de domesticidade: práticas cotidianas e a conformidade com as normas deve ser realizada seguindo limites definidos e associados a um modelo específico de "bom trabalho", no qual os comportamentos são cuidadosamente controlados.

Apesar destas considerações, o Módulo de Respeito é, sem dúvida, um caso de sucesso e que deve ser aprimorado e adaptado a diversas realidades sociais, dentre elas a brasileira, de forma a propiciar a tão sonhada reabilitação e ressocialização dos prisioneiros.

6 A CULTURA PRISIONAL E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE PRISIONALIZAÇÃO

5 Os muros de pedra não fazem um cárcere,
nem as grades de ferro uma jaula, porque
o espírito inocente e tranquilo transforma
uma prisão numa capela.

10 John Lubbock

6.1 O processo de prisionalização

15 Conforme Nobre (2016), os principais eixos temáticos de pesquisa prisionais dentro do contexto social e antropológico são:

- As relações prisionais entre os grupos de presos e entre estes e outros atores sociais que estão inseridos no contexto prisional;
- 20 • A transformação dos processos identitários dos encarcerados e relações deste com o crime, durante o período de encarceramento;
- As relações dos prisioneiros com o mundo exterior.

Dentro deste cenário destacamos o fenômeno da prisionalização, que é definido por Haney (2001), Thompson (2009) e Bitencourt (2017) como um processo
25 de mudança gradual e inconsciente ao qual são submetidos todos os prisioneiros, desde o momento inicial do encarceramento, sendo poucos os detentos que, de forma consciente, optam por sucumbir ou não às transformações impostas por este processo. Este processo, gradual, lento, inconsciente e, de certa forma, inevitável, ocorre pela necessidade de adaptação dos prisioneiros a aquele ambiente, até então
30 estranho, no qual ele passará a incorporar costumes, regras e comportamentos, passando a usar as gírias do dialeto prisional para se comunicar, além de se valer das práticas comuns a aqueles que lá convivem.

Destacamos alguns trabalhos que abordam a formação da cultura interna a partir dos grupos sociais que estão presentes na instituição como os de Smedo
35 Moreira (1999), Fonseca e Neto (2006), Cunha e Almeida (2017) e Nobre (2016), que afirma existir uma espécie de interação entre a cultura interna dos presídios e os grupos sociais, na medida em que este são resultado da cultura interna das instituições e como está interfere na formação daqueles grupos.

Em outra linha bem peculiar Barreto (2006) analisou os impactos que aquela cultura interna traz para a vida das detentas brasileiras após as mesmas serem postas em liberdade. Neste trabalho Barreto (2006, p.593) chegou à conclusão de que “a ‘prisionalização’ dificulta a socialização do indivíduo e contribui para o aumento da massa de excluídos, engatando um ciclo de criminalidade, violência e exclusão”. Em parte, isso é explicado pela teoria da etiquetagem, uma vez que os egressos que acabam sendo rotulados, o que dificulta sua ressocialização, contribuindo para a reincidência delitiva e reingresso ao sistema prisional.

Ainda sobre o fenômeno da prisionalização, Neves (2007) o considera como uma defesa da própria instituição correcional, na medida em que ela procura padronizar o comportamento dos presos recém-chegados, uma vez que estes são vistos como elementos de potencial instabilidade para o sistema correcional. Este fenômeno também é estudado dentro de instituições para menores, como exemplo, citamos os trabalhos de Frassetto (2006) e Estevam, Coutinho e Araújo (2009) estudam o processo de construção da identidade criminal durante o período de internação, em instituições brasileiras.

Outro aspecto advindo da cultura interna dos presídios é a dificuldade dos prisioneiros em estabelecer relações interpessoais (Barreto, 2006; Neves, 2007; Guimarães, Meneghel & Oliveira, 2006). Este problema também foi relatado por Siqueira e Dell’aglio (2006), indicando que os efeitos da institucionalização prolongada por interferirem negativamente na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta de jovens infratores.

Além disso, os impactos do encarceramento e a forma de lidar com estes impactos são diferentes entre homens e mulheres (Cerneka, 2009; Moe e Ferraro, 2006). O estigma de fragilidade, docilidade e outros estereótipos ligados a feminilidade, a condição da maternidade, o recato, o pudor e a sobriedade, acabam por serem elementos que atuam na cultura interna das instituições correccionais femininas, interferindo nas próprias punições que serão tão mais severas quanto mais “afastado do padrão de docilidade, conformidade e dependência que devem caracterizar o feminino” (Colares & Chies, 2010, p.419).

6.2 A Comunidade, a cultura e a Identidade na perspectiva prisional

Os conceitos de comunidade, abrangência e a natureza são diversos, uns sendo mais restritivos e outros mais amplos (Dias, 1958; Barata, 1975; Moreira, 1987). Apesar disso, os conceitos de comunidade têm um ponto em comum, que é a pretensão de captar uma realidade com contornos físicos observáveis, ou seja, uma realidade construída simbolicamente, articulando-se em torno de elementos como a territorialidade ou espacialidade, a partilha e as redes de inter-relações (Nobre, 2016).

Em uma visão interpretativa ela pode evocar uma situação idealizada de homogeneidade e a ausência de conflitos, de fechamento em relação ao exterior, de autoprodução cultural e de sobreposição do “nós” face ao “eu” ou, em outra perspectiva, um espaço –tempo de inter-relações abertas às trocas com o exterior a partir das quais se transmutam a cultura e a identidade, e onde se estrutura os quotidianos dos indivíduos que a ela pertençam.

Neste contexto, Redfield (1953) propõe uma noção restritiva de comunidade tomando como parâmetros suas dimensões, população e território. Assim, a unidade de análise imita-se a uma identidade autônoma e estática, uma realidade social isolada e contida, e que não faz parte ou é analisada como sendo integrante de um sistema maior e mais vasto.

Na perspectiva populacional, a noção de comunidade fica adstrita aos pequenos agrupamentos sociais, caracterizados pela homogeneidade e harmonia social, não havendo conflitos e cuja diferenciação entre seus integrantes ocorre em função da idade, do sexo, da família e do parentesco. Esta comunidade é constituída por indivíduos com relações sociais bem próximas e continua, cujo deslocamento ocorria apenas dentro dos limites físicos do território da própria comunidade, não havendo necessidade de contato com outros grupos externos.

A noção de comunidade, com relação à dimensão território, refere-se às unidades sociais que se implantam em um pequeno espaço físico, com fronteiras bem demarcadas. Assim, a comunidade estava restrita a espaços residuais isolados e autônomos. Neste sentido, a noção clássica de pequena comunidade pode ser entendida como uma metáfora de cultura rural, uma vez que é fechada e com autoprodução cultural, construída em oposição à noção de cultura urbana no que diz respeito, por exemplo, a dicotomia tradição/modernidade (Redfield, 1947). A cultura

que especifica e diferencia as comunidades, dentro da dicotomia rural/urbano, é tida como um sistema integrador totalizante e imutável. Ela gera uma identidade baseada em pressupostos internos, como a partilha de um modo de vida comum, a homogeneidade social e o sistema fechado de relações sociais na qual seus integrantes não podem escapar. Neste sentido, o modelo de rede de relações sociais primárias, a partilha de valores, símbolos, atitudes, práticas e comportamentos, além do sentimento de pertença são os elementos que se doseiam e se combinam na produção dos novos conceitos de comunidade.

Podemos, portanto, fazendo as devidas ressalvas, estender este conceito de comunidade às prisões, na medida em que estas se aproximam das comunidades rurais. Nelas os encarcerados partilhariam um modo de vida em comum, há um certo nível de homogeneidade social entre os seus membros, além do fato desta comunidade se manter fechada em torno de si, com relações sociais estreitas e contidas na própria comunidade.

Conforme podemos extrair das afirmações, a comunidade, com relação a sua dimensão interna, define-se como um elemento que une os indivíduos, os classifica e os posiciona uns em relação aos outros dentro do extrato comunitário. Em relação a sua dimensão externa, ela se expressa como um grupo que exhibe uma identidade comum em relação aqueles que não pertencem a ela.

Essas duas dimensões, interna e externa, podem variar de intensidade, fazendo com que surjam diferentes graus da vida comunitária (Douglas, 1978), nascendo daí a necessidade de um controle social da comunidade através do estabelecimento de normas (Barata, 1975), fazendo com que a mesma deixe de ser vista como unidade social homogênea, igualitária, sem conflitos.

Conforme Pina Cabral (1989), os graus de intimidade nos laços pessoais podem variar bastante a depender da frequência dos contatos pessoais dentro de uma comunidade, devendo ser observado também questões relacionadas a competição, diferenças de riqueza, influência e prestígio social, ao mesmo tempo em que se articulam rituais e estratégias de unidade e coesão social. A vida em comunidade gera um sentimento de pertença, no qual o indivíduo acaba se identificando e de aproximando de um grupo na medida em que se afasta dos demais. Vista como parte de um sistema mais amplo e intercultural, a comunidade é uma realidade em constante mudança, formada por um grupo de indivíduos que tem

a consciência da sua diferença e cuja cultura e identidade resultam de uma relação contínua entre o interior e o exterior.

Novamente fazendo um contraponto com as comunidades prisionais, é de se esperar que dentro dela existam grupos sociais distintos, formados a partir do compartilhamento de valores, crenças e sentimentos comuns, aos quais os prisioneiros aderem pela identificação. Nobre (2016), identificou diversos grupos sociais existentes dentro de um presídio feminino brasileiro e os traços comuns a cada um destes grupos, bem como os elementos que favoreciam o aparecimento e a manutenção destes dentro daquele ambiente correccional. Um importante aspecto deste trabalho foi a relação deste com a formação da cultura prisional e vice-versa. De uma forma geral, a comunidade ali existente, assim como qualquer outra comunidade, sob o ponto de vista sociocultural é resultado da solidariedade entre seus componentes que, por sua vez, está fundamentado nas características que partilham e que os distinguem.

Não obstante, o espaço comunitário não está restrito a um território físico e contínuo, com fronteiras estruturais e bem delimitadas. Ele pode se apropriar de um espaço subjetivo e mental, de comunicação e de interação social, com fronteiras não físicas, mas simbólicas, que, nas palavras de Cohen (1985), seria uma comunidade inventada. Neste contexto, a comunidade torna-se uma realidade construída simbolicamente, dado que ela é formada por pessoas que partilham um sentimento de pertencimento àquela comunidade através de um conjunto de representações sociais (Anderson, 1991). Trata-se de uma comunidade estruturada na tradição inventada sendo esta entendida como um conjunto de símbolos culturais permanentemente reelaborados e que promovem a coesão social através do sentimento de pertença aos grupos nela existentes, legitimando as instituições, as relações de poder e status social, além de socializar os indivíduos, fornecendo a este um sistema de valores, crenças e padrões de comportamentos (Hobsbawn, 1983).

Ao aprofundarmos no estudo dos conceitos básicos de comunidade nos deparamos, indubitavelmente, com a necessidade de apresentarmos definições acerca da identidade. Em um primeiro momento podemos defini-la como a

[...] auto-representação que determina relações imaginárias de auto-inclusão e de auto-exclusão relativamente a grupos de referência que o

sujeito representa como positivos ou negativos (Nobre, Barrio & Nobre, 2016, p.6).

Para Costa (1999b, p.52), a formação das identidades socioculturais é uma das “articulações mais interessantes entre cultura e relações sociais”. Na formação das identidades há dois processos que se complementam sendo o primeiro o processo biográfico - o “eu” – e o segundo o processo relacional – o “outro” (Costa, 1999b). Conforme podemos depreender, o primeiro processo remete a interiorização ativa, ou seja, na construção da “identidade do eu” realizada pelos próprios indivíduos, estando este processo ligado a trajetória social de cada indivíduo e que não pode ser desta dissociado, ao qual Goffman (1993) denominou de “identidades sociais reais”. No segundo processo indica que a identidade não pode ser dissociada do indivíduo como também das relações deste com o “outro”.

Neste contexto, a formação de identidades é resultado da ação de dois processos indissociáveis: o relacional e o cultural. É relacional pois é resultado da relação entre indivíduos, em que cada “eu” só faz sentido quando se relaciona com o “outro” que é diferente e oposto. É cultural porque transporta categorizações do universo para a construção das identidades.

As identidades são, portanto, comparativas, uma vez que elas são construídas com na comparação intrapessoal e interpessoal e, relacionais, uma vez que elas são construídas levando em consideração as relações de poder entre identidades dominantes e dominadas.

Em uma instituição prisional a identidade é resultado de uma permanente interação das várias culturas e de uma renegociação constante dentro da comunidade prisional. Neste sentido podemos falar em vários níveis de identidade, cujo posicionamento é determinado pela percepção dos indivíduos de um dado grupo social, da sua importância dentro dos diferentes contextos sociais, além da sua utilidade nas diferentes circunstâncias da vida em comunidade. Conforme bem preceitua Nobre, Barrio e Nobre (2016, p.7), é de responsabilidade do pesquisador

[...] interpretar as dimensões culturais da identidade, dentre eles os símbolos, os significados, as categorias nativas e explorar o processo dinâmico da construção da identidade e a sua importância na produção e reprodução das configurações culturais dentro do presídio.

De certa forma, também é factível que a relação “nós” – “outro” acabem por definir um nível identitário bem mais amplo, que agrupe, em uma mesma categoria, tanto os indivíduos quanto as comunidades as quais pertençam, levando em consideração diversos critérios como a região ou continente de origem, a cor da pele, as raízes culturais, a língua, suas condições sociais e econômicas, dentre outros.

Percebe-se que a identidade é, acima de tudo, um conceito correlativo de alteridade, uma vez que nos processos de identificação o “eu” só existe em contraposição ao “outro” e que nos processos de identificação do grupo o “nós” esta contraposto aos “outros”. Segundo Gonçalves (1997) há uma indissociabilidade entre estes dois conceitos, por que a identificação do “eu” tem de se reconhecer diferente do “outro” e vice-versa (Gonçalves, 1997).

Para Pinto (1991, p. 219), as definições e classificações do “nós” e do “outro”, constroem-se mutuamente, porque as mesmas:

[...]se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo esse processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. A construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência) e por isso nunca exclui em absoluto convívios e infidelidades recíprocas, para desespero dos que nela querem ver o desenvolvimento harmonioso e coerente de umas tantas substâncias essenciais.

No contexto prisional, em específico, o feminino, os grupos sociais ali existentes e as identidades das mulheres ali encarceradas passam por um processo continuo de formação e reconstrução, cada uma aderido ao grupo social que mais se aproxima de suas características identitárias.

6.3 O impacto da cultura prisional no processo de ressocialização das detentas

A cultura interna das instituições prisionais em muito diferem daquela vivenciada por pessoas livres. De fato, as normas sociais, sejam elas legais ou morais, diferem quanto ao poder conferido aqueles que a fazem ser cumpridas dentro daquele ambiente. Também devemos levar em consideração, conforme

enumera, de forma exemplificativa, Nobre (2016) diversos outras variáveis que modelam a cultura prisional como às relações afetivas desenvolvidas no presídio, como amizade, companheirismo, paixão, amor e ódio, além de diversas atividades que, de certa forma, propiciam algum contato social, como o trabalho, o estudo e as atividades recreativas, simulando, em parte, situações corriqueiras que ocorrem com uma pessoa em situação de liberdade. Não menos importante estão os aspectos ligados a maternidade, ao contato com familiares e amigos, realizado através de visitas, além de outros ligados a espiritualidade e ao cotidiano prisional como a alimentação e o vestuário.

Uma vez adentrado naquele ambiente, o indivíduo é então submetido a várias regras de disciplina, afim de impor um comportamento adequado, tanto para aqueles prisioneiros já institucionalizados quanto para as autoridades. Como o cárcere é um meio que impõe a submissão do indivíduo, este passa, através do processo de prisionalização, a abrir mão de suas características, sejam elas culturais ou pessoais, de forma a se moldar conforme a cultura prisional presente naquela instituição. Mudam-se os hábitos e orientações anteriores ao cárcere, de forma que o indivíduo transmutasse para melhor sobrevivência naquele ambiente hostil e que em nada parece com a vida de um indivíduo em liberdade.

Em trabalho singular, visando determinar os fatores que contribuem para a formação da cultura interna de uma instituição correcional feminino, Nobre (2016, p.11), identificou os grupos sociais existentes em um presídio feminino brasileiro, neste caso, o IPF, determinando que estes mesmos grupos sociais poderiam ser “encontrados em outras instituições prisionais femininas, dados os seus aspectos generalistas, podendo, caso a caso, serem detectados outros grupos sociais, a depender da cultura interna de cada presídio”.

Neste mesmo trabalho, Nobre (2016) identificou uma relação entre a cultura interna daquela instituição e os grupos sociais ali existentes, na medida em que

[...] a cultura interna define e modela a criação destes grupos, ao mesmo tempo em que estes grupos é uma das variáveis que ajudam a modelar e a definir a cultura interna dos presídios, funcionando como um sistema de retroalimentação, de causa e efeito (Nobre, 2016, p. 11).

Apesar de se um estudo de caso, existem algumas conclusões que podem ser generalizadas, uma vez que processos semelhantes ocorrem na maioria dos presídios, conforme podemos extrair da literatura. Uma destas conclusões diz respeito a possibilidade de indeterminação do grupo social responsável por uma determinada prática ou costume existente na cultura interna, tendo em vista que esta

5 pode ter surgido como resultado do próprio ambiente, ou seja, da heterogeneidade dos grupos, dos valores e crenças existentes, das limitações e da mistura cultural advinda do confinamento.

Cabe lembrar que alguns destes grupos possuem elementos transeuntes, ou seja, indivíduos que podem pertencer a mais de um grupo, sem que isso de fato altere a essência destes grupos.

10

Este processo de incorporação da cultura prisional, que se dá através do processo de prisionalização, impõe uma mudança de identidade às prisioneiras. Este processo de adaptação, inicialmente, é difícil e traumático, causando desorganização e confusão nas detentas. Uma vez institucionalizadas elas sentem dificuldade de se comportar ou vislumbrar um comportamento diferente daquele vivenciado no cárcere. Como já frisamos, a vida no cárcere, principalmente dentro do sistema prisional brasileiro, é completamente diferente da vida fora dos muros das prisões. Assim, quando as presas retornam a vida livre em sociedade elas são submetidas a um novo processo de adaptação e, neste momento, situações comuns ao ambiente carcerário, são reprimidas, mesmo que veladamente, pela sociedade. Isso traz consequências importantes no processo de reinserção das egressas, posto que parte daquilo que foi imposto as detentas durante o encarceramento não é aceito na vida em sociedade, vindo, desta forma, a constituir um importante e, por

15

20

25 vezes, intransponível obstáculo ao processo de ressocialização.

Em verdade, após tantos anos submetidas a um ambiente de constante violência, opressão, submissão, desconfiança e controle torna-se esperado que, ao saírem deste sistema, elas procurem outros indivíduos que compartilhem a mesma experiência e tenham os mesmos desejos e dificuldades, buscando um suporte recíproco.

30

Há, desta forma, um ciclo tortuoso na qual o indivíduo é levado a aprender e desaprender. Neste contexto, iniciativas como a espanhola, de criar dentro do ambiente carcerário um cenário próximo a vida em sociedade, ajudam a

delimitar bem o que é aceitável e o que é reprovável ao indivíduo, sem que ele perda a noção e o traquejo da vida em sociedade.

Como afirmou Nobre (2016, p. 15),

5 A adaptação e incorporação da cultura interna do presídio contribuem para a potencialização do comportamento criminoso do indivíduo, uma vez que impõem aos mesmos, situações degradantes e de extrema submissão, principalmente nos presídios brasileiros, dado as peculiaridades e ineficiência do modelo prisional adotado, como também pela pouca
10 eficiência dos meios de ressocialização utilizados.

Nobre (2016) aponta ainda que as mudanças advindas da incorporação da cultura interna foram percebidas pelas próprias prisioneiras em diversas ocasiões, inclusive sendo relatados os impactos que o aprisionamento tinha causado
15 as suas relações afetivas. Nesta obra, são apontados como fatores que influenciaram na incorporação da cultura interna, inclusive como determinantes para filiação a determinado grupo social existente no ambiente carcerário, a solidão, o abandono e a tristeza.

É evidente que o ambiente carcerário afeta a percepção da realidade dos
20 encarcerados, de tal forma que as amarras morais que ainda existiam ou são afrouxadas ou são fortalecidas, mas nunca serão iguais. As regras no cárcere são diferentes. Um dos casos mais emblemáticos citados por Nobre (2016) está relacionado à homoafetividade. Ela afirma que algumas prisioneiras tinham optado por esta orientação somente depois de ingressarem no cárcere e após terem sido
25 abandonadas pelos companheiros, familiares e amigos. Nesta situação de vulnerabilidade, e que nada se assemelha a vida de uma pessoa livre, levou tais mulheres a sua ressignificação sexual. De fato, esta mudança só ocorreu por estarem vivenciando uma realidade bem distinta, sendo, portanto transitória uma mudança transitória. Assim, grande parte destas prisioneiras retornam a sua antiga
30 orientação sexual logo após serem postas em liberdade.

De uma maneira geral, a cultura interna e as experiências vivenciadas dentro do ambiente carcerário podem contribuir para o aprimoramento de condutas criminosas, principalmente em características relacionadas à hostilidade e agressividade. No Brasil, esta situação torna-se ainda mais grave pela presença de
35 fações criminosas dentro do sistema prisional.

5 Todo isso leva a criação de um estigma que perdura para a vida além dos muros da prisão, diminuindo, sensivelmente, as oportunidades para sua reinserção social. Cria-se, no imaginário coletivo, a figura de um ser que é desprovido de emoção, sorrateiro e vulgar, capaz de qualquer atrocidade. Há, portanto, dois pontos principais a considerar: a dificuldade de adaptação a vida fora do cárcere e a forte rejeição social.

10 Esta rejeição e a consequente diminuição de oportunidades levam estes indivíduos a busca de outros egressos. Segundo Fernandes e Fernandes (2002, p.381):

15 [...] dizem os defensores da teoria da Etiquetagem que o estigma de ser o criminoso ou identificado ou rotulado como desviante, diminui-lhe as oportunidades socioeconômicas, alterando seu status. Em razão disso, o que sucede é que ele vai em busca de outros ex-sentenciados, como mecanismo de defesa da rejeição que sofre. Asseveram, finalmente, os apologistas da Teoria da Etiquetagem, que a repulsa total das normas e valores do grupo legitimado pode resultar na adoção de sistema normativo do grupo desviante.

20 Assim, tão importante quanto as ações e os programas internos que visem a reabilitação do criminoso ao convívio social estão inseridos as ações e programas relacionados a sua reinserção à sociedade. Sem oportunidades eles tornaram, em breve, a cometer novos delitos e a reingressarem no sistema prisional. Neste ponto, as políticas sociais, traduzidas em programas e ações, realizadas por
25 órgãos governamentais e também por organizações não governamentais são essenciais.

30 Na verdade, é necessário que seja firmado um pacto entre os mais importantes agentes sociais, públicos e privados, e dos mais diversos setores, de maneira a criar e manter uma rede que possa atuar, diretamente, com os egressos, dando todo o suporte necessário à sua reintegração.

35 Este tipo de pacto é mais fácil de ser firmado em sociedades com uma economia mais forte, com abundância de recursos e oportunidades, e na qual a população perceba as vantagens que a adesão a tal pacto trará ao longo do tempo, principalmente na diminuição da reincidência criminal e na própria criminalidade.

 É claro que isso não é fácil em países com recursos escassos, como o Brasil, na qual este tipo de iniciativa acaba gerando protesto de boa parte da

população que tem carência dos serviços mais básicos. Assim, direcionar recursos e esforços para o setor prisional, especialmente, para gerar condições favoráveis aos egressos não ganha força e nem amparo popular, fazendo crescer, ainda mais, o sentimento de repulsa e de estereotipação da massa carcerária.

vários estudos denotam sua vinculação histórica ao discurso moral e religioso nas formas de aprisionamento da mulher.

Nos primórdios, as mulheres presas ficavam juntas com os homens criminosos e, no Brasil, junta com os escravos. A primeira grande mudança surgiu da necessidade de separar os gêneros, segregando as mulheres ao um ambiente diferente daquele onde eram encarcerados os homens, tendo em vista o seu poder deletério, sob pena de aumentar o martírio destas. De outra forma não seria possível “garantir a paz e a tranquilidade desejada nas prisões masculinas, do que propriamente a dar mais dignidade às acomodações carcerárias, até então compartilhadas por homens e mulheres” (Soares & Ilgenfritz, 2002, p. 57).

Podemos perceber que a visão predominante naquela época, com relação ao aprisionamento feminino, era norteadada por uma forte vertente moral e religiosa, tendo este último sido utilizado diretamente nos estabelecimentos prisionais destinados às mulheres, sendo inclusive atribuída a uma instituição religiosa a administração de alguns presídios. Segundo Santa Rita (2006, p. 33):

[...] veiculava-se a ideia de separação a ideia de separação das mulheres “criminosas” para um ambiente isolado de “purificação”, numa visão de discriminação de gênero assumida pela construção do papel da mulher como sexo frágil, dócil e delicada.

De certa forma, o intuito das instituições correcionais femininas a época era a domesticação das mulheres criminosas além da constante vigilância em relação a sua sexualidade. De fato, tais características permeiam a história da prisão, diferenciando os tipos de tratamentos destinados aos gêneros.

O principal propósito dos postulados aplicados as prisões femininas estavam relacionadas a domesticação, a vigilância sexual e a transformação das ditas mulheres “pecadoras” em mulheres “virtuosas”, guiadas pelos preceitos da moral e dos bons costumes determinadas pela religião, sendo apregoado o conceito machista da mulher que a vinculava ao mundo doméstico, caridoso, pacífico e dócil.

Dedicadas às prendas domésticas de todo tipo (bordado, costura, cozinha, cuidado da casa e dos filhos e marido), elas estariam aptas a retornar ao convívio social e da família, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, estariam preparadas para a vida religiosa (Soares & Ilgenfritz, 2002, p. 58).

Esta discriminação da mulher, existente na representação da moralidade e da religiosidade presente no percurso histórico das prisões femininas persiste no Brasil até os dias atuais.

Com o passar do tempo diversas questões foram sendo tratadas e adequadas ao contexto feminino, porém as pessoas que passaram pelo sistema prisional, acabam sofrendo abusos e negligenciamento de direitos durante seu encarceramento, que acabam persistindo para além do cárcere. Isso se dá pela insuficiência de assistência estatal às ex-presidiárias, perpetrada das mais variadas formas.

A mulher privada de liberdade apresenta uma série de peculiaridades que estão intimamente vinculadas a sua condição biogenética, dentre elas damos destaque a conciliação que as presas têm que realizar com a maternidade, com os cuidados específicos necessários ao pré-natal durante o período da gestação, além do período relacionado ao aleitamento materno, bem como o provimento financeiro necessário a manutenção dos seus filhos fora dos muros da prisão, dentre outros (Bispo, Ferreira Neto, & Ferreira ;2013). Também devemos levar em consideração também os impactos que o aprisionamento feminino sobre os filhos, principalmente aqueles relacionados à vulnerabilidade, uma vez que este acabam perdendo a referência materna e tendendo a se aproximar do crime, seja como vítimas ou ativamente, como autores de crimes.

Conforme já frisamos, o modelo de família existente na sociedade acaba contrastando com o cotidiano das mulheres encarceradas, que estão, na maioria, em uma situação de vulnerabilidade social, aqui incluindo seus filhos, eclodindo em diversas questões importantes (Gomes *et al.*, 2009).

Percepções sobre o momento da separação do bebê, vivências do desejo ou não de ser mãe nestas circunstâncias, assim como o exercício da maternidade junto a outros filhos tidos antes da prisão contribuem para a construção desses sentidos entre as mulheres, mães, encarceradas (Gomes *et al.*, 2009, pp. 1).

Questões como o nascimento ou permanência de crianças no interior das prisões já implicam em situações que extrapolam a condenação legal com reflexos sociais que ultrapassam o condenado chegando até aos seus familiares (Santos & Amaral, 2012). Devemos lembrar, por exemplo, os impactos dos primeiros anos de vida na formação do ser humano, em diversos aspectos tais como: estrutura física,

nutrição, dimensões de saúde e aspectos emocionais, afetivos, sociais, cognitivos e intelectuais, construindo as bases de sua personalidade (Araújo, 2011; Militão e Krunko, 2014). Assim, este tipo de situação deve ser visto e tratado adequadamente através de políticas públicas de amparo a família da detenta, sob pena da criação de um ciclo de violência.

Tomemos um outro ponto bastante crítico no ambiente carcerário feminino que é a decisão de separar a díade mãe-bebê. Trata-se de um momento extremamente traumático e muito relatado em trabalhos que abordam, mesmo que transversalmente, este assunto (Nobre, Barrio & Nobre, 2016). Conforme Howard (2006), esta decisão deve ser tomada por 'autoridades competentes' e 'de acordo com a lei e procedimentos aplicáveis', no entanto, isso não impede uma ruptura afetiva, que por vezes é traumática, tanto para a mãe-detenta quanto para o seu filho. O rompimento instantâneo e traumático deste vínculo familiar e afetivo é uma das piores vivências no ambiente carcerário, pois representa um abandono recíproco (Oliveira, 2008; Salmasso, 2004).

Nesta vertente relacionada as relações afetivas e seus impactos dentro do cárcere, citamos as constantes queixas relacionadas à tristeza, solidão e abandono que estão mais presentes no universo da carceragem feminina do que no masculino. Dentro deste cenário a maior dificuldade enfrentada pelas prisioneiras está relacionada ao distanciamento familiar, sobretudo, dos filhos (Salmasso, 2004; Nery & Oliveira, 2010). De fato, as mulheres que estão encarceradas somente mantêm contato com seus familiares, dentre eles os filhos, através das visitas. Porém, se esta visita não é constante e qualificada, o vínculo acaba sendo comprometido, ficando a mãe dividida entre dar carinho ao filho ou de exercer seu papel de orientação, ensinando o filho sobre os problemas que ele enfrentará no cotidiano. Então, aquele momento que deveria trazer prazer a mãe-detenta acaba se transformando em um momento de angústia e de dor.

Conforme podemos verificar, a violência praticada contra a mulher encarcerada ultrapassa, em muito, os limites da condenação e da própria detenta, vindo a atingir a sua família, em especial, os filhos que nasceram durante o cumprimento de sua sentença dentro da instituição correcional. O distanciamento familiar acaba se tornando um dos aspectos negativos mais incidentes nas vidas das mulheres presas, levando esta ao estabelecimento de novos vínculos afetivos dentro da instituição, realidade bem diversa da vivenciada em presídios masculinos, uma

vez que estes mantêm seus vínculos familiares durante o período de encarceramento.

O abandono torna-se, portanto, um obstáculo a manutenção destes vínculos afetivos. Este se dá através da diminuição das visitas, seja de familiares, parentes e amigos, muitas vezes ocasionada pela distância física entre a instituição correccional e o local de residência dos familiares e amigos, ou por conta do forte estigma social rotulado as mulheres encarceradas e que acabam afetando seus familiares e amigos. No Brasil, este abandono ocorre, em um primeiro momento, pelos próprios companheiros e, posteriormente, por seus familiares e amigos, que não se dispõem a se deslocar por vários motivos ou mesmo não se dispõem a aceitar as revistas humilhantes e vexatórias importas aos visitantes para realização da visita nas unidades prisionais (CEJIL, 2007). A questão das restrições dos horários de visita, a qualidade do momento da visita e o acesso das presas a comunicação por telefone também tem influência direta sobre a manutenção das relações afetivas anteriores ao seu encarceramento.

7.2 As relações afetivas na prisão

Apesar de serem microsociedades as prisões têm diversas características que são próprias da vida em sociedade, dentre elas o relacionamento entre os indivíduos que a compõem e entre este e indivíduos de outras sociedades. Porém, diferente das sociedades livres, a sociedade prisional tem limites territoriais restritos e bem controlados, onde a interação social é vigiada e bem delimitada. Isso não é algo comum nas sociedades atuais. De fato, trata-se de um ambiente criado, precipuamente para segregação e, portanto, de exceção. Nele o contato social é restrito, e a fluidez de movimentação segue regras fixas e rígidas.

Há, portanto, uma série de características peculiares ao ambiente prisional que limitam, controlam e fiscalizam as interações entre os indivíduos e que tem impactos diversos na vida de seus habitantes, sobretudo nas mulheres encarceradas. Neste universo são comuns os relatos de sofrimento provenientes do distanciamento da família e, principalmente dos filhos. O rompimento ou o enfraquecimento destas relações afetivas é traumático e representa uma mudança na vida das detentas, que passam a se sentir abandonadas, tristes e solitárias.

Diante desta realidade elas passam a procurar substituir tais relações afeitas por outras que aceitem a atual situação e que não gere o intenso sofrimento por elas vivenciados.

Devido ao descaso, negligência e omissão dos governos, as prisioneiras
5 acabam por estarem sujeitas a toda ordem de violações, não estando estas limitadas apenas a sua liberdade. Neste sentido, a maioria dos governos falha no seu papel ao não criar espaços saudáveis e produtivos capazes de propiciar a reabilitação dos encarcerados, como também o resgata de sua autoestima. Em verdade, uma parte destes sistemas prisionais, dentre eles o brasileiro, só tem feito
10 ecoar e amplificar a discriminação e a violência contra a mulher.

De fato, o sistema prisional brasileiro somente tem investido em ações focados em dois elementos centrais: estudo e o trabalho. Embora estes sejam elementos importantes no processo de reabilitação, eles não devem ser considerados únicos e suficientes. É necessário compreender que a encarcerada
15 está privada das interações mais comuns de uma pessoa livre. Assim, ela sofre, além a pena restritiva de liberdade, dos impactos de uma pena restritiva de afetividade. Neste cenário, o contato social, familiar e afetivo torna-se ínfimo e convalido. Como consequência natural ela se torna mais introspectiva e menos sensível, muitas vezes camuflando suas emoções através de um comportamento
20 mais agressivo, ríspido e egocêntrico. Nesta mudança ela também começa a nutrir um desejo maior pelo crime, tendo em vista que suas amarras morais, éticas e religiosas foram diminuídas pela dura realidade vivenciada no ambiente prisional.

No Brasil, algumas pesquisas ligadas a família e a maternidade foram realizadas como a realizada por Santos (2007) que abordou o papel da família como
25 elemento primordial no processo de ressocialização de adolescentes infratores. Por sua vez, Gomes *et al.* (2009), Nery e Oliveira (2010), Araújo (2011), Bispo *et al.* (2013) focaram em retratar o aspecto da maternidade de mães-detentas. Santa Rita (2006) e Santos e Amaral (2012) abordaram o problema das mães presas, bem como da situação dos recém-nascidos que se encontram encarceradas junto com
30 suas mães, além dos efeitos relacionados a esta situação. Em outro estudo Militão e Kruno (2014) avaliam aspectos relacionados a saúde e a afetividade das mães que estavam gestantes após o nascimento de seus filhos.

Também devemos levar em consideração os aspectos ligados ao afeto, sexualidade e reciprocidade das mulheres presas. Segundo Paz (2007, p. 168, na

prisão há um redimensionamento. “...práticas e valores como os do namoro, do casamento, do exercício da sexualidade, da família, não são perdidos quando da passagem para a situação do encarceramento”.

Também é importante frisar, assim como fez Ojeda (2013, p. 239) que há diferenças entre os gêneros com relação ao comportamento afetivo, sendo o homem encarcerado mais discreto, enquanto a mulher é mais transparente e aberta, senão vejamos:

En cárceles de varones la demostración de afectos tiende a ser más "discreta"; al contrario, en prisiones de mujeres este tipo de comportamientos es muy común y suele verse a las mujeres abrazarse entre sí, tomarse de las manos, acariciarse o besarse.

Importante trabalho sobre o tema da afetividade foi realizada por Cunha (1989) que avaliou os laços afetivos criados nas prisões femininas de Portugal. Para Cunha (1989), os casais femininos que se formaram dentro da prisão eram um importante fator de estabilidade psicológica e emocional, além de uma realidade sociológica existente em todos os presídios portugueses.

É evidente que o trabalho e a educação também favorecem a criação de novos vínculos afetivos dentre as pessoas que participam destes grupos, como afirma Pires e Palassi (2008): “uma condenação que, além da liberdade, lhes tira a identidade e dignidade, as frentes de trabalho oferecem a estes presos aspectos como oportunidade de profissionalização, novas amizades, valorização, respeito e esperança”. Assim, fica evidente a importância que as relações efetivas tem na vida do encarcerado e que podem ser fomentadas dentro das diversas ações já existentes nas unidades prisionais, sempre favorecendo o aspecto da reabilitação dos encarcerados.

De uma forma geral, os vínculos afetivos, sociais e familiares são importantes ferramentas a serem utilizadas para reabilitar o criminoso, bem como para afastá-lo da delinquência, atuando como uma medida socioeducativa. Assim, ações e programas que favoreçam as relações afetivas que tragam impacto positivo ao processo de reabilitação e ressocialização são iniciativas bem-vindas dentro do sistema carcerário. Esta também é a percepção de Julião (2010, p.342).

[...] vínculos familiares, afetivos e sociais são sólidas bases para afastar os condenados da delinquência, ou seja, evitar a reincidência criminal,

conforme já previsto na área socioeducativa, o sistema carcerário deverá investir na implementação de um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitário para a política de execução penal, primando-se por diretrizes e políticas que estreitem os laços familiares e comunitários com os apenados, principalmente ampliando as perspectivas de efetivamente se 'mediar os possíveis conflitos' existentes (Julião, 2010, p. 342).

Nos presídios da Espanha fica evidente que esta percepção já foi notada e que ações e programas já estão em pleno funcionamento, vinculando as atividades laborais, educacionais, esportivas e culturais com ações relacionadas ao fortalecimento e manutenção dos vínculos afetivos que tragam impactos positivos para o processo de ressocialização, sejam estes provenientes de relacionamentos com pessoas dentro da instituição correcional, seja eles oriundos da família, parentes ou amigos que se encontram fora dos muros da prisão.

Para tanto, é necessário que estes vínculos sejam mapeados e analisados, levando em consideração as características do cárcere e a legislação local. Também se faz necessário uma análise das situações que levaram ao encarceramento e dos vínculos afetivos que podem prejudicar o processo de reabilitação das presas, uma vez que estas podem ter provocado a própria prisão, conforme relatado por Nobre, Barrio e Nobre (2016). Neste trabalho, existem alguns relatos de mulheres encarceradas na qual elas afirmam que a vida criminosa de algumas desta havia começado através dos companheiros. É necessário procurar outros meios que possam favorecer, com eficiência, o processo de reabilitação e também que possam contribuir para a diminuição dos índices de reincidência criminal, sem que isso onere, substancialmente, os cofres públicos. Também devem ser eficazes com relação a sua implementação, sob o risco de não serem adotados ou de se tornarem muito burocráticos dificultando sua adoção.

Neste sentido, durante a nossa pesquisa de campo, baseada em entrevistas e observações que fizemos durante nossas visitas as unidades prisionais do IPF e do CTP, conseguimos identificar diversas relações afetivas que, se foram devidamente incentivadas, podem contribuir para uma melhoria significativa do processo de reabilitação e de ressocialização das mulheres encarceradas. É claro que não se tratam de ações isoladas e que se sobrepõem as demais já existentes, mas sim que devem ser somadas as já existentes, devendo, contudo, haver antes uma análise e ajuste de tais ações, sob pena de não surtirem os efeitos desejados.

De uma forma geral, segmentamos estas relações, conforme a lógica esperada, em relações afetivas internas e relações afetivas externas ao cárcere. Aqui evidenciamos o conjunto de relações que são comuns ou que guardam alguma proximidade entre ambos os presídios, senão vejamos:

- 5 a) As relações afetivas internas que ocorrem:
- entre prisioneiras;
 - entre a prisioneira e os funcionários da instituição;
 - entre a prisioneira e seus filhos (bebês).
- b) As relações afetivas externas que ocorrem:
- 10 • entre a prisioneira e o seu companheiro (homem ou mulher);
- entre a prisioneira e os seus pais;
 - entre a prisioneira e seus filhos;
 - entre a prisioneira e amigos e parentes.

15 Evidentemente as relações afetivas aqui citadas não esgotam todas as possibilidades, haja vista que a sua existência tem relação direta com o sistema prisional e também com as regras internas de cada instituição. Como exemplo citamos o caso do relacionamento afetivo das mães com seus bebês. Conforme evidenciaremos nas seções seguintes, somente o IPF possibilita este contato, uma

20 vez que o CTP somente abriga mulheres que não tem filhos pequenos. No caso, o sistema espanhol possui presídios específicos, chamadas de Unidades de Madres, para abrigar as mães-detentas com seus filhos de até 3 anos de idade.

Outro ponto de destaque é que estes relacionamentos tem uma forte relação com os direitos sociais das prisioneiras, razão pela qual dedicaremos uma

25 seção para abordar este tema, pontuando, sempre que necessário, situações e ações que podem ser realizadas ou que devem ser modificadas para que o processo de reabilitação e ressocialização das prisioneiras tenham uma maior eficácia.

Abordando, neste momento, as relações afetivas internas, verificamos que elas diferem entre os dois presídios no que tange à vigilância, sendo esta bem

30 mais ativa no sistema espanhol, apesar de toda a liberdade que gozam seus internos. Neste sistema as detentas podem realizar uma série de atividades e manter diversos tipos de relacionamentos, sendo coibido apenas aqueles que contrariem as regras institucionais. Portanto, a vigilância não é para tolher ou limitar

as relações afetivas benéficas as prisioneiras, mas sim aquelas que possam prejudicá-las, inclusive aquelas que possam levadas a prática de algum crime, tanto dentro da instituição, quanto fora dela, quando elas foram libertadas. Trata-se de uma liberdade vigiada, onde o comportamento e os relacionamentos são sempre
5 objeto de vigilância e avaliação.

Frisamos que isso só é possível devido a qualidade do sistema prisional espanhol, expressa através da sua excelente infraestrutura, da qualificação e do contingente de funcionários, além, é claro, de uma política cuja ótica é punir com o rigor necessário, porém fornecendo todos os meios necessários para que seus
10 prisioneiros mudem e que, em seu retorno a sociedade, não pratiquem novos crimes. Evidentemente, situações como superlotação, precariedade na infraestrutura e nos serviços fornecidos, além da baixa qualificação ou número de funcionários acaba prejudicando quaisquer ações que visem a reabilitação e ressocialização dos prisioneiros, como acontece no sistema prisional brasileiro.

Em conversa com a assistente social do CPT questionamos sobre o desenvolvimento das relações afetivas dentro do cárcere, tanto entre as detentas, quanto entre elas e os diversos funcionários do sistema prisional, sendo possível detectar que as relações de afetividade são incentivadas quando se nota que ela não é prejudicial a prisioneira ou capaz de gerar algum tipo de desconforto com as
20 demais presas ou funcionários. Na verdade, ela foi bem enfática no sentido de que o único relacionamento afetivo não permitido internamente é aquele que derive para uma conotação sexual entre as prisioneiras e os funcionários. Todas as demais formas de afeto não são proibidas.

25 - Como as presas se relacionam internamente entre elas e entre elas e os funcionários? (Entrevistadora)

30 - Elas têm total liberdade de se relacionarem entre si. Apenas vigiamos se tais contatos não vão trazer algum tipo de prejuízo para ambas. Muitas vezes elas nos procuram para mudar de cela, com a intensão de ficarem juntas. Neste ponto avaliamos a situação para atender ou não ao pedido (Assistente social)

- Vocês já chegaram a negar algum destes pedidos? (Entrevistadora)

35 - Nunca tivemos indícios para negar uma destas solicitações (Assistente social).

- Que tipo de indícios são utilizados? (Entrevistadora)

40 - Dentro do CPT temos vigilância constante em todos os ambiente. Isso favorece a gestão prisional, de forma que nossas decisões sempre tem muito respaldo e eficiência. O preso tem muita liberdade dentro da instituição, porém é uma liberdade contida, sempre vigiada. (Assistente social).

- Mas isso não gera um desconforto nas detentas? Elas não reclamam disso? (Entrevistadora)

- A elas é assegurada uma certa privacidade, por exemplo, dentro de suas celas. Mas esta vigilância é algo bom para elas, além de ser algo necessário para a própria manutenção do sistema prisional. Afinal, estamos lidando com pessoas que cometeram crimes, alguns bem violentos. A vigilância, o controle e as limitações fazem parte da punição. Fora isso, tentamos dar e garantir todos os demais direitos, visando gerar um ambiente interno que propicie sua reabilitação (Assistente social).

Isso também foi confirmado em diversas entrevistas com as prisioneiras daquela instituição correcional, a qual transcrevemos parte da entrevista da presa Papoula, de 27 anos, encarcerada a 3 anos e 2 meses, presa por tráfico de drogas.

- Você mantém algum relacionamento afetivo dentro da prisão? (Entrevistadora)

- Sim. Tenho uma companheira há mais de 1 ano que conheci aqui dentro (Papoula)

- Você tinha alguém antes de ser presa? (Entrevistadora)

- Meu namorado, mas ele deixou de me visitar faz tempo. (Assistente social).

- Porque ele parou de te visitar? (Entrevistadora)

- Eu acabei o relacionamento. Ele não prestava e eu soube que eles estava me traindo com outras mulheres, então porque ficar sofrendo por um homem? Já estou pagando um preço alto aqui dentro [...] (Papoula).

- E este novo relacionamento está lhe fazendo bem? (Entrevistadora)

- Nos damos muito bem. Compartilhamos muitos sentimentos comuns e isso acaba nos fortalecendo (Papoula).

- E você tem algum relacionamento com outras detentas? (Entrevistadora)

- Só amizade, companheirismo... (Papoula).

- E com os funcionários? (Entrevistadora)

- Eu trato todos com respeito, sigo as regras e nada mais. É claro que com o tempo a gente acaba pegando um pouco de afeição com alguns funcionários, mas apenas amizade, algo bem cordial, algo que você faz e nem percebe quando está livre. É um agradecimento, um bom dia, algo deste tipo (Papoula).

Já no IPF a vigilância não é tão eficiente quando a do CPT, por razões óbvias como a superlotação e o baixo contingente de funcionários. Desta forma, apenas evita-se que determinadas situações ocorram ou se intensifiquem dentro daquela unidade. Assim, brigas por questões sentimentais são, às vezes, antecipadas pelos setores de segurança ou mesmo pelo setor de assistência social, provocadas por ciúmes, ou mesmo, por inimizades criadas pelo próprio ambiente carcerário. Apesar disso, algumas relações afetivas internas criadas a partir da aproximação pelo trabalho, estudo, religião, etc. mostram-se promissoras, pois acabam gerando uma rede de apoio sentimental formada pelas próprias detentas. Este é o caso das prisioneiras que foram abandonadas pelos companheiros,

familiares e amigos e que acabam encontrando um refúgio sentimental junto as demais prisioneiras.

Salientamos também que o relacionamento amoroso entre funcionários e prisioneiras é proibido no IPF. Para a assistente social, contatos mais próximos
5 podem ocasionar desvios de conduta, o que pode gerar punições para o funcionário e para a detenta.

De fato, o ponto focal de relacionamento das presas com os funcionários concentra-se na figura das assistências sociais, uma vez que elas representam a primeira porta com o mundo externo.

10 Com relação aos contatos externos, vislumbramos que, tanto no IPF, quanto no CPT, eles estão vinculados ao momento da visita. Por isso, abordaremos este ponto em maiores detalhes em uma seção específica.

No entanto, antecipamos que o regime de visitas tem diferenças substanciais entre os dois sistemas, em parte oriundas da quantidade de presos em
15 cada unidade prisional e dos recursos, materiais e humanos, que ambos possuem.

Não obstante ao que vamos apresentar na seção 7.5 frisamos que, em ambos os casos, as relações afetivas podem trazer inúmeras vantagens ao processo de reabilitação e ressocialização das prisioneiras. Contudo, temos uma situação bastante diferente em ambos os presídios. Uma destas instituições que
20 favorece mais a manutenção dos relacionamentos afetivos externo ao cárcere do que a outra.

Evidentemente, em ambos os cenários, a questão de detectar que relacionamos trazem mais ou menos benefícios à recuperação das prisioneiras é espinhosa, árdua e complexa. No entanto, alguns indícios e informações podem ser
25 utilizadas como parâmetros, principalmente, pelo setor da assistência social.

Como principal fonte de indício podemos utilizar o comportamento da prisioneira após cada uma destas visitas, de maneira a verificar se ela, em um curto prazo, foi benéfica ou não e como ela está se comportando a médio prazo. Também é importante verificar e analisar a periodicidade desta visita e o seu contexto (trata-
30 se de uma visita íntima, de uma visita familiar, de uma visita realizada por amigos, etc.). Outro ponto a ser utilizado como parâmetro é uma análise do próprio visitante, identificando esta pessoa, sua relação com a prisioneira, seu histórico criminal, etc. Apesar disto parecer algo bem invasivo, devemos lembrar que estamos tratando de

um contexto prisional, onde a segurança é um dos fatores críticos a ser levado em consideração em todas as decisões.

Devemos lembrar que um tipo de relação afetiva que traz benefícios para uma detenta, pode não trazer benefícios para outra. Por exemplo, vamos ver o caso
5 de um companheiro que visita a mulher presa. Esta visita por ter impactos positivos ou negativos, a depender, por exemplo, se o companheiro funciona como porta voz para a prática criminosa dentro ou fora da prisão.

Diante deste cenário é necessário que a setor de assistência junto com o setor de segurança determine que tipos de relacionamentos afetivos favorecem cada
10 uma das prisioneiras e, assim, criar mecanismos que favoreçam e fortaleçam cada uma destas relações, combinando-as com as diversas ações e programas disponíveis dentro dos sistemas prisionais.

Não obstante a estes obstáculos, e como uma forma de diminuirmos os impactos iniciais causados pela necessidade de uma definição mais precisa sobre
15 que relações afetivas são benéficas ou não para as prisioneiras, propomos a criação de quatro grupos, que seriam inicialmente populados de acordo com os seguintes critérios: no primeiro ficariam as relações afetivas que, potencialmente, tenham impactos positivos para as detentas, devendo participar inicialmente deste grupo os netos, filhos, pais e avós das prisioneiras; no segundo grupo ficaram as relações
20 afetivas neutras, sendo composta inicialmente por membros de instituições de caridade, religiosas e outros órgãos de apoio; no terceiro grupo ficaram todas as relações afetivas que, potencialmente, tenham impactos negativos no processo de reabilitação e ressocialização das detentas, sendo constituída, inicialmente, por todas as demais pessoas, incluindo o companheiro (homem ou mulher), amigos e
25 demais familiares. No último grupo, ficariam todas as pessoas que possuem uma relação afetiva que cause impacto negativo para a prisioneira. Em um primeiro momento este último grupo estaria vazio.

Esta divisão em grupos e também a escolha de seus integrantes foi derivada das observações em ambos os presídios, dos relatos das prisioneiras e
30 também das entrevistas que realizamos com as assistentes sócias. Vamos novamente exemplificar usando o caso do companheiro da prisioneira. Em sua grande maioria este companheiro também está envolvido na prática de crimes, principalmente relacionados ao tráfico de drogas, razão pela qual nos leva a colocá-lo no terceiro grupo.

De uma forma geral, cada prisioneira teria, inicialmente, os seus 4 grupos formados pelo mesmo conjunto de tipos de pessoas. Com o passar do tempo, estes grupos teriam uma modificação em relação aos integrantes de cada grupo a partir das avaliações realizadas sobre cada um dos visitantes, ou seja, uma pessoa

5 poderia migrar de um grupo para outro a partir das avaliações que são realizadas com o transcorrer do tempo.

Neste contexto, a mobilidade de uma pessoa dentro destes grupos é fundamental para definir, de forma mais precisa, o papel desta pessoa dentro das relações afetivas de uma prisioneira, assim como a necessidade da avaliação destas

10 visitas ser constante e periódica, de maneira a manter esta rede de relacionamentos sempre atualizada. Desta forma, no decorrer do processo, cada presa terá sua própria rede de relações afetivas devidamente mapeada, sendo possível determinar, de maneira objetiva, que relações trazem ou não benefícios aos seus processos de reabilitação e ressocialização.

É importante frisar que excluímos deste cenário os operadores da lei, sejam eles advogados, defensores públicos, dentre outros, que tem prerrogativas legais determinadas em Lei. Para estes, outro controle deverá ser providenciado, ou mesmo ajustado.

15

Também salientamos que a ideia aqui exposta não implica necessariamente no impedimento da realização de uma visita, mas sim de estabelecer uma melhor vigilância sobre alguns visitantes, além de um melhor controle sobre estas visitas, de maneira a favorecer a prisioneira, através de ações e programas que melhorem seu processo evolutivo dentro da instituição correcional e amplie seus horizontes de ressocialização e reintegração social após sua libertação.

20

7.3 Peculiaridades e rotinas

25

Passaremos, nessa seção, a descrever as peculiaridades e a rotina do dia a dia existente nos dois presídios, de maneira a mostrar a realidade vivenciada pelas detentas nestes dois ambientes, ressaltando suas diferenças, aspectos positivos e o que pode ser melhorado, sempre levando em consideração as relações afetivas e seus impactos no processo de reabilitação e ressocialização.

30

7.3.1 O IPF

5

Este é composto de 5 grandes alas carcerárias, cada uma possuindo um pátio interno e capacidade para 100 internas, onde cada cela comporta 4 prisioneiras.

10

Um dos problemas que persiste a mais de 10 anos nesta instituição correcional está relacionado à sua superlotação, o que acaba por comprometer os diversos programas e ações existentes naquele presídio, sejam elas educacionais, laborais ou recreativas. Dados do DEPEN (2020a) mostram que a população carcerária desta unidade era de 969 presas em 2019, das quais 75,98% eram de prisioneiras aguardando condenação, 21,26% de prisioneiras em regime fechado e o restante cumprindo pena em regime semiaberto. Segundo os dados oficiais, esta unidade tem apenas 380 vagas, o que torna a situação bastante crítica, pois estamos tratando de uma sobrecarga de 255%. Acrescente a isso o surgimento e fortalecimento de facções criminosas, antes atuantes apenas em presídios masculinos.

20

As prisioneiras chegam ao IPF vindas da Delegacia de Capturas (DECAP). Elas chegam sujas, maltratadas, com halitose e forte odor, além da percepção de intenso sofrimento.

25

Já neste primeiro momento elas começam a ser submetidas ao processo de prisionalização. Durante o processo de ingresso elas recebem um conjunto de objetos necessários à sua estadia dentro da instituição como farda, toalha, chinelo branco, sabonete, escova de dente, pasta de dentes, absorventes, papel higiênico, copo, marmita e talher.

30

Depois disso, elas vão para uma fila receber dos agentes penitenciário as primeiras que elas devem seguir São regras simples, como as que se referem ao deslocamento dentro dos vários setores da prisão. De acordo com essa regra, detentas devem passar pelos corredores da prisão, seguindo uma "linha amarela" pintada no chão. Essa "linha amarela" representa um lembrete permanente da condição de subjugação e das regras impostas a todas as prisioneiras. Durante esta fase, não há questionamentos, não há reação, apenas o silêncio por parte das

35

detentas. Neste processo de ingresso elas são obrigadas a trocarem de roupa, vindo a vestir o fardamento fornecido, sendo esta uma exigência do presídio.

Após este processo inicial elas seguem para uma ala especial de triagem onde permanecem por cerca de 10 dias. Agora cada prisioneira vai para a seção de
 5 identificação para executar o processo de coleta de dados. Todas as informações de identificação são registradas em um sistema computadorizado, incluindo identificadores biométricos (íris, voz, rosto e digital) e somáticos (cicatrizes, tatuagens, entre outros). Registros fotográficos são coletados. Os prisioneiros não mostram nenhum sentimento. Eles respondem friamente às perguntas feitas pelos
 10 funcionários da prisão. O silêncio emocional permanece.

Concluída a fase de identificação, os agentes penitenciários levam as prisioneiras ao setor de assistência social. O principal objetivo desta área é coletar informações sobre família, vida social, filhos, entre outros. O silêncio é quebrado e as emoções surgem. Segundo a assistente social, é muito comum as prisioneiras,
 15 mães de crianças pequenas, chorarem.

Sobre a importância deste momento relata Nobre (2016, p. 70-71),

[...] Estes dados são importantes, pois eles são usados para traçar um perfil daquela interna, além de identificar as suas reais necessidades. Eles
 20 também são utilizados pelo assistente social não somente para o atendimento direto as presas, mas para realizar ações junto à família das detentas, já que em muitos casos, no ato da prisão, os filhos acabam ficando aos cuidados de vizinhos ou parentes. Daí surge algumas necessidades, tais como: acionar o conselho tutelar; iniciar o processo de
 25 solicitação de algum benefício social; se estas já recebem algum benefício, verificar quem ficou responsável por recebê-los, de forma a evitar que estes sejam alvos de criminosos, principalmente de traficantes de drogas, comunicando as autoridades competentes tais ocorrências, principalmente para suspender benefícios que estejam sendo utilizados de maneira ilegal, o
 30 como forma de forçar a correta utilização.

Dentro da intuição também existem um tribunal interno para resolver problemas disciplinares cujas sanções variam de uma pena leve como suspensão do direito de visita, a uma pena mais grave, como, por exemplo, até 30 dias de
 35 isolamento, no caso de agressão que resulte em lesão corporal uma lesão corporal. Se o crime tem uma maior o caso é levado a conhecimento do juízo de execuções criminais, podendo a presa ser condenada por este crime e ter seu tempo de aprisionamento aumentado. A família da prisioneira que sofre sanção disciplinar é avisada sobre a suspensão das visitas e os motivos desta suspensão, de forma a

evitar o custo de traslado até o presídio, além do desgaste emocional, e outras derivadas da falta de informação.

A rotina no presídio começa nos primeiros raios de sol, precisamente as 6h da manhã, quando os portões das celas são abertos pelas agentes penitenciárias. Algumas presas vão ao pátio interno para tomar banho de sol, outra preferem continuar em suas celas ou realizar outras atividades internas que são desenvolvidas dentro do presídio.

Ao todo são oferecidas três refeições diárias para as internas: a primeira logo após as 6 horas da manhã; a segunda refeição é servida ao meio dia e refere-se ao almoço; e, por fim, as 16h, é servido o jantar.

As mães-detentas com filhos fora da instituição são amparadas pelo setor de serviço social que atua como mediador das presas junto à família. A função do setor, dentre várias, é obter notícias dos filhos das detentas, de maneira que as mães-detentas acompanhem, minimamente, o desenvolvimento de seus filhos. Trata-se de uma ação que busca manter os vínculos afetivos da díade mãe-filho, além de atender ao anseio protetor e maternal intrínseco a toda mãe que visa proteger seus filhos do mesmo destino a elas imposto. Outro ponto de destaque é que as presas grávidas não têm qualquer tratamento diferenciado quanto a alimentação.

Quanto a rotina das internas que são mães, há um berçário interno para acolher as mães e seus filhos menores de 6 meses de idade, garantido por Lei, podendo ser prorrogado por mais 6 meses caso haja necessidade (Figura 24).



Figura 24 – Visita ao berçário do IPF

Fonte: Registrada pela autora em uma de suas visitas ao IPF.

As mães com filhos no berçário se dedicam em tempo integral aos cuidados dos seus bebês, a higienização e manutenção das suas acomodações, como a limpeza do quarto, suas camas, roupas pessoais, bem como as dos bebês.

Um dos momentos mais difíceis dentro da realidade das mães-detentas é a separação, na qual os bebês que estão na creche são retirados delas e entregues a algum cuidador (pai, familiares ou alguém designado pelo juiz para cumprir este papel). Isso ocorre após a criança completar 6 meses de idade. Veja que, no caso da punição, ocorre uma dupla punição, a da mãe e a de seu filho. Isso pode gerar um sentimento de revolta e não surtir os efeitos desejados pela punição. Sobre este momento da separação os relatos são realmente carregados de muita emoção, conforme podemos extrair da entrevista que fizemos com a Assistente social do IPF.

- Trata-se de um momento bem triste. Neste momento são mães que estão sendo separadas de seus bebês. Não é porque estão presas que deixaram de ser mães e de terem sentimentos, principalmente em relação aos filhos. É uma situação bem complicada de ser administrada, principalmente porque estas mulheres passarão um tempo deprimidas, sentido falta de seus bebês. (Assistente social)

- Você percebe algum benefício na manutenção desta díade mãe-filho, dentro do ambiente carcerário (Entrevistadora)

- Ela evidentemente não é benéfica para a criança, pois não temos o suporte adequado para mantê-las e isso pode acabar comprometendo o seu desenvolvimento, inclusive psicológico. Porém, como falei, é algo complexo, pois este é o tipo de relacionamento afetivo traz retornos positivos para a reabilitação da detenta e sua ressocialização (Assistente social)

- De que forma este relacionamento, mesmo com tais limitações, é favorável? (Entrevistadora)

- Estamos aqui falando do papel materno, que é intrínseco a quase todas as mulheres. O desejo de ser mãe, de cuidar e proteger a sua prole[...]. Diversos são os momentos de carinho e ternura que eu presencie das mães para com os seus filhos e não estou falando somente dos bebês, mas também daquelas que recebem seus filhos durante as visitas. Isso faz elas mudarem. Isso as faz refletir no que fizeram e no mal que estão fazendo com os próprios filhos ao se colocarem naquela situação (Assistente social).

- Mas há algo que evidencie esta mudança? (Entrevistadora)

- Sim, elas apresentam um comportamento bem mais ameno. São mais tolerantes e disciplinadas. Evitam confusões e estão mais dispostas a algumas atividades relacionada ao trabalho ou ao estudo. Muitas delas chegam ao setor da Assistência Social em busca de um apoio no momento de serem colocadas em liberdade. Buscam uma oportunidade de emprego, uma melhor condição de vida (Assistente social).

É evidente que estas crianças aparentam um prejuízo psicológico, necessitando de acompanhamento profissional, de forma que ela não seja vitimada

pelo cumprimento da pena imposta a mãe. Como o presídio não tem estrutura psicopedagógica, essas crianças são encaminhadas direcionadas a um abrigo provisório até que a mãe- detenta seja posta em liberdade sendo, preferencialmente, encaminhadas, ao abrigo Tia Júlia. Neste ponto o setor de assistência social tem um importante papel, pois a este incumbe-se a responsabilidade de levar estas crianças, uma vez por mês, para visitar suas mães dentro do IPF. Percebe-se, neste caso, a nítida intenção de que o vínculo materno seja mantido. No entanto, baseados no modelo espanhol, sugerimos a adoção das Unidades de Madres, uma vez que essa favorece a manutenção e o fortalecimento destas relações afetivas por um período bem maior e com uma qualidade superior ao atual modelo adotado no IPF. Além disso, haveria uma separação entre mães com filhos menores de até três anos (seguindo o que está definido no modelo espanhol) das demais prisioneiras, o que por si, poderia favorecer o processo de reabilitação e ressocialização das primeiras, partindo da premissa de que este grupo teria, entre si, mais pontos de afinidade em comum, além de que as ações e os programas destinados as mesmas serem bem mais assertivos do que se elas estivessem em convivência com outras presas, como é a atual realidade do IPF.

Há ainda outro caso que merece destaque dentro da rotina das prisioneiras do IPF: o abandono. Ele acontece devido a diversos fatores (abordaremos com maior profundidade nas próximas seções), cuja consequência imediata é a depressão e uma aceleração do processo de prisionalização.

Conforme Nobre (2016, p.76) a carência afetiva leva as detentas, fruto muitas vezes do abandono de seus companheiros, a se reorientarem sexualmente, adotado o homossexualismo dentro do IPF.

Outro fator relevante é a homoafetividade existente no presídio, um percentual de aproximadamente noventa por cento se relacionam entre si, tendo em vista a carência afetiva, abandono por seus companheiros que também estão presos, ou por companheiros que estão foragidos da justiça por terem cometido ilícitos e não querem correr o risco de serem capturados no momento de preencher o cadastro de visitantes, no entanto essas presas não eram homossexuais fora do cárcere.

Isso foi constatado nas entrevistas com as prisioneiras e também com a própria assistente social. Vejamos um trecho da entrevista com Camélia de 34 anos, presa a 5 por tráfico.

- Você mantém algum relacionamento com alguma companheira dentro da prisão? (Entrevistadora)
- Há 3 anos atrás deixei meu homem e me juntei com amiga que compartilhava a cela comigo. Ele nos últimos tempos quase não vinha me visitar. Sempre tinha uma desculpa, mas acho que ele arrumou outra mulher lá fora. (Camélia)
- Mas você já se relacionou com outras mulheres antes de ser encarcerada? (Entrevistadora)
- Não. Lá fora eu tinha marido e uma família. Nunca me passou pela cabeça manter relações sexuais com outra mulher, nem por curiosidade. (Camélia).
- E o que te fez mudar de ideia? (Entrevistadora)
- Sinceramente eu não sei. Talvez a decepção e o abandono do meu marido (Camélia).
- E o seu relacionamento agora te faz algum bem? (Entrevistadora)
- Eu gosto, pois me faz sentir viva. (Camélia).

As presas que recebem visitas de seus companheiros (homens ou mulheres). Para que isso ocorra é realizado um agendamento com análise prévia de documentos de forma a comprovar o relacionamento. Estes documentos são analisados e aprovados pela diretoria. Só então a entrada dos mesmos é autorizada. Vamos abordar um pouco mais sobre o regime de visitas em uma seção específica.

As 16 horas, após o toque da sirene, cada detenta segue para a sua cela, sendo os portões fechados pelos agentes.

Esta rotina é rompida pela realização de eventos que ocorrem no interior do presídio, visando propiciar momentos de lazer, cultura e entretenimento as detentas. Dentre estes eventos destacam-se desfiles, amostras teatrais e shows musicais, nas quais as detentas figuram como protagonistas, participando ativamente destas atividades.

Em um destes eventos foi possível perceber o nível de participação e interesse despertado nas detentas. Neste evento, em específico, algumas faziam parte de um grupo teatral, outras participaram de um desfile de beleza para a escolha da *Miss* IPF. As roupas foram confeccionadas por outros grupos de detentas, já outras participaram de espetáculos de dança ou de apresentação de capoeira (arte marcial criada pelos escravos na época do Brasil Colonial. Para evitar que eles fossem punidos por seus “donos” eles camuflavam o aspecto de arte marcial em forma de uma dança).

É bom frisar que eventos deste tipo são exceções ao cotidiano do IPF. Dentro dos anos em que trabalhei na Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, órgão responsável pela gestão do sistema prisional do Ceará, e também durante

todo o período de pesquisa (2015 a 2020), presenciamos pouquíssimos eventos deste tipo, como mostrado na Figura 25.



Figura 25 – Plateia que participada do evento cultural e artístico dentro do IPF

Fonte: Nobre (2016).

Não obstante a escassez dos eventos dentro do IPF, eles têm um impacto positivo bem grande dentro da comunidade prisional (Figura 26), atraindo a atenção de todas as prisioneiras.



Figura 26 – Evento cultural e artístico realizado pelas detentas, dentro do IPF

Fonte: Nobre (2016).

Na verdade, os eventos representam uma fuga, mesmo que momentânea, da dura realidade vivenciada por elas no ambiente prisional. Conforme relatado por Nobre (2016, p. 76), as prestas “estavam alegres, felizes e com o sentimento de que estavam fazendo algo útil e que poderia ajudá-las a recuperar sua auto-estima”. Neste sentido transcrevemos alguns destes relatos:

Poxa... tá muito legal. Muito lindo. Estou me sentindo bem. A gente aqui no presídio, doutora, não tem muita coisa para fazer. [...] No desfile a gente se veste com roupas lindas, se maquia, passa batom, se arruma toda. Faz a gente se sentir melhor. Queria que isso sempre ocorresse (Rosa, 24 anos, a 8 meses presa. Estava participando do desfile).
[...]

Nunca tinha participado de nada disso antes, nem na escola. Estou me sentindo uma atriz de novela. Pena que isso não dure muito. Amanhã volta tudo ao normal. Pena. Deus sabe quando isso vai ser feito de novo. São estas coisas que fazem a gente pensar no valor da liberdade, de estar solta. A gente num dá valor as coisas mais simples quando esta lá fora. Aqui o negocio muda. Aqui o bicho pega. Num quero voltar para cá mais não. Deus me livre (Margarida, 25 anos, a 3 anos presa. Estava participando do espetáculo de dança). (Nobre, 2016, p. 79).

Este sentimento de euforia também foi observado nas detentas que estavam assistindo o evento.

7.3.2 O Centro Penitenciário de Topas

Conforme já relatamos, o Centro Penitenciário de Topas (CPT) é um dos mais perfeitos complexos carcerários do mundo, tanto em relação à estrutura, quanto em relação ao aspecto da ressocialização. Neste presídio a finalidade ressocializadora da pena é levada a sério, sem ser atenuado o aspecto punitivo da pena. De fato, podemos perceber pela análise dos documentos, leis, e dados existentes sobre o sistema carcerário espanhol que, embora possuindo o benefício da liberdade condicional, ela de fato não vem sendo utilizada pelo governo, que, de certa forma, encontrou a medida ideal entre na díade punir-ressocializar. Neste aspecto o preso cumpre a pena imposta pelo Estado de maneira digna, tendo o contato com a sua família estimulada, permitindo que este tenha um comportamento

orientado para o seu processo de recuperação, objetivando o seu retorno ao convívio familiar.

De fato, as entrevistas com as presas do CPT mostraram que este contato com os familiares e amigos, de maneira corriqueira, é salutar para uma mudança de perspectiva, melhorando seu período de encarceramento, uma vez que diminui o sentimento de abandono e de exclusão social. Vejamos um destes relatos de uma detenta presa a 3 anos, condenada por tráfico de drogas:

- Como são seus contatos com o mundo exterior? Você recebe alguma visita? (Entrevistadora)

- Bem, minha família vem me visitar todo mês. Algumas vezes são meus irmãos, outras vezes eles trazem minha mãe. É sempre bom vê-los.[...] Eles acabam me fazendo refletir bastante no que eu fiz o no tempo da minha vida que estou desperdiçando por ter feito tanta besteira. Não tem como não repensar nós seus atos ao ver sua mãe naquele ambiente [...]. (Valquíria, 23 anos)

- Você acha as visitas importantes para o seu processo de reabilitação. (Entrevistadora)

- Sim, sim... acho que sem ver meus irmãos e minha mãe eu não aguentaria a vida aqui. É interessante o quanto a gente passa a dar valor a coisas simples do nosso dia a dia: um beijo, um abraço, uma palavra de carinho. Coisa que nunca mais vou querer perder. (Valquíria, 23 anos)

- Você se sente à vontade durante as visitas ou há algo que possa ser melhorado? (Entrevistadora)

- Não tenho do que reclamar. Este é um momento muito esperado por todas que estão aqui. Me sinto bem à vontade [...] (Valquíria, 23 anos)

Conforme podemos depreender, a visita tem vários benefícios, tanto a curto, quanto a longo prazo, tanto relacionados à manutenção de um ambiente prisional mais ameno, quanto à reabilitação da presa e sua reintegração ao convívio social. Neste ponto chamamos a atenção para o fato das visitas ocorrerem com horário agendado e ocorrerem apenas uma de cada vez, ou seja, quando uma prisioneira está recebendo visita nenhuma outra presa está sendo visitada. O objetivo é evitar qualquer tipo de constrangimento para a presa que está recebendo visita bem como para seus visitantes, criando, desta forma, um ambiente bastante salutar a reabilitação.

Ainda sobre isso afirma a assistente social do CPT:

Seguimos os protocolos estabelecidos pelo Governo, que primam por criar e manter um ambiente favorável ao processo de ressocialização. Isso passa por dar a elas o máximo de contato possível com a realidade que a espera fora da prisão.

Esta visão humanista e, por assim dizer, de vanguarda, existente no sistema prisional espanhol, concretizada no CPT, o faz ser uma referência para o mundo. Citamos, por exemplo, a área de lazer, com amplos e verdes jardins, além da existência de piscinas, quadras de esporte, salas de musculação, etc que propiciam ao preso ocupar seu tempo com atividades comuns a vida de uma pessoa em liberdade. Tudo nesta prisão foi idealizado para o bem-estar dos prisioneiros, isso vai desde a alimentação, que é preparada naquela instituição e pelos próprios prisioneiros, seguindo as orientações dos nutricionistas e chefes de cozinha, até às atividades laborais que as prisioneiras desenvolvem dentro do CPT. Trata-se de uma alimentação balanceada e de qualidade, sendo oferecido aos detentos até três refeições diárias.

Conforme já frisamos, essa forma de tratamento dos reclusos não é restrita ao Centro Penitenciário de Topas, tomado aqui somente como exemplo de sucesso de administração prisional na Espanha. Aqui podemos notar a imensa discrepância entre os sistemas prisionais brasileiro e espanhol, sobretudo na visão humanista sem perder o caráter punitivo deste último.

Devemos salientar que no CPT também foram criados os “Módulos de Respeito”, cuja ideia básica está assentada na confiança atribuída aos presos e na livre participação, tanto das prisioneiras, quando dos funcionários que dele fazem parte. Nos Módulos de Respeito as próprias presas sentem a responsabilidade de administrar o cumprimento de suas penas. Eles passam a determinar os horários de trabalho, lazer, alimentação, e demais atividades. A elas é dada autonomia e também a oportunidade de participar da administração prisional o que, de fato, acaba contribuindo para que sua integração social seja facilitada uma vez que elas deixam de ser meras coadjuvantes de suas vidas, ou seja, apenas receptoras de ordem, para ser uma agente participativa e corresponsável pelo destino de todas as prisioneiras.

Além das visitas convencionais as presas ainda têm direito a visitas íntimas, onde os visitantes são tratados de forma digna e sem a realização de revistas vexatórias. Há somente a passagem obrigatória por um detector de metais.

Durante a semana as detentas ainda têm direito a cinco ligações telefônicas, contudo, em caso de necessidade, permite-se que mais ligações possam ser realizadas. Também é garantido o direito ao sigilo de suas comunicações,

ressalvados-se aqueles casos onde há autorização judicial que autorize a interceptação.

Conforme já salientamos, a presa só está privada de sua liberdade, devendo ter resguardado todos os outros direitos, garantindo que ela tenha um ambiente muito próximo a realidade vivenciada fora do cárcere. Um dos exemplos mais palpáveis desta abordagem é o fato da prisioneira ter acesso a dinheiro através de uma conta bancária cuja administração é realizada pelos agentes prisionais. Assim, as presas podem receber dinheiro depositado por seus parentes, ou mesmo fruto do seu trabalho em alguma atividade laboral dentro do presídio, e utilizar deste recurso para comprar algo que deseje e que seja fornecido dentro da instituição correcional, como, alimentos que estão disponíveis nas máquinas de alimentos existentes dentro do CPT.

Observamos também, durante as entrevistas, que as prisioneiras não estão obrigadas a usar uniforme. Na verdade, elas usam a roupa que quiserem. Novamente a questão do respeito ao preso e a sua individualidade são levados a sério. Vejamos o relato de Petúnia, encarcerada a 1 ano por roubo.

- Estou vendo que você não está usando uniforme. Se sente melhor assim? (Entrevistadora)
 - Não gosto do uniforme, prefiro as minhas próprias roupas, pois são mais confortáveis. Geralmente todas nós usamos nossas próprias roupas (Petúnia, 32 anos)
 - Você acha que vestir suas próprias roupas é importante? (Entrevistadora)
 - Não é o fato apenas de vestir o que eu quero, e sim o fato de eu ter esta opção e a escolha ser feita por mim, entende? Aqui temos muitas privações, e o fato de eu escolher o que vestir me faz sentir um pouco de liberdade (Petúnia, 32 anos)

De fato, a Espanha foi capaz de perceber o quanto os atos simples, como a escolha do vestuário pelo próprio encarcerado, podem impactar positivamente no processo de ressocialização. Aqui não estou me referindo apenas a escolha do vestuário, mas ao conjunto de todas as ações que visão garantir a prisioneira um sentimento de que a punição pelo seu crime é justa e de que ela vai ser tratado dignamente, sendo-lhe oferecido oportunidades para mudar a sua vida.

Na Espanha o peso da punição concentra-se na liberdade de ir e vir, sendo preservados, dentro desta limitação, todos os demais direitos, dentre eles o lazer. São oferecidas diversas atividades culturais que incluem teatro e estação de rádio interna, além de esportivas como basquetebol, futebol, squash, dentre outras,

todas realizadas dentro de uma infraestrutura de boa qualidade, propiciando um ambiente compatível com a continuidade daquelas atividades ao longo do tempo, sem causar aos seus usuários desmotivação que os leve ao abandono daquela prática.

5 Esta diversidade de atividades foi relatada em todas as entrevistas realizadas com as prisioneiras, tendo também sido citada pela assistente social daquela instituição como algo essencial para manter o bom clima prisional, além de favorecer uma melhor reabilitação de todos os detentos.

10 - Notei que o presídio de Topas tem uma série de atividades esportivas e algumas atividades culturais que estão disponíveis para as prisioneiras. Na sua visão isso favorece, de alguma forma, para a reabilitação delas? (Entrevistadora)

15 - Sem dúvidas. Aqui, e em todo o sistema prisional espanhol, tentamos oferecer um conjunto de atividades que possam preencher o máximo do tempo ocioso de todos os detentos. Estas atividades favorecem uma interação saudável, além de gerar um ambiente, mesmo que momentâneo, compatível com a vida fora do presídio [...] veja que estas atividades fazem parte de um conjunto maior de ações e programas que objetivam a reabilitação dos detentos. Assim, não podemos creditar a esta ou aquela iniciativa os créditos da reabilitação. Trata-se de um esforço conjunto de ações, programas e pessoas para que se tenha um bom resultado (Assistente social)

20 - E como se dá o retorno dos egressos a sociedade? Existe algum apoio? (Entrevistadora)

25 - Este é um ponto importantíssimo dentro do sistema prisional. Procuramos ter uma rede de contatos de forma a acompanhar os detentos quando eles são libertados. Aqui as ONG têm um papel importante. Elas fazem a introdução dos egressos de volta na sociedade e também os ajudam no processo de realocação dentro do mercado de trabalho (Assistente social).

Além da assistência social, os egressos (homens e mulheres) deste sistema têm direito ao recebimento de uma ajuda pelo período de quatro meses, semelhante ao seguro desemprego fornecido no Brasil ao trabalhador demitido. Na Espanha esta ajuda equivalente a um salário mínimo que, corresponde a €\$ 1050,00 (mil e cinquenta euros). O objetivo é ajuda-los evitando que eles cometam novos delitos neste momento crítico de retorno e reinserção à sociedade.

40 7.4 Direitos sociais: trabalho, lazer e educação

Nesta seção iremos discorrer sobre os direitos sociais das detentas à luz da legislação e da realidade, bem como identificar e analisar as ações criadas para garantir os direitos sociais dos presos e sua eficácia no processo de reabilitação,

com o objetivo dar subsídios para definição de estratégias governamentais e políticas públicas mais eficazes em termos de redução da reincidência criminal.

5 7.4.1 A Lei de Execuções Penais brasileira e os direitos sociais relacionados ao trabalho, educação e lazer

10 A LEP, embora considerada uma das legislações mais modernas do mundo, encontra muitos obstáculos para atingir seu objetivo, sendo este definido em seu Art. 1 como, “proporcionar condições para a integração social harmoniosa da pessoa condenada e do internato” (Brasil, 1984).

15 A LEP prevê que o Estado brasileiro promova a assistência ao preso, além de orientá-lo no retorno à convivência em sociedade, estendendo essa assistência ao egresso do sistema prisional. Entre os diversos direitos sociais assegurados pela LEP, temos ações voltadas para saúde, nutrição, educação, trabalho, maternidade, entre outras (IPEA, 2015). Nesse contexto, as ações voltadas à educação e ao trabalho têm impacto direto na reintegração do preso na sociedade.

20 Embora haja a garantia legal, esta não se faz concreta como podemos verificar ao analisarmos os dados, por exemplo, das ações voltadas à escolaridade. Neste contexto, apenas 12% da população carcerária brasileira está envolvida em alguma atividade educacional (DEPEN, 2017). Esse número chega a 25% se considerarmos apenas a população feminina (DEPEN, 2018). Apesar de ser um elemento fundamental no processo de reabilitação do criminoso, a educação não é
25 considerada uma prioridade dentro das unidades penitenciárias, como fica claro nas entrevistas contidas na pesquisa elaborada pelo IPEA (2015). Esse descompasso ainda é resultado da ideia de que a pena de privação de liberdade tem apenas o objetivo de punir os prisioneiros, excluindo todo o aspecto ressocializante que também deveria existir.

30 Outro destaque nas investigações sobre a ressocialização de criminosos são as ações voltadas ao trabalho. No Brasil, apenas 15% do total da população carcerária está envolvida com atividades de trabalho (DEPEN, 2017), enquanto na população carcerária feminina esse número chega a 24% (DEPEN, 2018). No entanto, o trabalho na prisão é visto mais como uma forma de ocupação do tempo
35 ocioso do que uma preparação para o mercado de trabalho. Isso tem um reflexo

direto nos egressos, uma vez que nenhuma das oportunidades de trabalho foi continuada após o preso ser posto em liberdade (IPEA, 2015). Na realidade, a política de emprego para prisioneiros libertados é bastante limitada ou mesmo inexistente, com exigências burocráticas excessivas para a contratação efetiva desses prisioneiros.

Contudo, reduzir os direitos sociais apenas a estes dois, representa um enorme erro, haja vista a importância dos demais. Vejamos, por exemplo, o lazer, que está assegurado no art. 41º da LEP, ao determinar que os presos tenham direito ao descanso e a recreação, proporcionais ao tempo destinado ao trabalho, além do exercício de atividades artísticas, intelectuais e desportivas, devendo isso sempre ocorrer levando em consideração a execução da pena. É necessário termos em mente que o encarceramento pode gerar um desgaste mental insuportável, o que pode levar estes indivíduos a uma situação de vulnerabilidade ainda maior. Neste ponto, atividades envolvendo leitura, além da prática de esportes e artes, devem ser fomentadas, com o propósito de garantir ao preso alguns momentos em que possa desenvolver sua criatividade e o seu engajamento em atividades sociais voluntária.

Ressaltamos que uma prisão constitui uma micro-sociedade, com regras e uma cultura própria. Dentro destas instituições o indivíduo perde, aos poucos, sua identidade e logo adquire uma série de características comportamentais inerentes a cultura prisional. Dentro deste processo de aprisionamento os indivíduos ingressam em grupos sociais formados a partir das afinidades entre seus membros. Nobre, Barrio e Nobre. (2016) enumeram alguns grupos sociais existentes em uma unidade prisional feminina brasileira, dado destaque ao grupo social formado por pessoas envolvidas no tráfico de drogas. Segundo Nobre, Barrio e Nobre (2016), há um temor das demais prisioneiras com relação aos membros desse grupo, dado o caráter violento e intimidador utilizado pelas suas integrantes. Este fato ganha relevância ao considerarmos a proliferação de facções criminosas nas prisões brasileiras, caracterizadas por provocar rebeliões e atos de extrema violência, tanto dentro quanto fora da prisão.

Sobre este assunto a assistente social do IPF relata:

- Antes não tínhamos problemas relacionados às facções criminosas como aqueles existentes no sistema prisional masculino. A realidade agora mudou. Estamos tendo que realizar uma triagem entre as presas de maneira que não coloquemos pessoas que estão envolvidas com facções

criminosas no mesmo ambiente. Estão se tornando comuns também as agressões e os relatos de ameaça. (Assistente Social)

- E quando começou a atuação das facções no presídio feminino? (Entrevistador)

- Foi entre 2014 e 2015, mas em um determinado período entre 2016 a 2017, ficou mais evidente esta atuação. Administrativamente tivemos que nos adequar a esta nova realidade. (Assistente Social)

De fato, o surgimento destas facções dentro das instituições correcionais, tanto femininas quanto masculinas tem reflexo direto no dia a dia carcerário. Essas organizações criminosas buscam, de forma incansável, criar e consolidar suas áreas de influência dentro do território brasileiro, possuindo estruturas de poder autônomas e regramentos evidentemente conflitantes com as normas jurídicas que regem o Estado brasileiro. Prosperam, principalmente, devido à incompetência, conivência e omissão dos governantes brasileiros. Além disso, as facções passaram a prover bens e serviços básicos para alguns presos e suas famílias, além de terem se imposto como uma instância reguladora e mediadora das relações sociais dentro da prisão. Passaram a exercer uma espécie de liderança, mesmo que usando da violência, exercendo o papel de juiz, determinando suas decisões nos mais diferentes conflitos sociais.

Estas facções passaram a interferir, direta e fortemente, no processo de formação da cultura interna das prisões, na medida em que criaram regras diferentes das existentes, impondo uma série de rituais, além de segmentar, nas prisões, aqueles que fazem ou não parte de determinada organização criminosa. Passaram também a participar direta ou indiretamente da gestão das unidades prisionais, inclusive determinando quais presídios deveriam receber presos de determinada facção, como uma forma de evitar conflitos entre os seus membros. O poder que é exercido por estas facções dentro das unidades é tão forte que elas chegam a escolher os presos que irão ocupar os escassos postos de trabalhos existentes ou mesmo de interceder junto aos diretores nos casos em que houve abuso de poder realizado por algum funcionário. São comuns os noticiários que relatam o poder destas facções dentro dos presídios, tendo força suficiente para impedir que políticas mais duras de combate ao comando destas organizações prosperem. Usam da violência dentro e fora das prisões para fazer valer seus interesses. Isso foi verificado durante as entrevistas com as presas, a qual citamos o trecho da entrevista com a presa Amora, de 24 anos, presa a 2 anos e 1 mês, por estelionato:

- Aqui doutora o bicho tá pegando. A gente fica tudo com medo deste pessoal das facção. Tenta não se meter, mas sabe como é? as vezes a gente tem que fazer o que mandam. (Amora, 24)

- E o que te mandam fazer? (Entrevistadora)

- Coisas erradas, doutora, coisas erradas. Posso dizer não. Não quero confusão. Imagina se eu digo e descobrem. As paredes têm ouvidos. Se descobrem vão me bater, vão me matar. É gente muito perigosa, doutora. (Amora, 24)

Neste contexto, vê-se claramente a necessidade da realização da separação entre os presos. Esta separação, segundo nosso entendimento, pode ser realizada levando em consideração, por exemplo, o grau de periculosidade, o tipo de crime cometido, o tempo de punição, além de outros fatores, a fim de desconstruir as práticas que levaram as penitenciárias a se tornarem meios de reprodução e aperfeiçoamento do crime.

Alinhado a esse pensamento, o governo brasileiro publicou em outubro de 2015 a Lei 13.167, que tem por objetivo criar uma separação entre os presos com base na gravidade do crime, impedindo ou dificultando o processo de captura de presos por facções criminosas. Esta lei acaba favorecendo o processo de ressocialização de detentos com baixo risco e alta propensão a não cometer um novo crime. Isso acontece na medida em que estes presos, agora separados daqueles que tem uma maior propensão a reincidência criminal e longe do processo de cooptação por facções criminosas, podem participar, de maneira muito mais efetiva, das ações voltadas ao processo de ressocialização. Para estes, pelo menos, ampliam-se as possibilidades de uma reinserção social adequada, diminuindo-se, pelo menos em tese, a ocorrência de nova prática criminal. Aqui, fazemos a ressalva de que os programas e ações devem ser disponibilizados a toda a massa carcerária e não somente a este grupo, porém, ponderamos de que esta separação dos presos, em tese, favorece a quebra do atual paradigma no qual as atuais instituições prisionais são verdadeiros estágios de aperfeiçoamento da prática delitiva.

No entanto, o maior impeditivo para que LEP seja cumprida e surta seus efeitos advém do fato do Brasil ter um enorme déficit de vagas em seu sistema prisional, próximo a 313 mil, e também pelo fato do seu contingente de presos crescer na mesma proporção do acréscimo de vagas. Assim, não há como realizar a separação dos detentos, qualquer que seja o critério estabelecido, o que compromete, sobremaneira, qualquer ação ou programa focado na ressocialização.

O estado brasileiro do Ceará, conforme já apresentamos, possui apenas uma prisão feminina, o IPF, com uma população de aproximadamente 1.236 detentas. Desse total, 67% são prisioneiras provisórias, 9% estão cumprindo o regime aberto e os outros 24% são prisioneiras cumprindo pena em regime fechado ou semi-aberto. Esses dados fazem o Estado do Ceará ocupar o quarto lugar em relação aos números de mulheres presas sem condenação (DEPEN, 2018).

Além disso, o IPF está superlotado, com uma taxa de ocupação superior a 210% (DEPEN, 2018). Apesar destes dados, alguns direitos sociais estão sendo garantidos, mesmo que de forma mínima, às prisioneiras, através de algumas ações/programas e de uma infraestrutura mínima, como a existência de berçários e celas adequadas para gestantes. As presas que entram grávidas ou que engravidam no período do cumprimento da pena naquela instituição correcional, não têm tratamento diferenciado quanto à alimentação, a menos que recebam visitas periódicas, uma vez que tais visitas podem entrar portando frutas, leite em pó, etc.

Outra característica do IPF é que esta prisão não possui creches disponíveis, o que causa descontentamento e um nível de apreensão nas presas que têm filhos no berçário, proveniente do momento em que os bebês serão separados da mãe-detenta. Esta separação se dá após o decurso do período determinado pela Lei, que é de 6 meses, podendo ser prorrogado por igual período. O momento da separação entre a mãe-detenta e seu filho é relatado como um dos mais difíceis dentro da prisão, conforme constatamos dos relatos dos agentes prisionais, da assistente social e também de algumas mães-detentas que foram entrevistadas.

- O dia da separação, aliais, os dias que antecedem a separação entre a mãe e seu filho são bastante tensos. Elas ficam muito tristes e chorosas. Nós tentamos apoiar e dá todo o suporte necessário, mas não temos toda a infraestrutura necessária. Não contamos com psicólogo e nem com suporte psicopedagógico para a criança. Elas acabam absorvendo parte deste sofrimento passado pela mãe. (Assistente Social)

Constatamos também que muitas internas preferem que as crianças sejam entregues aos familiares, preferencialmente aos avôs ou outro familiar mais próximo. Para que isso aconteça à assistência social providencia uma série de documentos que formalizam a entrega e a responsabilização pela criança àqueles que vão recebê-la.

No tocante as ações voltadas à escolaridade das prisioneiras, verificamos que apenas 21% das detentas estão envolvidas em atividades de educação escolar, como alfabetização, educação básica para ensino superior, cursos técnicos e cursos profissionalizantes. Contatamos nas entrevistas com as prisioneiras, que esse número poderia ser muito maior, dado que há interesse por parte das detentas que ainda não participaram dessa atividade. O que nos levou a questionar o motivo que impede a expansão das ações educacionais dentro da instituição, ou mesmo, os motivos que impedem as presas de participarem. Será que há oferta de vagas suficientes para todas as prisioneiras que querem participar? Será que há algum critério excludente de participação nas ações educacionais que não seja plenamente justificável? Há algum fator ou força paralela que esteja atuando para impedir estas ações educacionais? Separamos um relato que mostra bem o que vem acontecendo dentro daquela prisão.

- Você está envolvida em alguma atividade educacional como cursos de informática, alfabetização ou algum outro curso aqui no presídio? (Entrevistadora)

- Eu queria, mas não posso. Além disso, não tem vaga para todos. Só tenho até a 5 série. Queria muito terminar meus estudos. Ai podia arrumar um emprego decente e me livrar destas coisas que me trouxeram para cá. (Rosa, 21)

- E o que te trouxe para cá? Que crime você cometeu? (Entrevistadora)

- Eu fui pega com drogas, mas não eram minhas. Eram do meu companheiro. Ele tá preso e eu também. E agora não me deixam sair disso (Rosa, 21)

- Não te deixam sair de onde? Você já tentou fazer algum curso? (Entrevistadora)

- Já tentei sim senhora, mas o tráfico não me deixa ir. Tô presa duas vezes. (Rosa, 21)

Pelo que podemos extrair do relato anterior é que existe uma escassez com relação ao número de vagas para as ações educacionais, bem como uma interferência de forças paralelas, neste caso, das facções criminosas instaladas no IPF que impedem uma maior atuação das ações educacionais. Em verdade, o IPF não possui uma separação clara entre aquelas que estão e continuam envolvidas com crimes. Também não existe uma separação entre o grau de periculosidade ou o tipo de crime que cometeram. Isso acaba gerando um ambiente propício a captação de novos integrantes pelas facções criminosas existentes, ou mesmo, fomentando a criação de novos grupos criminosos. Esta informação foi confirmada pela direção e pela assistência social daquela instituição correcional. As razões que impedem a

expansão das ações vinculadas à escolarização/educação, pelo que constatamos, também estão ligadas ao surgimento das facções criminosas que foram estabelecidas dentro daquela unidade prisional na última década, bem como a superpopulação. Esses fatores implicam a necessidade de maior segurança para que a atividade possa ser promovida sem o perigo da integridade dos presos e das demais pessoas envolvidas nestes tipos de ações. Isso acaba por limitar o número de vagas ofertadas, diminuindo a abrangência das ações educacionais.

- Não temos como abrir mais vagas para ações de educação, pois isso exigiria um número maior de agentes prisionais para realizar a segurança. Mal temos condições de manter as ações existentes. Para toda ação realizada dentro do presídio nós precisamos de um grupo de pessoas para vigiar as prisioneiras de maneira a evitar fugas, rebeliões e outros incidentes, principalmente por causa das facções. (Agente Prisional 01)

Nesse ponto, o cumprimento da Lei 13.167, com a devida separação das detentas, por grau de periculosidade, poderia contribuir para aumentar o número de participantes, além de aumentar a eficácia destas ações.

Nas entrevistas, tanto das prisioneiras quanto do corpo funcional do IPF, também verificamos uma uniformidade quanto à percepção do papel das ações educacionais dentro do processo de ressocialização. Ambos os grupos concordam que esta é uma das saídas para uma melhor reabilitação e reintegração dos presos à sociedade, bem como um meio ou instrumento adequado para evitar a reincidência criminal. Além disso, a educação tem um papel fundamental enquanto elemento que atua na diminuição das tensões que existem dentro do ambiente carcerário, agindo, por exemplo, como uma força de atenuação na ocorrência de rebeliões dentro dos presídios, na medida em que promove atividades de interação e reflexão que oferecem melhores perspectivas acerca do futuro dos encarcerados, removendo ou mesmo fornecendo um senso crítico que os impede de realização de novas práticas delitivas. A educação também atua como um redutor do tempo de pena a ser cumprida por aqueles presos que estão inseridos em alguma ação educacional, sendo, portanto, uma das maneiras utilizadas para diminuir a superlotação dos presídios brasileiros. Isso ocorre porque a Lei de Execução Penal determina que a cada 12 horas de frequência escolar o preso tenha reduzido 1 dia de sua pena.

No entanto, notamos que esses objetivos oriundos das ações educacionais acabam perdendo, na prática, parte de sua efetividade, principalmente levando em conta a atuação das facções criminosas existentes na prisão. Assim, as ações educativas acabam apenas servindo aos propósitos de remissão da pena e progressão do regime, não cumprindo seu papel na reabilitação das prisioneiras.

As entrevistas também mostraram que são poucas as ações desenvolvidas no IPF com relação ao lazer. De fato, poucos foram os relatos que indicaram alguma atividade de lazer que faça parte do cotidiano das detentas. Algumas vezes as atividades apontadas como lazer se confundem com as atividades laborais, como aquelas vinculadas ao artesanato. Isso foi confirmado pela Direção e pela assistente social do IPF.

- Vocês costumam praticar alguma atividade esportiva dentro do IPF? (Entrevistadora)

- Temos uma quadra esportiva, mas ela é pouco usada. Aqui e ali tem algum evento, tipo desfile, apresentação de dança, concurso da Miss. Mas é algo difícil de acontecer, principalmente agora. (Violeta, 42)

- O que está acontecendo agora? (Entrevistadora)

- As facções. Tudo ficou mais difícil. Já eram poucas as vezes que tínhamos algum evento, agora está muito pior. (Violeta, 42)

- E vocês gostam quando tem algum evento, algum lazer? (Entrevistadora)

- Oxe, sim! É muito bom. A gente se diverte bastante. É um momento em que esquecemos um pouco a vida que temos aqui. Tenho uma colega que participa dos desfiles, daí a gente se uni para ajudar na maquiagem, outras no vestido e ainda ficamos torcendo, gritando. Pena que num tenha sempre. (...) É muito ruim passar o dia sem fazer nada. (Violeta, 42)

Se o lazer é importante para as pessoas que gozam de plena liberdade, ele se torna ainda mais essencial para aqueles que têm ou terão a sua liberdade restringida durante anos. Os desgastes do encarceramento são tão fortes que são capazes de mudar o indivíduo. Poucos são os indivíduos que não sucumbem às transformações impostas pelo cárcere (Thompson, 2009).

De uma maneira geral, o lazer além de um direito social também constitui um direito fundamental do homem ao preservar não só a sua dignidade, mas também de proporcionar momentos de descanso, seja físico seja mental, decorrente dos desgastes do dia a dia. Neste contexto, devemos levar em consideração que as prisioneiras estão em um ambiente totalmente adverso, e que nada guarda de relação com a sociedade que existe além dos muros da prisão. A condenação a uma pena restritiva de liberdade deveria tirar-lhes apenas este direito, preservando, na medida da própria limitação de liberdade, todos os demais direitos. Assim, preservar

a dignidade das prisioneiras é, antes de tudo, o primeiro passo para a promoção de sua reabilitação e não há como preservar esta dignidade se tirarmos delas tudo que as mantém vinculadas a nossa sociedade. Apesar disso, a sociedade brasileira ainda tem arraigada em sua cultura a ideia da pena como elemento único de punição e ressocialização. Assim, ao punir ao infrator, retirando deste todos os direitos que o homem livre possui teríamos, enquanto sociedade, o falso sentimento de que este medo seria suficiente para impedir novos crimes, por este ou outros criminosos. Tal expediente é encarado sobre duas óticas: a da correção e reeducação, além da tentativa de satisfazer a necessidade de justiça da opinião pública, pouco importando os meios e formas empregados (Bitencourt, 2017). A ideia é que o tempo decorrido do cumprimento de sua pena e a sua imersão em um ambiente extremamente hostil, onde o preso é tratado com extrema violência, seria suficiente para fazê-lo repensar suas atitudes, sendo capaz de reabilitado ao convívio social. No entanto isso é uma contradição. Ao afastá-los das práticas sociais habituais estamos, cada vez mais, isolando-o da realidade que o aguarda ao ser posto em liberdade. Desta forma, é muito importante, dentro da perspectiva da ressocialização, preservar nestes indivíduos o sentimento de pertença à sociedade através da preservação de seus direitos e de sua dignidade enquanto indivíduo.

Desta forma, ponderamos que o lazer exerce nos presos um papel muito importante, na medida em que este proporciona aos criminosos reclusos momentos de prazer e de bem-estar. Como reflexo os presos têm resgatada parte de sua dignidade, além de promover um processo de reabilitação mais condizente com o seu retorno ao convívio social.

Conforme já afirmamos, a prisão é uma micro-sociedade, com regras próprias. Esse fato acaba afastando o prisioneiro da realidade que o espera quando ele retorna à sociedade (Nobre, Barrio & Nobre, 2016). Uma das formas de prepará-lo para o retorno social seria através de ações que intercalassem a formação profissional e a prática do trabalho. Na prática, isso não acontece. As entrevistas apontaram que as ações laborais desenvolvidas no IPF não são precedidas de treinamentos, ao contrário, elas têm como fundamento o conhecimento e a experiência das detentas no respectivo ofício ao qual vão desempenhar. Desta forma, as ações laborais concentram-se na exploração de mão de obra já qualificada para a atividade laboral. Não há treinamento para realizar outras atividades de trabalho. Não há reciclagem e nem o ensino de novas técnicas. Assim, as

prisioneiras ao serem postas em liberdade saem com os mesmos conhecimentos técnicos que possuíam antes do cárcere. Neste contexto, a assistente social apontou a dificuldade que as egressas do sistema prisional brasileiro têm de se reposicionar no mercado de trabalho, indicando que há poucas oportunidades bem como o receio das empresas em contratar esse tipo de mão de obra. Esse temor, conforme explicado pela assistente social do IPF, deriva do fato de que muitas destas prisioneiras ainda mantêm vínculos estreitos com atividades criminosas, fruto das relações anteriormente existentes e que o Estado não foi capaz de quebrar, ou mesmo daquelas relações derivadas da cooptação pelas facções criminosas existentes dentro da IPF e que o Estado foi incapaz de impedir.

Na nossa pesquisa em campo foi possível observar que a convivência entre as presas, sem que haja uma separação adequada entre elas, baseadas em um critério que consiga mensurar o grau de periculosidade e a potencialidade para a prática criminosa, acaba por torná-las suscetíveis à cooptação, muitas vezes violenta, pelas facções criminosas. O Estado, neste momento, é omissivo e permissivo, sendo conivente com esse ciclo vicioso.

7.4.2 Os direitos sociais das prisioneiras em Topas

Segundo a legislação espanhola, a atividade penitenciária deve estar focada nas atividades voltadas à ressocialização, no entanto, esta, geralmente, está subordinada às questões de regime e segurança. Não há tratamento individualizado, ou seja, preso a preso. Isso se deve principalmente devido à escassez de especialistas nas equipes de ressocialização, de modo que o acompanhamento geralmente é feito por meio de formulários padronizados e as entrevistas pessoais são breves e de baixa qualidade. O índice interno/funcionário é de (2,11), porém, mais de 85% destes funcionários estão dedicados a tarefas de custódia (APDHA, 2018). As atividades, exceto nos módulos de respeito, onde a oferta é um pouco maior, se convertem em um privilégio de uma minoria, sendo concedidas como uma recompensa pela boa conduta e não como um elemento programado dentro de um tratamento para a ressocialização.

De acordo com os regulamentos prisionais, os presos também têm direito ao trabalho produtivo além dos benefícios da previdência social. Apesar disso,

apenas uma pequena parcela da massa carcerária espanhola está trabalhando, cerca de 20%. Outro problema está relacionado ao tipo de atividade. Geralmente trata-se de tarefas de manipulação, repetitivas e que pouco contribuem para a capacitação do preso ou mesmo em atividades voltadas a manutenção ou funcionamento da própria penitenciária. Geralmente há exploração dos conhecimentos e habilidades que os presos já possuem, sem formação para a prática de novas atividades. Além disso, os salários estão bem abaixo do salário-mínimo e a legislação trabalhista não é cumprida e não há muito respeito pelos direitos nela reconhecidos (APDHA, 2018). Este cenário é bastante semelhante ao que acontece no sistema penitenciário brasileiro, onde os prisioneiros trabalham em atividades nas quais já possuem conhecimento, não havendo, em sua maioria, processos de capacitação profissional para outras atividades. No Brasil os presos também recebem remuneração menor, sob o argumento de atrair empresas para utilização daquela mão de obra.

Um dos maiores problemas existentes no sistema penitenciário espanhol talvez esteja vinculado a assistência médica, sendo isso devido ao fato de que esta está vinculada as Instituições Penitenciárias e não ao Sistema Nacional de Salud (Sistema Nacional de Saúde). Esta vinculação errônea causa sérios problemas de coordenação, resultando em perda de consultas com especialistas, atrasos injustificados no atendimento de emergências, além da falta de acesso aos tratamentos mais inovadores ou não continuidade dos mesmos (APDHA, 2018).

Neste contexto, a assistência especializada é geralmente prestada no exterior, em oposição à disposição legal para fazê-lo dentro das prisões. Isso determina maior dificuldade para o acesso aos especialistas, tanto pela dificuldade de organizar saídas, quanto pela perda de consultas médicas tendo em vista a ausência do aparato policial necessário para fazer a condução destes prisioneiros ao local da consulta.

Além disso, a equipe está sujeita à dupla lealdade, devendo ser leal ao paciente e também aos seus superiores hierárquicos, que, em sua maioria, não são profissionais de saúde. Desta forma, os critérios regimentais e de segurança impostos aos médicos da prisão por seus superiores, geralmente profissionais e especialistas com atuação vinculada a segurança, impedem que profissionais de saúde exerçam, com primazia, a medicina. Assim, a equipe de saúde, muitas vezes, toma decisões baseadas em critérios regimentais ou organizacionais, e não por

critérios estritamente médicos. Por sua vez, os recursos são claramente insuficientes, por exemplo, há um médico para cada 160 prisioneiros, uma enfermeira a cada 95 ou um psicólogo a cada 310 (APDHA, 2018). O resultado desta escassez de recursos e da ausência de vinculação da assistência de saúde ao

5 Sistema Nacional de Saúde espanhol acarretou, por exemplo, o aumento das taxas de determinadas enfermidades dentro da prisão. Segundo a APDHA (2018), em 2016 o percentual de pessoas com hepatite tipo C da população liberta foi de 2%, enquanto que na população prisional este número chegou a 18,7%. Os casos de HIV totalizaram 5,2%, enquanto o da população livre foi de apenas 0,3%. Para a

10 tuberculose, doença totalmente erradicada do lado de fora da prisão, o caso é mais grave. Foram detectados naquele ano 64 casos.

Segundo a APDHA (2016), 8% da população carcerária sofre de doença mental grave e 40% sofre de transtorno mental ou de personalidade, isso sem levar em consideração as pessoas internadas nos Centros Penitenciários Psiquiátricos.

15 Importante ressaltar que quase todos os centros prisionais não têm pessoal psiquiátrico compondo a equipe de assistência à saúde em todos os dias. Este apoio especializado ocorre periodicamente, em alguns casos 1 vez a cada 15 dias ou 1 vez por mês. Este conjunto de pessoas não deveria sequer estar na prisão, conforme determina a legislação espanhola, uma vez que eles são doentes mentais, e,

20 portanto, não entendem o significado da punição a que estão sendo submetidos. Além disso, eles sofrem “com a falta de programas e recursos de saúde que estão disponíveis no exterior, violando os direitos dos mais vulneráveis” (APDHA, 2016, p. 50).

Neste contexto, as pessoas privadas de liberdade têm uma saúde

25 extraordinariamente mais debilitada do que as aquelas pessoas em liberdade, devendo o Estado colocá-las em uma situação prioritária para a prestação de uma assistência especial.

Assim como o Brasil, a Espanha estabelece o dever do Estado e o correspondente direito das pessoas privadas de liberdade em relação a garantia da

30 vida, da integridade física e da saúde. Essas pessoas, embora privadas de sua liberdade, têm os mesmos direitos que as pessoas em liberdade. Porém, segundo a APDHA (2016), houve e há violações do direito dos presos com relação à integridade física e à proteção da saúde. Também não são respeitados os direitos reconhecidos para todos os cidadãos como

[...] informações, obtenção de cópias de relatórios, segunda opinião, garantia de períodos de espera, nem estão sendo adequadamente atendidos pela comunidade autônoma, o que causa sérios problemas APDHA (2016, p. 49).

Por outro lado, o modelo arquitetônico adotado pela administração espanhola, constituído de grandes centros penitenciários autossuficientes, produziu um progressivo distanciamento das prisões com os centros urbanos, criando importantes obstáculos que dificultam as relações dos presos com o mundo exterior. Somasse a isto a estas deficiências dos transportes públicos aos centros prisionais e a política administrativa com relação a distribuição da população prisional, tendo em vista que esta faz com que quase metade dos prisioneiros cumpram sua sentença em prisões fora da província onde residem sua família ou amigos. Tudo isso dificulta as visitas de familiares, normalmente oriundos de setores economicamente desfavorecidos, e as saídas dos internos nos casos do regime aberto ou nos casos autorizados.

Também nos chamou a atenção que nas atividades laborais os prisioneiros têm acesso a várias ferramentas, podendo as mesmas serem utilizadas como armas brancas, algo impensado nos presídios brasileiros. Contudo, a vigilância é intensa e as punições são severas aqueles que produzem condutas ilícitas dentro da instituição. A liberdade dada aos presos vem atrelada a responsabilidade e severas punições por desvios de condutas.

Outro ponto de destaque observado é que as aulas são ministradas pelos professores sem que haja uma separação física entre o professor e os alunos, através de grades, por exemplo. Tudo acontece em um clima de amistosidade, bem diferente do que ocorre nos presídios brasileiros.

7.5 O regime de visitas

Nesta seção, nós abordamos o regime de visitas existentes nas instituições correcionais avaliadas para ao final realizarmos uma comparação entre ambos, destacando suas peculiaridades, positivas e negativas, sempre levando em consideração o impacto nas relações afetivas e no processo de ressocialização.

5

7.5.1 As características do sistema de visitas do IPF

10 Como toda instituição correcional, o IPF tem um conjunto de normas que disciplinam todo o processo de visitação. Dentre este conjunto de normas existem aquelas disciplinam os produtos que podem ingressar na instituição através dos visitantes, dentre estes, por exemplo, estão alimentos e produtos de higiene, além de regras pertinentes aos horários e dias de visitação, dentre outros.

15 As visitas podem ocorrer de 8h as 17h, parte delas nos sábados e parte nos domingos, sendo que esta divisão de quais visitas ocorreram nos sábados e quais serão nos domingos depende de qual setor do presídio a prisioneira está confinada. É importante frisar que não existe possibilidade de realização de visitas para outros dias que não estes.

20 Há também a necessidade de que tais visitantes passem antes por um cadastramento, sucedido de uma análise. Só depois desta avaliação é que as pessoas que desejam visitar alguma prisioneira obterão ou não a autorização para realização da visita. De uma forma geral são analisadas questões ligadas ao parentesco, sendo que há uma preferência pelas visitas constituídas de parentes em
25 primeiro grau da prisioneira. Se não existirem parentes em primeiro grau, abre-se a possibilidade de visitas aos parentes de segundo grau. Todos os demais visitantes que não guardem relação de parentesco são submetidos a uma avaliação bem mais criteriosa.

Segundo Nobre, Barrio e Nobre (2017, p.11),

30

[...] há também regras relacionadas ao gênero: visitas masculinas são permitidas apenas em ambiente controlado (quadra poliesportiva), não sendo permitido o deslocamento de visitantes masculinos até a cela das detentas. No caso de visita íntima é necessário um agendamento prévio. O
35 local para esta visita íntima é denominado venustério.

Com relação a entrada dos filhos das detentas esta é permitida, desde que estes sejam maiores de 12 anos, bem diferente as regras existentes nos presídios masculinos no Brasil, nos quais este tipo de visita não é permitido. Neste caso, o objetivo desta restrição é evitar que os jovens, filhos dos detentos, sejam aliciados para o crime. Salientamos que esta situação não foi identificada em nossas

entrevistas com as prisioneiras, funcionários do IPF ou mesmo com os visitantes.

O procedimento de ingresso no ambiente carcerário é precedido de uma vistoria, que, no caso do IPF era extremamente vexatória e invasiva. Neste caso os visitantes eram constrangidos o que levava, muitos deles, a não realizar novas visitas e, por consequência, ao abandono das detentas. No entanto, devido a constantes reclamações advinda de entidades sociais, a justiça determinou que a entrada de visitantes fosse realizada por procedimento que garantisse a integridade e a dignidade destes. Este processo de vistoria passou a ser realizado através de equipamento de varredura do corpo, muito comum em aeroportos, conhecido como *body scan*. De fato, esta mudança trouxe mais comodidade e conforto aos visitantes, além de uma maior humanização dentro do processo de vistoria. Afinal, em sua grande maioria, aqueles que adentram as instituições correccionais não o fazem com o intuito de praticar crimes, sobre o risco de serem pegos, mas sim para visitar os prisioneiros, que, em sua maioria são pais, filhos ou algum parente próximo. Pensar e agir de forma contrária a isso penalizaria estas pessoas.

Muito embora o processo de visita tenha tido uma importante e sensível alteração advinda da implementação de métodos mais dignos na realização das vistorias, em especial, da vistoria íntima, ainda existem alguns pontos que devem ser melhorados e que podem contribuir para o aumento do número de visitas e também para a diminuição do abandono das prisioneiras. A primeira destas está relacionada a distância do ponto inicial de acesso ao presídio que fica a 20 metros da rodovia BR-116, até o portão do presídio. Trata-se de uma distância de aproximadamente 600 metros que tem que ser percorrida a pé por todos os visitantes, em um clima ensolarado, cuja temperatura, no período de verão, pode chegar facilmente aos 40º Celsius. É importante salientar que toda esta caminhada é realizada por idosos e crianças acima de 12 anos, muitas vezes levando mantimentos e outros materiais que vão ser entregues as prisioneiras (Figura 27).



Figura 27 – Distância percorrida pelo visitante para acesso ao IPF

Fonte: Obtida pela própria autora utilizando o Google.

5 A entrada de veículos de visitantes não é permitida, com exceção daqueles que são pertencentes a serventuários da justiça ou operadores da lei como advogados, defensores públicos, dentre outros.

Enfrentado este primeiro obstáculo os visitantes se deparam com outro: o local em que os visitantes esperam até o momento do sua liberação e ingresso no
 10 IPF. Trata-se de um pequeno galpão, sem paredes, apenas coberto e com alguns bancos para que os visitantes possam se acomodar. Não há no local bebedouros ou banheiros, ou seja, falta o mínimo necessário para acomodar os visitantes. Impede-se apenas o desconforto ocasionado pela exposição direta ao sol ou a chuva, sendo, portanto, um local extremamente impróprio e desagradável (Nobre, Barrio & Nobre,
 15 2018).

De fato, a insatisfação com esta infraestrutura foi relatada por diversos visitantes durante as entrevistas. Alguns até informaram que a situação era bem pior, porque este atual local que dá abrigo provisório aos mesmos não existia estando os mesmos expostos as intempéries do tempo, como chuva e sol. Também
 20 fizeram partes das inúmeras reclamações a questão da vistoria íntima, que não poupava nenhuma pessoa, dentre elas pessoas idosas e crianças, que eram submetidas a um processo extremamente humilhante e vexatório para que ingressassem na unidade prisional. Aqui ressaltamos que a vistoria é um processo

de segurança e que deve ser realizado, sob pena do cometimento de vários crimes, além da possibilidade de dar ensejo ou fornecer ferramentas para futuras fugas. Não obstante, os meios utilizados eram bastante arcaicos, o que não faz sentido, pois já existia tecnologia a época capaz de substituí-los a contento.

5 Outro grande problema que constatamos, *in loco*, eram as imensas filas de visitantes formadas nos dias de visitação, o que é algo esperado, dado o tamanho da população carcerária do IPF e também pelo fato das visitas ocorrem em apenas dois dias da semana. Desta forma, os visitantes tinham que esperar algumas horas na fila até a sua entrada na instituição correcional, uma vez que o ingresso é
10 feito individualmente, sendo cada visita identificada e submetida a vistoria, junto com o material que trouxeram para ser entregues a prisioneira que desejam visitar. Todo este tempo acaba por diminuir o tempo efetivo de visitação e por comprometer, por conseguinte, a qualidade da visita, além do desgaste natural que isso causa nos visitantes. Este problema também foi constatado nos relatos tanto das prisioneiras
15 quanto dos visitantes.

 A visita, em si, constitui um momento de extrema importância, tanto para as prisioneiras, quanto para os visitantes, na medida em que, através dela, são mantidos os elos afetivos constituídos antes do cárcere e, em alguns casos, a manutenção de relações afetivas desenvolvidas em razão ou após o
20 encarceramento. Vários agentes prisionais do IPF relataram que a visita ajuda a manter o ambiente prisional mais ameno, evitando, por exemplo revoltas e rebeliões. Para a assistente social do IPF, a visita também constitui um aspecto positivo dentro do processo de ressocialização, tendo em vista que ela propicia diversos momentos nos quais as prisioneiras podem refletir e se arrepender dos seus crimes.

25 Também constatamos, através das entrevistas, que as prisioneiras que não recebem visitas apresentam um comportamento bem mais ríspido. É nítida a revolta com a sua atual situação de encarceramento, além de demonstrarem menos menos arrependimento pelos crimes que as levaram ao cárcere. Outro aspecto ligado ao abandono, principalmente pelo companheiro, é a adesão a
30 homoafetividade dentro da instituição. Trata-se de uma proteção afetiva gerada pelo abandono ou pela baixa quantidade e qualidade das visitas e, portanto, em razão do aprisionamento.

 Apesar de ser possível as prisioneiras receberem visitas de seus filhos maiores de 12 anos, algumas delas, demonstrando muita preocupação, acabam

proibindo que seus filhos as visitem. Alguns presas entrevistadas acham que o ambiente prisional não é adequado para as crianças e, portanto, devem se manter distantes, mesmo que isso represente uma separação momentânea com sua prôle. Também foi possível verificar que todas as prisioneiras entrevistadas tinham um
5 certo nível de arrependimento pelos crimes cometidos por ela, em face a situação ao qual os seus filhos ficaram submetidos, além de temerem pelo futuro destes devido a aproximação com o crime, sejam como atores, sejam como vítimas.

Com relação as visitas íntimas éstas são realizadas em dia específico, geralmente os sábados são destinadas as visitas intimas masculinas e os domingos
10 para as visitas intimas femininas, sendo reservadas quatro celas, devidamente mobiliadas com uma cama de casal de alvenaria, um banheiro, destinadas a este tipo de visita, denominadas de venustério. Estes encontros são marcados uma vez por mês, tendo duração de duas horas, sendo o agendamento realizado pela assistência social e acompanhado pela chefe de segurança e disciplina. Ao todo
15 podem ser realizados até 8 encontros aos sábados (4 pela manhã e 4 à tarde), em semelhança ao que acontece nos domingos.

No IPF a visita íntima é considerada uma regalia concedida as prisioneiras que apresentam um bom comportamento, uma vez que esta não é um benefício legal, mas apenas uma liberalidade por parte da administração prisional.
20 Por conta disso, o processo de visita é gerenciado pelo setor de assistência social, que avalia e autoriza, em conjunto com o chefe de segurança e disciplina, a realização das visitas íntimas. Um dos pontos avaliados pelo chefe de segurança diz respeito a existência de outro relacionamento dentro da prisão, pois isso pode gerar atritos dentro do ambiente prisional.

25 De uma forma geral, as visitas são muito importantes para a vida do encarcerado, de tal forma que o seu mero cancelamento já deu ensejo ao início de violentas e sangrentas rebeliões. Assim, a melhoria no sistema de visitas tará diversos benefícios dentre estes a criação de um clima prisional mais propenso a gerar bons frutos no processo de reabilitação e ressocialização das prisioneiras.

30

35

7.5.2 As características do regime de visitas do Centro Penitenciário de Topas

O sistema prisional espanhol, por sua vez, possui diversas regras com relação ao regime de visitas, com especial destaque aquelas que primam pelo tratamento humanitário dado aos encarcerados como também em relação aos visitantes.

Um dos primeiros destas regras é que não há dias fixos para a realização das visitas, em contraposto ao sistema brasileiro. As visitas no regime espanhol são agendadas, podendo, cada prisioneira receber suas visitas a cada 15 dias. A ideia aqui é primar pela qualidade da visita e não pela quantidade. Assim, como no IPF o CPT permite a entrada de alimentos e produtos de higiene pessoal. Porém, este sistema vai além e permite também a entrada de roupas, uma vez que as prisioneiras podem optar por usar suas roupas pessoais e não os uniformes fornecidos por aquela instituição correcional. Assim, cada prisioneira usa a roupa que quiser, denotando o respeito que a Espanha tem quanto à individualidade das detentas. No sistema prisional espanhol a restrição de direitos está limitada apenas ao direito de ir e vir, não afetando outros bens jurídicos, o que, de fato, contribui para gerar uma ambiente mais próximo a realidade vivenciada fora do cárcere e, desta maneira, favorecem ao processo de reabilitação e ressocialização das prisioneiras.

Conforme já mostramos, o Centro Penitenciário de Topas está localizado em uma área afastada dos centros urbanos, o que, de certa forma, pode prejudicar o deslocamento dos visitantes. Apesar disso, o CPT procura tratar todos os visitantes de maneira digna, favorecendo todo o processo de visita, em seus mínimos detalhes. Por exemplo, o CTP dispõe de um estacionamento de veículos próximo ao presídio que pode ser utilizado pelos visitantes, facilitando o acesso àquela instituição correcional. A localização do presídio, próximo a autoestrada e a para de ônibus, favorece aqueles visitantes que utilizam transporte público, que tem que se deslocar por aproximadamente 230 metros até a recepção do presídio (Figura 28).



Figura 28 – Distância percorrida pelo visitante para acesso ao Centro Penitenciário de Topas

Fonte: Obtida pela própria autora utilizando o Google.

Constatamos, durante as entrevistas, um certo desconforto relacionado a este deslocamento. Segundo alguns visitantes, durante o período de inverno, as baixas temperatura se tornam um empecílio para este deslocamento. No verão, como a temperatura é geralmente amena, a situação se inverte, o que favorece o deslocamento dos visitantes.

Ao contrário do IPF, não há formação de filas de espera na recepção do CPT, uma vez que a realização das visitas é agendada. A recepção serve como local de espera pelos visitantes até a sua liberação e efetivo ingresso na unidade prisional. Este local de espera é climatizado, limpo e bem conservado, com bancos destinados a acomodação dos visitantes, além de possui banheiros limpos e bem higienizados. Também é possível encontrar diversas máquinas de alimentos (refrigerantes, petiscos e café) destinada ao público que frequentam aquele ambiente.

Para ingresso no presídio os visitantes têm que ter sido previamente cadastrados. No dia agendado, eles se dirigem ao setor responsável por controlar o ingresso, apresentam os documentos exigidos e ficam aguardando autorização para a realização da visita, onde são vistoriados através de um detector de metais. Não é empregada nenhuma revista ofensiva ou que impliquem em uma condição vexatória

para o visitante. O respeito ao visitante impede, por exemplo, que as mulheres sejam expostas a constrangimentos vexatórios e humilhantes, dentre estes de terem suas partes íntimas apalpadas em um procedimento de vistoria.

5 Pelas regras do CPT cada detenta pode receber apenas uma visita íntima por mês, sendo disponibilizado alguns quartos especiais para a realização deste tipo de encontro, devidamente mobiliados e com devida higienização.

Nas entrevistas que foram conduzidas com as prisioneiras e visitantes, percebemos o respeito destes com relação ao corpo funcional do CPT e com a própria instituição, oriundo, principalmente, pelo tratamento humanitário e respeitos
10 com que ambos são tratados. Não obstante a isso, houve uma reclamação unânime referente a qualidade da alimentação servida as detentas.

Outro ponto bastante discrepante com relação ao IPF é referente a existência de máquinas de alimentação dentro das alas onde estão confirmadas as prisioneiras, sendo possível as mesmas que elas obtenham refrigerantes, sucos,
15 biscoitos, café, dentro outros alimentos.

Segundo Nobre, Barrio e Nobre (2017, p. 15),

Aquelas que trabalham ou que possuem recursos financeiros, muitas vezes provenientes de remuneração por trabalho desenvolvido dentro da
20 instituição correcional, podem comprar livremente esta alimentação. A intenção é propiciar um ambiente o mais próximo possível da realidade que elas encontrariam fora do presídio.

25 7.5.3 Pontos a serem melhorados no regime de visitas

Ao cotejarmos o sistema de visitas brasileiro e espanhol chegamos a conclusão de que as diferenças não residem em ações ou programas pontuais. A
30 essência dos dois sistemas é bastante diferente, pois ambos estão assentados em fundamentos diferentes. No sistema prisional brasileiro a pena imposta ao preso visa o castigo e a ressocialização, porém sem dar condições a sua reabilitação, na ideia de que o castigo é suficiente para promover a reabilitação e, por conseguinte, a ressocialização. No sistema prisional espanhol a pena é estruturada junto como um
35 conjunto de ações que objetivam a reintegração do prisioneiro a vida em sociedade,

sendo o castigo apenas uma consequência lógica da sua privação de direitos e não tem um fim em si mesmo que não seja vinculada a reabilitação daqueles.

De uma forma geral, o sistema prisional espanhol, através do seu conjunto de ações, programas e normas, é norteado pela humanização e tratamento digno dos prisioneiros, entendendo ser este um caminho viável a ser utilizado para o processo de reabilitação e ressocialização dos encarcerados.

Desta forma, apresentaremos alguns pontos que estão relacionados à melhoria do regime de visitas. Sabemos que algumas delas são, dentro da realidade brasileira, de difícil implementação, uma vez que implicam em uma mudança cultural profunda da sociedade brasileira em relação àqueles que estão presos, além de um maior investimento no sistema prisional. Neste cenário, devemos lembrar que o Brasil está em uma crise econômica muito profunda e que se intensificou bastante devido a pandemia do Corona vírus (COVID-19). Com recursos escassos, ações focadas na melhoria do sistema prisional brasileiro ficam obstaculizadas o que agrava ainda mais a situação prisional no Brasil.

O primeiro ponto a considerar é a construção de uma estrutura adequada que propiciem uma acomodação com o mínimo de comodidade para os visitantes, de maneira que estes aguardem até o momento do ingresso na unidade correcional, com banheiros, bancos e outras estruturas necessárias. Não se trata apenas de uma questão relacionada a infraestrutura, mas sim uma mudança de pensamento e de ideologia, direcionada ao respeito as pessoas “que não cometeram nenhum crime e que se sujeitam a situações degradantes para visitar algum parente preso” (NOBRE, BARRIO & NOBRE, p.16). Conforme já afirmamos, este tipo de abordagem pode evitar diversas situações, além de gerar um ambiente mais ameno dentro do ambiente carcerário.

Também ponderamos acerca dos dias de visita. Neste aspecto é importante que o regime de visita seja repensado e reestruturado de maneira a incorporar, dentre outros tipos de visitas, a visita planejada. Este tipo de visita poderia diminuir a formação das extensas filas, bem como melhorar a qualidade da própria visita. Contudo, tudo isso envolve a construção de locais específicos para estes encontros, reforço do aparato de segurança e ampliação do corpo de funcionários, de modo que o fluxo de visitas agendadas pudesse ocorrer durante todos os dias da semana e não apenas aos sábados e domingos. Trata-se, portanto de uma mudança que se baseia na melhoria da qualidade da visita em contraponto

em detrimento a quantidade destas. Isso implica em uma profunda mudança na cultura prisional, que afeta tanto os presos, quanto o próprio sistema. Assim, para que ela seja frutífera, é necessário que sua implementação seja gradual, sob pena de não se tornar efetiva. Neste sentido, sugerimos que ela seja iniciada para alguns grupos de prisioeneiras, como as mães-dententas com filhos no berçário do presídio, sendo, posteriormente, incluídos outros grupos de prisioneiras.

Neste mesmo contexto temos a questão das visitas íntimas, que também deveriam passar por um processo de reformulação, dentre elas sugerimos a possibilidade de agendamento destas visitas para outros dias da semana, além da melhoria da infraestrutura do local destas visitas.

Conforme já afirmamos, estas propostas passam, primeiramente, por uma mundaça cultural profunda, que represente a quebra do paradigma da prisão como local de punição, para um local de recuperação de pessoas em conflito com a sociedade. Afinal, o desejo de qualquer sociedade civilizada, dentre elas, a brasileira, é de que, ao final da pena imposta, as prisioneiras retornem a sua vida em sociedade, devidamente reabilitada e como possibilidade real de reinserção social, sem que elas voltem a cometer novos crimes.

8 CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

A sociedade brasileira passa por um de seus momentos mais críticos após sua relativa estabilidade econômica no período após sua redemocratização, em 1988. Certamente, alguns de seus problemas decorrem não deste último período, mas das origens coloniais do Brasil, como a corrupção e o racismo. Outros problemas, como o crime e o aparecimento de organizações criminosas, se originaram no século XX. No entanto, devido ao atual cenário econômico brasileiro, o crescente descrédito dos poderes legislativo, executivo e judicial e as políticas públicas desastrosas acabaram por exacerbar todos esses problemas.

Diante de uma sociedade em crise profunda, em que a taxa de desemprego atinge um recorde dia a dia e, diante da omissão do Estado frente aos mais diversos problemas sociais, prolifera-se o crescimento de organizações criminosas, cada vez mais articuladas e violentas. Nesse cenário, há um aumento vertiginoso na criminalidade. Em resposta a isso, o Brasil reforça o seu combate repressivo, usando a prisão como um instrumento para combater o crime e, mais desastrosamente, como um meio quase único de ressocializar os encarcerados. O resultado são prisões superlotadas e más condições de habitação tanto para os prisioneiros quanto para os funcionários que trabalham lá, criando um ambiente auspicioso à proliferação e fortalecimento de organizações criminosas.

Diante dessa realidade caótica, o Estado brasileiro teve que reestruturar suas políticas de segurança pública e de combate ao crime, priorizando o uso de estratégias destinadas a isolar os chefes de facções criminosas, além de investimentos maciços em inteligência, combinados com uma série de ações e programas de prevenção social. Além disso, havia também uma espécie de "acomodação" entre as facções criminosas, para evitar brigas entre elas, escolhendo o Estado como inimigo comum. O resultado foi uma diminuição progressiva das taxas de criminalidade e uma maior sensação de segurança, além de mudanças políticas para combater o crime.

No entanto, ressaltamos que é necessária atenção especial para reforçar as ações que estão obtendo resultados positivos e corrigir aquelas que não dão o resultado esperado, além de investimentos em outros programas, especialmente os de natureza social, pois o problema da criminalidade e seus reflexos estão longes de serem, efetivamente, solucionados.

Não obstante ao avanço momentâneo no campo de combate ao crime fora dos muros das prisões, ainda persistem os problemas relacionados ao sistema prisional levando o Brasil a enfrentar uma grande crise, caracterizado pelo aumento de sua população carcerária, rebeliões violentas e pela incapacidade dos seus governantes e de outros atores em liderar ações para melhorar o cenário atual. Em parte, este problema é originado pelo sistema prisional adotado pelo Brasil, que é baseado na punição como elemento de ressocialização. Conforme apontamos, este sistema não está tendo o efeito desejado, ao contrário, está contribuindo para o aperfeiçoamento e aumento da prática delitiva na medida em que transformam criminosos com baixo poder ofensivo em indivíduos aptos as mais diversas práticas criminosas, com um grau de periculosidade muito superior ao que possuíam quando ingressaram dentro do sistema prisional.

Este mesmo cenário ocorre também em prisões femininas, com proliferação e dominação de facções criminosas, sendo agravado pelas condições peculiares ao gênero feminino. Em verdade, como podemos observar, as instituições correcionais femininas brasileiras têm uma taxa de crescimento bem superior que a população carcerária masculina. Este crescimento na quantidade de mulheres encarceradas se deve, em parte, a uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, além de uma participação mais ativa no conteto social, oriunda de uma maior autonomia e de uma séria de conquistas alcanças por estas ao longo da história. É importante frisar que, no Brasil, esta taxa de aprisionamento decorre, em grande parte, a crimes relacionados ao tráfico de drogas.

No sentido dialmentalmente oposto ao sistema prisional brasileiro temos o sistema prisional espanhol, caracterizado pelo nível de excelência quando se trata da recuperação dos prisioneiros, além de possuir uma infraestrutura digna e invejável, propiciando aos prisioneiros um ambiente que propicie reabilitação social dos mesmos.

Durante nossa pesquisa podemos constatar que o sistema prisional brasileiro apresenta seu processo de reabilitação e ressocialização assentado em dois principais pilares: o estudo e o trabalho. Apesar disso, estas iniciativas, independente de possuírem algumas deficiências intrinsecas, atingem apenas uma parte da massa carcerária, além do que, conforme a própria doutrina, a utilização outros meios podem ser salutar, reforçando inclusive os resultados advindos daqueles dois pilares.

Nesta tese procuramos entender o funcionamento dos dois sistemas, brasileiro e espanhol, focados na identificação de relações afetivas que possam impactar diretamente no processo de reabilitação e ressocialização de mulheres encarceradas.

5 Para tanto, fizemos uma imersão no contexto histórico das prisões, inclusive nas origens das prisões femininas, além de caracterizar os sistemas prisionais brasileiro e espanhol através de números, bem como de assuntos pertinentes aos dois sistemas, como, por exemplo, os Módulos de Respeito do sistema espanhol. Também discorremos sobre a cultura interna das prisões e sua
10 relação com a formação dos grupos sociais dentro das instituições correcionais, além do impacto desta cultura no processo de ressocialização de mulheres encarceradas.

 Neste contexto aprofundamos nossa investigação em alguns pontos que tem intima ligação com a criação, modificação ou extinção de relações afetivas,
15 como o sistema de visitas e os direitos sociais das prisioneiras, como maternidade, saúde, trabalho, lazer, dentre outros.

 Assim, nós avaliamos o sistema de visitas adotado pelas duas unidades correcionais, IPF e CPT. Durante a pesquisa podemos constatar o nível de revolta das prisioneiras brasileira e também dos seus visitantes em relação a atual
20 sistemática de visitação. Um dos principais problemas identificados está relacionado a exposição vexatória e exagerada dos visitantes, além das limitações e da precária infraestrutura destinada a acomodação dos visitantes em momento anterior a sua entrada no IPF para a realização das visitas. Estes problemas, em conjunto, têm efeitos nefastos e indesejados na vida carcerária das prisioneiras e de seus
25 visitantes, implicando no desfazimento das relações sociais e efetivas, dificultando, muitas das vezes o processo de reabilitação e ressocialização.

 Desta forma, sugerimos algumas mudanças no processo de visitação que podem ser realizadas em médio e longo prazo, baseadas no regime de visitas espanhol. É evidente que não há garantia de que tais sugestões, uma vez
30 implementadas, serão efetivas e trarão as tão sonhadas reabilitação e ressocialização, e, por conseguinte, que resultem na diminuição dos altos índices de reincidência criminal no Brasil. Convém ressaltar que o sistema prisional brasileiro já passou do momento de reflexão, carecendo agora de ações imediatas e efetivas.

Neste trabalho também identificamos e analisamos as ações vinculadas aos direitos sociais das prisioneiras, sua ligação com as relações afetivas das prisioneiras e sua efetividade no processo de reabilitação.

5 Durante a investigação, também verificamos que as principais ações focadas nos direitos sociais de presos brasileiros se concentram no estudo e no trabalho, embora outros direitos sejam minimamente garantidos, como maternidade, lazer, saúde, entre outros. As entrevistas com agentes penitenciários e com as detentas mostraram que algumas ações poderiam ser mais efetivas se houvesse uma separação melhor entre as prisioneiras com base no grau de periculosidade, 10 tipo de crime, tempo de punição ou outros fatores que pudessem mensurar a potencialidade criminosa das prisioneiras. Isso acontece porque as prisioneiras mais perigosas geralmente pertencem a alguma facção criminosa existente na prisão. Estas por sua vez acabam cooptando as demais prisioneiras utilizando-se de ameaças ou mesmo de violência.

15 No entanto, esse problema deriva da ausência de políticas públicas específicas do Estado brasileiro que propiciem uma efetiva reabilitação de seus prisioneiros, sejam eles homens ou mulheres. Uma dessas políticas refere-se à ao aumento do número de vagas no sistema penitenciário, o que contribuiria para o cumprimento da LEP em relação à separação dos presos por grau de periculosidade, estejam eles condenados ou não. Outras políticas devem lidar com a 20 formação profissional e educacional dos detentos, vinculada a ações voltadas a cursos profissionalizantes, principalmente quando estes estão diretamente ligados a demanda do mercado. O objetivo é evitar ou diminuir a possibilidade de novas práticas criminosas ocorrerem devido à ausência de oportunidades de emprego.

25 Ponderamos que todas essas políticas e ações devem ser criadas de tal forma que se potencializem e gerem condições para a plena realização das demais, pois isoladamente nenhuma delas cumpriu a sonhada reabilitação dos presos e, conseqüentemente, a redução da taxa de reincidência criminal.

30 Neste ponto, podemos verificar uma profunda discrepância com relação ao sistema prisional espanhol que, apesar de todo o rigor e vigilância em relação ao cumprimento da pena, também fornece diversos meios de reabilitação e ressocialização de seus prisioneiros, assentados, principalmente, na garantia dos direitos sociais do mesmo. Isso acaba favorecendo a manutenção de relações afetivas que potencializam as ações desenvolvidas dentro deste sistema.

Um dos principais problemas ao se utilizar as relações afetivas como instrumento para potencializar as ações e programas que visem a recuperação dos prisioneiros, tanto no presídio espanhol quanto no brasileiro, refere-se, justamente, na sua identificação, uma vez que não há um critério estabelecido para isso. Para
5 tanto sugerimos critérios para a identificação destas relações, indicando se elas são positivas, e desta forma favorecem a prisioneira, ou são negativas, e, portanto, devem ser combatidas e vigiadas.

Não obstante a isso ainda temos o problema oriundo desta tarefa que, além de ser complexa, também se torna algo bastante oneroso, dado o contingente
10 de pessoas envolvidas (prisioneiras e pessoas que com ela se relacionam). Para resolver este problema sugerimos a criação de grupos de relacionamentos, indicando que tipos de pessoas deveriam compor cada grupo, sendo este sistema baseado em mobilidade e constante atualização, que deveria ser realizada pela área de assistência social em conjunto com setores de segurança prisional de cada
15 instituição correcional.

De uma forma geral, podemos constatar que as relações afetivas positivas trazem diversos impactos na vida das prisioneiras, potencializado as ações desenvolvida dentro das unidades prisionais pesquisadas nesta tese, podendo ser generalizadas a outras instituições correcionais, é claro que fazendo os devidos
20 ajustes, pois conforme já relatamos, cada instituição possui suas próprias peculiaridades, normas e cultura interna, que devem ser levados em consideração.

De uma maneira geral, podemos concluir que o modelo prisional brasileiro está bem defasado em comparação ao sistema prisional espanhol. Em suma, a realidade vivenciada pelos prisioneiros brasileiros é violadora de seus direitos e
25 garantias fundamentais, em contraponto ao sistema espanhol que está em consonância com a dignidade humana. Em parte, isso se explica pelo modelo punitivista adotado pelo Brasil, que alimenta nas pessoas o desejo de vingança, embora isso não deva e não possa servir de justificativa para as diversas atrocidades ocorridas dentro do sistema prisional brasileiro. Devemos levar em
30 consideração que, independe da qualidade do sistema prisional, o temor ao cárcere é igual entre os prisioneiros. Assim, oferecer um sistema de péssima qualidade não causa no preso um aumento no seu temor pelo sistema, mas sim amplifica a revolta e o sentimento de injustiça por esta em um ambiente que não o propicia a mínima condição de sobrevivência e de reabilitação. Neste contexto, o sistema espanhol é,

indubitavelmente, um modelo que deve servir de exemplo, devendo ser copiado, adaptado e melhorado pelo sistema prisional brasileiro, de forma a tentar minimizar os danos sociais causados pela violência do sistema penal e como forma de reinserir estas pessoas de volta à sociedade, sem que elas retornem a cometer crimes.

Devemos levar em consideração que os prisioneiros brasileiros, masculinos ou femininos, são postos em liberdade depois que a sentença é cumprida, uma vez que o Brasil não adota a prisão de caráter perpetuo. Assim, devemos ponderar e nos questionar sobre como queremos que os egressos de qualquer sistema prisional retornem ao convívio social. De um lado, como agentes especialistas na prática do crime e de outro como serem pessoas completamente reabilitadas, estando aptas ao trabalho e a vida social. É evidente que a melhor opção é a segunda, porém ela requer um esforço maior e mais articulado por parte de todos os agentes sociais e políticos, baseado na crença de que a reabilitação é possível desde que sejam fornecidas todas as condições e instrumentos necessários a isso.

8.1 Trabalhos futuros

A partir da pesquisa desenvolvida nessa tese, outras linhas de estudo foram identificadas para trabalhos futuros, como a criação de uma ferramenta ou mesmo de uma escala que possa ser utilizada para medir os impactos, positivos ou negativos, de uma determinada relação afetiva entre uma prisioneira e outra pessoa. O objetivo é tornar este processo de reconhecimento dos impactos de uma relação afetiva o mais transparente e prático possível, principalmente devido ao grande contingente de pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. (2013). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª. ed., Rio de Janeiro.

ACAIP - Agrupación de los Cuerpos de la Administración de Instituciones Penitenciarias. (2020). *Centros Penitenciarios de Castilla y León*. Recuperado em 19 de Janeiro de 2020, de

http://www.prisiones.es/prisiones_de_castilla_y_leon.html#topas.

Aebi, M., Tiago, M., Berger-Kolopp, L., & Burkhardt, C. (2017). *SPACE I – Council of Europe Annual Penal Statistics: Prison populations*. Survey 2016. Strasbourg: Council of Europe.

Aguirre, C. (2017). *Cárcere e sociedade na América Latina: 1800-1940*. In: Maia, C., SÁ NETO, F., COSTA, M., & BRETAS, M. (orgs.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, vol. 1.

Aguirre, C. (1996). *The Lima Penitentiary and the Modernization of Criminal Justice in Nineteenth-Century Peru*. In: SALVATORE, Ricardo D.; Aguirre, Carlos (Org.). *The Birth of the Penitentiary in Latin America. Essays on Criminology, Prison Reform, and Social Control, 1830-1940*. Austin: University of Texas Press.

Aguirre, C. (1998). Violencia, castigo y control social: esclavos y panaderías en Lima, siglo XIX. *Pasado y Presente*, 1(1988), 27-37.

Almeda, E. (2002). *Corregir y castigar*. El ayer y hoy de las cárceles de mujeres. Barcelona: Edicions Bellaterra.

_____. (2003). *Mujeres encarceladas*. Barcelona: Ariel.

Almeida, A. (2012). *A cabeça do brasileiro*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record.

Almeida, G. (2011). A Crise do Sistema Penitenciário: apitalismo, Classes Sociais e a Oficina do Diabo. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais do ANPUH. Fortaleza, Ceará. Recuperado em 23 de novembro de 2019, de <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1416.pdf>.

Alves-Mazzotti, A. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos De Pesquisa*, 36(129), 637-651. doi: 10.1590/s0100-15742006000300007.

Anderson, B. (1991). *Imagined communities*: reflections on the origins and spread of nationalism, Londres, Verso.

Andrade, M., & Lisboa, M. (2000). Desesperança de vida: homicídios em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997. Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira, volume 2, pages 775-808, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

Angotti, B. (2018). *Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus*: O surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2ª ed revisada. – San Miguel de Tucumán : Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto.

Anjos, J. (2003). *As raízes do Crime Organizado*. Florianópolis: IBRADD.

ANRJ – Arquivo Nacional / Rio de Janeiro. (1860). *Relatório do vice-rei do Estado do Brasil: Luís de Vasconcelos ao entregar o governo ao seu sucessor o conde de Resende*. Secretaria de Estado do Brasil, Códice 72.

APDHA - Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía. (2018). *Innovaciones, tasa de encarcelamiento elevada, sistema de salud deficiente, violación al derecho a la intimidad: puntos clave*. Recuperado em 05 de setembro de 2018, de <https://www.prison-insider.com/es/ressources/analyses/rapports/aproximacion-al-sistema-penitenciario-espanol>.

APDHA - Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía. (2016). *Sanidad en prisión. La salud robada entre cuatro muros*. Recuperado em 05 de setembro de 2018, de <https://www.apdha.org/media/informe-sanidad-en-prision-web.pdf>.

APS - Arquivos Penitenciários do Brasil - Imprensa Nacional. (1942). *Ano III, nº 3 e 4, 3º e 4º trimestre de 1942*. Rio de Janeiro.

Araújo Junior, A., & Fajnzylber, P. (2001). *O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2001.

Araújo, M. (2011). *Mulheres encarceradas e o (não) exercício do papel materno*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Presbiteriana Mackenzie.

_____. (2017). *Entre dois cativeiros: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro 1790-1821*. In: História das Prisões no Brasil. Maia, C., Sá Neto, F., Costa, M., & Bretas, M. (orgs.). Rio de Janeiro: Rocco, v. 1.

Araújo, C. (1844). *Sobre a higiene das prisões precedida de considerações gerais acerca da reforma penitenciária*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Assis, R. (2007). A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, XI(29), 74-78.

Aufderheide, A. (1976). *Order and Violence. Social Deviance and Social Control in Brazil, 1780–1840*. (Tese de Doutorado), Universidade de Minnesota, Minnesota.

Avante – Instituto Avante Brasil. (2012). *O Sistema Penitenciário Brasileiro em 2012*. Recuperado em 19 de maio de 2018, de <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/staticsp.atualidadesdodireito.com.br/iab/files/2014/01/LEVANTAMENTO-SISTEMA-PENITENCIA%CC%81RIO-2012.pdf>.

Azevedo, M. (1862). *Pequeno Panorama ou Descrição dos principais edifícios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito.

Balandier, G. (1999). *O poder em cena*. Brasília: Editora Minerva.

Ballesteros Pena, A. (2017). Redomesticidad y encarcelamiento femenino en el sistema penitenciario español. Los Módulos de Respeto. *Papers. Revista de Sociologia*, [S.l.], 102(2), 261-285.

Ballesteros, A., Almeda, E. (2015). Políticas de igualdad en las cárceles del siglo xxi: Avances, retrocesos y retos en la práctica del encarcelamiento femenino. *Praxis Sociológica*, 19, 161-186.

Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barata, O. (1975). *Introdução às ciências sociais*. v. 2. Lisboa, Livraria Bertrand.

Barbosa, L. (2006). *Jeitinho brasileiro: A arte de ser mais igual que os outros*. 6ª Ed., Rio de Janeiro: Campus.

Barbosa, R. (1914). *Discursos Parlamentares - Obras Completas - Vol. XLI - 1914 - TOMO III*. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa Recuperado em 15 de março de 2020, de

http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/RuiBarbosa/16040_V41_T3/PDF/16040_V41_T3.pdf.

Barreto, M. (2006). Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, 4(26), 582-593.

Bastos, A. (2006). *As eras do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: ACAT.

Beato, C., & Souza, R. (2003). Controle de Homicídios: a experiência de Belo Horizonte. *Cadernos Adenauer*, IV(3), 51-74.

Becker, G. (1968). Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*. 76(2), 169-217.

Belenky, M., Clinchy, B.M., Goldberger, N. R., & Tarule, J.M. (1997). *Women's ways of knowing: The development of self, voice, and mind*. New York, Basic Books.

Benbasat, I., Goldstein, D., & Mead, M. (1987). The Case Research Strategy in Studies of Information Systems. *MIS Quarterly*, 11(3), 369-386. doi: 10.2307/248684.

Benson, B., & Rasmussen, D. (1991). Relationship between illicit drug enforcement policy and property crimes. *Contemporary Economic Policy*, 9(4), 106-115. doi: 10.1111/j.1465-7287.1991.tb00354.

Beumont, G., & Tocqueville, A. (2019). *On the Penitentiary System in the United States and Its Application in France*. Palgrave Macmillan. Filadélfia.

Béranger, A. (2012). *Des moyens propres à généraliser en France le système pénitentiaire*. Nabu Press, Paris.

Bispo, T., Ferreira Neto, E., & Ferreira, J. (2013). *Gestar e Parir na Prisão: Díficeis caminhos*. VII Jornadas Santiago Wallace de Investigación en Antropología Social. Sección de Antropología Social. Instituto de Ciencias Antropológicas. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, Buenos Aires.

Bitencourt, C. (2017). *Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva.

Braga, A., & Barao, L. (2019). *Targeted Policing for Crime Reduction*. In: Krohn M., Hendrix N., Penly Hall G., Lizotte A. (eds) *Handbook on Crime and Deviance*. Handbooks of Sociology and Social Research. Springer, Cham, pp. 341-354.

Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1984. Recuperado em 05 de setembro de 2018, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7210-11-julho-1984-356938-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Caldeira, J. (2001). *Viagem pela História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cia Letras.

Campos, M. (1981). *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil – pinceladas históricas*. São Paulo: [s.n].

Carneiro, C. (2018). O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. *Psicologia USP*, 29(2), 314-321. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170151>.

Carvalho, A., Cerqueira, D., Rodriques, R., & Lobão, W. (2008). *Custos das mortes por causa externas no Brasil*. In: Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.

CEJIL – Comissão pela Justiça e pelo Direito Internacional. (2017). *Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil*. Recuperado em 25 de janeiro de 2016, de http://asbrad.com.br/conteúdo/relatório_oea.pdf.

Cendón, J., Belinchón, E., & García, H. (2011). *Módulos de Respeto: Manual de aplicación*. Madrid: Secretaría General de Instituciones Penitenciarias. Ministerio del Interior.

Cerneka, H. (2009). *Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher*. Belo Horizonte: Veredas do Direito.

César, T. (2013). Estado, Sociedade e o Nascimento da Prisão na América Latina. . *Métis: História & Cultura*, 12(23), 32-48.

Cesar, T. (2015). *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro*. São Leopoldo, Oikos/Editora Unisinos.

Clemmer, D. (1958). *The prison community*. Boston: The Christopher Publishing House.

CNJ – Conselho Nacional De Justiça. (2014). *CNJ divulga dados sobre a nova população carcerária brasileira*. Recuperado em 17 de dezembro de 2018, de http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf.

Cohen, A. (1985). *The symbolic construction community*. Nova Iorque, Tavistock.

Colares, L., & Chies, L. (2010). Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. *Revista Estudos Feministas*, 2(18), 407-423.

Cornwell, C., & Trumbull, W. (1994). Estimating the Economic Model of Crime with Panel Data. *The Review Of Economics And Statistics*, 76(2), 360. doi: 10.2307/2109893.

Costa, A. (1999a). *O trabalho prisional e a reintegração social do detento*. Florianópolis: Insular.

Costa, A. (1999b). *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

Costa, S. (2018). Estrutura Social e Crise Política no Brasil. *Dados*, 61(4), 499-533. doi: 10.1590/001152582018166.

Craidy, C. (2010). *Educação em prisões: direito e desafio*. Porto Alegre: UFRGS.

Crutchfield, R., & Pitchford, S. (1997). Work and Crime: The Effects of Labor Stratification. *Social Forces*, 76(1), 93-118. doi: 10.2307/2580319.

Cunha, M. (1989). Prisão feminina, como ilha de lesbos e escola do crime: Discursos, representações, práticas. *Cadernos do Centro de Estudos Judiciários*, 1(2), 163-184.

Cunha, M., & Almeida, M. (2017). *Entre o Bairro e a Prisão*. Lisboa: Etnográfica Press.

Custódio, R., & Calderoni, V. (2016). Penas e Mortes no Sistema Prisional Brasileiro. In: BRASIL. *Informativo Rede Justiça Criminal*, 8(2016), 5-7.

Darmon, P. (1991). *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Dennis, L., & Stroh, L. (1997). A Little Jeitinho in Brazil: A Case Study on International Management. *Journal Of Management Education*, 21(2), 255-261. doi: 10.1177/105256299702100210.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. (2014a). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – Junho de 2014*. Brasília: Ministério da Justiça. Recuperado em 03 de Agosto, 2018, de

http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen_jun14.pdf

_____. (2014b). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – Junho de 2014*. Brasília: Ministério da Justiça. Recuperado em 03 de Agosto, 2018, de <https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>

_____. (2017). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Atualização – Junho de 2016*. Brasília, Ministério da Justiça. Recuperado em 20 de dezembro de 2018, de http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/relatorio_2016_2211.pdf

_____. (2018). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres – 2ª Edição*. Brasília, Ministério da Justiça. Recuperado em 15 de dezembro de 2018, de http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf.

_____. (2019). *Relatório temático sobre as mulheres privadas de liberdade – Julho 2017*. Brasília, Ministério da Justiça. Recuperado em 27 de abril de 2019, de http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf.

_____. (2020-a). *Painel interativo dezembro/2019*. Brasília: Ministério da Justiça. Recuperado em 06 de Março, 2018, de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>.

_____. (2020-b). *Relatório Analítico dezembro/2019*. Brasília: Ministério da Justiça. Recuperado em 06 de Março, 2018, de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos>.

Dias, C. (2009). Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. *Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura*, 2(10), 79-96.

Dias, C., Marques, I., Bianchini, A., & Gomes, L. (2013). *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva.

Dias, J. (1958). Problemas de método em estudo de comunidades. In: *Colóquio sobre metodologia das ciências sociais*. Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais. p. 75-91.

Douglas, M. (1978). *Cultural Bias*. Londres, Royal Anthropological Institute.

Duarte, F. (2006). Exploring the Interpersonal Transaction of the Brazilian Jeitinho in Bureaucratic Contexts. *Organization*, 13(4), 509-527. doi: 10.1177/1350508406065103.

Dumm, T. L. (1987). *Democracy and Punishment: Disciplinary Origins of the United States*. Madison: University of Wisconsin Press.

Durkheim, E. (1960). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional.

Edmundo, L. (2000). *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis, 1763 – 1808*. Brasília: Senado Federal.

Elias, N. (2018). *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. V. 1. Rio de Janeiro: Zahar.

Ehrlich, I. (1967). *The supply of illegitimate activities*. Unpublished manuscript, Columbia University, New York.

Ehrlich, I. (1973). Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation. *Journal Of Political Economy*, 81(3), 521-565. doi: 10.1086/260058.

El Pais. (2020). A violência no Brasil mata mais que a Guerra na Síria. Acessado em: 13 Dec. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1513002815_459310.html.

Espanha. (2014). *El Sistema Penitenciario Español*. Ministerio Del Exterior. Recuperado em 04 de abril de 2017, de

http://www.institucionpenitenciaria.es/web/export/sites/default/datos/descargables/publicaciones/Sistema_Penitenciario_2014_Web_Vin_2.pdf.

Espanha. (2020). *Estadística penitenciaria - Instituciones Penitenciarias*. Ministerio Del Exterior Recuperado em 03 de maio de 2020, de <http://www.poderjudicial.es/stfls/ESTADISTICA/FICHEROS/16001E%20Estadistica%20Poblacion%20Reclusa/A%C3%B1os%20Anteriores/Estadistica%20diciembre%202019.xlsx>.

Estevam, I., Coutinho, M., & Araújo, L. (2009). Os Desafios da Prática Sócio-Educativa de Privação de Liberdade em Adolescentes em Conflito com a Lei: Ressocialização ou Exclusão Social? *Revista Psico* (PUCRS. Impresso), (40), 64-72.

Fajnzylber, P., Lederman, D. & Loayza, N. (1998), *Determinants of Crime Rates in Latin America and the World: An Empirical Assessment*. Washington, DC, World Bank Latin American and Caribbean Studies.

Fernandes, N., & Fernandes, V. (2002). *Criminologia integrada*. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Fischer, B. (1989). *The Poverty of Law: Rio de Janeiro, 1930-1964* (não publicado). PhD diss., Harvard University, 1999; SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro.

Fleisher, B. (1963). The Effect of Unemployment on Juvenile Delinquency. *Journal Of Political Economy*, 71(6), 543-555. doi: 10.1086/258814.

Fleisher, B. (1966). The effect of income on delinquency. *The American Economic Review*, 61(1), 118-137.

Florentino, M. (2014). *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: UNESP.

Frasseto, F. (2006). *Execução da Medida Sócioeducativa de Internação: Primeiras linhas de uma crítica garantista* In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: Socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD.

Fonseca, C., & Neto, F. (2006). Atitudes dos reclusos ciganos e não ciganos face ao ensino recorrente. *Psicologia, Educação e Cultura*, 2(10), 329-352.

Fonseca, C., & Castor, B. (2005). A influência de traços da cultura brasileira sobre a comunicação intra e intercultural no setor automotivo do Paraná. *Publiatio UEPG*, 13(2), 79-92.

Fonseca, D. (2018). Expansion, standardization, and densification of the criminal justice apparatus: Recent developments in Brazil. *Punishment & Society*, 20(3), 329-350. doi: 10.1177/1462474517694504.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, 296p.

G1. (2019). *Brasil Registra Queda de 22% nas Mortes Violentas em 9 Meses, Revela Índice Nacional de Homicídios*. Recuperado em 23 de novembro de 2019, de <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/11/25/brasil-registra-queda-de-22percent-nas-mortes-violentas-em-9-meses-revela-indice-nacional-de-homicidios.ghtml>.

García Basalo, J. (1954). *San Martín y la reforma carcelaria. Aporte a la historia del derecho penal argentino y americano*. Buenos Aires: Ediciones Arayú.

García, F. (2017). A primeira cadeia pública de Fortaleza. Recuperado em 11 de Janeiro de 2020, de <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2017/01/a-primeira-cadeia-publica-de-fortaleza.html>.

Goffman, E. (1993). *A apresentação do Eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D' água.

_____. (2018). *Manicômios, prisões e conventos*. Coleção Debates. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva S.A.

Goldstein, P. (1985). The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework. *Journal Of Drug Issues*, 15(4), 493-506. doi: 10.1177/002204268501500406.

Gomes, A., Santos, M., Neri, H., Oliveira, M. & Uziel, A. (2009). *Reflexões sobre a maternidade no sistema prisional: o que dizem técnicas e pesquisadoras*. In: XV Encontro Nacional da ABRAPSO. Anais... Alagoas: Maceio.

Gomes, L., & Cervini, R. (1997). *Crime Organizado: Enfoques criminológico, jurídico (Lei 9,034/95) e político-criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Gonçalves, A. (1997). *Questões de antropologia social e cultural*. Porto: Edições Afrontamento. 1997.

Goode, W., & Hatt, P. (1979). *Métodos em Pesquisa Social*. 6ª ed., São Paulo: Cia Editora Nacional.

Greenwood, P., Chaiken, J., & Petersilia, J. (1977). *The Criminal Investigation Process*. Lexington, mass: DC. Heath and Company.

Hall, S. (2019). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora, 12ª edição. Rio de Janeiro.

Haney, C. (2001). *The Psychological Impact of Incarceration: Implications for Post-Prison Adjustment*. University of California, Santa Cruz. Recuperado em 11 de maio de 2016, de <http://aspe.hhs.gov/hsp/prison2home02/haney.pdf>.

Hermeto, E., Sampaio, J., & Carneiro, C. (2010). Abandono do uso de drogas ilícitas por adolescente: importância do suporte familiar. *Revista Baiana De Saúde Pública*, 34(3), 639-652. doi: 10.22278/2318-2660.2010.v34.n3.a62.

Hobsbawn, E (1983). Introduction: inventing tradition: in HOBBSAWN, E. e RANGER, T. (Ed.) – *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-14.

Holanda, S. B. (2015). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras.

Holloway, T. (1989). "A Healthy Terror": Police Repression of Capoeiras in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. *The Hispanic American Historical Review*, 69(4), 637. doi: 10.2307/2516095.

Holloway, T. (1997). *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e Resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV.

Howard, C. (org.). (2006). *Direitos Humanos e Mulheres Encarceradas*. São Paulo: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo.

Herkenhoff, J. (1998). *Crime: tratamento sem prisão*. 3ª Ed., Rio Grande do Sul: Livraria do Advogado.

ICPR - Institute for Crime & Justice Policy Research. (2020). *Prison Population Total*. Recuperado em 15 de janeiro de 2020, de <http://www.prisonstudies.org>.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada. (2015). *Reincidência criminal no Brasil*. Brasília. Recuperado em 13 de outubro de 2018, de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf.

IPEA, & FBSP. (2018). *Atlas da Violência - 2018*. Rio de Janeiro. Acessado em: 22 de Nov. 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. (2017). *Mulheres em situação de Prisão no Ceará*. Fortaleza. Recuperado em 23 de março de 2019, de <http://www.mulheressocialistas.org.br/wp-content/uploads/2017/04/b9.pdf>.

Julião, E. (2003). *Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro*. (Dissertação de mestrado) Departamento de Educação, PUC, Rio de Janeiro.

_____. (2006). Educação e trabalho como propostas políticas de execução penal. *Alfabetização e Cidadania: Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 19(2006), 73-84.

_____. (2009). *A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro.

_____. (2010). O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Educ.*, 15(45), 529-543.

Kelling, G., Pate, T., Dieckman, D., & Brown, C. (1974). *The Kansas City Preventive Patrol Experiment: A Technical Report*. Washington, DC.: Police Foundation.

Köbis, N. C., van Prooijen, J.-W., Righetti, F., & Van Lange, P. A. M. (2017). The Road to Bribery and Corruption: Slippery Slope or Steep Cliff? *Psychological Science*, 28(3), 297–306. <https://doi.org/10.1177/0956797616682026>.

Krug, E., Dahlberg, L., Mercy, J., Zwi, A., & Lozano, R. (2002). *World Report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.

Langeani, B, & Ricardo, C. (2016). Um chamado à razão. *In: BRASIL. Informativo Rede Justiça Criminal*. 8(2016), 4-5.

Lemos Britto, J. (1943). As Mulheres Criminosas e seu tratamento penitenciário. *In: Estudos Penitenciários*. São Paulo: Imprensa Oficial.

León León, M. (2003). *Encierro y corrección. La configuración de un sistema de prisiones en Chile (1800–1911)*. Santiago: Universidad Central de Chile.

Levitt, S. (1996). The Effect of Prison Population Size on Crime Rates: Evidence from Prison Overcrowding Litigation. *The Quarterly Journal Of Economics*, 111(2), 319-351. doi: 10.2307/2946681.

Lima, E. (1983). *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: OAB/RJ.

Lima Filho, P. (1931). *No tempo dos látigos e dos grilhões: fatos históricos e perfis de criminosos*. Fortaleza: Tipografia Progresso, 1931.

Lima, R, Fonseca, A. & Braga, F. (2016). O silêncio eloquente sobre as mulheres no Levantamento Nacional de Informações Penintenciárias. *In: BRASIL. Informativo Rede Justiça Criminal*, 8(2016), 8-9.

Maia, L. (2002). *Tortura no Brasil*. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). *Direitos Humanos: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, p. 169-170.

Malheiros, B. (2011). *Metodologia da pesquisa em educação*. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: LTC.

Mallon, F. (1992). Indian Communities, Political Cultures, and the State in Latin America, 1780–1990. *Journal Of Latin American Studies*, 24(S1), 35-53. doi: 10.1017/s0022216x00023762.

Manso, B., & Dias, C. (2017). PCC: sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11(2), 10-29.

Martins, S. (2009). A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. *Fractal: Revista De Psicologia*, 21(1), 111-123. doi: 10.1590/s1984-02922009000100009.

Mendonça, M. (2001). *Um Modelo de Criminalidade para o Caso Brasileiro*. IPEA/DF. In: Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 29th Brazilian Economics Meeting], ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].

McGowan, R. (1995). *The Well-Ordered Prison: England, 1789–1865*. In: Morris, N., & Rothman, D. (Org.). *The Oxford History of the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*. New York: Oxford University Press, pp. 79-109.

Melossi, D., & Pavarini, M. (2006). *Cárcere e fábrica. as origens do sistema penitenciário (séculos XVI–XIX)*. Rio de Janeiro: Revan.

Meranze, M. (1996). *Laboratories of Virtue. Punishment, Revolution, and Authority in Philadelphia, 1760–1835*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Michael, A. (2011). *Crime Organizado funciona como holding*. Folha, 2011. Recuperado em 15 de fevereiro de 2018, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u74202.shtml>.

Militão, L., & Kruno, R. (2014). Vivendo a Gestação dentro de um sistema prisional. *Saúde (Santa Maria)*, Santa Maria, 40(1), 75-84.

Mirabete, J. (2004). *Execução Penal: comentários   Lei n  7.210, de 11-7-84*. 11  ed. São Paulo: Atlas.

Moe, A., & Ferraro, K. (2006). Criminalized mothers: the value and devaluation of parenthood from behind bars. *Women & Therapy*, 29(3-4), 135-164.

Monteiro, L. (2016). *Especialistas discutem jeitinho brasileiro de querer levar vantagem*. Recuperado em 11 de setembro de 2018 de http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/04/03/interna_politica,749739/especialistas-discutem-jeitinho-brasileiro-de-querer-levar-vantagem.shtml.

Moreira, C. (1987). Antropologia: perspectiva e método. *Estudos Políticos e Sociais*, 4(3), 51-64.

Motta, F., & Alcadipani, R. (1999). Jeitinho brasileiro, controle social e competição. *Revista De Administração De Empresas*, 39(1), 6-12. doi: 10.1590/s0034-75901999000100002.

Nagin, D., Solow, R., & Lum, C. (2015). Deterrence, criminal opportunities, and police. *Criminology*, 53(1), 74-100. doi: 10.1111/1745-9125.12057.

Nery, H., & Oliveira, M. (2010). A maternidade em situação de privação de liberdade: uma articulação sobre o sujeito do direito e o sujeito do desejo. In: 9. Seminário Internacional Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos. *Anais...* Rio Grande do Sul: Florianópolis.

Neves, T. (2007). A defesa institucional numa instituição total: o caso de um centro de internamento de menores delinquentes. *Anál. Social*, (185), 1021-1039.

Nobre, C. (2016). *A cultura intra-muros e seus efeitos nas relações inter e intrapessoal de mulheres presas no Instituto Prisional Feminino Auri Moura Costa no Estado do Ceará – Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidad d Salamanca.

Nobre, C., Barrio, A., & Nobre, R. (2016). *Uma análise dos efeitos da cultura intra-muros nas relações inter e intrapessoal de mulheres encarceradas: Estudo de caso no Instituto Prisional Feminino Desembargadora Auri Moura Costa – Ceará/Brasil*. In: VIII Congreso Internacional Salamanca. Instituto de Ibeuroamerica, USAL, Espanha/Salamanca.

Nobre, C., Barrio, A., & Nobre, R. (2017). *O regime de visita e seus impactos: Uma comparação entre as prisões brasileiras e espanholas*. In: 3ª Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco. *Anais...* p. 1-20.

_____.(2018). Where are we wrong? A comparison between the system of visits in Brazilian and Spanish prisons. *Revista Euroamericana de Antropología*, 6(2018), 117-130. doi: <http://dx.doi.org/10.14201/rea20186117130>

Oliveira, A. (1996). *Quadros da História de Granja no século XIX*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Oliveira, C. (2013). A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). *Educação e Pesquisa* (USP. Impresso), 39, 955-968.

Oliveira, C. (2011). *Ensaio em economia do crime: dissuasão, armas e carreira criminosa*. (Tese de doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Oliveira, M. (2008). *Do outro lado dos muros: Reflexões a partir da atuação do psicólogo em unidades prisionais femininas*. Congresso Nacional de Segurança Pública. Maceió.

Ojeda, N. (2013). Cárcel de mujeres. Una mirada etnográfica sobre las relaciones afectivas en un establecimiento carcelario de mediana seguridad en Argentina. *Sociedad y Economía*, (25), 237-254.

Paula, L., & Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, 31(89), 125-144. doi: 10.1590/s0103-40142017.31890013.

Pastor Seller, E., & Torres Torres, M. (2017). El sistema penitenciario y las personas privadas de libertad en España desde una perspectiva internacional. *Política Criminal*, 12(23), 124-150. doi: 10.4067/s0718-33992017000100005.

Pastore, J. (2001). *O alcance do trabalho prisional*. São Paulo, 2001. Recuperado em 10 de Dezembro de 2017, de http://www.josepastore.com.br/artigos/ac/ac_142.htm.

Paz, S. (2007). Reciprocidades, Afeto e Sexualidade em Grupos Populares: Aspectos Redimensionados na Prisão. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. V. IV, nº7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. pp. 143-170.

Paz Soldán, M. (1865). *Atlas geográfico del Peru*. Biblioteca de Augusto Durand, rue de Gres-Sorbonne.

Perrot, M. (2017). *Os excluídos da História - Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pilati, R., Milfont, T., Ferreira, M., Porto, J., & Fischer, R. (2011). Brazilian jeitinho: understanding and explaining an indigenous psychological construct. *Interamerican Journal of Psychology*, 45(1), 27-36.

Pina Cabral, J. (1989). *Filhos de Adão, filhos de Eva*. A visão do mundo camponês. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Pinheiro, L., & Gama, T. (2016). As origens do Sistema Penitenciário Brasileiro: uma análise sociológica da história das prisões do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade Debate*, 22(2), 157-190.

Pinto, A. (1858). *Memória sobre a penitenciária do Rio de Janeiro*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXI.

Pinto, J. (1991). Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências sociais*. 32.

Pires, F., & Palassi, M. (2008). Frente de trabalho da iniciativa privada no sistema carcerário do estado do Espírito Santo. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, 6(3), 1-16.

Poinsenet, M. (1968). *Nada Impossível ao amor*. Tradução de Maria Margarida Campos. Salvador: Editora Mensageiro da Fé.

Ponte, S. (2014). *Fortaleza Belle Époque, reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)*. 5ª Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.

Português, M. (2001). Educação de adultos presos. *Educação e Pesquisa*, 27(2), 355-374.

Prison-Insider. (2018). *Régimen penitenciario*. Recuperado em 17 de Maio de 2020, de <https://www.prison-insider.com/es/articles/aproximacion-al-sistema-penitenciario-espanol>.

Quadros, W. (2019). A profundidade da atual crise social [Ebook] (p. 30). São Paulo: UNICAMP. Acessado em: 19 Set. 2019. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD361.pdf>.

Quintela, F., Barbosa, B. (2015). *Mentiram e muito para mim sobre o desarmamento*. São Paulo: Vide Editorial.

Redfield, R. (1947). The folk society. *American Journal of Sociology*. (52), 293-308.

Redfield, R. (1953). *The primitive world and its transformation*. Ithaca: Cornell University Press.

Rega, L. (2000). *Dando um jeito no jeitinho*: Como ser ético sem deixar de ser brasileiro. São Paulo: Editora Mundo Cristão.

Ribeiro, L., & Cruz, M. (2002). *Trabalho prisional como política pública de recuperação do criminoso: estudo de múltiplos casos em unidades penitenciárias de Minas Gerais - Brasil*. Recuperado em 02 de dezembro de 2017, de http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2002/POP/2002_POP471.pdf.

Rothman, D. J. (1995). *Perfecting the Prison: United States, 1789–1865*. In: Morris, N., & Rothman, D. (Org.). *The Oxford History of the Prison. The Practice of Punishment in Western Society*. New York: Oxford University Press, pp. 111-129.

Rusche, G., & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social*. 2ª edição. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan.

Sachsida, A., Mendonça, M., Loureiro, P., & Gutierrez, M. (2009). Inequality and criminality revisited: further evidence from Brazil. *Empirical Economics*, 39(1), 93-109. doi: 10.1007/s00181-009-0296-4.

Salla, F. (2006). *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Annablume.

Salmasso, R. (2004). Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília-SP. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 4(3), 16-31.

Salvatore, R., & Aguirre, C. (1996). *The birth of the penitentiary in Latin America: essays on criminology, prison reform, and social control, 1830-1940*. Austin: University of Texas Press.

Santa Rita, R. P. (2006). *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana*. (Dissertação de mestrado), Universidade de Brasília, Brasília.

Sant'anna, M. (2010). *A Imaginação do Castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010 224 f. Tese (Doutorado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (2002). *'De um lado, punir; de outro, reformar': projetos e impasses em torno da implantação da Casa de Correção e do hospício de Pedro II no Rio de Janeiro*. (Dissertação de mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. (2017) *Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro*. In: Maia, C., Sá Neto, F., Costa, M., & Bretas, M. (orgs.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, v. 1, pp. 283-314.

Santos, M. (2008). Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias. *Economia*, 9(2), 343-372.

Santos, D., Amaral, J. (2012). *Crianças Encarceradas: A Tensão Permanente entre os Direitos da Personalidade da Criança Presa junto da Mãe e a Ineficácia das*

Políticas Públicas de Promoção Humana. In: Alexandre Walmott Borges; Ilton Noberto R. Filho; Marco Aurélio Marrafon. (Org.). 1 ed. Florianópolis: FUNJAB, v. 1, pp. 163-192.

Santos, F. (2007). *Família: peça fundamental na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei?* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Semedo Moreira, J. (1999). Ciganos na Prisão: Um Universo Diferente? *Temas Penitenciários*. 2(2), 5-18.

Shikida, P., Shikida, C., Araújo Junior. A., Pereira D. (2014). O efeito do encarceramento sobre as taxas de homicídios no Brasil. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, 3(9), 6359-6388.

Silva, A. (2014). *De menor infrator a adolescente em conflito com a lei: Um estudo sobre o sistema socioeducativo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Silva, E. (2015). *Organizações Criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13*. 2ª Ed., São Paulo: Atlas.

Siqueira, A., & Dell'aglio, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicol. Soc.*, 1(18), 71-80.

Smigel-Leibowitz, A. (1965). *Does Crime Pay? An Economic Analysis*. Master's thesis, New York: Columbia University, 1965.

Smith, P., Huang, H., Harb, C., & Torres, C. (2011). How Distinctive Are Indigenous Ways of Achieving Influence? A Comparative Study of Guanxi, Wasta, Jeitinho, and "Pulling Strings". *Journal Of Cross-Cultural Psychology*, 43(1), 135-150. doi: 10.1177/0022022110381430.

Smith, P., Torres, C., Leong, C., Budhwar, P., Achoui, M., & Lebedeva, N. (2012). Are indigenous approaches to achieving influence in business organizations distinctive? A comparative study of guanxi, wasta, jeitinho, svyazi and pulling

strings. *The International Journal Of Human Resource Management*, 23(2), 333-348. doi: 10.1080/09585192.2011.561232.

Spelman, W., Brown, D. (1984). *Calling The Police: Citizen Reporting Of Serious Crime*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.

Soares, B., & Ilgenfritz, I. (2002). *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro, Garamond.

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.

Souza, K. (2009). A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. *Psicologia Em Estudo*, 14(4), 649-657. doi: 10.1590/s1413-73722009000400005

Sykes, G. (2007). *The society of captives: A study of a maximum security prison*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Torres, C., Alfinito, S., Galvão, C., & Tse, B. (2015). Brazilian Jeitinho Versus Chinese Guanxi: investigating their informal influence on international business. *RAM. Revista De Administração Mackenzie*, 16(4), 77-99. doi: 10.1590/1678-69712015/administracao.v16n4p77-99.

Thompson, A. (2009). *A Questão Penitenciária*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

Verztman, J. (2013). Estudo psicanalítico de casos clínicos múltiplos. In A. M. Nicolaci-da-Costa e D. R. Romão-Dias (Orgs.). *Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins*. (pp. 67-92). Rio de Janeiro, RJ: Loyola.

Victor, H. (1943). *Chefes de Polícia no Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva.

Wachelke, J., & Prado, A. (2018). A Ideologia do jeitinho brasileiro. *Psicologia E Saber Social*, 6(2). doi: 10.12957/psi.saber.soc.2017.31400.

Webb, S., Webb, B. (1968). *English Prisons Under Local Government*. London: Routledge, <https://doi.org/10.4324/9780429024498>

Wilson, J., & Kelling, G. (1982). Broken windows: The Police and Neighborhood Safety. *Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38.

Wimmer, R., Dader, J., & Dominick, J. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación: una introducción a sus métodos*. Bosch.

Wolpin, K. (1978). An Economic Analysis of Crime and Punishment in England and Wales, 1894-1967. *Journal Of Political Economy*, 86(5), 815-840. doi: 10.1086/260713.

Wong, Y. (1995). An Economic Analysis of the Crime Rate in England and Wales, 1857-92. *Economica*, 62(246), 235-246. doi: 10.2307/2554905.

Yin, R. K (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5ª ed. Porto Alegre: Boookman.

APENDICE A – OFICIO DE AUTORIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO NO CENTRO PENITENCIÁRIO DE TOPAS



MINISTERIO
DEL INTERIOR



SECRETARIA GENERAL
DE INSTITUCIONES
PENITENCIARIAS

O F I C I O

S/REF.

N/REF.

FECHA

27 de febrero de 2017

ASUNTO

AUTORIZACIÓN INVESTIGACIÓN

D^a. Cibelli da Sá Pinheiro
cibellipinheiro@hotmail.com

Tramitada en esta Subdirección, la solicitud de D^a. **Cibelli da Sá Pinheiro**, matriculada en el Programa de Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad de Salamanca, para realizar un trabajo de investigación sobre **“La rehabilitación de reclusas a través de relaciones afectivas positivas: una propuesta basada en sistema de prisiones de mujeres brasileño y español”** en el C.P. de Topas, le comunico que se autoriza lo solicitado con las siguientes condiciones:

1º.- La autorización tendrá validez hasta el 31 de diciembre de 2017. Si fuera necesaria su prolongación, deberá tramitar una nueva solicitud justificando las causas de su continuidad.

2º.- La selección de los internos, compaginará los criterios de la investigación con las limitaciones penitenciarias. En cualquier caso, **la colaboración de los internos será voluntaria**, informándoles personalmente de los objetivos de la investigación de manera suficiente, para que su participación sea realmente libre. De esta circunstancia deberá quedar nota escrita en el centro respecto de los internos.

3º.- La investigación garantizará **el carácter anónimo** de los internos participantes, sustituyéndose el nombre de los mismos si se considera necesario. En todo caso se velará por la intimidad los participantes, protegida en el artículo 18.1 de la Constitución, evitando la correspondencia de los datos obtenidos y sus titulares. Igualmente deberá respetarse lo previsto en los artículos 4.2.b y 211 del Reglamento Penitenciario, y lo dispuesto en la Ley 15/1999 de Protección de datos.

4º.- La Dirección de cada Centro Penitenciario, como garante de la especial situación jurídica de los internos, deberá aprobar antes su realización:

- El modelo escrito de **consentimiento del interno**.
- La información que se va a facilitar al interno, a fin de obtener su **voluntaria participación**.
- Cualquier cambio sustancial que se vaya a producir en el desarrollo de la investigación.

5º.- Del estudio realizado deberá facilitar **copia a esta Secretaría General** por su interés y para valoración conjunta antes de realizar cualquier publicación o explotación pública de los datos o resultados obtenidos. Tampoco deberá facilitar datos a terceros sin autorización de este centro directivo.

CORREO ELECTRÓNICO

sgrelacionesinstitucionales@dgip.mir.es

ALCALÁ, 38
28014 MADRID
TEL.: 91 335 4985
FAX.: 91 335 4050



6º.- La dirección de cada centro fijará las condiciones para que las actividades derivadas de la autorización se desarrollen adecuadamente sin perturbar el desarrollo de los servicios, pero prestando la colaboración necesaria para el desarrollo de la actividad.

7º.- En caso de **publicación del estudio debe remitir a esta Secretaría General un ejemplar** de la misma para incorporarlo al fondo bibliográfico de nuestra Biblioteca y libre consulta de los usuarios de la misma.

Se deberá remitir a estos Servicios Centrales un informe-memoria del trabajo realizado y los resultados obtenidos.

Deberá coordinar con el Director del Centro los días de visita:

C.P. Topas: Tfno: 923127101

SUBDIRECTORA GENERAL
DE RELACIONES INSTITUCIONALES
Y COORDINACIÓN TERRITORIAL

Mercedes Belaustegui Alonso

MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARÍA GENERAL
DE INSTITUCIONES
PENITENCIARIAS



CONDICIONES A RESPETAR EN EL PROYECTO DE INVESTIGACIÓN “LA REHABILITACIÓN DE RECLUSAS A TRAVÉS DE RELACIONES AFECTIVAS POSITIVAS: UNA PROPUESTA BASADA EN SISTEMA DE PRISIONES DE MUJERES BRASILEÑO Y ESPAÑOL”

1º.- La autorización tendrá validez hasta el 31 de diciembre de 2017. Si fuera necesaria su prolongación, deberá tramitar una nueva solicitud justificando las causas de su continuidad.

2º.- La selección de los internos, compaginará los criterios de la investigación con las limitaciones penitenciarias. En cualquier caso, **la colaboración de los internos así como los miembros de los Equipos Técnicos será voluntaria**, informándoles personalmente de los objetivos de la investigación de manera suficiente, para que su participación sea realmente libre. De esta circunstancia deberá quedar nota escrita en el centro respecto de los internos.

3º.- La investigación garantizará **el carácter anónimo** de los internos participantes, sustituyéndose el nombre de los mismos si se considera necesario. En todo caso se velará por la intimidad los participantes, protegida en el artículo 18.1 de la Constitución, evitando la correspondencia de los datos obtenidos y sus titulares. Igualmente deberá respetarse lo previsto en los artículos 4.2.b y 211 del Reglamento Penitenciario y lo dispuesto en la Ley 15/1999 de Protección de datos.

4º.- La Dirección de cada Centro Penitenciario, como garante de la especial situación jurídica de los internos, deberá aprobar antes su realización:

- El modelo escrito de **consentimiento del interno**.
- La información que se va a facilitar al interno, a fin de obtener **su voluntaria participación**.
- Cualquier cambio sustancial que se vaya a producir en el desarrollo de la investigación.

5º.- Del estudio realizado deberá facilitar **copia a esta Secretaría General** por su interés y para valoración conjunta antes de realizar cualquier publicación o explotación pública de los datos o resultados obtenidos. Tampoco deberá facilitar datos a terceros sin autorización de este centro directivo.

6º.- La dirección de cada centro fijará las condiciones para que las actividades derivadas de la autorización se desarrollen adecuadamente sin perturbar el desarrollo de los servicios, pero prestando la colaboración necesaria para el desarrollo de la actividad.

7º.- En caso de **publicación del estudio debe remitir a esta Secretaría General un ejemplar** de la misma para incorporarlo al fondo bibliográfico de nuestra Biblioteca y libre consulta de los usuarios de la misma.

Presto mi CONFORMIDAD a las condiciones descritas anteriormente, en el desarrollo del trabajo de investigación que me propongo realizar. Como prueba de ello, firmo el presente documento en

MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARÍA GENERAL
DE INSTITUCIONES
PENITENCIARIAS

APENDICE B – TERMO DE ANUENCIA DA SEJUS



TERMO DE ANUÊNCIA

Senhor(a) Coordenador(a) do Comitê de Ética em Pesquisa,


Fortaleza, 29 de julho de 2016

Declaro que a COORDENADORIA DO SISTEMA PENAL- COSIPE, da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, responsável pelo **INSTITUTO PENAL FEMININO DRA AURI MOURA COSTA**, está de acordo com a realização do projeto de pesquisa "**A Ressocialização de Mulheres Presas por Meio das Relações Afetivas Positivas: Uma Proposição Baseada no Sistema Prisional Feminino Brasileiro**" sob a responsabilidade de **Cibelli de Sá Pinheiro Nobre**, nas nossas dependências, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Estamos cientes que os sujeitos de pesquisa serão mulheres privadas de liberdade e que o presente trabalho deve seguir a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde -CNS e normas complementares.

Sendo o que se apresenta aproveitamos para enviar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,


Edmar de Oliveira Santos
Coordenadoria do Sistema Penal -COSIPE
Coordenador

APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: A Ressocialização de Mulheres Presas por Meio das Relações Afetivas Positivas: Uma Proposição Baseada no Sistema Prisional Feminino Brasileiro

NOME DO PESQUISADOR: Cibelli de Sá Pinheiro Nobre

[REDACTED]

[REDACTED]

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa desenvolvida por Cibelli de Sá Pinheiro Nobre (ALUNA DE PÓS-GRADUAÇÃO), que irá investigar as relações afetivas das detentas e como estas podem ajudar no processo de ressocialização e na diminuição dos índices de reincidência criminal. Nós estamos desenvolvendo esta pesquisa porque queremos avaliar se é possível utilizar as relações afetivas que as detentas desenvolvem ou mantêm no presídio e, por consequência, programas que favoreçam estas relações, no processo de reinserção das presas na sociedade, como também se isso favorece a diminuição da prática de novos crimes pelas detentas.

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do participante _____

1. POR QUE VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADO A PARTICIPAR?

A pesquisa está relacionada com as relações afetivas desenvolvidas e mantidas pelas detentas durante o período de cumprimento de pena. Assim, você está sendo convidada a participar por estar atualmente detida nesta unidade prisional.

2. COMO SERÁ A MINHA PARTICIPAÇÃO?

Ao participar desta pesquisa, você deverá ser solicitado a responder, inicialmente questões de natureza sócio-demográficas, tais como: gênero, idade, escolaridade, dentre outras. Em seguida serão realizadas perguntas que visam identificar sua opinião pessoal em relação a diferentes contextos ligados as relações afetivas mantidas dentro do cárcere, como, por exemplo, as suas relações com familiares e a forma de como isso ocorre dentro do presídio.

Lembramos que a sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia e liberdade para decidir se quer ou não participar. Você pode desistir da sua participação a qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista sem nenhum prejuízo para você. Não haverá nenhuma penalização caso você decida não consentir a sua participação, ou desistir dela. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

3. QUEM SABERÁ SE EU DECIDIR PARTICIPAR?

Somente o pesquisador responsável e sua equipe saberá que você está participando desta pesquisa. Ninguém mais saberá da sua participação. Entretanto, caso você deseje que o seu nome / seu rosto / sua voz ou o nome da sua instituição conste do trabalho final, nós respeitaremos sua decisão. Basta que você marque ao final deste termo a sua opção.

4. GARANTIA DA CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE.

Todos os dados e informações que você nos fornecer serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos seus dados e das suas informações. Tudo que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por DADOS DE IMAGEM, DADOS PESSOAIS, ENTREVISTA(S), RESPOSTAS serão utilizadas(os) somente para esta pesquisa. A entrevista somente será gravada se houver sua autorização. Ela é necessária para dar maior fluidez e dinâmica a este processo. O material da pesquisa, com os seus dados e informações, será armazenado em local seguro e guardado em arquivo por pelo menos 5 anos após o término da pesquisa. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Caso você autorize que sua voz seja publicada, teremos o cuidado de anonimizá-la, ou seja, sua voz ficará diferente e ninguém saberá que é sua. Caso você autorize que sua imagem seja publicada, teremos o cuidado de anonimizá-la, ou seja, seu rosto ficará desfocado e/ou colocaremos uma tarja preta na imagem dos seus olhos e ninguém saberá que é você.

5. EXISTE ALGUM RISCO SE EU PARTICIPAR?

O(s) procedimento(s) utilizado(s) na pesquisa apresenta um risco mínimo, ou seja, o risco que você corre é semelhante àquele sentido em um exame físico ou psicológico de rotina. Sendo assim, a sua participação envolverá riscos mínimos, este que poderão envolver o desconforto de compartilhar informações pessoais e confidenciais. Os riscos serão minimizados com a sua total liberdade de não precisar responder a qualquer pergunta ou

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do participante _____

parte delas, sendo livre também para interromper sua participação no estudo a qualquer momento, sem a necessidade de justificar sua decisão

6. EXISTE ALGUM BENEFÍCIO SE EU PARTICIPAR?

Os benefícios esperados com a pesquisa são no sentido de subsidiar com maiores informações sobre as peculiaridades da vida da mulher presa, a cultura interna dos presídios femininos e, de forma mais específica, o conjunto de relações afetivas mantidas pelas detentas e sua relação com o processo de ressocialização. Conhecendo este universo singular também permitirá discutir questões que nem sempre estão visíveis e claras aos demais interessados, além de poder servir como subsídios para a adoção de medidas públicas que promovam uma maior efetividade do processo de ressocialização e, por conseguinte, na diminuição dos índices de reincidência criminal.

7. FORMAS DE ASSISTÊNCIA E RESSARCIMENTO DAS DESPESAS.

Se você necessitar de ESCLARECIMENTO e ORIENTAÇÃO como resultado encontrado nesta pesquisa, você será encaminhado(a) para o Setor de Assistência Social existente nesta unidade prisional. Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira. No caso de algum gasto resultante da sua participação na pesquisa e dela decorrentes, você será ressarcido, ou seja, o pesquisador responsável cobrirá todas as suas despesas e de seus acompanhantes, quando for o caso.

8. ESCLARECIMENTOS

Se você tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados nela, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável

Nome do pesquisador responsável: Cibelli de Sá Pinheiro Nobre

Endereço: [REDACTED]

Telefone para contato: [REDACTED]

Horário de atendimento: Segunda a quinta, de 09:30 as 11:30.

Se você desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza. O Comitê de Ética tem como finalidade defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto, de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade de Fortaleza – COÉTICA

Av. Washington Soares, 1321, Bloco da Reitoria, Sala da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1º andar.

Bairro Edson Queiroz, CEP 60811-341.

Horário de Funcionamento: 08:00hs às 12:00hs e 13:30hs às 18:00hs.

Telefone (85) 3477-3122, Fortaleza-CE

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do participante _____

9. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar este documento, que será elaborado em duas vias: uma via deste Termo ficará com o(a) Senhor(a) e a outra ficará com o pesquisador.

O participante de pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, deve rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apondo a sua assinatura na última página do referido Termo.

O pesquisador responsável deve, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

10. USO DE VOZ E/OU IMAGEM

Caso o(a) Senhor(a) deseje que seu nome, seu rosto, sua voz ou o nome da sua instituição apareça nos resultados da pesquisa, sem serem anonimizados, marque um dos itens abaixo.

- ☐ Eu desejo que o meu nome conste do trabalho final.
☐ Eu desejo que o meu rosto/face conste do trabalho final.
☐ Eu desejo que a minha voz conste do trabalho final.
☐ Eu desejo que o nome da minha instituição conste do trabalho final.

11. CONSENTIMENTO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. (a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores. Ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante ou representante legal

Assinatura do pesquisador

Impressão dactiloscópica

Assinatura do pesquisador _____

Assinatura do participante _____

APENDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS PRISIONEIRAS



Local de Aplicação:

Data: ____/____/____

Horário: ____:____

- 1) Qual o seu nome completo?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Onde nasceu?
- 4) Qual a sua escolaridade?
- 5) Onde morava antes da prisão?
- 6) Qual(is) o(s) crime(s) que a levou(varam) a estar detida naquela unidade correcional?
- 7) Tem pai, mãe ou irmãos? Eles a visitam na prisão?
- 8) Tem algum companheiro(a)? Ele(a) a visita?
- 9) Tem filhos? Quantos? Como é o seu contato com eles?
- 10) Mantém contato com alguma outra pessoa que se encontra fora do sistema prisional? Quem?
- 11) Estas visitas são importantes? Por quê?
- 12) Acha que este contato é importante para seu processo de reinserção na sociedade após o cumprimento de sua pena? Qual destes contatos é mais benéfico a você? Por quê?
- 13) Acha que este período de contato poderia melhorar? Como?
- 14) Como foi o seu processo de inserção no presídio? Pertence a algum grupo social dentro do presídio?
- 15) Fez amigos dentro do presídio? Esta relação é forte?

- 16) Acha que esta amizade ou afetividade é benéfica a sua vida após sua saída do sistema prisional?
- 17) Pertence a algum grupo religioso, de trabalho, de estudo ou outro? Qual e a sua participação neste grupo?
- 18) Considera este grupo importante durante a sua permanência dentro do presídio? Por quê?
- 19) Acha que este grupo pode contribuir para o seu processo de reinserção social fora do presídio?
- 20) Quais as atividades que desenvolve dentro do presídio que considera importante para a sua reinserção social?
- 21) Alguma vez já refletiu sobre as ações que a levaram a ser presa após seu ingresso dentro do presídio e que a levaram ao arrependimento? O que a levou a esta reflexão?
- 22) Que pessoas você considera importante na sua vida antes e após a sua prisão?
- 23) Que ações poderiam ser desenvolvidas pelo presídio que contribuiriam para o processo de ressocialização?
- 24) Tem alguma relação (amizade, respeito, temor, etc.) pelos agentes e funcionários do presídio? Esta relação é boa?
- 25) Você considera que o presídio modificou sua forma de pensar/agir? Considera isso positivo? Por quê?
- 26) Manteria alguma amizade ou outra relação afetiva construída no período de permanência no presídio após sua saída? Por quê?
- 27) Voltaria a cometer crimes ao sair da prisão? O que a levaria a esta situação?
- 28) Acha que o apoio da família, dos amigos, dos parentes, do(a) companheiro(a) ou de algum grupo social poderia contribuir positivamente para que você não voltasse a cometer crimes? Quais?
- 29) E quais destes poderiam até incentivar a prática de novo delito?
- 30) Considera que relações de amizade, companheirismo, amor, etc. a levariam a reflexão e mesmo a não realização de outros crimes? Que relações seriam estas?